CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

Fundado em 24 de Fevereiro de 1955 pelo Ministro do Ultramar
M. M. Sarmento Rodrigues

COMISSÃO EXECUTIVA:

António da Silva Rego — (Presidente)
Alexandre Marques Lobato — (Secretário)
Joaquim Alberto Iria Júnior — (Vogal Nato)

VOGAIS:

Alberto Carlos Germano da Silva Correia
Alexandre Marques Lobato
António Alberto Banha de Andrade
António Brásio
António Joaquim Dias Diniz
António Marques Esparteiro
António da Silva Rego
Armando de Freitas Zuzarte Cortesão
Artur Basílio de Sá
Artur César Ferreira Reis
Avelino Teixeira da Mota
Bernhard Josef Wenzel
Caetano de Carvalho Montês
Carlos de Azevedo
Charles-Martial de Witte
Charles Ralph Boxer
Damião António Peres
Domingos Maurício Gomes dos Santos
Elaine Sanceau
Eric Axelson
Ferdinand Braudel
Florentino Pérez-Embid
Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida de Eça
Francis Rogers
Francisco de Assis de Oliveira Martins
Francisco Fernandes Lopes
Francisco Leite Faria
Francisco Morales Padrón
Francisco Paulo Mendes da Luz
Francisco Xavier Gomes Catão
Frederic Mauro
Georg Schurhammer
Georges Mensaert
Hugh Tracey
Humberto dos Santos Leitão
Israel Salvador Révah
Jaime Walter
Jean Aubin
Jerónimo de Alcântara Guerreiro
João Afonso Corte-Real
João Martins da Silva Marques
Joaquim Alberto Iria Júnior
Joel Justino Baptista Serrão
Jorge Rodrigues Faro
José António Gonçalves de Melo
José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos
José Gonçalo Santa Rita
José Maria Braga
José Wicki

320

Júlio F. Guillen
Júlio Gonçalves
J. F. Sanchez Cantón
Klaas Ratelband
K. Matsuda
Leo Magnino
Léon Bourbon
Lewis Hanke
Louis Jadin
Luciano Ribeiro
Luís Ferrand de Almeida
Luís de Matos
Luís Mendonça de Albuquerque
Luís de Pina
Luís Silveira
Manuel Heleno Júnior
Manuel Hidalgo Nieto
Manuel Lopes de Almeida
Manuel Nunes Dias
Manuel dos Santos Estevens
Manuel Teixeira
Marcel Bataillon
Marcelo José das Neves Alves Caetano
Mário Augusto Costa
Mário Correia Teles de Albuquerque
Mário Hernandez-Sanchez Barba
Mathias Kiemen
Pandurongа Sinai Sacarama Pissurlencar
Ralph Delgado
Raymond Mauny
Robert Ricard
Serafim Leite
Th. Monod
Virgínia Robert Rau
Vitorino Magalhães Godinho
W. G. L. Randles

G... Y
This book is ...
Nuno Gonsalves

Os escritos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

PORTUGAL

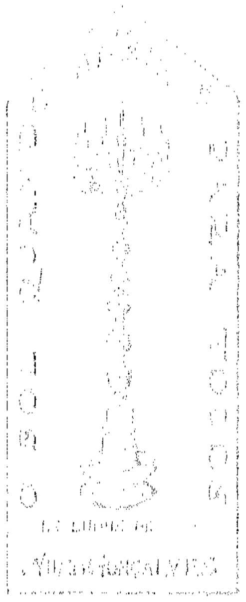
STVDIA

REVISTA SEMESTRAL

10

JULHO - 1962

LISBOA



CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

PORTUGAL

Revista Semestral — STVDIA — N.º 10 (Julho 1962)

Índice

I — ARTIGOS:

1. O Governo de Sousa Coutinho em Angola. Por *Ralph Delgado* 7
2. Descobrimento / Povoamento / Evangelização do Arquipélago de Cabo-Verde. Pelo *P.e António Brásio, C. S. Sp.* 49
3. António de Noli e a colaboração entre portugueses e genoveses nos descobrimentos marítimos. Por *Leo Magnino* ... 99
4. Simão Alvares e o seu rol das drogas da Índia. Por *Jaime Walter* 117

II — DOCUMENTÁRIO:

Preâmbulos do primeiro cerco de Diu. Por *Luciano Ribeiro* 151

III — NOTAS & COMENTÁRIOS:

1. Comissão Internacional de História Marítima 195
2. Bibliografia da História das Grandes Vias de Comércio Oceânico 202
3. Segundo Congresso da Associação Histórica Internacional do Oceano Índico 204

IV — REVISTA DE REVISTAS 209

V — BIBLIOGRAFIA:

Portugal e Brasil. Catálogo de livros portugueses e brasileiros e publicações estrangeiras sobre Portugal e o Brasil. Tomo II; CARDOT, Vera — *Belles pages de l'histoire africaine;* MARAIS, J. S. — *The fall of Kruger's republic* (págs. 345); ESPARTEIRO, António Marques — *Dicionário ilustrado de Marinha* 221

O governo de Sousa Coutinho em Angola

III

Política indígena e desenvolvimento económico

Por *RALPH DELGADO*

1) *Relações com o reino do Congo:* Dos maiores e dos mais delicados de Angola, o problema do Congo só poderia apresentar-se, à agudeza compreensiva de Sousa Coutinho, dentro de toda a sua justificada acuidade, impondo soluções eficazes e urgentes, susceptíveis de o resolver em definitivo.

Nele se misturavam perigos de ordem externa e interna. Nos primeiros, dominava a severa competição desencadeada por ingleses e franceses, cada vez mais acesa, com fulcro nos portos de Cabinda e do Loango, contra a qual erradamente se levantara a fortaleza do Encoje, competição paralela à registada entre Luanda e Benguela e no Cabo Negro; nos segundos, figurava a colaboração dada, por algumas populações indígenas, sobretudo da beira-mar, a essa intromissão ilegal e ruinosa, devida à lassidão governamental, à decadência religiosa e à impotência do rei de São Salvador, que havíamos engrandecido e deixáramos empobrecer.

A braços com a remoção simultânea de variadíssimos e impressionantes óbices de ordem militar e social, como por exemplo a ocupação de Ngunza Cabolo e de Benguela-Velha, o exame à costa sul do território e a concentração comercial nos planaltos de Benguela, Sousa Coutinho esgotou, ràpidamente, as possibilidades locais, não as podendo ocupar, assim, em terras do Zaire, onde era precisa uma intervenção formal. Apesar disso, o governador agiu, em relação ao norte, o mais inteligentemente possível, começando por reanimar as enfraquecidas relações com o monarca do Lelunda, aproveitando o comunicado da sua coroação, ocorrida em 1764, por sugestão, provàvelmente, da classe religiosa; ao mesmo tempo que fixou, ao soberano negro, os limites da sua esfera de acção, na sua qualidade de pessoa subalterna, com duas condições essenciais, indispensáveis ao bom êxito do seu reinado: obediência ao rei de Portugal e temor a Deus. Rolados mais de 50 anos sobre a gestão de D. Pedro IV, pela primeira vez encontrámos, em papéis velhos, uma referência ao rei nortenho e uma carta dirigida à sua apagada pessoa, da qual, porém, não ficou o nome (1).

A par da acção diplomática persuasiva, a demonstração de força, em emergências difíceis; normalmente, todavia, a imposição da vontade directiva por processos convincentes. A deslocação de tropas para investigação das minas de cobre do Bembe é excepção preventiva dessa política de domínio seguro, com apelo extraordinário ao poder armado. Fenómeno esporádico e restrito também, as diligências requeridas, por exemplo, por Manuel da Costa Pinheiro, destinadas à procura dos escravos fugidos, em 1763, da corveta *Nossa Senhora da Guadalupe e Bom Jesus dos Navegantes,* que se não materializaram por desistência dos interessados (2).

(1) Carta do governador, para o rei do Congo, de 9 de Setembro de 1764 (A. H. U., cx. 30).

(2) Sócios de Manuel da Costa Pinheiro, João Rodrigues Vale e João Lourenço Peres, requereram em Lisboa, ao rei, a prisão dos escravos fugidos da citada corveta. O rei deferiu a petição e mandou atendê-la.

Quanto à ofensiva desencadeada pelos estrangeiros, o chefe da possessão ainda pensou em assumir uma atitude consentânea com a sua delicadeza, à semelhança do que fizera para o reino de Benguela: em 1770, ao saber da passagem, por S. Filipe, de uma armada francesa e da sua instalação em Cabinda, achou oportuna uma mobilização destinada a assegurar o domínio português nas paragens cobiçadas. Mas, nesse ano infeliz, as *carneiradas,* tendo levado quase toda a população branca do país, deixaram o exército pràticamente reduzido a nativos e a *mulatinhos de nenhum uso* ou utilidade (3). De maneira que só havia uma forma de enfrentar tão penosas circunstâncias: a vinda, da Metrópole, de um corpo expedicionário incumbido de ocupar a região. O filho de Rodrigo de Sousa não esquecia também, por certo, o facto de a Santa Congregação da Propaganda ter eregido, no Loango, em 1765, uma *Prefeitura Independente do Congo* e de a ter confiado a alguns padres franceses, que formaram, para isso, uma pequena sociedade; os quais desceram no local em 10 de Setembro de 1766, ali permanecendo durante 10 anos (4).

Em todo o caso, o capitão general de Angola ainda despachou, em 12 de Março do citado ano de 70, para Cabinda, afim de examinar o local e de se inteirar dos movimentos da esqua-

Sousa Coutinho deu andamento às ordens recebidas. No entanto, por portaria de 30 de Março de 1766, relacionou as obrigações e as despesas a que ficariam obrigados os requerentes, perante as quais desistiram dos seus propósitos (carta do governador, para Mendonça Furtado, de 5 de Abril de 1766, in A. H. U., cx. 31).

(3) Eis uma passagem da carta de Sousa Coutinho, para Melo e Castro, de 2 de Junho de 1770, que dá uma ideia do que foi a mortandade deste ano: «Vieram tantas e tão horrorosas doenças, que os poucos bons soldados, que havia foram levados à sepultura; as terras foram comuns hospitais; houve navio em que morreram até 3 equipagens, em Benguela, e aqui (Luanda) pouco menos; os sinos compuzeram as músicas que ouvimos; o capitão desta embarcação que com grande trabalho escapou, referirá o que viu desta funestíssima tragédia. (A. H. U., cx. 32).

(4) A. A., Vol. II, 2.ª série, n.º 7, págs. 62.

dra francesa, o mestre do barco de El-Rei *Santana e Almas,* que atingiu o destino no dia 17, depois de uma fácil viagem. O diligente mensageiro, António Pereira, apenas encontrou no porto, no entanto, um corsário de Sua Magestade Cristianíssima, que se afastou precipitadamente ao ver arvorar, no barco lusitano, o pavilhão de Portugal (5).

A apelo de Sousa Coutinho, da intervenção urgente da força armada metropolitana nas terras nortenhas do Zaire, foi acompanhado de reflexões dignas de estudo atento. Não se cuidava de encarar os *descuidos havidos,* por parte do *governo do território,* em matéria da ocupação efectiva do norte, a seguir à expulsão dos estrangeiros ali residentes, pela operação naval de 1723, ordenada por Lisboa. Tão pouco interessava a *dura inteligência* que entendera garantir portos afastados mais de cinquenta léguas com a construção do presídio do Encoje, da mais cruel inutilidade. Enterradas pelo tempo e condenadas pelo mais comezinho bom senso perante o Tribunal da História, uma e outra falta (ambas perigosas e lamentáveis) reclamavam novos processos de trabalho e eram esses que se impunham à adopção imediata do governo central.

Por outro lado, a situação económica da possessão atravessava um momento difícil, agravado pela compita da pirataria estrangeira e pela concorrência da navegação da Mina: a primeira comprometendo, como já é sabido, a colocação das manufacturas nacionais e obrigando a grandes despesas para perseguição do contrabando e para defesa da integridade territorial; a segunda baixando o preço dos escravos no Brasil, pela sua grande afluência e pela redução do contrabando feito por intermédio da colónia do Sacramento. Tal estado de coisas, sendo uma recomendação para reduzir o comércio da Mina, era também testemunho favorável à ocupação pronta e definitiva das

(5) «Derrota com o favor de Deus feita por mim António Pereira, mestre do barco de Sua Magestade, *Santana, e Almas,* saindo de Luanda em diligência a uns fugidos». (A. H. U., cx. 32).

paragens setentrionais da velha *Etiópia Ocidental,* reclamada pelo governador e pelas gritantes realidades contemporâneas.

Tão interessado se mostrava Sousa Coutinho em defender o aproveitamento de um estado definitivamente *formado e estabelecido,* que chegou a sugerir a venda do comércio da Mina, aos estrangeiros competidores do Congo, em troca do *comércio aqui feito, para arredondarmos uma verdadeira monarquia e regularmos uma inalterável tarifa de escravos;* e isto com tanta oportunidade, segundo o seu critério, quanto era certo que «sem guerra que reivindique aquelas possessões de Sua Magestade (Cabinda, Loango e Molembo), não se pode esperar que os estrangeiros as larguem; e nem a mesma conviria a el-rei Nosso Senhor (6).

Não se podia ser mais expressivo e mais observador; nem mais justiceiro e mais ponderado. Tanto tínhamos posto de remissa o Zaire e os territórios afins, depois das preocupações insistentes e patrióticas de Salvador Correia e Francisco de Távora; tanto nos habituámos a uma concorrência ilegítima, pelo consentimento da escala livre dos portos nortenhos; que só obteríamos anuência internacional à continuação de uma posse um tanto esquecida por meio das armas ou por meio de um acto diplomático, representativo de uma concessão rendosa: a troca do comércio do norte de Angola pelo comércio da Mina! Pelo menos na opinião do governador.

A par da ocupação do norte, o governador reconhecia também a conveniência da fortificação da foz do rio Ambriz, onde se aninhava, igualmente, a pirataria estrangeira, devido à perseguição que sofriam as mercadorias exóticas, por intermédio do presídio do Encoje. Esta providência, juntamente com a recusa do abastecimento dos barcos estrangeiros, tão sistemática quanto possível, a começar na ilha de São Tomé, comple-

(6) Carta de Sousa Coutinho, para o conde de Oeiras, de 15 de Março de 1770. (A. H. U., cx. 32).

taria os resultados da ocupação efectiva do Zaire, principal tarefa a empreender para a defesa territorial (7).

Como recebeu a Metrópole as sugestões do seu representante? Numa fase extraordinária da transformação de Angola, o governo central escutou, com atenção, sem dúvida, o fundamentado clamor relacionado com a integridade do património africano ocidental. Razões imperiosas (o rescaldo da guerra dos 7 anos, a decadência da marinha e as limitações do erário público) impediram-na, contudo, de responder, com rapidez, à chamada apressada, como a não deixaram materializar o programa de povoamento de Benguela, preconizado anteriormente. É lícito, pelo menos, supô-lo assim. Pois a deliberação a tomar perante a grave concorrência inglesa e francesa em toda a costa angolana, só poderia ser encarada, devido à sua delicadeza, pelo recurso às forças armadas, dentro da oportunidade mais feliz para as possibilidades nacionais, tal como veio a suceder alguns anos mais tarde.

* * *

Estabelecido, inicialmente, no Congo, o perigo estrangeiro, entusiasmado pela fraqueza militar de Angola, assentou arraiais, por fim, nas vizinhanças de Luanda (na foz do rio Dande e na do Bengo). Realmente, em Março de 1767, uma lancha inglesa atracou na barra do primeiro dos dois rios, em local onde se fabricava cal e grês, sob a administração de um capitão-mor.

(7) Enquanto durou a guerra dos 7 anos (1755 a 1762) saíram, anualmente, do presídio do Encoje, 5 000 escravos. Depois da paz, o movimento passou a fazer-se pelos estrangeiros frequentadores do norte e das vizinhanças de Luanda.

Para melhor perseguir o contrabando entre os nativos, o governador adoptou penas mais compatíveis com a sua natureza, pedindo alçada, ao governo central, para alterar as sanções régias decretadas a tal respeito (confiscação de bens, inabilidade para os serviços públicos e para receber honras ou dignidade civil, isto é, sanções para civilizados).

Pertencente a um barco surto em Cabinda, a embarcação andava em viagem de exploração costeira, tendo arribado ali para meter mantimentos e praticar o comércio.

Informado desta manobra, Sousa Coutinho despachou, em 13 do citado mês de Março, para o sítio invadido, o capitão de infantaria António José da Costa, acompanhado por 20 soldados, para averiguar o que se passava e para intervir a favor da integridade nacional, o que ele fez com relativa facilidade, acabando por apreender as cargas e afastar os delinquentes.

Dada a nossa velha aliança com a Inglaterra, o governador desculpou a atitude provocante dos britânicos com a sua ignorância a respeito dos nossos direitos. Todavia, poucos dias depois, sabendo que os mesmos traficantes voltaram ao Dande, num batelão armado, para tirar represálias, a título de busca de ladrões espanhóis, o chefe do território compreendeu a leveza e a inexactidão do seu julgamento. Por isso, tomou providências consentâneas com a situação: mandou, para o lugar cobiçado, o tenente José Tomás Vaz Vieira, acompanhado por alguns soldados, com a incumbência diplomática de patentear estranheza, aos intrusos, pela *irregularidade do seu abuso da nossa amizade* e esclarecê-los de que, em caso de necessidade, não tinham mais do que solicitar o auxílio preciso na capital da possessão, onde não era uso faltar com a hospitalidade devida a todas as nações amigas, principalmente à inglesa. Os indesejáveis hóspedes aceitaram muito bem as observações de Sousa Coutinho, pediram água e lenha, que logo receberam, e largaram para longe.

Satisfeito com o bom êxito das suas diligências, o parlamentário governamental, entrando em averiguações sobre a frequência da costa para lá do Dande, ficou alarmado, contudo, com as informações que recebeu, segundo as quais, nas praias do marquês de Mossulo e na pequena enseada de Maniqueri, a oito ou dez léguas de distância, estacionavam três barcos ingleses, a carregar escravos. O oficial transmitiu a notícia, sem demora, ao chefe do território.

Ao saber o que se passava, o filho de Rodrigo de Sousa ficou profundamente indignado. A sua primeira ideia foi cas-

tigar, pelas armas, a atitude insolente dos bretões; mas, sem embarcação capaz de transformar em unidade de guerra e sem oficial competente para dirigir a operação, teve de resignar-se com a fatalidade protectora dos prevaricadores. Depois, pensou em bater, severamente, os nativos ligados à comercialização proibida, para mostrar, aos súbditos da velha Albion, o dano que causavam às populações aliciadas e o pouco que, em tais condições, poderiam esperar, no futuro, das suas visitas aos portos contíguos à capital. Todavia, melhor pensando sobre o assunto, desistiu também destes propósitos, porque os pretos não eram vassalos de Inglaterra e porque, bem vistas as coisas, eram seduzidos pelas vantagens de um comércio mais lucrativo.

Por fim, o governador resolveu tomar, novamente, providências destituídas de risco, tanto mais que encontrara, na secretaria do governo, uma instrução de 1670, de Francisco de Távora, da altura da invasão do Congo, a recomendar tolerância para a feitoria holandesa do Sonho, «quando éramos senhores de Cabinda, Loango e Molembo», para convencer os estrangeiros a deixarem-nos em paz. Para tanto, o ilustre comendador da Ordem de Cristo incumbiu o tenente José Tomás de se dirigir ao porto de Maniqueri e de notificar os ingleses da proibição do comércio em condições semelhantes e de que, em caso de reincidência, o governo português se queixaria ao governo da sua aliada. O tenente Vaz levantaria um auto, convenientemente testemunhado, das respostas que lhe dessem, em troca do seu protesto legal; levaria um prático da costa para se não afastar da jurisdição do marquês de Mossulo, devendo esforçar-se por saber a extensão da intervenção ilícita dos bretões; e, finalmente, entraria na região do Libongo, averiguaria as transações ilícitas ali registadas com mercadoria exótica e apreendê-la-ia, ao mesmo tempo que faria sentir, ao marquês de Mossulo, a gravidade da sua posição.

Para quem não podia ir mais longe, por carência de meios de acção, era esta uma atitude compreensível, destinada a acabar, pelo menos, com conformações condenáveis perante esbulhos revoltantes, intensificados na razão directa da resignação

oficial portuguesa. No entanto, a intervenção do tenente Vaz, por crueza do destino, não correspondeu às intensões do seu superior hierárquico, devido à sua insignificante preparação literária: — feita num português incompreensível e numa caligrafia arrevesada, a perentória notificação transformou-se numa justificação de riso, que deixou o chefe do território encavacado e humilhado, lamentando a pobreza assustadora dos seus colaboradores. As únicas ordens cumpridas com agrado do governador foram as relacionadas com a apreensão da mercadoria estrangeira, com a inquirição do perigo inglês (estabelecidos em Cabinda, os britânicos armaram pequenas embarcações que semearam pela costa fora) e com a intimação feita aos naturais.

É verdade que, perante a reclamação cautelosa do tenente semianalfabeto, os ingleses abandonaram, imediatamente, a reintrância acolhedora de Maniqueri; mas, fizeram-no, apenas, a título preventivo enganador, para regressarem após o afastamento do oficial. E, assim, por tal razão, na verdade alarmante, pela fingida submissão do marquês de Mossulo e pela continuação do contrabando lesivo da economia interna, o governador foi obrigado a tomar, finalmente, providências mais sérias e, consequentemente, mais decisivas: mobilizou uma coluna de 20 soldados de cavalaria, sob o comando do capitão Manuel Jacinto Cardoso, e incumbiu o oficial de explicar, aos ingleses, a injustiça do seu procedimento e de procurar recolher a infeliz intimativa do tenente Vaz, para substituir por outra, da sua autoria. De colaboração com o *prático* António José da Silva, o capitão de cavalos, depois, entraria em contacto com o marquês de Mossulo, D. António Afonso da Silva, a quem o governador escrevera, e intimá-lo-ia a acabar com o contrabando na sua jurisdição marítima, por meio de guardas, sem o que correria o risco de o governo se instalar nelas e de as fortificar.

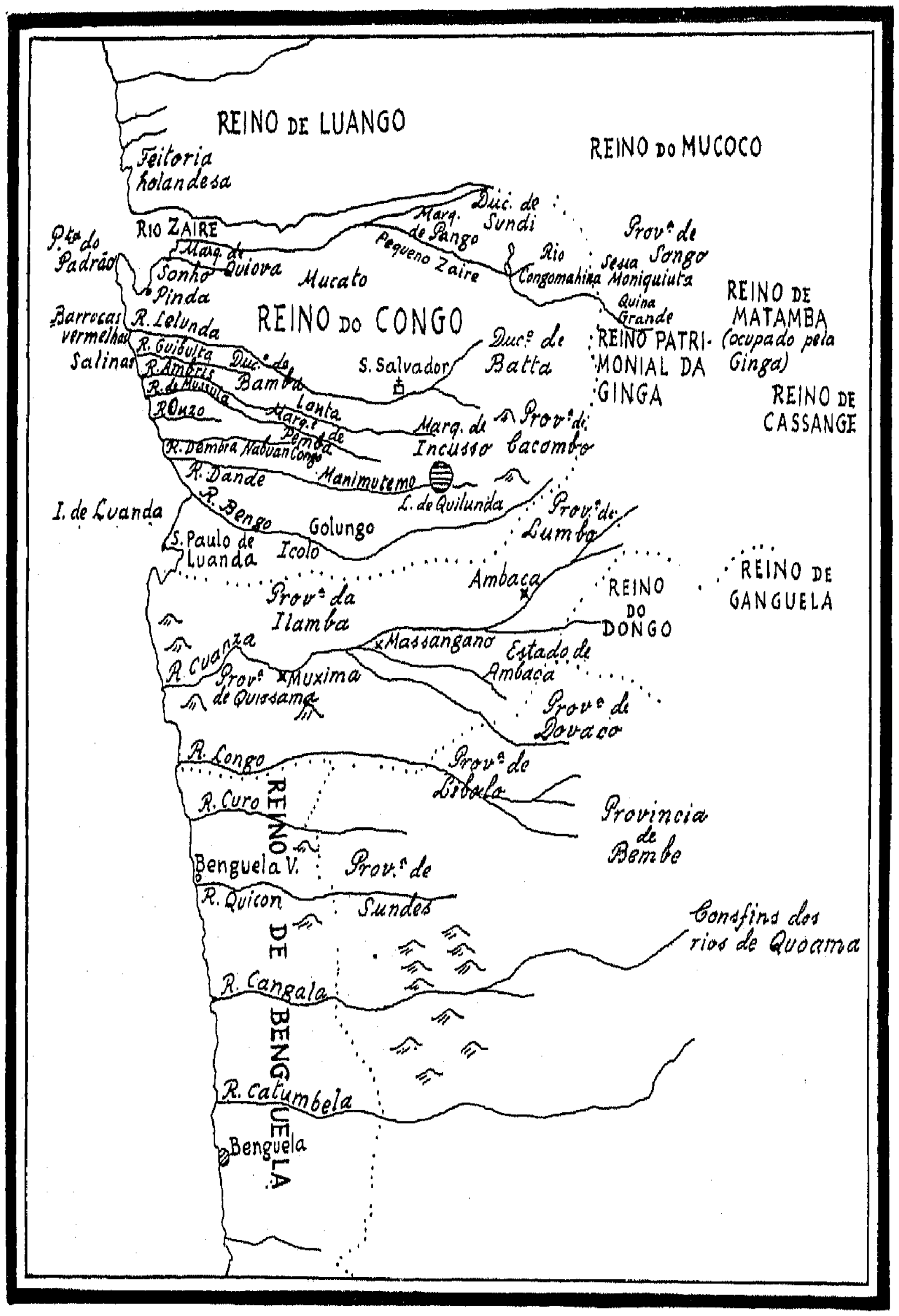
Quando o capitão Cardoso atingiu o porto de Maniqueri já não encontrou os corsários ingleses, ficando por executar, desta

maneira, a sua missão diplomática. A sua permanência no local, porém, assustando o senhor do marquesado, fê-lo integrar-se, prontamente, dentro do plano das conveniências nacionais, prometendo não consentir, por mais tempo, o comércio ilícito da região, e autorizar a fortificação da faixa marítima em que dominava.

O governador aceitou as promessas do titular nortenho e fez retirar a cavalaria. Em seguida, para Lisboa, explicou os seus pensamentos defensivos, pondo o problema da fortificação da costa setentrional no seu verdadeiro pé. Depois da derrota portuguesa de 1670, infligida pelo conde do Sonho, os antigos vassalos do rei do Congo, como o marquês de Mossulo, deixaram de lhe estar subordinados. Essa desintegração da realeza de São Salvador em nada afectaria os interesses gerais, se as pequenas suzeranias libertadas se não manifestassem em desproveito da economia e da integridade nacional. Situado nas costas «que verdadeiramente pela primeira conquista, e Luz da Fé, e da Religião são de Sua Majestade», o marquês de Mossulo ocupava lugar proeminente entre essas independências danosas da actividade valorizadora do território. E de duas, uma: ou se arredavam os estrangeiros dos portos do norte, cada vez mais frequentados, ou esses mesmos estrangeiros se assenhorariam da zona situada entre o Dande e o Zaire.

O remédio para tão grave situação, na opinião de Sousa Coutinho, como frizámos atrás, estava na ocupação imediata dos territórios dos potentados vizinhos do Dande, até o rio Ambriz, pelo menos, e na construção de uma fortaleza na respectiva foz, a qual, por questão económica, poderia ser feita com material da do presídio do Encoje, destituída de préstimo. Para a execução de tal pensamento, como é óbvio, eram precisas embarcações de guerra, gente e munições, que o governador solicitava; mas, a despeito do seu preço, não se tratava senão de um paliativo para o perigo externo, porquanto, ele estava fixado em Cabinda e no Loango e ser aqui (terras sempre portuguesas e

DELGADO, Ralph — *O governo de Sousa Coutinho em Angola*



Esboço junto da Carta do Congo e Angola, anexo a uma relação dos Missionários Capuchinhos, enviada à *Propaganda Fidei* em 1657

(Gravura reproduzida de *La Revue Congolaise — Archives Congolaises*, vol. 250, f.º 75 e seg., pág. 24).

agora disputadas), o sítio indicado para uma operação militar de envergadura, de autêntica reivindicação de posse (8).

Esclarecemos já que a Metrópole, embora estivesse alerta e conhecesse bem os problemas ultramarinos, se não encontrava em condições de acudir a sugestões de tal natureza, de maneira que não surpreende que este novo e sensato grito de socorro de Sousa Coutinho não fosse prontamente atendido. Assim, restam-nos, de parceria com lamentações devidas à impossibilidade metropolitana, a excelente compreensão das realidades manifestadas pelo governador e a sua nítida e segura visão futura.

Vivendo sob o signo do *pacto colonial,* assente sobre o *acto de navegação* publicado em Inglaterra em 1651, Portugal admitia, lògicamente, o exclusivo de posse sobre Angola e a sua exloração em seu proveito e interesse, «segundo certas regras em que a supremacia económica metropolitana se afirmava imperativamente». Nada havendo escrito, porém, sobre a matéria, visto o sistema decorrer «da lógica das concepções e prescrições exclusivistas que desde o início adoptámos», o conde de Oeiras ordenou-o em doutrina, na nota «enviada ao embaixador de França em Lisboa, com data de 31 de Janeiro de 1776, e segundo a qual as possessões ultramarinas, «havendo sido estabelecidas com o preciso objecto da utilidade da Metrópole a que

(8) Carta do capitão-mor do Dande, para o governador, de 13 de Março de 1767; *idem* do governador, para Mendonça Furtado, de 17 do mesmo mês; «Instrução que ha de guardar o capitão de infantaria António José da Costa», também de 13 de Março; carta do governador, para o tenente José Vaz Vieira, de 4 de Maio; cartas do governador, para o marquês de Mossulo, de 4 e de 26 de Maio; «Instrução que levou o capitão de cavalos Manuel Jacinto Cardoso», de 26 de Maio; «cópia da declaração, que Sua Excelência mandou fazer ao comandante de um navio inglês, que se achava no porto de Maniqueri», de 26 de Maio; cartas do governador, de 25 de Maio, para o gerente do Dande, Sebastião Martins, e para o capitão-mor do Encoje, Francisco Alves Rodrigues; e carta do governador, para Mendonça Furtado, de 29 de Julho. (A. H. U., cx. 31).

são pertencentes, estão sujeitas a leis infalíveis e universalmente observadas na prática de todas as nações» (9).

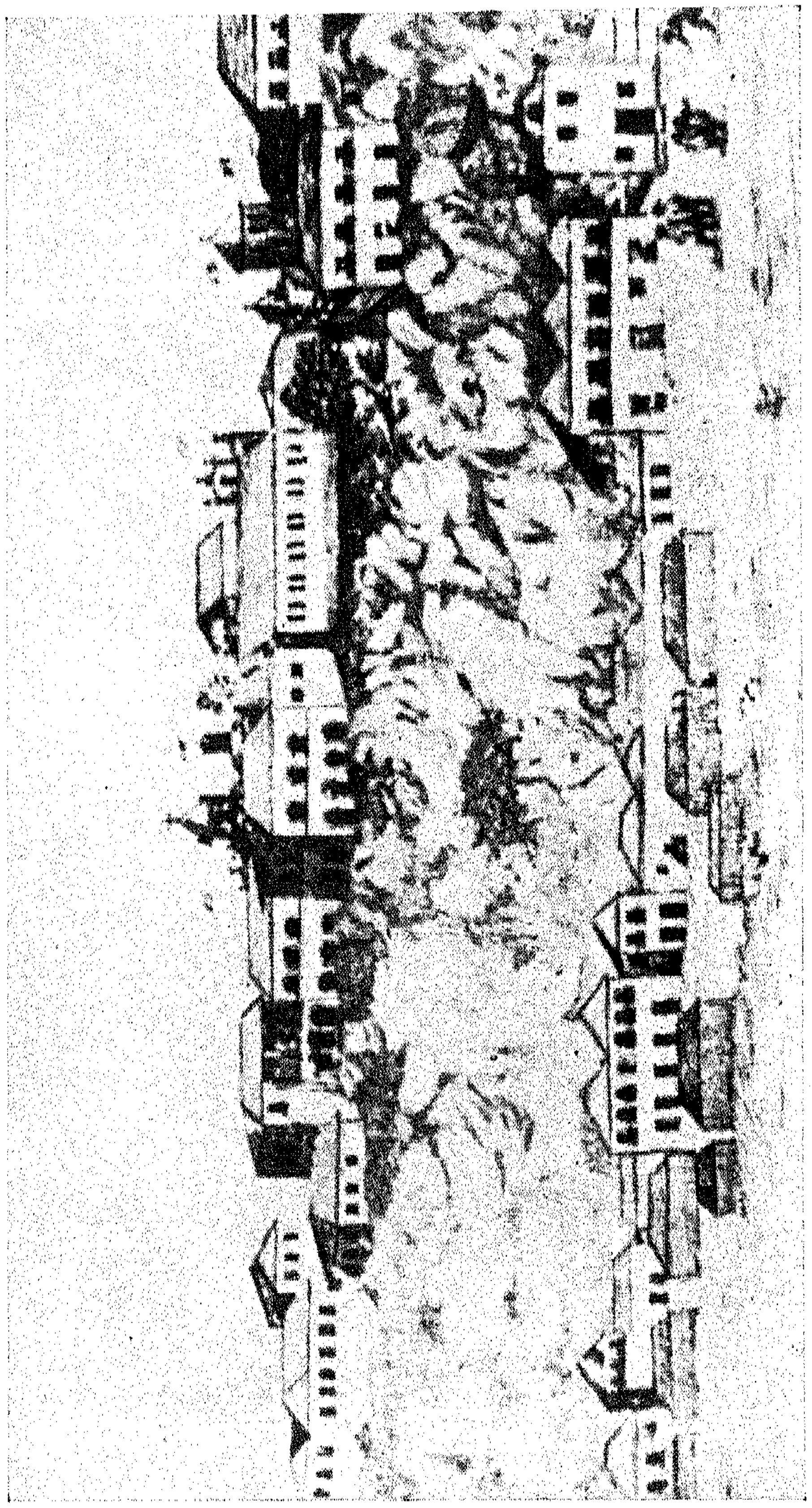
Sublinhemo-lo, com viva satisfação: a fraca assistência portuguesa às terras do norte de Angola, filha de dificuldades de ordem interna, não admitiu jamais o seu abandono, embora fosse obrigada a contemporizar com o contrabando exótico; e este pensamento, realmente relevante, constituiu uma mística de intensidade defensiva e operante, que assegurou — e há-de continuar a assegurar — a legítima integridade das terras descobertas por Diogo Cão.

2) *Novas vassalagens:* A reacção despertada pela fundação do presídio de São José do Encoje, entre algumas tribos vizinhas da fortaleza (gente de Ambuela e *muçossos e maungos*, seus confederados), eclodida em 7 de Abril de 1762, tendo ficado impune, adquiriu consistência para evoluir satisfatòriamente e para colocar a nova sentinela sob a ameaça de bloqueio total, bem como a feira de escravos adstrita.

Soldado despachado do presídio, efectivamente, portador de alguma ordem, era imediatamente despido e açoitado; e as *quibucas* organizadas pelo marquês do Zombo, principal fornecedor do mercado, eram interceptadas antes de alcançarem o destino, com insistentes propostas de venda das *peças* aos rebeldes, para eles as negociarem com os corsários estrangeiros. Como as propostas eram de ordinário recusadas, o próprio marquês via-se forçado a desviar as *quibucas* para o território do Loango.

Para enfrentar situação tão delicada, António de Vasconcelos limitara-se a reforçar a guarnição do presídio com cavalaria e infantaria; mas, deste expediente, nada mais resultara do que a morte contínua e inglória dos soldados e dos cavalos, devida ao clima, a qual exigia constantes renovações, com gravame para a Real Fazenda e para o índice demográfico europeu, já bastante abalado.

(9) *Portugal e o Direito Colonial Internacional*, do Professor dr. Marcelo Caetano, págs. 41).



Arcaria da fachada posterior do Hospital da Misericórdia
(Vista da Baía, segundo um desenho de 1808)

Desconhecendo o problema em toda a sua extensão, Sousa Coutinho manteve, por algum tempo, a solução adoptada pelo seu antecessor; volvido pouco mais de um ano, porém, sobre a sua posse, cansado de substituir homens e animais, sem mais utilidade do que a possibilidade de um comércio irrisório, o governador mandou castigar os insurrectos, vizinhos da feira, em 1765. Entregue ao comando do capitão-mor do campo, António Anselmo Duarte Sequeira, esta operação foi bem sucedida, terminando pela derrota de Ambuela e de Pumba-Pumba, em cujos lugares foi colocada gente de confiança ([10]).

Para libertar os caminhos impedidos pelos *muçossos,* o exército deslocou-se em 29 de Dezembro e atingiu o Lucala em 2 de Janeiro de 1766, onde havia grande concentração de rebelados. Passando estes, imediatamente, à ofensiva, o fogo mantido pelas quatro peças das forças governamentais bastou, porém, para lhes assegurar o domínio da situação e a fuga dos amotinados até ao rio Bamba, sempre perseguidos pela coluna do capitão-mor. Neste ponto, as forças públicas beneficiaram da chegada do duque do Hoando e do dembo Ambuíla, acompanhados dos seus melhores guerreiros, pois prontamente as auxiliaram, afirmando iguais propósitos de cooperação por parte da rainha D. Brites Afonso da Silva, que estava disposta a intervir pessoalmente, com a sua gente, de maneira a cortar a retirada aos sublevados ([11]).

Reforçadas as forças do governo com as forças dos chefes auxiliares, o prosseguimento das operações fez-se, no dia 6 de Janeiro, em direcção à *quipaca* dos rebeldes. A 3 léguas de distância, porém, o soba alvejado, o aguerrido Muginca-a-Teca, com

---

([10]) Para o lugar do dembo Ambuíla foi escolhido D. João Afonso da Silva. Este chefe veio a morrer em 1771, tendo-o substituído D. Manuel Afonso da Silva, que prestou vassalagem em Dezembro desse mesmo ano. (Carta do governador, para Lisboa, de 26 de Dezembro de 1771, A. A., 1.ª série, vol. 3.º, págs. 357).

([11]) O duque do Hoando, D. Afonso Branco da Silva, era filho da rainha da mesma jurisdição, D. Brites Afonso da Silva. O dembo Ambuíla era D. Francisco Afonso Álvares.

a sua gente, antecipou-se às forças governamentais e, com surpreza para estas, veio atacá-las. Houve uma colisão de três horas, mas os assaltantes foram repelidos; e foram refugiar-se, em seguida, num monte paralelo à sua aldeia, de onde só dificilmente foram desalojados. Por fim, a *quipaca* constituiu o objectivo das operações, demorando a ocupar, por estar muito bem defendida e por os seus defensores se mostrarem animados de uma disciplina militar pouco vulgar. Entre os mortos, contava-se o próprio Muginca-a-Teca, seu Arco, Bandeiras e Pandeiro do Estado. Da parte do governo, as baixas cifraram-se em 50 pretos e 15 brancos.

A seguir, a *quipaca* de Muginca-Bunga, a outras três léguas de distância, foi considerada o novo objectivo da expedição. Embora mais bem defendida do que a primeira, a sede administrativa do importante chefe ofereceu menos resistência, por se encontrar desmoralizada. As principais baixas verificadas entre os rebeldes foram provocadas por desastres originados pela sua fuga precipitada, por montes escabrosos e íngremes. Entre os ídolos da aldeia foi encontrada uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, que o governador remeteu, mais tarde, a Mendonça Furtado.

As forças da ordem demoraram-se, posteriormente, até ao seu regresso a Luanda, em moderadas operações de limpeza e na libertação de alguns dembos vassalos. Os êxitos alcançados em todas estas pequenas operações registaram um somatório de resultados favoráveis à tranquilidade pública: segurança das feiras regionais, desembaraço dos caminhos, restituição das terras roubadas à rainha do Hoando, D. Brites da Silva, estabelecimento de *muitos povos* nas terras incultas do Encoje e normalização da actividade comercial [12].

Com a concorrência dos corsários estrangeiros em permanente movimento, o restabelecimento da ordem, como bem se compreende, não foi demorado. Efectivamente, pouco tempo

(12) Carta do Governador, para Mendonça Furtado, de 4 de Março de 1766. (A. H. U., cx. 31).

volvido, o governador voltou a tomar novas medidas contra o contrabando exercido por ingleses e franceses, projectado, no interior do território, por vassalos do Congo. Durante essas novas diligências de ordem militar, prestou obediência voluntária o duque de Quina, D. Garcia do Espírito Santo, por intermédio de um embaixador especial, D. António Gaxi, firmada em auto lavrado, em Luanda, no dia 20 de Julho de 1771; e, no mês de Novembro, no dia 5, o dembo Caculo-ca-Caenda, D. Paulo Sebastião Cheque, em carta endereçada ao chefe da possessão [13].

Merece a pena arquivar o auto, que era deste teor:

> «Acto de obediencia, e vassalagem, que ao muito Alto, Poderozo, e Fidelissimo Rey de Portugal, e dos Algarves, Dom José I Nosso Senhor, jura, e promete D. Garcia do Espirito Santo, Duque de Quina, por mão de seu Embaixador D. Antonio Gaxi; nas do Ilmo, e Exmo D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, Governador e Capitam General deste Reyno de Angola, e suas conquistas, debaixo das clasulas, e condições, que se seguem:

1.ª

O dito Duque de Quina Dom Garcia do Espirito Santo, promete por si, e em nome dos seus sucessores, huma inteira obediencia a Sua Majestade, e a todas as suas Reais Ordens, expedidas pelos governadores deste Reino; em consequência do que promete dar huma livre, e segura passagem, asestida dos víveres, e carregadores necessários aos Missionários da Religião Cristã em todo, e qualquer tempo que forem mandados asestir, ou passar pelas suas Terras.

(13) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 30 de Julho de 1771. (A. H. U., cx. 33).

2.ª

Igualmente promete executar todas as Ordens, que lhe forem expedidas pelos governadores deste Reino, e comunicadas pelo Capitam-mor do Prezidio de São Jose do Encoje, principalmente aquelas que respeitão a evitar os contrabandos de fazendas Estrangeiras, que pelas suas Terras passarem aos Dominios de Sua Majestade, e a conservar com os Vassalos do mesmo Senhor todo o comercio franco, e Livre, que puder atrahir, fazendo francos, e Livres todos os caminhos que passão para o Congo, para a serra do Bende, e para outras quaisquer partes aonde queiram hir os Vassalos de Sua Majestade, seja com Ordens seja com comercio.

3.ª

Que fará conduzir por via de Comercio, e a vender ao capitam-mor do Prezidio de Sam Jose de Encoje somente a pedra *Unguento*, que puder extrair da serra do Bende, e de outras Terras dos seus Estados, o qual lha pagará por conta de Sua Majestade, pelos preços justos que se arbitrarem; e que assim mesmo hindo com ordem algum branco a escolher a dita Pedra, ou a qualquer outra deligência, será assestido de todos os Carregadores necessários, pagos pelo preço do Paiz.

4.ª

Que de nenhuma forma, e em nenhum tempo deichará passar Pessoa alguma com comercio, hindo ou vindo para as Terras do Norte, onde vão fazer o contrabando de fazendas estrangeiras, e prenderá a todos aqueles que assim achar, e os remeterá com as culpas, e fazendas, ao capitam-mor de Encoje, para proceder na forma das Leys, e Ordens de Sua Majestade.

5.ª

Que desejando o dito Duque merecer em tudo a Real Proteçam de Sua Majestade, se obriga a viver debaxo das suas Reais Leys, e Ordens; a não fazer Guerra, Paz, ou Aliança sem o consentimento dos governadores deste Reino; a servir com a sua gente, e Armas, em todas as ocasioens que for mandado, sem desculpa, ou rezistência, debaxo da pena de ser tratado como rebelde, se o contrario obrar.

E sendo lidos, e explicados em Lingoa do Paiz ao dito Embaixador D. Antonio Gaxi os cinco artigos asima ditos; disse estavam conformes às Instruções, e Ordens, que lhe havia dado o dito Duque de Quina, e prometeu, e jurou em seu nome cumprilas, e guardalas sem deficuldade, ou interpretação contraria ao seu genuino, e natural sentido; e tambem prometeo prezentar ratificado dentro de hum mez ao Capitam-mor de Encoje, e asinado por elle hum Exemplar, que para este fim se extrahio dos Livros da Secretaria em que fica Lansado, e vai selado com o selo grande das Armas de Sua Ex.ª, e asinado pelo dito Embaixador na prezença do Secretario do Estado do Governo deste Reino António Lobo da Costa Gama, e do capitam Tendala Nicolau de Nazareth. São Paulo de Assumpçam a vinte de Julho de mil sete centos cetenta e hum.

a) *António Lobo da Costa Gama* [14]»

*
* *

No fim do ano de 1767, a ordem pública foi alterada também na Matamba e no Dongo, por um movimento hostil à

(14) Carta do governador, para Lisboa, de 30 de Julho de 1771; e «e acto de obediência, e vassalagem, etc.» de 20 de Julho de 1771 (A. H. U., cx. 33).

rainha Jinga, D. Ana Guterres, que sucedera, em data desconhecida, a D. Verónica Guterres. Tratava-se de mera política indígena regional.

Alterando a rotina de mais de um século, este movimento coroou um sobrinho da soberana, D. Caluete Cambande, que se apressara a degolar a tia e os filhos dela, vindo a escapar, sòmente, uma filha, refugiada numa ilha do Cuanza, próxima do Presídio das *Pedras*, acompanhada de alguns vassalos fiéis. Em 25 de Fevereiro de 1768, o novo monarca prestou vassalagem em Luanda, por intermédio de seus embaixadores, Quimbamba Quiagonga e Matumbi Aquilunga.

O respectivo auto foi concebido nestes termos:

«Acto de Sujeiçam, Obediencia e Vassalajem que faz a sua Mag[de] Fidelissima Dom Calluete Cambande Rey Ginga de Dongo e Matamba nas mãos do Il[mo] e Ex[mo] Snr. D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho, Gov.[or] e Cap.[am] Gen.[al] destes Reinos e suas Conquistas, pelos seus Embaixr.[es] Quimbamba quiagonga e Matumbi aquilunga.

1

Havendo sucedido no Reino de Ginga do Dongo e Matamba, Dom Calluete Cambande, por morte de sua tia D. Anna Guterres e por unanima alleiçam dos Macotas dos Povos de seu Estado, reconhece por seu Legitimo Soberano verdadeiro, e natural Snr. de agora para todo do sempre ao Muito Alto e Poderozo Senhor Rey de Portugal, e dos Algarves D. Jozé o 1.º Nosso Senhor, e a todos os feus Reaes Sucessores; para cujo efeito presta obediência, Vassalajem, e Sujeiçam nas maons do feu Gov.[or] deste Reino o Il[mo] e Ex[mo] D. Francisco Inocencio de Souza Coutinho, prometendo cumprir e executar todas as Ordens. que por este Governo lhe forem expedidas, sem duvida, embaraço, ou replica.

2

E porque deszeja mostrar o animo sincero, e fiel com que obedece a Sua Majestade, ratifica todos os Tratados, e Actos antecedentes passados com as Raynhas fuas Antecessoras, expecialmente o ultimo de 25 de Mayo de 1765, como se todos, e cada hum deles fossem aqui incertos palavra por palavra.

3

Novamente ratifica as antigas promessas de professar, e admitir nos feus Estados a Religiam Christam dando para este efeito todo o auxilio, e favor que lhe pedirem os Missionarios, ou seja tranzitando pelas fuas Terras, ou fundando Hospicios, e Igrejas, porque para tudo o necessario para o bem da Christandade promete concorrer com todo o feu poder, e com todas as suas forças.

4

Igualm[te] promete francar todos os caminhos aos Negociantes, e Pumbeiros sem carregar as Fazendas, ou os Escravos de alguma impozição, dando-lhes todo o favor necessario, ou seja para estabelecer Feira, ou p[a] passar a outros Pumbos de Comercio.

5

Para maior prova da sua fidelid[e], e obediencia pede, que se lhe nomee hum Escrivam para as fuas Terras o qual promova a execuçam das Ordens de Sua Majestade, e facilite os prontos Despachos dos Negociantes e Pumbeiros.

6

O dito Il[mo] e Ex[mo] Governador e Capitam General D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho declarou no mesmo Acto, que só cumprindo o referido D. Calluete Cambande as sobreditas

condiçoens o reconhece Sucessor de sua Tia, no Reyno Ginga de Dongo e Matamba, e que faltando a alguma delas o haverá como rebelde e o castigará severamente.

Nesta forma se obrigarão os ditos Embaixr.es Quimbamba quiagonga, e Matumbi aquilunga a cumprir os sobre ditos seis Artigos e a entregar Huma copia deles ratificada no termo de sinco Mezes ao Capitam mor de Ambaca, a qual se lhe entrega asinada pelos mesmos depois da original, que fica nos Livros da Secretaria, fendo-lhe lida e explicada pelo Capitam Tendala Nicoláu de Nazareth que elles muito bem entenderam, a qual vai afsinada pelos mesmos Embaixadores, e selada com o sinete grande das Armas do Il.mo e Ex.mo D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho.

Sam Paulo de Ass.am a 25 de Fevereiro de 1768

Antonio Lobo da Costa Gama (15)

Offical Mayor da Secretaria o sobscrevi no impedimento do Secretario de Estado».

Mais ou menos na mesma altura, a gente de Quizua, auxiliada por Mugueto, desencadeou uma feroz ofensiva contra o jaga de Cassange e o potentado Holo, travando-se cruéis batalhas.

De todos os campos revoltados choveram pedidos de socorro para o chefe da possessão. No entanto, Sousa Coutinho não acudiu a ninguém, para castigar os incriminados pelas suas próprias mãos. Apenas despachou algumas forças para os presídios das Pedras Negras e de Ambaca, afim de assegurar a sua defesa.

(15) A. A., I Série, tomo 4.º, Vol. I, II documento. E carta do governador, para Mendonça Furtado, de 16 de Dezembro de 1767 (A. H. U., cx. 31).

Holo pedira vassalagem, ao governador, em 1765, por alguns embaixadores encartados, e o auto foi assinado, em 8 de Julho, depois de ser subscrito, em 25 de Maio, um tratado de paz com a rainha Jinga, com a qual se desaviera.

Desejoso de captar a confiança do governo, o referido chefe negro solicitara a edificação de uma igreja em suas terras, com o respectivo pároco, desejo logo satisfeito por Sousa Coutinho, que para o efeito deslocou um clérigo nativo, por não haver outro disponível, na ocasião.

A introdução da paz, do comércio e da religião, em tão vastas e históricas regiões, deu grande prazer ao governador, que vira, nos graves acontecimentos de 1767, uma renúncia a compromissos assumidos, voluntàriamente, por magnates inclinados à obediência, à concórdia e ao culto cristão (16).

Mais tarde, com a tranquilidade assegurada nas áreas desassossegadas, o chefe de Angola teve oportunidade de reaproveitar as resultantes da guerra civil da Matamba e de estimular as ambições dominantes regionais: anuiu prontamente ao pedido de D. Caluete Cabamde, de fins de 1771, para ser baptizado, incumbindo dessa missão o carmelita João de São Lucas, de Bango-Aquitamba (17).

Saído a 9 de Janeiro de 1772 da sua missão, o padre Lucas conseguiu baptizar o novo rei da Matamba e Dongo, em 24 ou 25 de Março, ao cabo de uma viagem tormentosa, durante a qual tomou *Águas da Inglaterra,* dadas pelo governador, contra a malária, que lhe fizeram muito bem, e se sujeitou a todos os caprichos do solicitante, inclusivamente aos seus menus alimentares, compostos, de ordinário, «de raiz de farinha, feijão fradinho, fuba, ovelhas e cabras». O soberano ficou com o nome de Francisco, tendo casado, no dia do baptismo, com a mais antiga

(16) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 18 de Julho de 1766 (A. H. U., cx. 31).

(17) Carta do governador, para o rei jinga, de 25 de Novembro de 1771; e carta do jinga, para o governador, de 5 de Março de 1772 (A. A., III vol., I série, págs. 311 e 415).

das suas trinta companheiras, D. Maria Jinga. À mãe do monarca, que também foi baptizada, coube o nome de Rosa ([18]). Apesar de doente, o padre exerceu uma acção interessante de catequese, enquanto permaneceu na antiga jurisdição de D. Ana de Sousa, que lhe rendeu, como prémio real, uma mulequinha de cinco palmos.

Política indígena retintamente proteccionista, de respeito absoluto por processos remotos de aproximação e de manutenção de boas relações com os chefes negros da possessão.

O governador compreendia muito bem que os nativos eram, de ordinário, insensíveis a todo o bem que se lhes fizesse; que prémio algum garantiria a sua palavra ou esmeraria a qualidade dos seus serviços; todavia, não se afastava dos princípios cristãos de integração das massas populares indígenas, decretados pela Metrópole, considerando-se na obrigação, consequentemente, de solicitar, para elas, todos os bens possíveis, de lhes proporcionar ambiente favorável à sua evolução, de as tutelar, enfim, dentro do domínio da justiça. Por esta forma carrilou preciosos materiais para o programa social angolano, que são confirmações basilares para a consagração da sua inteligência e da sua bondade e para a consolidação da política multi-racial traçada pela Nação desde as primeiras horas dos descobrimentos.

3) *Fomento agrícola, industrial e mineral:* À semelhança do que fez em Benguela, Sousa Coutinho animou, com grande solicitude, a agricultura, a indústria e a exploração mineral do reino de Angola.

Em tempos normais, a lavoura das imediações de Luanda, sobretudo do Bem Bem, bastava para acudir às necessidades da capital. À chegada do grande reformador, porém, essa actividade estava quase abandonada, devido ao império da ociosidade e da negação pelo trabalho, tanto de brancos, como de

([18]) Carta do carmelita, para o governador, de 1 de Maio de 1772 (A. A., volume citado, págs. 431).

pretos. Tal indisposição com a *política do solo,* no entanto, desculpava-se com prejuízos causados pelos roubos que vitimavam as fazendas e com os resultados das doutrinas negativistas propaladas pelos intolerantes.

As necessidades alimentares de S. Paulo de Assunção, aumentadas, mais tarde, pelo abastecimento obrigatório das naus da Índia, levaram o governador a tomar medidas imediatas, após o início do seu governo, a favor de uma sólida recuperação das possibilidades já averiguadas. Tais providências visavam o confisco das terras não aproveitadas, para serem entregues a quem as demandasse; a perseguição dos malfeitores e a proibição do ajuntamento, perto das propriedades, dos nativos fugidos dos centros urbanos; e o estímulo de todas as boas vontades, no sentido de conjugarem esforços para o ressurgimento agrícola nortenho ([19]). Era mister evitar a escassez e a fome.

A seguir às primeiras deliberações, outras se lhes seguiram, consoante as oportunidades; um monte de instruções adequadas ilustrou a administração de Sousa Coutinho, com vista ao aproveitamento das terras incultas, à batalha contra a miséria desmoralizadora; os próprios degredados, quando idóneos e activos, eram aproveitados para feitores; e, por fim, em consequência da pertinácia, da boa visão dos problemas, da orientação consciente, a força luminosa da abastança, antídoto glorioso dos períodos angustiosos, para cujo combate não houve tréguas, nem faltas de ânimo.

No campo das indústrias extractivas e transformadoras, o entusiasmo atingiu, igualmente, grande devoção e resultados vultuosos; vestindo-se de bons prognósticos a exploração de algumas iniciativas, a que faltou, infelizmente, a necessária continuação: cabos, gomas, breu, construção naval e cobre.

Tecidos de cascas de árvores e de ervas espontâneas, vulgarmente comidas pelos elefantes (*aliconde* e *gife*), os cabos

([19]) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 9 de Maio de 1765 e bando de 6 de Abril do mesmo ano (A. H. U., cx. 30).

constituíram um êxito feliz, com notável estímulo para o aproveitamento das riquezas de Angola. Foram mandadas duas amostras para Lisboa. A sua boa qualidade reflectiu-se, prontamente, numa encomenda de quarenta quintais, em peças de duas até seis polegadas, e de seis quintais, em peças de sete polegadas, todas com o comprimento de 120 braças. Simplesmente, por falta de alcatrão, causada por um período de 13 meses de ausência de navegação metropolitana, a nova fábrica não executou o pedido e encerrou, definitivamente, as suas portas. Matéria prima aproveitável, mas carência inevitável de elementos complementares para a sua transformação! ([20]).

Acerca das gomas, colhidas de árvores resinosas, houve um certo retraimento, na Metrópole, por ignorância da sua aplicação. Foi sugerido o estudo do produto por professores abalizados, sobretudo por médicos, mas não se encontrou o resultado do exame, se na realidade se efectuou. Do que não parece haver dúvida, porém, é da morte da exploração, por falta de consumo das produções ([21]).

Do breu, foram remetidos, para Lisboa, 49 barris, com 79 quintais, ao preço de mil réis o quintal. Experimentado com todo o empenho, viu-se que o produto era de cozimento demorado e mais pesado do que o similar metropolitano, sendo a qualidade inferior. Assim, a despeito do seu baixo preço, o breu não interessou, ficando os seus gastos restringidos aos consertos dos barcos, praticados em São Paulo de Assunção. À saída do governador, a mina continuava aberta, para os usos exclusivos do país ([22]).

Em matéria de realizações navais, a construção da fragata *Luanda,* quase concluída em Outubro de 1772, representou uma

([20]) Carta do governador, para Lisboa, de 16 de Fevereiro de 1768 e de 30 de Novembro de 1769; e carta de José Joaquim Larre, de 1 de Maio de 1768, dirigida ao governador (A. H. U., cx. 31 e 32).

([21]) Carta citada, de José Joaquim Larre, de 1 de Maio de 1768. (A. H. U., cx. 31).

([22]) Cartas do governador, para Lisboa, de 28 de Agosto de 1766 e de 30 de Julho de 1767. (A. H. U., cx. 31).

tentativa extraordinária de auto-suficiência local, como a registada no tempo de Salvador Correia. O governador destinava o barco à defesa da costa (a navio corsário), tendo em mira construir outro em Benguela. Por este modo corrigiria as dificuldades metropolitanas, excessivamente agravadas, no momento, para acudir, com prontidão, às ambições desencadeadas sobre Angola. Não tendo a sorte de terminar a sua iniciativa, de ordem especial, bastante louvável, o chefe do território teve a satisfação, no entanto, de mandar vir, de Pernambuco, a artilharia destinada à fragata, e de lhe mandar fundir, com o maior engenho, um sino de cobre ([23]).

Finalmente, quanto ao cobre (as *pedras verdes*), fez-se, a seu respeito, uma pesquisa intensa e demorada, cujos resultados, comunicados para Lisboa, determinaram a imediata exploração dos filões encontrados, dentro da insuficiência das possibilidades locais.

Na primitiva Ngunza Cabolo, enviados do governador recolheram amostras, no acto da fundação do novo presídio, que vieram para Portugal, com pedidos de meios e de licença para o seu aproveitamento. Os meios, contudo, não parece terem chegado nunca, por incredulidade ou impossibilidade metropolitanas, e a decantada riqueza cuprífera dos *sumbes,* incentivo de Cerveira Pereira e de Soares Lasso, manteve-se no pélago dos grandes mistérios contemporâneos.

Na serra do Bembe, a algumas léguas do presídio do Encoje (presídio em cujos caminhos o governador mandou construir aldeias, com nomes portugueses, à semelhança do que ordenara no reino de Benguela), as coisas tiveram um curso mais agitado, por o governador ser informado da instalação, no local, de *muxilungos,* carregados de contrabando, dispostos a carrilar, para os portos abertos do Norte, o metal obtido nos respectivos jazigos.

Efectivamente, perante os impedimentos inesperados, o

([23]) Carta do governador, para Melo e Castro, de 11 de Outubro de 1772. (A. H. U., cx. 33).

governador mandou, para a área infestada, em Agosto de 1770, um destacamento de cavalaria, parte da guarnição do presídio do Encoje e nativos vassalos das províncias confinantes, com o fim de afastar os invasores e especuladores acidentais. Comandava a coluna o capitão António Anselmo Duarte Sequeira. Não se tratava, diga-se de passagem, de uma expedição militar pròpriamente dita, para fazer guerra ao Congo, senão de uma diligência, suficientemente forte, para conseguir uma acção de limpeza numa região de elevado valor económico. Porque, é bom sabê-lo também, nas vizinhanças da serra de cobre, o vulgo colocava as famosas *serras de prata* descobertas, havia poucos anos, por um missionário, cuja garantia de existência era assegurada, a todos, pelas argolas e manilhas que circulavam nas imediações!

Despejo de libatas povoadas de *muxilongos,* recolha das sementeiras e refrega de algumas horas, foi tudo quanto de positivo alcançou a coluna repressora. Não foi muito, mas o grau da mobilização não autorizava maior rendimento. Por outro lado, a intervenção armada prejudicou, por algum tempo, o comércio ilícito da competição exótica, instalada no Zaire, e este facto representava, só por si, uma excelente justificação e um óptimo resultado para a intervenção oficial. Simultâneamente, ficou a saber-se — segundo revelação do dirigente da possessão — que a *pedra verde,* existente na célebre serra do Bembe, era *excelente cobre,* sendo trabalhado e vendido pelos respectivos proprietários, em manilhas e cadeias ([24]).

De probidade inconcussa, Sousa Coutinho deve ter reproduzido, para Portugal, as informações colhidas dos oficiais despachados para a insignificante operação militar, não só respeitante aos contrabandistas, mas também aos jazigos da pedra de *unguento* (assim chamada, pelos indígenas, por tratarem as feridas com ela). Mas, o povo da capital, após o regresso

([24]) Carta de Sousa Coutinho, para Mendonça Furtado, de 4 de Dezembro de 1769; e *idem,* para Melo e Castro, de 30 de Dezembro de 1770. (A. H. U., cx. 32).

da força armada, teria transformado em *verídica quimera,* o crédito dispensado, até ali, à *tradição profética* da cobiçada mina ([25]).

Postas as coisas neste pé, era natural o retraimento manifestado pelo governo central acerca da exploração desta duvidosa fonte de possibilidades; embora o governador tivesse lamentado, ao deixar Angola, a falta de meios que lhe impediu a sua perfeita investigação e o começo da actividade explorativa. Solicitada por tantos lados, a Metrópole não podia agir de ânimo leve em questões de monta para as portentosas terras de Paulo Dias de Novais ([26]).

Interessante também, de assinalar, a reprodução, no final do século XVIII, das horas ansiosas vividas no começo do século XVII, relacionadas com o descobrimento e a exploração da prata, sonhos fagueiros de imaginações exaltadas, que tiveram a dita de contribuir para a ocupação do território.

(4) *Fundição do ferro:* A incansável actividade de Sousa Coutinho atingiu culminâncias milagrosas com a fundição do ferro, em instalação preparada em *Nova Oeiras,* com o fito de transformar e engrandecer a economia territorial.

Suspeitando da existência de possibilidades apenas anunciadas, devido à índole inactiva do colonato e à avareza justificada dos autóctones, o governador trabalhou, aplicadamente, como alguns dos seus antecessores, para fazer de Angola um novo Brasil, seguro esteio de Mãe-Pátria. Desconhecia, possìvelmente, a tal respeito, a extraordinária actividade desenvolvida pelos valiosos executores da primeira fase da ocupação, que dificuldades insuperáveis não deixaram compensar. Todavia, em situação idêntica, alimentava propósitos do mesmo

([25]) *História de Angola,* de Alexandre Correia, págs. 43, II vol.

([26]) Acentue-se ainda que o governador, aproveitando as manilhas compradas aos naturais, fundiu duas peças de cobre e alguns sinos, destinados às fortalezas, ao navio corsário e às igrejas das missões (*Angola,* de Felner, obra póstuma, I vol., págs. 209).

quilate, subjugados, porém, por uma ânsia executora inquebrantável, jamais igualada. Assim, tendo informações sobre a existência indubitável de ferro, logo resolveu empenhar-se, por esforço próprio e com a colaboração da Metrópole, em tomar uma atitude excepcional, a favor de uma iniciativa grandiosa e invulgar, que eliminasse as sombras da apatia comodista e projectasse a economia angolana para uma prosperidade intensa e compensadora.

O governador estava inteirado, evidentemente, do malogro das tentativas feitas por António de Vasconcelos, seu antecessor, para inaugurar, no território, a exploração do valioso metal. Mas, discordando dos seus processos de trabalho, apoiados à utilização exclusiva do material indígena (pequenos foles de pele de cabra e uma bigorna adequada à pobreza dos seus inovadores), recusando-se a dar-se por vencido sem lutar e tendo necessidade de acudir às obras reais pelo aproveitamento dos recursos internos, não hesitou em tentar uma tarefa reputada impossível e em a erguer ao nível das concepções mais arrojadas.

O venerável capitão-general de Angola principiou a trabalhar em 1765, mandando dois ferreiros, sob a direcção de um prático hábil, ao distrito de Ilamba, instruídos convenientemente, para escolherem um local apropriado de trabalho, correspondente a exigências elementares de uma actividade rendosa: facilidades de extracção do ferro, boa qualidade do minério, abundância de lenha e mão-de-obra suficiente.

Escolhido um sítio adequado, depois de várias pesquisas, e feitos os primeiros ensaios, *acomodados às forjas da Europa*, os resultados foram de tal natureza, que surpreenderam os mestres: metal com «pureza de utilidade, doçura, e tenacidade», qualidade raramente verificadas numa primeira fundição de *ferro de pedra*. Perante eles, Sousa Coutinho pensou logo em que a sua fundição servisse Angola, o Brasil e a Metrópole, isto é, fosse um empreendimento em larga escala; pensamento que transmitiu a Lisboa, com amostras do ferro trabalhado, não para ser executado por si, que estava a aproximar-se do

Fábrica de ferro de Nova-Oeiras

termo do seu contrato trienal, mas para ser encarado pelo seu sucessor, a quem, na hipótese de a sua ideia merecer deferimento real, deveriam ser entregues, à saída de Portugal, homens hábeis, capazes de um serviço consciencioso e limpo (27).

Em face das surpreendentes promessas de uma iniciativa de alto preço e fora do comum, o governo central não hesitou em auxiliar o seu representante, dando-lhe carta branca para agir, prometendo-lhe protecção, enviando-lhe práticos competentes e remetendo-lhe alguns objectos feitos das amostras do metal despachado para o Continente. O seu contrato, como se sabe, foi ampliado, automàticamente, por demora na sua substituição.

Entretanto, sendo incapaz de perder tempo à espera de um despacho régio, para resolver problemas defendidos pela sua consciência e pela sua aguda interpretação das realidades, Sousa Coutinho já havia montado uma *fábrica provisória de fundição,* à chegada da anuência governamental aos seus intentos. De modo que, rejubilando com o tom favorável e encorajador da resposta metropolitana, se lançou, com o maior ardor, na materialização do seu programa, fruto amadurecido da sua especial idoneidade e do seu inconfundível espírito empreendedor.

Colocado entre o *Luinha* e o *Lucala,* depois de abatida uma serra entalada entre os jazigos e os dois rios, o novo estabelecimento, com um grupo de 400 homens, rendia, sem dificuldade, entre quarenta a cinquenta quintais de ferro mensais, cujo custo se fixara à razão de 1.600 réis cada quintal. Tinham sido tomadas, como fora recomendado pelo chefe do território, todas as medidas concernentes ao bom êxito da empresa: facilidades de mão-de-obra, convenientemente remunerada; abundância de lenha para carvão; minas provàvelmente inexauríveis; e sistema admissível de transportes, por meio de carregadores, segundo o uso interno.

---

(27) Carta de Sousa Coutinho, para Lisboa, de 18 de Dezembro de 1765. (A. A., IV vol., págs. 215, I série).

A condução do ferro (tão bom que se fundia sem água para se lhe tirar a terra, operação ainda não verificada na Europa), por meio de carregadores, não se adaptava, evidentemente, a uma produção maior, que era preciso alcançar. Para tal efeito, o governador pensou em utilizar carros de bois, chegando a mandar procurar gado próprio e adequado aos seus objectivos; depois, lembrou-se também de se servir de jumentos, provenientes do Brasil, que eram mais parcimoniosos na alimentação e tão grandes como machos, acabando por pedi-los ao conde da Cunha.

Tratando-se de uma iniciativa vultuosa, compreendeu o governador, e muito bem, ser preciso nomear um intendente e um almoxarife, com residência na fábrica, um para dirigir os trabalhos e outro para fazer pagamentos e arrecadações, e nesse sentido fez uma diligência junto do ministério ([28]).

Mais tarde, em 24 de Outubro de 1768, chegando mestres ferreiros, da Metrópole, para desenvolver a exploração fabril, Sousa Coutinho nomeou, como intendente, o capitão António Anselmo Duarte de Sequeira, a quem deu rigorosas instruções. A respeito dos nativos empregados no real serviço tomou, igualmente, algumas providências. A partida dos novos elementos de trabalho, para o local da exploração, baptizado com o nome de *Nova Oeiras*, em homenagem, por certo, a Sebastião José de de Carvalho e Melo, a partir de 1767, deu-se no dia 3 de Novembro do citado ano de 68 ([29]).

Com gente apta, ia fazer-se, agora, uma fábrica, ou, para melhor, um conjunto de fornos capaz de materializar o sonho de grandeza divisado pelo grande capitão-general de Angola. Como na Biscaia havia 196 fornos de fundição, numa extensão

([28]) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 29 de Dezembro de 1766. (A. H. U., cx. 31).

([29]) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 20 de Novembro de 1768; *idem* para o intendente, de 31 de Outubro do mesmo ano; e portaria, sobre os pretos empregados no Real Serviço da Fábrica de Ferro. (A. H. U., cx. 32).

de nove léguas, o governador recomendou, expressamente, que se não hesitasse em fazer depender o lucro do empreendimento da multiplicação aconselhável das unidades de trabalho. É claro que essa multiplicação dependia da existência de três condições básicas, e Sousa Coutinho chamou a atenção dos seus subordinados para elas: construção de açudes e de outras obras fluviais, relacionadas com o número de fornos em actividade; preparação de muitos oficiais idóneos, para tapar as brechas abertas pela insalubridade climática; e aplicação dos melhores e mais rendosos métodos de trabalho.

Estava-se a trabalhar, simultâneamente, noutro local, denominado *Novo Belém*, mas Sousa Coutinho mandou abandoná-lo, passando o ferro ali existente para a instalação principal, de *Nova Oeiras*. Medidas de protecção agrícola foram tomadas, concomitantemente, de maneira a não faltarem alimentos ao novo aglomerado populacional. E toda a mecânica complementar, respeitante a serviços, pagamentos, cooperação europeia e mercados, foi encarada e regulamentada com sábia e acautelada experiência: os mantimentos e o sal destinados a liquidações deveriam ser comprados, de preferência, ao dizimeiro e, em segundo lugar, aos *povos* do novo aldeamento; rigorosamente proibida a aplicação dos pretos empregados na fábrica a outras tarefas; abertura de concessões para a mão de obra europeia interessada pelo valioso cometimento; e, finalmente, a criação de uma praça pública, dentro da povoação, para a venda das produções locais e das vindas de fora, com o fim de evitar monopólios ou *travessias* especulativas ([30]).

Tudo previsto e disciplinado dentro da mentalidade superior do condutor do território e dentro de um espírito suspensivo das tendências abusivas correntes; tudo carrilado de molde a funcionar sem óbices irremovíveis, com o maior rendimento

([30]) Os sobas fornecedores de mão de obra ficavam isentos de pagamento dos dízimos; e os trabalhadores das áreas isentas dos dízimos receberiam 60 réis diários, em fazenda, sal e mantimentos, enquanto os das outras regiões perceberiam 80 réis.

da acção conjunta; e tudo temperado pela larguíssima visão de um verdadeiro chefe, num antegoso justificado da enorme utilidade dos seus amplos esforços: um verdadeiro conto de fadas lançado para as terras do Golungo, a varrer a testada de uma improdutividade clássica, adaptada à terrível economia territorial, e a erguer bem alto um dinamismo e uma devoção dignos de figurar como testemunhos auspiciosos de resgate.

A miragem, porém, não foi duradoira, a despeito das arrelias, das insistências, dos cálculos, das ordens e das providências constantes, que transformaram a vida do governador em mar agitado de preocupações. A 6, a 8 e a 29 de Dezembro, isto é, poucos dias após a chegada, três dos quatro biscainhos vindos da Metrópole como mestres-ferreiros tiveram morte prematura, seguindo-se-lhes, a pouca distância, o último companheiro. A desaparição dos técnicos da fundição, por assim dizer inesperada, atribuiu-se à sua vida desregrada, em clima impenitente, sobretudo aos excessos das libações, provocados pelo calor, e à impropriedade dos alimentos. Embora em *Nova Oeiras* houvesse um médico, um sangrador e uma botica, nada valeu aos dislates de um grupo inadaptado, de renitentes aos conselhos práticos, tocado como estava pela aza negra do escorbuto, em período latente das *carneiradas* (31).

Sousa Coutinho sofreu um profundo desgosto com tamanha calamidade, de difícil e custosa remoção. Representando, dolorosamente, o protelamento da sua esgotante iniciativa, o desaparecimento dos mestres fundidores constituiu, portanto, a mais cruel investida da adversidade contra a sua inegualável perseverança. Todavia, o grande condutor de Angola não se deixou desanimar. Pelo contrário: reagindo, denodadamente, contra a sua pouca sorte, aproveitou os desenhos deixados pelos malogrados instrutores e os ensinamentos da sua única fundição, fez uma nova planta para as instalações definitivas e mandou executá-la pelo pessoal hábil, branco e preto, do estabele-

(31) Os biscaínhos eram: João Manuel de Echeverria, Francisco Xavier de Zulaago, José de Retolaza e João de Echenique.

cimento. Paralelamente, informou a Metrópole do que se passara e pediu mais fundidores, instruindo as solicitações com plantas dos trabalhos em curso, para cabal satisfação dos seus superiores hierárquicos.

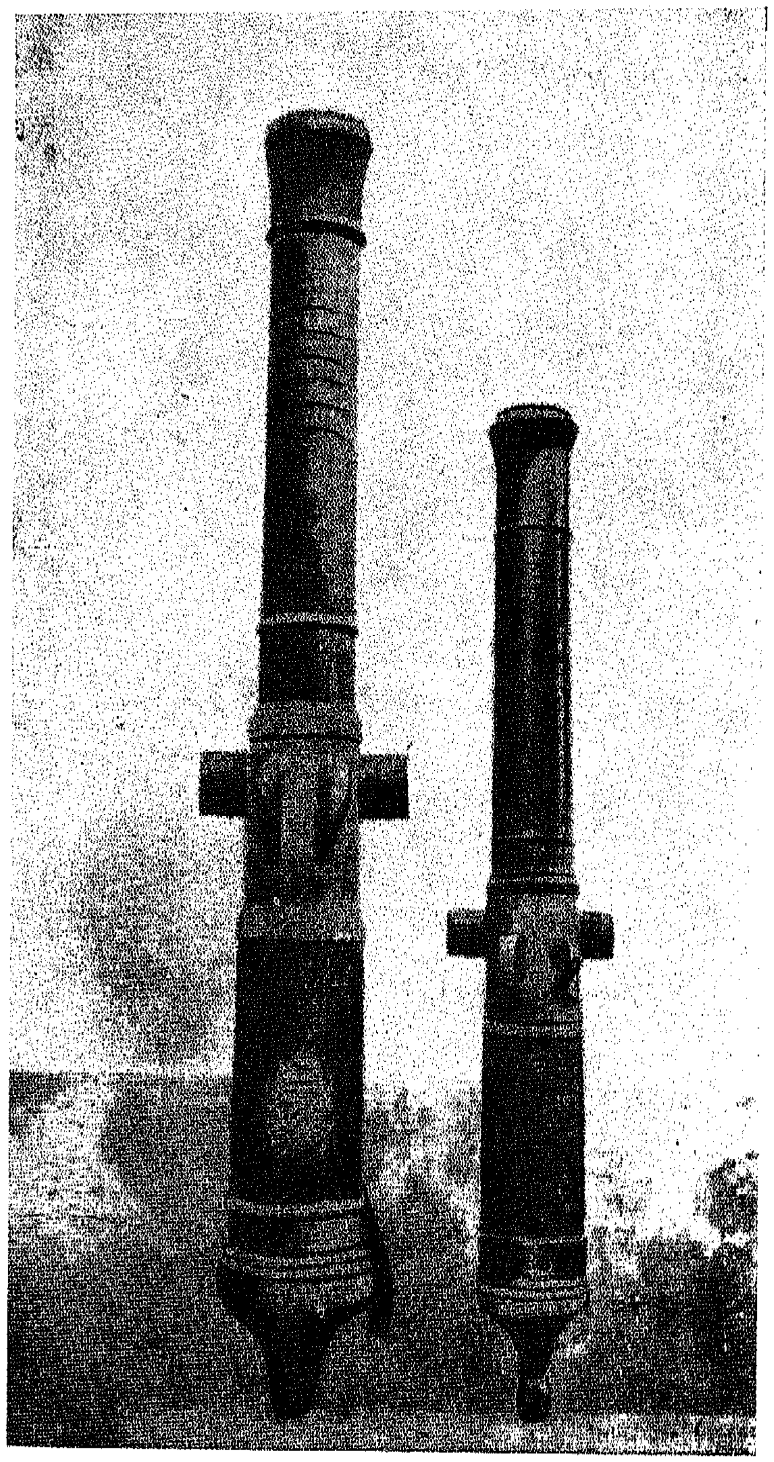
Transparece das suas próprias palavras, o espírito altaneiro que animava o filho de Rodrigo de Sousa, para quem a arte de governar era sinónimo de esforço contínuo, despido de comodidade: «Sem embargo de que pode V. Ex.ª estar na firme segurança de que enquanto eu puder remar contra a maré, e contra os ventos, hei de deixar bem pouco que fazer ao meu sucessor; contudo como o bom sucesso do trabalho, não está na minha mão, devo humildemente pedir a V. Ex.ª seja servido recomendar-lhe vivamente a continuação, e aumento desta Fábrica, tão util ao Real Serviço, e aos Povos; porque ignorando ele no princípio a terra para que vem, e as ilusões que lhe farão com capa de virtude, e de zelo, deve saber, que domina a preguiça de tal forma, que os maiores empregos, e os maiores soldos se destinguem somente pela maior frouxidão, e pelo maior ódio ao trabalho; e para que estes vícios passem sem nota, e sem alteração, é preciso que incutam tais medos ao governador, que encerrado ele em casa, descanse, e deixe descansar a todos os outros; por cuja causa se zela tanto o trabalho alheio, como o próprio, fonte esta de todas as desordens, e de todos os danos, que tem experimentado o Real Serviço, e o bem dos Povos deste reino; e ainda que todo o meu desvelo tem sido bem continuado para arrancar este abuso, estou bem certo, que se puder ressuscitar em outras mãos, tarde, ou cedo ha de levantar a cabeça.»

A decisão inquebrantável de Sousa Coutinho travava, evidentemente, a mais severa batalha da administração pública angolana, encaixada em ambiente deletério de sociedade escravocrata, num clima tropical. Mas, como vimos, não agia com desconhecimento de causa, nem com ausência de força de vontade. Depois, um descernimento era lógico: se os biscaínhos encontraram uma organização principiada, que bastante os surpreendeu, pela sua perfeição e pela sua eficiência, os trabalhos futuros, continuados por igual processo e em moldes mais

precisos, seriam, necessàriamente, superiores. Assim não faltasse a persistência, virtude bem pouco exagerada, quanto ao governador, ante a munificência do resultado da execução dos seus patrióticos objectivos: a montagem e o funcionamento da maior fábrica de ferro até então registada no mundo!

Até 4 de Julho de 1771, data em que chegaram novos fundidores de Lisboa, com plantas, modelos e instruções, o incomparável realizador desfez-se em energia para materializar os seus nobilíssimos intuitos. Dificuldades de toda a ordem, sobretudo a falta de um dirigente capaz, mantinham-no, contudo, bastante afastado da meta fugidia. Efectuado o reforço do quadro técnico, com Joaquim Bessa Teixeira arvorado em intendente dos importantes serviços públicos, a ofensiva para a conclusão da obra recrudesceu, com intensa alegria do governador, por ver que os planos remetidos pelo governo central se confundiam com os seus e que se aproximava, finalmente, do fim da sua amarga luta; um tiroteio infernal de correspondência foi disparado para o sertão, para remover fuga de mão-de-obra e dificuldades de angariamento, incompatibilidades pessoais, fornecimento de alimentos, escolha de material, preparação de cal, tejolo e telha, organização de trabalhos e instalação de algumas centenas de casais de nativos.

Disposto a entregar a exploração dos jazigos de ferro a Luís Cantofer, em 1770, contra o pagamento das despesas efectuadas pelo governo (as grandes tenacidades também sofrem de desalentos momentâneos sob a arremetida constante das desilusões desconformes), Sousa Coutinho pôde experimentar o inefável prazer de ver concluída a sua ingente tarefa, em Julho de 1772, à qual faltava, para funcionar, pedra própria destinada ao cadinho ou *ouvrage* do forno da fundição, já demandada para o Brasil. Dos novos mestres chegados, por esta altura, apenas dois não pertenciam ao número dos vivos (Pedro Simões e Manuel Simões), facto considerado como uma autêntica vitória. De resto, todo o pessoal empregado no estabelecimento respirava saúde e disposição para, exactamente no fim da administração do inegualável dirigente, se inaugurar o



Canhões de bronze construídos na fundição de Oeiras

Ruínas do edifício do Tribunal de Massangano

empreendimento mais grandioso registado nos anais de Angola, verdadeira coroa de glória de formidáveis aptidões.

Quando Sousa Coutinho deixou Luanda, em Novembro de 1772, as pedras para o cadinho ainda não tinham chegado do Brasil, mas já estavam, na cidade, os jumentos provenientes da mesma origem, para instalar um novo sistema de transportes. Envelhecido e doente, o governador embarcou satisfeito com a sua consciência, mas aborrecido por não ter inaugurado a fundição definitiva de *Nova Oeiras*, pois tinha a certeza de que ela não despertaria, em mais ninguém, dedicação e entusiasmo como os seus, que tocaram as raias do sacrifício exorbitante. E, realmente, assim foi. Porque, afastada de Angola a sua mão de rédea, esperiente, tenaz e impulsionadora, a exploração do ferro do território desarticulou-se e esqueceu, sob o comodismo imperturbável das gerências de rotina (32).

5) *Golpe frustrado nas prerrogativas de Massangano:* Acrescentemos mais umas novidades ao capítulo da assistência religiosa, que a intervenção de Sousa Coutinho elevou também, como já dissemos, a uma craveira de realidades de assinalada recuperação: consertados todos os templos arruinados e levantados outros onde os não havia, como, por exemplo, em Calumbo; seguramente protegidos os missionários, sob a convicção de que os mais prestáveis eram os que entravam e saíam da *conquista* só com o breviário; e censurados os maus clérigos, esquecidos das suas obrigações, dispostos a prejudicar o bom andamento diocesano.

A passagem, por Luanda, em 1765, do bispo de Macau, em nau francesa da Companhia da Índia, comandada por João

(32) Cartas do governador, para Lisboa, de 25 de Novembro e 3 de Dezembro de 1768; de Luís Cantofer, para o governador, de 18 de Agosto de 1770; de Lisboa, para o governador, sobre os biscaínhos, de 13 de Setembro de 1770; e do governador, para Lisboa, de 12 de Agosto de 1771 e de 25 de Janeiro, 5 de Fevereiro, 20 de Julho e 8 de Outubro de 1772. (A. H. U., cx. 31, 32, 33).

Paulo Very de S. Romains, foi outro acontecimento importante da vida eclesiástica provincial, do tempo do filho de Rodrigo de Sousa ([33]).

Manteve-se a onda de deportações políticas, canalizada para Angola pela ditadura pombalina, durante a gestão do memorável comendador da Ordem de Cristo, deixando a maioria dos condenados, pelo território, as suas atribuladas vidas, devida ao clima, ao abatimento moral e à severidade das penas. Entre eles, figurou um grupo de cinco jesuítas, despachados pela Junta da Inconfidência ([34]).

Finalmente, a respeito de Massangano, o governador navegou, logo de entrada, nas mesmas águas do seu antecessor, devido ao estado de pobreza atingido pela vila; quer dizer, preconizou a imediata extinção do Senado Municipal, ou fosse um rude golpe nas prerrogativas do aglomerado ribeirinho, e isto em virtude da sua composição por elementos nativos, dedicados à intriga e à discórdia. Também propôs a extinção do lugar de juiz ordinário ([35]).

([33]) Carta do governador, para Lisboa, de 18 de Maio de 1765. Com o bispo viajava um frade graciano que, apenas desembarcou, armou uma loja, na cidade, facto provocador de imediata reacção, por parte de Sousa Coutinho, que obrigou o sacerdote a recolher ao navio, onde ficou sob vigilância. (A. H. U., cx. 30).

([34]) Do meio da apreciável falange deslocada até Angola, queremos registar ainda os seguintes nomes: Luís António de Brito, chegado a Luanda em 28 de Outubro de 1764 e falecido em Caconda, em 26 de Junho de 1768; Alexandre Botelho, condenado pela Junta da Inconfidência, falecido em 1769, em Massangano; e o padre Gabriel Braga, religioso observante da Província da Soledade, morto a caminho de Alba Nova, na mesma altura (*O Reino de Benguela,* do autor, e carta do governador, para Lisboa, de 30 de Julho de 1769, in A. H. U., cx. 31).

Em 22 e 26 de Outubro de 1768, faleceram dois padres, também condenados pela Junta da Inconfidência, Manuel Girau e Manuel Gonzaga. (Carta do governador de 26 de Novembro de 1768, A. H. U., cx. 31).

([35]) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 28 de Março de 1765. (A. H. U., cx. 30).

Três anos volvidos, constando, ao chefe da possessão, que os tutores dos órfãos da vila lhes haviam roubado os bens e que os bens do Hospital e da Misericórdia, chegados ao último extremo, haviam sido vendidos em almoeda, voltou a insistir, para Lisboa, na sua proposta inicial, demonstrando o perigo da manutenção de uma anormalidade prejudicial ao bom andamento da marcha pública ([36]).

O governo central, no entanto, não concordou com o cancelamento das duas remotas regalias de Massangano. Esta discordância, todavia, não alterou o equilíbrio e a exacta compreensão de Sousa Coutinho, que não desprezou, por sua causa, os enrodilhadores encartados da terra, embora mandasse devassar as suas roubalheiras. Realmente, como a insuficiência dos componentes do município os impedia de exercer cabalmente as suas funções, fez um edital, por eles, destinado a fixar os preços de certos artigos, a troco de sal, que fora tornado moeda corrente, depois da fundação de *Nova Oeiras* ([37]).

Continuava a brilhar a estrela protectora da aldeia fundada por Paulo Dias de Novais. A sua ruína económica e o seu declínio demográfico aconselhavam uma redução de privilégios administrativos, instaurados nas primeiras horas da ocupação; mas o Poder Central não compartilhava dessa opinião, respeitando um passado cheio de grandeza e de sacrifício, na esperança do futuro remediar um período de regressão, que se não coadunava com as leis da ocupação territorial. *Vila Vitória* pôde resistir às informações e às sugestões do capitão general de Angola, mas não soube ser vingativa ou discordante; e nesta atitude mostrou, ao menos, um somatório de virtudes, dignas de apreço, que lhe beneficiaram o mau reclame com que a brin-

([36]) Carta do governador, para Mendonça Furtado, de 20 de Fevereiro de 1768. O provedor da Misericórdia vendera, realmente, por geribita, um cálice e uma pátera da igreja. (A. H. U., cx. 31).

([37]) «Forma de bando que Sua Ex.ª mandou para se publicar em Maçangano em nome do Juiz, Vereadores e mais oficiais do Senado da Câmara da dita Vila» (A. A., vol. III, I série, págs. 333).

davam, Realmente, foi da localidade de onde partiu, dentro do território, o maior elogio feito à acção de Sousa Coutinho, o incansável obreiro de um Portugal Maior: «bem mostra ser no reino outro Salvador Correia de Sá e Benevides, que se este restaurou do holandês, V.ª Ex.ª se esmera em restaurá-lo do maior consumo em que se acha da suma pobreza, já facilitando o comércio dela, já aumentando aos miseráveis» (88).

Pode haver, nestas palavras, evidentemente, uma dose de lisonja, destinada a amaciar possíveis reacções de natureza punitiva. No entanto, elas representavam a expressão rigorosa da verdade, que os factos nos deixam apreciar, calmamente, tantos anos volvidos, sem o calor das paixões e sem as alternativas da incredulidade.

*

* *

A síntese de Massangano não podia ter sido mais feliz: outro Salvador Correia, não perante o jugo holandês, senão perante a miséria do descalabro geral, eis como poderemos classificar, realmente, com toda a propriedade, o sucessor de António de Vasconcelos.

Jamais um homem dotado de tantas qualidades se sentara na cadeira governamental de Angola, sem elas se alterarem com as doenças, as arrelias, as canseiras e as desilusões; nunca um chefe da possessão conseguira desdobrar-se, ao mesmo tempo, em prol dos serviços públicos, do comércio, da indústria, da colonização, da defesa militar e da projecção intercontinental; em tempo algum um reformador categorizado se dispuzera a sanear o ambiente social, de maneira a moralizá-lo à europeia

---

(88) Carta do Senado de Massangano, para o governador, de 3 de Dezembro de 1771. A Câmara, nesta altura, era composta por Ambrósio José da Conceição, António Fernandes Frango, António de Barros e Manuel de Araújo Cinza. (A. A., I série, Vol.t III, págs. 325).

e a substituir o direito consuetudinário por normas sensatas e renovadoras de direito público e privado.

Que pretendia fazer de Angola o infatigável condutor do século XVIII? Um país semelhante ao Brasil, em franco desenvolvimento: com as fronteiras definidas e ocupadas, tanto a norte, como a sul, para assegurar a integridade territorial; com os planaltos de Benguela a regorgitar de brancos e pretos, dirigidos por autoridades civis, religiosas e judiciais, dedicados à vida patriarcal da lavoura e do comércio; com as relações estabelecidas com os decantados *Rios de Sena,* depósitos de oiro e outras grandes riquezas; com a actividade privada integrada na exploração do sub-solo, onde o ferro e o cobre ocupavam lugares de relevo; e com uma política de integração racial, praticada em moldes justos e humanos. Um ou outro destes objectivos ocupara a atenção dos seus antecessores; mas todos, simultâneamente, numa pretensão ostensiva e insaciável de aproveitar, com resultados, uma curta estadia em Angola, foi obra jamais concebida e tentada por qualquer colega seu.

É verdade pertencer, ao governo central, em boa parte, o rol de execuções que ilustraram a passagem, por Luanda, de Sousa Coutinho. Tal como sucedera nos dois governos anteriores, do conde da Cunha e de António de Vasconcelos, a administração de D. José I fez-se sentir, no território, de maneira invulgar, durante a sua gestão, impondo programas de recuperação e combatendo todas as velharias perniciosas e insustentáveis; e tão importante serviço foi esse que, se a ditadura pombalina merece reparos, quanto à sua intervenção em Portugal e no Brasil, nada mais do que aplausos sinceros lhe grangeou o papel que exerceu no património legado por Diogo Cão.

Mas é certo também o êxito das instruções ter dependido da capacidade do executor, que as interpretou fiel e diligentemente, limando-lhes as arestas para as tornar exequíveis; ter mesmo ampliado as suas concepções e os seus objectivos e ter agido com extraordinária felicidade, filha de firmeza de ânimo e da competência directiva, de molde a não claudicar a certeza

do triunfo; e ter feito uma *mística sensacional* da transformação do território, em todos os sectores particulares e oficiais, quer cumprindo e remediando, quer inovando e resolvendo, que o obrigou a desdobrar-se em torrentes de milagre e a instaurar uma época nova para a comunidade. Outro fosse o homem sentado no *palácio* de Luanda, e outra, bem mais diminuída, teria sido a obra efectuada em oito anos de acção, destituída de cooperadores idóneos e de elementos de trabalho.

Diligente, activo, pertinaz, genial, Sousa Coutinho foi o homem que melhor compreendeu o admirável futuro reservado a Angola e quem mais trabalhou em seu favor; que se esforçou por resolver o problema do Zaire dentro das normas defendidas por Salvador Correia e Francisco de Távora, dois expoentes máximos também da órbita dos executores privilegiados; e que se conduziu sem mancha, a despeito da ruína da sua casa do Brasil, dentro do ambiente venal de Luanda, ao ponto de poder escrever, na hora da saída, esta confissão de incorruptível honorabilidade: «tudo que comi e dei, que não foi pouco, se comprou nas praças públicas, *como se fosse o mais miserável dos homens*».

Não se curvava a lisonjas, o surpreendente autor do regimento dos capitães-mores da possessão; compreendendo-lhes a finalidade, fugia a elas, para se não imobilizar perante os desejos dos seus maquiavélicos autores. Tão pouco admitia informações prestadas, sobre a marcha pública da província, por interventores monopolistas da sua circulação, como fizeram os seus antecessores. Menos incutidos sobre o país e sobre o seu péssimo clima, para *encerrarem* o governador e o levarem a não ver tudo, a não atender os necessitados e a não agir, em igualdade de situações, a favor de todos, foram dandões afastados pela sua independência e pela sua compreensão dos defeitos humanos.

Perseguidor contumaz das violências exercidas sobre as populações nativas, cuja mentalidade, compreendida dentro dos seus verdadeiros limites, encontrou nele um protector intransigente dos seus direitos; animador resoluto da suficiência ali-

mentar, da qual dependia a saúde das populações e o combate às avitaminoses; intérprete experimentado das queixas acumuladas pela ignorância dos negros e pela malícia dos brancos, de molde a expurgá-las de intuitos reservados e odiosos, para exercer justiça perfeita e digna; Sousa Coutinho foi, indubitàvelmente, um chefe modelo, excepcional, que a História consagrou, definitivamente, com as palmas da sua honrosa glorificação.

Perante a sua gigantesca personalidade de homem público, aliada ao trato pessoal afável, à condescendência carinhosa, à simpatia natural, ao rápido poder de convicção, compreende-se, perfeitamente, que os seus verdadeiros admiradores lamentassem a sua partida e a chorassem, numa espontânea homenagem ao seu carácter, ao seu esforço heróico, à sua obra monumental, à sua implantação de novos rumos; — ele que embarcara com os cabelos embranquecidos pelo sofrimento e pelas moléstias, que se desfigurara com os desenganos, que estivera atento até ao último minuto e que deixara, ao seu substituto, um extenso relatório das suas experiências, dos seus propósitos e das suas realizações.

Descobrimento / Povoamento / Evangelização do Arquipélago de Cabo-Verde

Pelo P.e *ANTÓNIO BRASIO, C. S. Sp.*

Às caravelas
que pelo mar de outrora navegavam,
surgiam no horizonte as Ilhas belas...

Afonso Lopes Vieira

Celebra este ano a Nação inteira, desde o extremo oriente de Timor até Cabo Verde, no quase extremo ocidente do mundo português, o passamento e a obra desse Homem eminente, de que a Providência só a Portugal fez graça, o Infante D. Henrique. Mas Cabo Verde, parte integrante e inalienável do corpo e da alma de Portugal, não festeja apenas, como as restantes parcelas da Pátria lusíada, o Navegador audaz, o Cruzado intimorato, o inventor genial do regime dos ventos do Atlântico, mas ainda o Homem sob cujo mando foram arrancadas estas Ilhas ao mistério do Mar Tenebroso, o Homem à luz de cuja mística foram povoadas, se iniciou o processo histórico da sua recuperação, valorização e cultura, que as torna inconfundíveis e as personaliza ainda hoje no vasto mundo que o português criou.

Salda-se jubilosamente, com a alma em festa, uma dívida de gratidão. Festa do sentimento, alvoroço do coração, que o

povo cabo-verdiano sabe manifestar no seu lirismo sentimental, na arte coreográfica em que é exímio, na voz inspirada dos seus poetas e até na nostalgia melancólica das suas serranias bravas, que se apega às almas.

Sempre que nos é dado o privilégio de pisar qualquer parcela de Portugal Ultramarino — arrancada a golpes violentos de montante a dominadores intrusos, ou às brumas do mar que ciosamente a guardavam no seu manto de neblina — sentimos corporizar-se em nós, num sentimento inexprimível de intensa vivência histórica, toda a grandeza, toda a glória, todo o orgulho de ser português. Foi assim um dia em Goa em 1952, foi assim um dia em Ceuta, em 1958, foi assim aqui, logo que pisámos esta sagrada terra portuguesa, amassada no sangue da nossa gente, regada com o suor de gerações inteiras. Podem falar-nos de nações mais ricas, materialmente mais progressivas, culturalmente mais avançadas. Bem as conhecemos, mas nenhuma nos causa inveja. Por nenhuma delas trocaríamos Portugal, como por nenhuma outra mulher, por mais rica, mais nobre, mais opulenta que ela seja, trocaríamos nossa Mãe! Hoje, mais do que nunca, damos graças a Deus por termos nascido português!

A madre-terra com os seus dramas, as suas angústias, os seus trágicos tormentos, amamo-la todos, ainda quando nos parece tomar ares ou atitudes de madrasta: é a *nossa* terra, que nos viu nascer, que nos criou, que nos amamentou, que talvez nos torturou, mas à qual queremos tanto, que a preferimos a todas, até para morrer! É a nossa mãe! São nossos os dramas da nossa terra, como são nossos os dramas do nosso mar! O vosso, o nosso inspirado poeta Jorge Barbosa, o cantou como ninguém:

O drama do Mar,
o desassossego do Mar,
sempre
sempre
dentro de nós!

O Mar!
cercando
prendendo as nossas Ilhas,
desgastando as rochas das nossas Ilhas!

O Mar!
Pondo rezas nos lábios.

O Mar!
dentro de nós todos,
no canto da Morna...

Faz hoje, exactamente hoje, ano por ano, dia por dia, 540 anos que o Papa Martinho V, em quatro bulas de alcance excepcionalmente transcendente, constituiu o Infante D. Henrique administrador apostólico da Ordem de Cristo, com tão vastos poderes, que só a singular confiança que ao Papa podia merecer D. João I, que os pediu, e o Infante seu filho, levou a outorgar-lhos. Os bens móveis e os rendimentos dos imóveis da riquíssima Cavalaria de Cristo, herdeira dos Templários, os rendimentos das terras descobertas sob a sua bandeira, desde as Ilhas atlânticas, «contra Guiné» até aos Índios, com as bênçãos e os estímulos do Papado, ficavam deste modo ao dispor desse novo monge e anacoreta das arribas de Sagres, todo consagrado a um alto Ideal, de serviço de Deus, dilatação da Cristandade, guerra de extermínio à perfídia agarena, revelação dos mundos ignotos; para «haver de tudo manifesta certidom», no dizer de Zurara.

O dia 25 de Maio de 1420 é um marco miliário na história de Portugal no Mundo, na história da Civilização, na história da Cristandade.

Document historique s'il en est, chamou o historiador belga Dom Martial De Witte a um desses diplomas pontifícios, documento que todos os historiadores procuravam àvidamente haver às mãos, mas que ninguém conhecia. Não se pode exprimir o estado de alma, o calafrio emocional que sentimos um dia no

Arquivo do Vaticano, ao cair-nos sob os olhos o sensacional diploma, tão afincadamente buscado, seguido de mais três, todos da mesma data, corroborando, para além de toda a medida e suspeita, a liberdade de acção do Infante dentro da Ordem de Cristo.

O grande místico, o genial sonhador do barlavento algarvio, o sagaz perscrutador dos mares, o cruzado iluminado e insatisfeito, tinha enfim os meios materiais, para, ao serviço de Deus, de Portugal, da Igreja e da Civilização cristã, lançar os seus homens ao mar largo, no caminho da grande aventura, na descoberta marítima da rota das Índias e do Novo Mundo. Foi assim que, mandadas pelo grande solitário de Sagres,

Às caravelas
que pelo mar de outrora navegavam,
surgiam no horizonte as Ilhas belas...

E elas àquelas Ilhas aproavam,
ao vento davam suas pandas velas!

Foi desta maneira, que num dia de Maio de quatrocentos, surgiram no oceano, estas Ilhas do Cabo Verde, tantos séculos encantadas.

De longe, as Ilhas, sobre o mar poisando
os mareantes todos encantavam.

E eles viam colinas verdejando,
quase ouviam as fontes que cantavam...

I — O descobrimento

Chegou o momento de entrarmos em assunto mais prosaico, talvez mais árido, mas decerto mais científico: o estudo crítico, quanto possível iluminado pelos documentos, estudo de certezas e de hipóteses, do descobrimento destas Ilhas atlânticas, aqui postadas entre três continentes. É este um dos dois capitais acontecimentos que celebramos: o meio milénio do achamento do arquipélago.

Se Mendes Correia lhes chamou a «vanguarda da grande convexidade ocidental africana» (1), o Prof. Richard Patee observou oportunamente que se trata de «ilhas *atlânticas* e não *africanas*, (pois) a sua orientação é para fora e não para o lado do continente» (2). Geològicamente, històricamente, culturalmente e até etnográfica e etnològicamente, as Ilhas do Cabo Verde voltam as costas ao continente africano. Abismos submarinos de dois a três mil metros as separam da África Negra. Augusto Casimiro, mimoso escritor e inspirado poeta, chamou-lhes um dia, ao contemplá-las do mar, com suas montanhas nuas, seu negro corpo de lava arrefecida, em que há rubros de chama e tons de cinza, «uma frota de galeões dispersos e petrificados» (3).

«Cabo Verde não tem história anterior aos portugueses — escreve o citado Prof. da Universidade Laval, do Canadá — de maneira que se trata duma terra de profundas e indiscutíveis raízes lusitanas, onde os títulos ou diplomas da presença portuguesa não estão expostos à discussão ou à dúvida». O ponto essencial, no aspecto histórico e até no aspecto político — que hoje sobreleva, para muitos, a todos os considerandos — é que Cabo Verde foi descoberto por Portugal e que todas as suas ilhas, encontradas completamente desabitadas, foram povoadas por Portugal e mais ninguém. Estes três factos indesmentíveis — descobrimento, povoamento e acção exclusiva de Portugal — são títulos de posse que não admitem discussão entre pessoas

(1) *Ultramar Português/Ilhas de Cabo Verde*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954, pág. 5.

(2) *Portugal em Africa, Lisboa*, Agência Geral do Ultramar, 1959, págs. 61 e 62-63. O autor recebeu o doutoramento «honoris causa», na Faculdade de Letras de Coimbra, em 10 de Julho de 1960, dissertando sobre «Portugal na Africa Contemporânea», tese que foi publicada pelo Instituto de Estudos Ultramarinos, da mesma Faculdade.

(3) *Ilhas Crioulas*, Lisboa (1935), Cadernos Coloniais, n.º 3, pág. 5.

sérias e honestas. E com quem nem é sério nem honesto, valerá realmente a pena discutir?!

Mas descobertas, em concreto, *quando*? Descobertas, afinal, *por quem*? Resumem estas duas perguntas tão singelas dois dos mais complexos, dos mais obscuros e talvez dos mais embaraçosos problemas da história dos descobrimentos portugueses. Esta opinião, partilhada, aliás, pelos historiadores realistas, revela e traduz a dificuldade enorme que se nos oferece de singrar tranquila e seguramente neste mar de escolhos.

Todavia, nem tudo é nevoeiro, certas claridades, algumas certezas básicas possuímos que nos podem permitir avançar determinadas conclusões seguramente aceites: 1) As Ilhas do Cabo Verde foram descobertas em dois grupos e em viagens distintas e sucessivas; 2) O grupo oriental, composto das ilhas do Sal, Boavista, Fogo, Brava, Santiago e Maio, foi encontrado «em vida» do Infante D. Henrique, e portanto por seu mandato ou consentimento, como ainda veremos; 3) O grupo ocidental, formado por S. Nicolau, S. Vicente, Ilhéus Raso e Branco, Santa Luzia e Santo Antão, foi achado por mandado do Infante D. Fernando, consequentemente depois do falecimento do Infante D. Henrique, ocorrido em 13 de Novembro de 1460.

Estes os factos que não dão pano para controvérsia. Os documentos são claros. A carta régia de 3 de Dezembro de 1460, doando a D. Fernando as ilhas descobertas no mar oceano, menciona explicitamente a ilha de S. Jacobo (Santiago) e Filipe (Fogo), a ilha das Maias (Maio), a ilha de S. Cristóvão (Boavista) e a ilha Lana (Sal) com todas as rendas, direitos e jurisdições, como as havia o Infante D. Henrique, podendo-as possuir depois dele seu filho varão, como em vida as houvera o mesmo Infante (4). Controvérsia, se a há, limita-se a um ponto secundário, isto é, a esclarecer se se tratava de quatro ou de cinco ilhas.

(4) Padre António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*, Lisboa, 1958, II Série, vol. I, pág. 409.

Tem-se geralmente admitido que foram *cinco* as ilhas orientais descobertas «em vida» do Infante e o Prof. Damião Peres, mestre da história dos descobrimentos, assim o pensava na sua obra mestra (5), tendo mudado posteriormente de parecer (6), cremos que erradamente.

Um exame mais atento do documento de 3 de Dezembro de 1460, escreve o digno Secretário Geral da Academia Portuguesa da História, mostra que referindo-se a várias ilhas, o redactor faz preceder cada uma delas, sem excepção, da locução «ilha de» ou simplesmente da palavra «ilha». «Portanto — conclui o ilustre historiador — a denominação de «S. Jacobo *e* Filipe», unidas por uma simples copulativa, é referente a uma só ilha, e não a duas, pois neste caso se teria escrito *ilha de S. Jacobo e ilha de S. Felipe.*

O Prof. Mendes Correia, não sendo embora historiador, faz notar — e partilhamos em absoluto a sagaz observação do sábio mestre — que ao tratar da ilha do Porto Santo e da ilha Deserta, o redactor do *mesmo* documento, escreve primeiro: «da ilha do Porto Santo e da ilha Deserta», distinguindo-as com a locução «da ilha», como argumenta Damião Peres. Mas, ao referir-se novamente ao *mesmo* grupo e no *mesmo* documento, Jorge Machado escreveu: «do Porto Santo *e* Deserta». Ora, se Porto Santo *e* Deserta são, incontestàvelmente duas ilhas distintas para o escriba de D. Afonso V, com igual raciocínio podemos ou temos que inferir, ser a locução «S. Jacobo *e* Felipe» expressiva não de uma só, mas de duas ilhas diferentes: a Ilha de Santiago e a Ilha de S. Felipe, depois chamada do Fogo (7).

A argumentação de Mendes Correia, como a nossa, está perfeitamente justificada pela carta régia de 19 de Setembro de 1462, que afirma terem sido descobertas «em vida do Infante D. Henrique» as ilhas que se chamavam «a ilha de Santiago, e

(5) *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943, pág. 130.

(6) *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1958, III Parte, pág. 186.

(7) António Mendes Corrêea, *Obr. cit.*, pág. 123.

a ilha de S. Felipe, e a ilha das Maias, e a ilha de S. Cristóvão e a ilha do Sal». O acareamento dos dois diplomas afonsinos de 1460 e 1462, não deixa margem a dúvidas: as cinco ilhas orientais do arquipélago foram descobertas, todas cinco, em vida do Infante, por seu expresso mandato, ou pelo menos com seu expresso consentimento, como ainda veremos.

Quanto às ilhas ocidentais, há acordo geral em que foram descobertas por ordem de D. Fernando, pelo seu escudeiro Diogo Afonso. Se quanto a este grupo não existem discordâncias na atribuição do descobrimento — D. Fernando - Diogo Afonso — também se pode apurar com relativa facilidade e suficiente exactidão, o *quando* do seu achamento, balizando-o entre duas datas limites: 3 de Dezembro de 1460, data do diploma afonsino que faz doação de *todas* as ilhas *então* descobertas — que não faz menção do grupo ocidental, sinal evidente de que ainda não era conhecido naquela data; e o documento de 19 de Setembro de 1462, que é o *primeiro* diploma conhecido que se lhes refere, explicitando-as todas, como vimos.

Ainda mais é possível averiguar: o grupo ocidental foi descoberto num inverno, que, em princípio, tanto pode ter sido o de 1460-61, como o de 1461-62, conclusão esta que pode seguramente deduzir-se das festividades do calendário litúrgico, com que foram baptizadas para a história: Ilha de S. Nicolau (6 de Dezembro), Ilha de Santa Luzia (13 de Dezembro), Ilha de Santo Antão (17 de Janeiro) e Ilha de S. Vicente (22 de Janeiro). Como, porém, o primeiro diploma que as nomeia e as doa é de 19 de Setembro de 1462, inclinamo-nos, com Damião Peres, para a hipótese do inverno de 1461-62, tendo, portanto, sido descobertas S. Nicolau e Santa Luzia em Dezembro de 1461, Santo Antão e S. Vicente em Janeiro de 1462.

a) Descobrimento do grupo oriental

Com quanta segurança e acordo dos historiadores podemos estabelecer por *quem* e *quando* foram descobertas as ilhas ocidentais, com tanta dificuldade lutamos para apurar, de maneira

certa e incontroversa, o *quando* e sobretudo o *por quem* foram encontradas as cinco ilhas de «através do Cabo Verde».

Não sofre dúvida, em tese, que foram descobertas por marinheiros da escola do Infante, ao seu serviço, por ele mandatados, ou ao menos por ele autorizados, o que implica, em qualquer dos casos, a sua interferência eficaz. Isto é o que mais importa. Mas esta doutrina não parece ter sido relevada, na polémica sem fim, e tantas vezes sem lógica, em que tem andado enredado o problema. Todavia é doutrina que se nos afigura clara e perfeitamente fundamentada em documentos oficiais.

A carta régia dada em Penela em 22 de Outubro de 1443, por autoridade do Infante D. Pedro, Regente do Reino e senhor da Vila, confirmada posteriormente em 2 de Setembro de 1448 por D. Afonso V, firmou como lei de estado: «que em vida do dito Infante meu tio, ninguem não passem (*sic*) além do dito cabo do Bojador, sem *seu mandado* ou *licença;* e os que passarem nos praz que percam para o dito Infante meu tio o navio ou navios em que assim forem e tudo o que dela trouverem; e mandamos ao nosso corregedor da corte e a todalas nossas justiças que assim o cumpram, sem alguma duvida nem embargo que a ele ponham, e fazendo o contrário sejam certos que tornaremos a elo como aos que não cumprem nosso mandado» (8). A legislação era a tal ponto rigorosa, que os mesmos navios enviados por el-Rei ou que eram pertença sua, estavam sujeitos à orgânica jurídica geral. Os descobridores do grupo oriental do arquipélago eram, portanto, de qualquer modo, homens do Infante.

Na pesquisa empreendida para apurar a data do achamento e o nome ou nomes dos marinheiros, encontram-se em presença várias teses, sufragadas quase todas por historiadores de nome feito, se bem que de valor muito desigual, se nos dermos ao trabalho de as pesarmos, libertos de preconceitos e apriorismos anti-científicos, isto é, com critério de objectividade, apegados à lição dos melhores documentos. É este, naturalmente, o nosso critério e o método que nos propomos seguir.

---

(8) Padre António Brásio, *Obr. cit.*, págs. 266-267.

Abordemos, em primeiro lugar, a classificação geral das teses em presença: a tese considerada *oficial,* por ser a tese dos diplomas da chancelaria real, que afirma o descobrimento realizado exclusivamente pelo italiano António de Noli, em ano incerto, mas «em vida do Infante D. Henrique»; a tese da crítica histórica, que se subdivide em várias, nas quais entram considerandos de estrutura a que não são estranhos — muito pelo contrário — o sentimentalismo, a política, o nacionalismo ou o patriotismo.

A primeira tese — a *oficial* — é abonada pelo diploma de doação, de 19 de Setembro de 1462 e pela carta régia de 8 de Abril de 1497, que faz doação da capitania da Ribeira Grande a quem casasse com D. Branca de Aguiar, filha de mice António genovês, que, afirma o Rei, «foi o primeiro que a dita ilha achou, e começou de povorar», segundo fora informado (9). Este último documento refere-se apenas à Ilha de Santiago.

Como não oferece discussão, deixemos arrumada e esclarecida a tese *oficial*-António de Noli, nos termos em que no-la transmitem os documentos.

A tese da *crítica histórica,* comporta, como já foi dito, variadas teses, quase todas antagónicas: a tese *Cadamosto-Noli-Usodimare* — identificados os dois italianos numa só personalidade — e a tese *Diogo Gomes-António de Noli* ou *António de Noli-Diogo Gomes.*

A tese Luís de Cadamosto é defendida, naturalmente, pelos historiadores italianos, particularmente por Amat de S. Filippo (1880) — que nos prestou o relevante serviço de provar a dualidade de pessoas em Antoniotto Usodimare e António de Noli — e por Rinaldo Caddeo, na sua estimada edição das *Viagens* do seu famoso compatriota (9a).

(9) Padre António Brásio, *Obr. cit.*, págs. 145 e 579.

(9a) Também o falecido Dr. Duarte Leite, em artigo publicado em *O Primeiro de Janeiro* do Porto, em 5 de Agosto de 1939, segue a tese Cadamosto, tentando mesmo «rehabilitá-lo» das acusações formuladas contra ele, que qualifica de «improcedentes». É uma dissertação estilo Duarte Leite e mais não precisará dizer-se...

O oficial de Marinha, o portuense Lopes de Lima, nos seus *Ensaios* acerca da Guiné e Cabo Verde, já em 1844 levantou uma série cerrada de objecções à veracidade do relato de Cadamosto, algumas das quais não perderam ainda a sua actualidade e valor dialéctico neste debate.

Tendo partido de Lagos no princípio do mês de Maio — data hoje corrigida para «princípio do mês de Março», pela descoberta e publicação do texto quatrocentista da Biblioteca Marciana de Veneza — Cadamosto afirma ter arribado ao Cabo Branco, onde foi assaltado por «um temporal de sudoeste, com vento violento; pelo que, para não tornar atrás, fez-se na «volta de oes-noroeste, *salvo erro* (10), a fim de aparar e costear o tempo, duas noites e três dias». No terceiro dia avistaram terra os marujos e mandando dois homens ao tope «descobrimos duas grandes ilhas». Como em Espanha não havia delas notícia, «fizemo-nos na volta da terra, para uma dessas ilhas». Chegados a ela «corremo-la por algum tempo, à vista de terra, até que chegámos a um lugar que nos parecia de bom pouso, e aí lançamos âncora» e «pusemos fora o barco». «À primeira ilha onde desembarcámos, pusemos nome Ilha de Boa Vista».

Do alto de uma montanha, os 10 exploradores enviados a reconhecê-la, «houveram vista de outras grandes ilhas», uma da parte do norte, a sotavento (o Sal), e as outras duas «encarreiradas uma com a outra na direcção do sul», cada qual à vista uma da outra (Maio e Santiago). «Também lhes pareceu ver, para a parte do poente, muito ao mar, outras ilhas; mas não se distinguiam bem por causa da distância».

Partindo da ilha da Boavista, correndo na esteira de uma das ilhas do sul, que parecia *abundante de árvores,* descobriram a boca de «um rio que saia desta ilha», onde surgiram para refrescar. Alguns dos marinheiros foram até ao cabo do rio,

(10) A expressão *saluo il uero* tem sido interpretada com favoritismo exagerado, a nosso parecer. Um marinheiro profissional, da categoria que Cadamosto se arroga possuir, não confessa deste modo as suas possibilidades de erro de navegação.

pela margem acima, e acharam «uns bocados de sal muito branco e excelente»; «havia-o em grande quantidade, e dele tomámos quanto nos pareceu». Acharam ainda grande abundância de tartarugas, de que fizeram várias comidas. «Também pescámos na boca do rio (e, ainda, para dentro), onde achámos tanta quantidade de peixe, que dizê-lo não se acredita». «O rio era grande, onde à vontade poderia entrar um navio de 150 tonéis, carregado, pois tinha de largura um bom tiro de arco». A esta ilha «pusemos nome Ilha de Santiago, porque no dia de S. Filipe e Tiago fomos a essa ilha lançar âncora» (1.º de Maio).

Este o relato condensado, mas fiel, do descobrimento de Cadamosto, segundo o códice quatrocentista de Veneza. O texto de Rinaldo Caddeo, a propósito da fantástica produção de sal, é ainda mais categórico: «trovarono lagune piccole di sale bianchissimo e bello».

Agora passemos o conto pelo crivo da crítica.

1) Como é possível, achando-se Cadamosto no mar do Cabo Branco, isto é, a mais de 20º e meio de latitude norte e 4º e meio a setentrião da Boavista, e descaindo-lhe o navio «duas noites e três dias» para oes-noroeste — portanto na direcção dos Açores — acossado pelo vento furioso de sudoeste, como é possível que fosse avistar a Boavista, que lhe ficava exactamente na direcção donde lhe soprava o vento e cem léguas a sudoeste do ponto de partida? «Isto é nauticamente impossível», escreve o capitão de fragata, Lopes de Lima, e nem mesmo a vapor a façanha teria sido fácil!

2) Nem em Santiago, nem em qualquer das ilhas do arquipélago existe hoje, nem existiu jamais, um curso de água que mereça o nome de «rio», mas apenas riachos e ribeiras torrenciais e só no tempo das chuvas (que nunca foi em Maio), e nos quais nem sequer uma pequena canoa, diz Lopes de Lima, poderia nadar sobre elas! E sobretudo, onde descobriu Cadamosto esse famoso, esse milagroso, esse grande rio «onde à vontade, poderia entrar um navio de 150 tonéis, carregado», com a largura surpreendente de «um bom tiro de arco»?!

3) Onde teria Cadamosto ou seus marinheiros encontrado essas deliciosas e poéticas pequenas lagoas de sal branquíssimo e belo?! Lopes de Lima afirma que nesta Ilha se «não vê um só palmo de terra própria para salina»! É certo, como escreve o Prof. Damião Peres, que certa narrativa quinhentista, sustenta que havia na Ribeira Grande «um rio caudaloso de água doce, que nasce duas léguas acima», e que havia sal em *todas* as ilhas cabo-verdianas, «e portanto — conclui Damião Peres — na de Santiago».

Certo é que Cadamosto não afirma ter lançado ferro no rio da Ribeira Grande e se o Piloto Anónimo no século XVI ali descobriu «um rio caudaloso de água doce», deve ter sido no tempo das chuvas. Mas o que se abstém de afirmar, é que ele tivesse de estuário «um bom tiro de arco» e que nele tivesse lançado âncora com um navio, carregado, com a arqueação de 150 tonéis!

É que o Piloto Anónimo quinhentista esteve efectivamente em Santiago, ao passo que a narrativa do ilustre comerciante veneziano, marinheiro amador, é fruto da sua imaginação, particularmente a da segunda viagem.

Outro oficial de Marinha e ilustre historiador, Fontoura da Costa, demonstrou a inverosimilhança de um fácil costeamento setentrional ou oriental da Ilha da Boavista — e se os navios velejavam norte-sul, como diz Cadamosto, pois setentrional ou oriental tinha que ser — já que mesmo nos tempos modernos a navegação à vela e até a vapor tem sido assinalada por naufrágios tantos e tais que os escolhos que a cercam podem ser considerados, na expressão de Fontoura da Costa, um «lúgubre cemitério marítimo» (11).

4) O Dr. Damião Peres acrescenta um argumento que em sua opinião «insofismàvelmente prova não ter sido feito, sob as vistas ou orientação de Cadamosto, o reconhecimento dessa ilha (Santiago), que ele minuciosamente descreve».

---

(11) *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes*, Lisboa, 1939, pág. 14.

Um dos muitos pormenores em que é fértil a narrativa do Veneziano, refere-se à captura de pombos selvagens encontrados em Santiago, «em enorme quantidade», «os quais se deixavam apanhar à mão, não sabendo que coisa fosse o homem», por nunca o terem visto, pois a ilha era completamente desabitada. Ora Cadamosto, ao falar da Ilha da Madeira, reporta-se a este acontecimento da Ilha da Boavista, não como facto por ele presenciado, mas como informação que lhe fora dada por outrem.

Citemos textualmente, como a importância do facto o requer: «É de saber — diz Cadamosto — que eu tive informação, por homens daquela Ilha [da Madeira], dignos de fé, que ao princípio encontravam nessa ilha enorme quantidade de pombos, e ainda há, os quais iam à caça deles e com um lacinho feito no cabo duma varinha, punham o dito laço ao pescoço do pombo, e tiravam-no da árvore, sem que tivesse qualquer medo do homem. Isto acontecia porque não sabia [o pombo] que coisa fosse homem, nem estavam habituados a ser espantados». E agora este passo, realmente fundamental: «E pode-se acreditar — escreve ainda Cadamosto — porque numa outra ilha novamente achada [Santiago], *ouvi dizer* que se tinha feito a mesma coisa» (12). Cadamosto não viu, portanto, apenas *ouviu dizer*...

A segunda viagem de Cadamosto apresenta-se à crítica como um mito histórico. O Veneziano nunca foi marinheiro profissional, mas um tratante — na acepção etimológica da palavra — que chegando um dia à baia de Sagres, a caminho da Flandres, embarcado como homem de negócios nas galés da *Signoria* da Laguna, do comando de Marco Zeno, achou por bem mudar de rumo, no cheiro das especiarias rendosas, mercadejando com o Infante. Tinha só 22 anos inexperientes da vida e completamente nulos como profissional do mar.

O Infante — diz ele — mandou-lhe armar uma caravela nova de 90 tonéis, à qual deu por patrão o experimentado navegador de Lagos, Vicente Dias. Em Junho de 1455 encontram nas costas da Guiné dois navios, um do genovês António Usodimare

(12) *Viagens* cit., págs. 94 e 158.

e o outro de uns escudeiros do Infante, que andavam de conserva. Não se digna Cadamosto mencionar o nome dos portugueses, talvez porque eram eles os chefes da expedição, como é natural e crível, ou porque a relação de seus nomes lhe viria complicar a pseudo veracidade da sua narrativa. Este facto deve ser relevado.

No princípio de Março do ano seguinte, armaram os dois italianos duas caravelas para voltarem ao comércio da Guiné. Mas ouvindo o Infante D. Henrique falar de seus propósitos e como sem licença sua não podiam lá ir — são palavras de Cadamosto — armou o Infante «uma caravela sua que viesse em nossa companhia». Quem tenha sido o capitão desta caravela, sem dúvida nenhuma o chefe da expedição, mais uma vez o cala o Veneziano, aliás tão loquaz em pormenores de somenos importância. Naturalmente não lhe convinha, nem se ajustava à finalidade básica da sua crónica — pôr em evidência as suas maravilhosas façanhas — revelar quem foi o escudeiro ou o criado do Infante que o acompanhou e capitaneou na viagem. Este facto importa que seja relevado também.

Outro facto ainda merece referência especial: sendo o Infante tão liberal e generoso em compensar feitos marítimos de real importância, estimulando com mercês os seus colaboradores, mandando logo povoar, arrotear e valorizar econòmicamente as terras descobertas, nomeadamente as Ilhas atlânticas, causa estranheza e verdadeiro cepticismo ao historiador: *a)* que nos arquivos portugueses — já de passagem notou o facto Fontoura da Costa — não se tenha encontrado até hoje, nem haja esperança de vir a encontrar-se, dizemos nós, qualquer diploma de mercê, ou mesmo a mais leve referência ao nome de tão insigne navegador; *b)* que se não encontre, em vida do Infante D. Henrique, a mais perfunctória alusão ao povoamento e colonização de qualquer das cinco Ilhas orientais do arquipélago, o que não é crìticamente aceitável, se foram descobertas, como pretende Cadamosto e quem o defende, em 1456, mais de quatro anos antes da morte do Infante.

Estes factos conjugados nos levam à presunção, senão à

certeza moral, de que a narrativa da segunda viagem de Cadamosto, muito interessante e aproveitável em material etnográfico, *c'est un faux* do ponto de vista histórico. O historiador inglês Richard Major já em 1868 proferiu este contundente juizo crítico: «Por outro escrito de Cadamosto sabemos que ele se deteve em Lisboa até 1463, e é sofrìvelmente claro que fez cabedal próprio dos descobrimentos que nesse intervalo se realizaram e se apropriou deles, alterando-lhes a data» (13). Referência, sem dúvida, aos trabalhos náuticos de Diogo Gomes e António de Noli.

Mais veemente é ainda o Dr. Armando Cortesão, nosso mestre em Cartografia: «a sua narrativa foi por ele escrita na ocasião dos acontecimentos que descreve, e contudo está cheia de falsidades, inexactidões e má-fé, sobretudo a da segunda viagem» (14).

Finalmente Fontoura da Costa dá-nos das *Viagens* de Cadamosto esta síntese arrasadora: «A descripção de Cadamosto apresenta alguns factos absolutamente inverosímeis». «O seu nome é completamente desconhecido nos arquivos nacionais» (15).

E a este propósito, é o momento de acentuarmos o seguinte: as pesquisas sistemáticas realizadas pelos investigadores da Comissão do Centenário do Infante D. Henrique — a que pertencemos vários meses — em vista da publicação dos *Monumenta Henricina*, quer em arquivos portugueses — foram todos sèriamente batidos como jamais o haviam sido — quer nos arquivos franceses, belgas, alemães, italianos (nomeadamente venezianos, donde Cadamosto era nativo), e sobretudo no Arquivo e Biblioteca do Vaticano, onde passámos onze meses, deram resultado perfeitamente negativo e absolutamente surpreendente. Cadamosto, parece poder concluir-se, foi um insigne navegador, um benemérito descobridor, mas apenas a seus próprios olhos! Sòzinho ou de parceria com Usodimare, a segunda viagem de Cadamosto, tem de ser rejeitada pela crítica histórica!

(13) *Vida do Infante D. Henrique*, trad. port., Lisboa, 1876, pág. 345.

(14) *Subsídios para a História do Descobrimento da Guiné e Cabo Verde*, Lisboa, 1931, pág. 36. Separata do *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 76.

(15) *Obr. cit.*, págs. 13 e 15.

b) A tese Diogo Gomes-António de Noli

Ao contrário de Luís de Cadamosto — que tudo nos leva a crer não ter feito a segunda viagem que descreve — a narrativa de Diogo Gomes de Sintra, se bem que afirme várias inexactidões, estas são-lhe desculpáveis, pois narrava factos na casa dos oitenta, vinte anos depois da sua realização, e para mais em narrativa escrita por outrem. Todavia, como justamente acentuou o Dr. Armando Cortesão, «nunca procurou *intencionalmente* desvirtuar os acontecimentos», referindo-se «*sempre* a factos verdadeiros».

A honestidade, a modéstia e simplicidade deste homem, colaborador prestimoso e amigo pessoal do Infante D. Henrique — foi-lhe mesmo dada a honra de organizar o seu enterro — são virtudes que lhe têm sido regateadas por alguns escritores portugueses, como Gabriel Pereira e Emiliano Bettencourt, por este sobretudo, que o acusa, gratuitamente, de blasonador e de má-fé, só para reivindicar *patriótica* e calorosamente para o genovês António de Noli, toda a honra do descobrimento das Ilhas do Cabo Verde, insurgindo-se mesmo contra Richard Major, que demonstrou a veracidade e o valor histórico da narrativa de Gomes. Além do mais, e é já dizer o bastante, os argumentos alinhados por Bettencourt pecam por inconsistência absoluta.

As relações do Veneziano e do Português (Cadamosto e Diogo Gomes) divergem profundamente, quer nos métodos de exposição, quer quanto ao fundo. Diogo Gomes escreveu provàvelmente os seus apontamentos, teve as suas conversas com Martinho de Boémia, mas foi este quem fez a redacção. Literàriamente o relato é do lusófilo de Nuremberga.

Com Cadamosto o caso é totalmente diferente. É ele quem escreve, é ele quem conta, e por isso mesmo as interpolações contemporâneas ou posteriores são de difícil aceitação, por mais que Amat de S. Filippo as invoque. Aliás o texto publicado pela Academia Portuguesa da História e por nós, é muito provàvelmente um original. Assim no-lo comunicou em Veneza a Directora da Biblioteca Marciana, Prof.a Dr.a Tullia Gasparrini Leporace, como convicção muita sua, a que nada temos positivamente a contrapor.

Enquanto Cadamosto, falando na primeira pessoa, blasona de façanhas que nunca parece ter praticado, ou que a sua mesma narrativa mostra à evidência terem sido realizadas de companha com outros, Diogo Gomes só fala de si, ou Martinho de Boémia só o faz falar de si mesmo, quanto a verdade o exige.

Apenas uma amostra, mas reveladora — que até hoje nenhum historiador pôs em devido relevo. Notemos os verbos, para por eles avaliarmos da modéstia e do processo de escritor do famigerado Veneziano:

António Usodimare e eu *armámos* mais uma vez; *tomámos* a volta de Canária; *chegámos* ao Cabo Branco; *fizemo-nos* na volta de oes-noroeste; *houvemos* vista de terra; *descobrimos* duas grandes ilhas; *demos* graças a Deus Nosso Senhor; *fizemo-nos* na volta de terra, para uma dessas ilhas; dela *nos aproximámos; parecendo-nos* grande, *corremo-la* por algum tempo; *chegámos* a um lugar, aí *lançámos* âncora e *pusemos* fora o barco.

Poderia parecer, ao leitor distraído, que se tratasse de um plural majestático, ou de expediente literário para fazer participantes, com modéstia e justiça, todos os colegas da companha, nos feitos que vai narrar e da sua inerente e consequente glória. Puro engano, como já se verá.

Pusemos fora o barco, afirma Cadamosto, mas acrescenta logo: «o qual, bem armado, *mandei* a terra». Na manhã seguinte, continua, «para *me tirar* de dúvidas, *mandei* que 10 homens [...] subissem a essa ilha». Viram outras ilhas às quais «não *tratei* de ir», porque «*julgava*» que fossem desabitadas.

Depois a fama destas quatro ilhas «que *eu tinha achado*» levou ali outros navegantes. «*Parti* desta ilha, e *seguindo o meu caminho, cheguei* à vista das outras». E logo: «*descobrimos* a boca de um rio»; *tomámos* quanto sal *nos pareceu; achámos* grande quantidade de tartarugas; *pescámos* na boca do rio; *fornecemo-nos* de refrescos; *estivemos* dois dias a folgar; *matámos* pombos sem conta; *pusemos* nome Ilha de Boa Vista; *pusemos* nome Ilha de Santiago (16).

É evidente, como se vê da própria narrativa de Cadamosto, que não foi ele *sòzinho*, que não foi ele *principalmente* quem fez e aconteceu, que não pode arrogar-se, em verdade pura e em consciência honesta, ter descoberto a Boa Vista ou Santiago: se a sua narrativa fosse verídica, o feito deveria ser atribuído a todos os colegas, ou ao menos também ao outro capitão, Antoniotto Usodimare.

Com Diogo Gomes o caso é muito outro. Relata Martim de Boémia, sobre informações escritas e orais que — em ano que da narrativa mesma se conclui ter sido o de 1456 — o Infante D. Henrique armou uma caravela, a *Piconso*, em Lagos, e fez Diogo Gomes capitão dela. Na mesma data armou D. Henrique mais duas caravelas, das quais fez respectivamente capitães, João Gonçalves Ribeiro seu criado, e Nuno Fernandes da Baía, seu escudeiro. Tenhamos presente que Cadamosto tinha partido ou iria partir com Usodimare, também de Lagos, em começos de Março do mesmo ano, levando na companha uma caravela do Infante, cujo capitão Cadamosto nos não quis revelar. Notemos ainda, que os pormenores do relato de Gomes pela pena de Martinho de Boémia e os do próprio Cadamosto, são surpreendentemente coincidentes em factos capitais. Lopes de Lima, escreve que Cadamosto, «como mercador que era, mercadejando em viagens alheias, e demorando-se em Lisboa até 1463 — ideia depois reproduzida também por Major — assim como publicou por sua conta a viagem de Pedro de Cintra, fez também cabedal próprio da de António de Nolle Genovês —

(16) *Viagens* cit., págs. 157-160.

primeiro descobridor da Ilha de S. Tiago (tese *oficial*) — a qual enfeitou a seu modo (mas como quem nunca vira o que descreveu), e nela tomou um quinhão, que lhe não cabia, forçando para esse fim a data do descobrimento».

É possível que Lopes de Lima tenha razão, mas como de Noli se não conhece qualquer relação e como a de Diogo Gomes conta também a viagem de Noli, é natural que o Veneziano negociante tenha tido à mão quaisquer apontamentos ou informações orais, como mais tarde Martinho de Boémia, do próprio Diogo Gomes. É hipótese que ainda não vimos defendida, mas a que nada obsta.

Depois da primeira viagem de Diogo Gomes meteu-se a guerra de cruzada do norte africano. D. Afonso V e o Infante D. Henrique foram-se para a campanha de Alcácer-Seguer (Outubro de 1458), que requereu longa preparação, e entrementes não se pensou nas explorações marítimas.

Acabada a relação da primeira viagem de Diogo Gomes, conta-se, em largo parêntese, a morte de D. Henrique, acontecimento em que Diogo Gomes, como amigo pessoal do Infante e homem da confiança de D. Afonso V, tomou parte excepcional. «Dois anos depois», armou D. Afonso V uma grande caravela, carregada de cavalos, cujo comando confiou a Diogo Gomes rumo à Guiné.

Esta expressão — *dois anos depois* — tem-se prestado e presta-se efectivamente, a controvérsia. Podem ser contados, com efeito, quer da morte do Infante, o que nos levaria para 1462, quer a partir do fim da guerra de África (1458), o que nos recuaria para 1460, ou a começar no fim da primeira viagem de Gomes (1456), o que nos fixaria em 1458.

A primeira data proposta para a segunda viagem (1462), que já uma vez adoptámos no vol. I dos *Monumenta Missionaria Africana* da Segunda Série, não nos parece hoje de aceitar, pois os acontecimentos narrados referentes a Cabo Verde têm que ser colocados «em vida» do Infante, portanto anteriormente a 13 de Novembro de 1460, porquanto temos a certeza histórica de que «em vida» do Infante foram descobertas as

Ilhas orientais do arquipélago. A terceira data (1458) também não é crível, porquanto sendo a campanha de África em fins de 1458, antes da qual e posteriormente a 1456, afirma Gomes, «ninguém foi à Guiné», só nos resta admitir o mês de Maio de 1459 ou de 1460. Mas já veremos que 1459 tem menos probabilidades de aceitação.

«O rei — diz textualmente Diogo Gomes — deu-me poder sobre as margens daquele mar, para que quaisquer caravelas que encontrasse em terras de Guiné, fossem sob minha autoridade ou domínio, porque ele sabia que ali estavam caravelas que levavam espadas e outras armas aos mouros, ordenando-me que lhos trouxesse presos a Portugal». D. Afonso V fazia assim executar as bulas de Eugénio IV *Praelatis tuae devotionis,* de 25 de Março de 1437, *Exigunt nobilitatis,* de 5 de Janeiro de 1442, *Dum in nostra,* de 27 de Fevereiro de 1456, de Calisto III, e a carta de lei de 2 de Setembro de 1448.

No porto de Zaza, na Guiné, encontrou Diogo Gomes, após doze dias de viagem, as caravelas de Gonçalo Ferreira, familiar do Infante D. Henrique e natural do Porto, bem como a do capitão e mercador genovês, António de Noli, ambas carregadas de cavalos, para negociar com os indígenas. Diogo Gomes despachou dali o português, mandando-lhe, em nome do Rei, «sob pena de perda de vida e de todos os seus bens» (nos termos da lei de 1448), que fosse apreender, como foi, a caravela de um certo «do Prado», depois condenado à morte em Portugal e lançado no fogo com as armas e o oiro apreendidos.

Isto feito, conta Diogo Gomes: «Eu e António de Noli, do porto de Zaza fomos dois dias e uma noite a caminho de Portugal, e vimos ilhas no mar. E porque a minha caravela era mais veleira — isto é, mais ligeira — que a outra [de Noli], cheguei eu primeiro a uma daquelas ilhas, onde vi areia branca, e, parecendo-me bom porto, lancei a âncora, e o mesmo fez [depois] António [de Noli]. E disse-lhes [a todos os marinheiros] que queria ser o primeiro a pôr pé em terra, e assim o fiz, e nenhum indício de homem vimos aí. Chamámos Santiago à ilha. Até agora assim se chama».

Sugere-nos este trecho duas observações críticas: 1) o capitão genovês chamava-se António de Noli ou da Noli, vilória das proximidades de Savona, na república de Génova — e por isso se lhe chama «genovês» — e não de Nola ou da Nola, como geralmente se escreve, numa confusão lamentável desta cidade, a 33 quilómetros de Nápoles, com a vila de Noli; 2) Embora geralmente se pense que Diogo Gomes e Noli lançaram ferro na baía da Ribeira Grande, não o dizem os documentos. Do exame da costa da ilha parece depreender-se que o único local em que se realiza a descrição de Diogo Gomes é na foz da Ribeira da Baía, nas proximidades de Praia Abaixo, onde está edificada a igreja ogival da Senhora da Luz. É a única enseada com areia branca da costa noroeste, com Maio à vista, em que não falta água doce nem o *ficus capensis* e a *hiparrhenia hirta*. Parece-nos que foi o facto de Noli se ter ido estabelecer na capitania da Ribeira Grande, que deve ter arrastado os historiadores da tese oficial para a convicção — aliás indocumentada — da arribada dos descobridores à pequena baía da Cidade Velha.

Da ilha de Santiago foram-se Gomes e Noli às Canárias e à Madeira. Diogo Gomes continua a sua singela narrativa. «E querendo ir a Portugal *com o vento contrário*, fui às Ilhas dos Açores, e António de Noli ficou na Ilha da Madeira; com melhor tempo chegou a Portugal antes de mim, e pediu ao rei a capitania da Ilha de Santiago, que eu descobrira; e o rei deu-lha, e ele a conservou até morrer. E eu com muito trabalho cheguei a Portugal, a Lisboa».

Esta a narração de Diogo Gomes de Sintra, que nos sugere algumas considerações críticas.

Primeiramente, afirma o capitão português que fora enviado pelo Rei e não pelo Infante D. Henrique, o que poderia dar crédito à contagem dos já referidos «dois anos» a partir do falecimento do ínclito argonauta, a fixar a viagem de Gomes em 1462 e consequentemente o descobrimento de Santiago em Maio deste ano.

Mas o facto explica-se à luz diáfana da documentação.

Dois ou três meses antes da sua morte, escreve o Dr. Pedro Álvares Seco, se recolheu D. Henrique à sua Vila do Infante, empregando-se a fundo em obras de descargo da sua consciência, e «em fazer alforge pera caminhar pera a glória». «Non hé pera deixar de dizer — escreve ainda o mesmo biógrafo quinhentista — que por muy urgentes coniecturas parece que a este senhor foy diuinamente reuelado o tempo e dia de sua morte» [17]. Recordemos que só entre Maio e Outubro de 1460 mandou redigir doze importantes diplomas de últimas vontades, além do seu testamento pròpriamente dito.

Uma coisa temos por absolutamente certa: se o navio em que D. Afonso V enviou Diogo Gomes, em missão perfeitamente delimitada, era seu, mesmo nesse caso não podia ter partido sem conhecimento do Infante. E se D. Henrique renunciou — como é possível — nos últimos meses da sua vida, a toda a actividade marítima, confiando-a ao Rei, em Abril não parece tê-lo já feito. De qualquer modo — que é o que importa — a viagem de Gomes realizou-se «em vida» do Infante. Porquê em vida do Infante? Porque a carta régia de 19 de Setembro de 1462 explìcitamente afirma que António de Noli (versão oficial) descobriu as cinco Ilhas orientais «em vida do Jfamte dom Anrrique meu tio, que Deus aja». Ora como Noli foi companheiro de Gomes no descobrimento — facto que ninguém contesta — forçoso é concluir que a largada de Gomes de Lagos para a Guiné foi cerca de meados de Abril de 1460 e o descobrimento no dia 1.º de Maio do mesmo ano.

É incontestável que, segundo o seu relato sincero, Diogo Gomes lançou ferro em Santiago *antes* de António de Noli. E a exigência de querer descer *primeiro* em terra é perfeitamente legítima: primeiramente, porque lançara ferro *antes* de mais ninguém, o que constituía verdadeira *prioridade* de descobrimento e de posse e portanto postulava o direito de deitar pé em terra antes de qualquer outro. Em segundo lugar, Gomes levava missão oficial que explìcitamente colocava sob a sua

(17) Biblioteca Nacional, Ms. 737 (F.G.), fl. 4v.

autoridade de chefe o próprio Noli. Aliás ninguém lhe contestou esse direito, nem lhe contrariou o desejo.

Noli pediu ao Rei a capitania de Santiago, mas apenas lhe foi dada a da Ribeira Grande. Ilha «que eu descobrira», reafirma Diogo Gomes. Mas não se suponha que as coisas se passaram com a pressa que parece ressaltar do condensado dos factos pela pena de Martinho de Boémia. Estamos certos de que Noli não foi investido do cargo *antes* da chegada de Gomes a Lisboa e sem o seu prévio conhecimento. Mas a Gomes não deve ter interessado ir fixar-se numa ilha completamente desabitada. O que não podemos é partilhar a tese ou a ideia de que o facto da nomeação de Noli constitua deslustre para o capitão português e muito menos indício ou prova histórica de que o *verdadeiro* e *primeiro* descobridor foi Noli e não Gomes. Os factos são muito outros.

Efectivamente a documentação da Torre do Tombo, embora gravemente desfalcada por sismos de vária ordem, convence-nos do contrário. Vejamos, embora sucintamente.

Em 12 de Junho de 1451 Diogo Gomes era nomeado escrivão da carreagem real, chamando-lhe o documento «criado» de el-Rei. Em 17 de Julho de 1463 era «escudeiro» de D. Afonso V. Em carta de 25 de Março de 1466 dava el-Rei por juiz de todas as coutadas e montarias de Sintra, Diogo Gomes, «cavaleiro» da sua Casa e «almoxarife» da mesma Vila. Em documentos de 28 de Outubro de 1469, 7 de Dezembro de 1470 e 29 de Agosto de 1472 aparece o mesmo Gomes com os mesmos cargos e dignidades. Em carta régia dada em Touro, em 6 de Julho de 1476, recebia Gomes 4800 reais de tença, «em contentamento e satisfaçom de seu seruiço a casamento, (...) pelo seruiço que me tem feito, asy em estes meus Reinos de Castela como nos de Portugall e *em Áfrіca*». Num escambo de 27 de Dezembro de 1479, outorga Diogo Gomes como «procurador» régio, «cavaleiro» da sua Casa, «vedor» dos Paços reais de Sintra e «almoxarife» da mesma Vila. Em 16 de Agosto de 1490, dava D. João II a Diogo Gomes, seu «escudeiro» e morador em Lisboa, um cargo público rendoso: «damollo ora

nouamente por nosso contador em os nossos contos da nossa çidade de Lixboa» (18).

Poder-se-á ainda argumentar contra a veracidade do relato de Gomes, como descobridor de Cabo Verde, por ter sido preterido por Noli numa das capitanias em que Santiago foi dividida?!

Afirma Diogo Gomes que Noli conservou a capitania «até morrer», o que, portanto, nos levaria a concluir que a redacção definitiva da Relação de Diogo Gomes é posterior a 8 de Abril de 1497, data em que D. Manuel teria feito doação da capitania da Ribeira Grande a D. Branca de Aguiar, filha de Noli, por esta ter ficado vaga por falecimento de seu pai, que «foy o primeiro que a dita ilha achou», segundo a tese oficial.

A verdade é esta: só uma leitura superficial do diploma régio pode ter levado a semelhante conclusão. D. Manuel não afirma que Noli tenha falecido na data do documento, nem faz supor que tivesse morrido recentemente. O diploma trata simplesmente de fazer mercê, não à filha de Noli, mas a Jorge Correia, fidalgo da sua Casa, da capitania da Ribeira Grande, logo que casasse com D. Branca. Depois da morte de Noli fora feita doação da capitania a sua filha única, em data que se não indica. E havendo «*aguora* respeito aos seruiços» do seu fidalgo (*aguora*, isto é, em 8 de Abril de 1497) o faz participante da mercê, outrora outorgada à filha do genovês, uma vez que com ela casasse (19).

Isto é claro como água limpa. Noli falecera à roda de 1466, como seus biógrafos afirmam, tendo deixado sua filha Branca certamente muito menina, uma vez que em 1497 ainda se conservava solteira.

(19) Padre António Brásio, *Obr. cit.*, pág. 579.

(18) Torre do Tombo — *Chancelaria de D. João II*, liv. 16, fl. 101 v. — J. Martins da Silva Marques, *Sintra e os Sintrenses no Ultramar Português*, Lisboa, 1949, págs. 9-13, com vários documentos com a data errada.

*
* *

Outro ponto merece ainda alguma atenção: a extraordinária coincidência da descrição feita por Cadamosto e Diogo Gomes da Ilha de Santiago, só da Ilha de Santiago — a única de que fala Gomes — apesar de Cadamosto afirmar que visitou também a de Boavista — mas que não descreve!

Grande pescaria, rios de água doce, aves estranhas, ausência perfeita do homem. «As aves esperavam-nos sem fugir e assim as matávamos com paus», afirma Diogo Gomes a Martinho de Boémia. «Fornecemo-nos de refrescos, e de muitos pombos que matámos sem conta», escreve Cadamosto. Mas as desinteligências são mais numerosas e mais profundas.

Diogo Gomes notou fartura de figos *(ficus capensis)* e abundância de feno *(hiparrhenia hirta)* e uma praia de areia branca, que Cadamosto não viu. Por outro lado, Diogo Gomes não recorda aquele famoso rio com «um bom tiro de arco de largura», «onde à vontade poderia entrar um navio de 150 tonéis, carregado», nem aquela «grande quantidade de tartarugas», nem aquelas «pequenas lagoas de sal branquíssimo e belo», que só a imaginação viva de Cadamosto teve a fortuna de descobrir...

Por outro lado, Cadamosto diz ter partido das quatro Ilhas fazendo-se «na volta do Cabo Verde», indo varar entre este Cabo e o Senegal. Pelo contrário, Gomes e Noli tomaram o rumo das Canárias e da Madeira. Emite Lopes de Lima a hipótese, como marinheiro, que tendo sido descobertas no 1.º de Maio de 1460 as Ilhas do Maio, Santiago e S. Filipe (Fogo), tivesse Noli (e portanto Diogo Gomes) rodeado Santiago pelo norte para a reconhecer, e que enfunadas as caravelas pelos ventos de Oeste ou de Sudoeste, fosse levado no dia 3 de Maio à vista de duas Ilhas, a Nordeste daquela, por entre as quais desembocou rumo à África (pois era o seu melhor caminho), dando à da direita o nome de S. Cristóvão, patrono dos marítimos de Génova, e à da esquerda o de Ilha Lana ou Llana,

por a ver plana e rasteira com o mar, como na realidade se mostra a quem a aborda do Sul (20). É, de facto, uma hipótese sedutora...

Concluindo: ao observador sagaz, à crítica histórica exigente, parece impor-se esta conclusão lógica e realista: Diogo Gomes conta o que viu; Cadamosto escreve o que nunca poderia ter visto, descrevendo um roteiro romântico com o qual nunca aqui poderia ter arribado...

Findas as nossas considerações e exame crítico dos textos, perguntamos: *quem* descobriu as ilhas orientais do arquipélago de Cabo Verde?

Para a versão *oficial,* nascida e mantida, porventura, do facto de António de Noli ter sido contemplado com a capitania da Ribeira Grande, ao contrário de Diogo Gomes, que parece nunca se ter interessado pela exploração das Ilhas — o descobridor foi o capitão genovês.

Para a *crítica histórica,* naturalmente mais exigente, posta de parte a pretensão audaciosa do comerciante veneziano Luís de Cadamosto, ficam em presença duas teses: António de Noli-Diogo Gomes, ou Diogo Gomes-António de Noli. A primeira quer que o genovês tenha sido o descobridor, psicològicamente influenciada pela tese oficial; a segunda, liberta desta influência e com textos à vista, opta por que seja o português o descobridor das principais Ilhas orientais.

Porque nada se lhe opõe, do ponto de vista científico, queremos dizer documental, nada nos custa aceitá-la. Fazemo-lo mesmo com todo o gosto, pois muito nos ufana que tenha sido

(20) José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaios sobre a Estatistica das Possessões Portuguezas,* Lisboa, 1844, vol. I. Parte II, págs. 6 e 13.

Celebra-se S. Cristóvão no dia 25 de Julho, com Santiago Maior. Este facto levou alguns historiadores a pressuporem uma viagem especial, absolutamente indocumentada, para explicarem o nome da ilha, que, segundo eles, só pode ter sido achada no dia daquele santo do calendário católico. Não vemos que seja preciso e a explicação de Lopes de Lima, que não temos visto devidamente relevada, merece e deve ser tida em conta. Vale, pelo menos, tanto como todas as outras...

um bravo marinheiro do Infante D. Henrique a trazer para a história estas parcelas gloriosas da Pátria Portuguesa (21).

II — O povoamento

Numa lápide que o Município de Veneza mandou gravar e incrustar nas velhas paredes do decadente solar que foi de Cadamosto, entre a famosa e belíssima Cà d'Oro e a ponte de Rialto — porventura a mais bela Casa e a mais famosa Ponte do Mundo — diz-se que o Veneziano descobriu estas Ilhas e ensinou os Portugueses a sulcar os mares... até às Índias (22).

Há apenas uns três anos, numa das nossas várias estadias em Roma, lembrámo-nos de averiguar de que seriedade científica são os compêndios pelos quais se ensina História nos Liceus italianos. Dirigimo-nos a uma livraria escolar, pedimos

(21) Apenas nos interessam as teses que merecem ser discutidas. Sabemos da lenda que atribui a João Vaz Corte Real o descobrimento do Fogo e a Vicente Dias, de Lagos, o da ilha de Santiago, em 1445, tese esta defendida pelo Dr. Wieder e que a crítica rejeita, como destituída do menor fundamento histórico. A hipótese que se afirma estar a ser analisada com todo o rigor da historiografia moderna, e que pretende atribuir o descobrimento do Cabo Verde aos Árabes do século XII e aos do século XIV as ilhas do Sal e Boavista, não vale mais que as precedentes.

A carta de 18 de Setembro de 1460, datada da Vila do Infante, na qual D. Henrique doaria a temporalidade das ilhas de Cabo Verde a D. Afonso V, só a conhecem o Dr. Oliveira Boléo e o R. P. A. Sousa Costa... Confusão manifesta e flagrante com as ilhas dos Açores.

(22) É o seguinte o texto da famosa inscrição, que Rinaldo Caddeo afirma que não seria possível escrever-se actualmente. Todavia... ela lá continua.

> QUI NACQUE/ALVISE DE CA' DA MOSTO/ SCOPRI LE ISOLE DEL CAPO VERDE/MOSTRÒ AI PORTOGHESI/LA VIA DELLE INDIE/PER DECRETO DEL COMMUNE/1881.

Cfr. Rinaldo Caddeo, *Le Navigazioni Atlantiche*, Milano, 1929, pág. 93. O mesmo autor publica a fotogravura do palácio ou solar dos Ca' da Mosto.

o compêndio do Curso Liceal. Não havia compêndio único, mas o livreiro apresentou-nos duas obras, assegurando-nos que eram aqueles os dois livros, pràticamente, pelos quais se ensinava nos Liceus de toda a Itália, a História Universal. Não temos dificuldade em admitir que esteja mais ou menos pela mesma bitola o ensino universitário!

Ficámos pasmados de tanta audácia ou de tanta... inocência! O que se ensina à mocidade estudiosa da Itália é, em resumo, apenas esta coisa singela, inocente e cheia de graça: foram os italianos quem descobriu o mundo, e se outros dizem que alguma coisa fizeram, como os Portugueses e os Espanhóis, foram ainda os Italianos os seus mestres! A velha lápide, incrustada num velho palácio do Grande Canal de Veneza, aprendeu História pelos modernos compêndios dos Liceus Italianos!

João de Barros é o primeiro cronista que nos conta as actividades marítimas de António de Noli e seus familiares, Bartolomeu e Rafael, este sobrinho, aquele irmão. É estranho que nos não tenha transmitido as façanhas de Cadamosto, é de sensação que lhe não mencione sequer o nome... (23).

Foram estes homens os primeiros povoadores do arquipélago oriental, sob a orientação do Infante D. Fernando seu senhor, e podemos ter por certo que o primeiro núcleo de povoadores aqui se fixou em 1462.

Efectivamente, a carta régia de privilégios aos povoadores de Santiago, de 12 de Junho de 1466, afirma expressamente que haveria quatro anos que D. Fernando começara a povoar esta sua Ilha, o que nos faz retroceder para 1462. Porque a Ilha era tão alongada do reino, dizia D. Fernando a el-Rei, não queriam os colonos vir aqui fixar-se, «senão com mui grandes liberdades e franquezas e despesa sua». Mas o Infante, «conhecendo os grandes proveitos que dela viriam a nós e a ele — escreve D. Afonso V — sendo assim povoada como ele queria», concede aos povoadores licença perpétua para tratarem e resgatarem com seus navios *nas partes da Guiné*, com reserva de Arguim,

(23) *Asia*, déc. I, Liv. II, Cap. I.

e isenta-os da dízima dos produtos das suas herdades e direitos comerciais. Se as cartas de foral, como nota acertadamente o Prof. Orlando Ribeiro, não *fundavam* mas *organizavam* núcleos povoados, por sua vez as cartas de capitania davam à sociedade incipiente um estatuto pelo qual se regesse logo e sempre que o povoamento e o rendimento económico o justificassem. Ora o documento de 1466, se não foi carta de foral e nem mesmo de capitania, pode ser considerada — e Ribeiro Vilas já o escreveu — «a verdadeira carta orgânica da ilha de S. Tiago» (24).

Efectivamente, não organizou núcleos populacionais pre-existentes, não é pròpriamente um estatuto orgânico, mas consideramo-la a magna-carta de privilégios singulares que incrementaram e possibilitaram a eclosão da vida no arquipélago, privilégios que abrangiam essencialmente o comércio, a navegação e a própria fixação do elemento metropolitano ou africano — este através daquele — com a sua sensível contribuição de Balantas, Papéis, Bijagós, Felupes e Jalofos, como lembra e ensina o antropologista Dr. Mendes Correia (25).

A mimosa poetisa cabo-verdeana, D. Noémia de Sousa, o recorda em versos inspirados:

Ó minha África misteriosa, natural!
minha virgem violentada!
Minha Mãe!...

Ó minha mãe África
magna pagã, escrava sensual,
mística, sortílega.

Passados apenas três anos já dois sevilhanos obtinham o monopólio do comércio da urzela. Em 12 de Março de 1471 D. Afonso V nomeava para Santiago o seu primeiro almoxarife

(24) *História Colonial*, Lisboa, 1938, vol. I, pág. 214. — Orlando Ribeiro, *Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, 1953, pág. 11.

(25) *Obr. cit.* pág. 129.

na pessoa de Diogo Lopes, criado de Diogo da Silveira (26). Outro diploma da chancelaria afonsina, de 30 de Setembro de 1481, investia um inquiridor dos mais altos poderes fiscais e judiciais, a quem os mesmos capitães-mores deviam a obediência e cooperação leal, sob pena de perda do cargo. Referem-se os diplomas apenas à ilha de Santiago, à qual chamam simplesmente a «ilha do Cabo Verde», ou porque era já então a mais importante delas todas, ou por ser a única povoada.

Se, em boa verdade, podemos supor Santiago erecta em capitania em 1466 — se bem que não exista documento comprovativo — certo é que se não indica Noli como seu capitão donatário, em colaboração estreita com seu irmão e sobrinho. Nos arquivos portugueses e italianos nada foi encontrado, até hoje, nem subsiste qualquer esperança de afortunada descoberta, depois dos trabalhos de Rinaldo Caddeo e dos investigadores da Comissão Henriquina — que revele relato seu, quer do descobrimento que lhe é atribuído, quer dos seus trabalhos de colonizador. Atribui-se-lhe a fundação da futura cidade da Ribeira Grande, com casais levados do Algarve, engrossados com os *stoks* humanos fornecidos pelas *partes da Guiné,* como se exprime o diploma afonsino de 1466.

A capitania do norte, fundada por Diogo Afonso da Atouguia, descobridor do segundo grupo do arquipélago, teve a sua sede em Alcatrazes, já em 1784 considerada «quase deserta» e hoje totalmente desaparecida, com excepção do templo de Nossa Senhora da Luz, em estilo ogival, que reputamos um dos documentos arquitectónicos mais notáveis do arquipélago e digno de perfeito restauro. Capitania efémera, em que o donatário nunca assentou arraiais. Em breve começou o esfacelamento da propriedade com a divisão dos montados em sesmarias, com a criação dos morgadios e fixação de mercadores e cavaleiros da metrópole, em começos do século XVI. No reinado do primeiro usurpador castelhano deu-se-lhe o golpe de misericórdia, com a sua encorporação nos bens da Coroa.

(26) Torre do Tombo — *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 133 v.

Em 30 de Maio de 1489, por falecimento do Infante D. Fernando, era doado o arquipélago ao futuro rei de Portugal, o Duque de Beja seu filho, D. Manuel. A vez primeira que em documentos fidedignos nos aparece a ilha de S. Cristóvão com o nome de Boavista, é em 1497, designação que Cadamosto pretende ter-lhe dado em 1456 — 41 anos antes — lenda que não pode nem deve portanto subsistir. Em carta régia de 30 de Maio de 1489 — oito anos antes — era ainda conhecida apenas por ilha de S. Cristóvão...

A Santiago segue-se o povoamento das outras ilhas, embora lentamente, morosamente, já que foi preciso criar tudo a partir do nada, desde o homem até ao gado e às plantas úteis, pois é sabido que o povoamento virgem em que os descobridores encontraram estas ilhas, se reduzia a pombos selvagens, feno e figueiras bravas... ([27]).

No mesmo ano de 1462 inicia-se também a colonização — no sentido romano da expressão — da ilha de S. Filipe, pouco depois chamada do Fogo — pelos criados de D. Fernando, Dinis Eanes, Aires Tinoco e outros. Fernão Gomes — talvez o da Mina — foi seu primeiro capitão-donatário. Por morte deste foi a capitania doada ao Conde de Penela, em 1520, com suas terras maninhas e montados.

A catastrófica explosão vulcânica de 1680 — a mais antiga e violenta de que há memória — com o correspondente terramoto, apavorou os colonos, levando-os a fugir e a estabelecer-se na Brava fronteira e à vista, onde os haviam precedido os escravos libertos de Santiago e do Fogo, nas suas humildes choças, dando-se à criação de porcos, aves e gado, que vendiam às caravelas e barcos de pesca que ali abordavam.

([27]) Está ainda por fazer, também, a história do povoamento botânico de Cabo Verde, apesar dos numerosos trabalhos já realizados por especialistas eminentes na matéria. Todavia pode manter-se como certo que as plantas úteis do arquipélago *não são indígenas*, mas importadas. Estão neste caso, nomeadamente, a mandioca (América), a mangueira (Ásia), o abacateiro (América), a jaca (Malásia), a amendoeira (Índia), a purgueira, a papaia, o amendoim, o algodão, o tabaco, o sisal (América), o tamarindeiro (África tropical e Índia), o café (Abissínia e Angola), etc. Cfr. Conde de Ficalho, *Plantas Úteis da África Portuguesa*, Lisboa, 1957, passim.

A Brava não teve capitães-donatários nem morgados; as terras foram-se repartindo sucessivamente e de tal modo que não há ali terreno sem cultura, nem morador que não seja proprietário. O sistema da pequena propriedade tem ali o seu modelo. A Brava, justamente chamada o «paraíso» ou a «Madeira» do arquipélago, é tão saudável como as melhores terras da metrópole. Pretos só ali habitavam os escravos, sendo os restantes moradores mulatos ou brancos. Do ponto de vista do material humano, a Brava avantaja-se, com toda a evidência, a Santiago e ao Fogo, e este facto palpável está na raiz de dificílimos problemas de ordem social, económica e religiosa.

A ilha da Boavista andou na família de Diogo Afonso da Atougia até ao reinado dos Filipes; foi esta família quem a povoou e a tornou logradoiro de criação de gado. É a ilha que tem maior percentagem de habitantes de raça branca. Lopes de Lima chegou a advogar, nas cortes de 1834, que fosse escolhida para capital da província, por ser a mais central do arquipélago, com comunicações mais fáceis para os seus dois extremos e ficar mais próxima da Guiné.

A ilha do Sal, primitivamente chamada Lana ou Llana (Ilha Chã), já aparece com este nome em documento de 19 de Setembro de 1462. Em meados do século de quinhentos era ainda desabitada e estéril, apenas usufruida por cabras selvagens ali lançadas. Desabitada até 1808, já tinha alguns casais fixos em 1830.

As ilhas de S. Nicolau, Santa Luzia, ilhéus Branco e Raso, só foram povoadas tardiamente. Se S. Nicolau era já habitada em meados do século XVI, Santa Luzia só o chegou a ser em meados do século passado...

Finalmente, permita-se-nos que demos mais demorada atenção, nesta nota, forçosamente sintética, à ilha de S. Vicente, pela sua importância marcante, no presente, na vida do arquipélago.

Em 1530 doava D. João III esta ilha ao fidalgo de sua Casa Martim Afonso de Sousa. Por diploma de 8 de Julho de 1577 fazia D. Sebastião mercê dela à Condessa de Portalegre. O primeiro documento que conhecemos, em que se trata oficialmente do seu povoamento humano e fortificação do Porto Grande, contra a pirataria marítima, é de 2 de Março de 1734. Pedimos vénia para aqui o revelarmos pela primeira vez. Apenas notaremos que faz parte do núcleo fundamental, que constituirá o futuro Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Sñr.

Ioão de Tavora, natural e morador nessa Corte, que se acha ao prezente ancorado com o seo navio, no porto da Villa da Praya de Santa Maria desta Ilha, que daqui passa para o Rio de Ianeiro, me requereo por huma petiçaõ, lhe desse licença para poder povoar a Ilha de Saõ Vicente, e fortificar o Porto Grande della, cujo requerimento naõ podia ademitir sem hordem de V. Magestade, a quem mando requerese; as comdiçoens com que pede a tal licença saõ o poder desfrutar a tal Ilha por tempo de dez annos, ficando no fim delles devoluta a povoação e fortificação a V. Magestade; pelas emformaçoens que tenho he conveniente ao real serviço e sucego daquellas Ilhas o povoar-se e fortificarse, de que se seguem as utilidades de se tirar a[os] corsários aquelle refugio, sem o qual naõ poderaõ subsistir muito tempo nestes mares, pela falta do naõ se poderem refazer em outra parte os fará mudar de rumo; a outra utilidade he que V. Magestade naõ dispende da real fazenda couza alguma, hi he melhor estar aquella Ilha povoada que deserta, de que dou a V. Magestade conta, para que cazo que o tal Ioaõ de Tavora ponha este requerimento na prezença de V. Magestade, lhe defira o que for mais conveniente, advertindose que, cazo que V. Magestade ache ser iusto este requerimento, se lhe conceda a licença, com condiçaõ de receber as cabras e jumentos por inventário e por elle ser obrigado a de[i]char o mesmo negocio que recebeo. //

Deos guarde a real pessoa de V. Magestade, como este seu humilde vaçallo lhe dezeja e esta monarquia ha de mister. //

Cidade da Ribeira Grande, 2 de Março de 1734.

Bento Gomes Coelho (28).

---

(28) Arquivo da Administração Civil de Cabo Verde (Praia), liv. 42, fls. 77v-78.

Não sabemos do andamento da questão, mas estamos certos de que investigação aturada — que não pudemos realizar — lançará luz plena sobre o problema.

Em documento de 2 de Fevereiro de 1781 mandava o governo povoar as ilhas ainda *desertas*, entre as quais S. Vicente. A provisão régia de 4 de Maio de 1794, comunicava ao governador José da Silva Maldonado e Eça, que haviam largado do Reino, no iate «Senhor Jesus da Boa Morte», 44 casais e alguns presos, destinados ao povoamento da ilha. No ano precedente mandara o mesmo governador para S. Vicente gente da ilha do Fogo.

Por provisão de Julho de 1795 era nomeado capitão-mor João Carlos da Fonseca Rosado, que se oferecera para povoar a ilha com 50 escravos, desde que o Estado levantasse uma igreja. Os produtos que atraíam o povoador eram a urzela, o sal de S. Pedro e Porto Grande, o algodão e o gado vacum.

Dividiram-se as «terras livres» pelos colonos, demarcaram-se os montados dos particulares e os baldios do município. A povoação, antes chamada *Nossa Senhora da Luz*, recebeu então o nome de *D. Rodrigo*, em honra do grande ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Estes factos datam de 1798, elevando-se então o número dos colonos a 232. Em 1819-1820, nova tentativa de povoamento, passando nesta altura a chamar-se o povoado *Leopoldina*. Do decreto de 11 de Junho de 1838, que mandava passar o Mindelo a capital da Província, apenas se salvou o nome do povoado, com cerca de 200 habitantes.

O seu lento e atormentado progresso permitia a sua elevação a vila em 29 de Abril de 1858 e em 14 do referido mês de 1878 — 20 anos decorridos — era elevada a cidade, com 3297 habitantes.

Finalmente, a ilha de Santo Antão ou de Santo António do Deserto, doada em 13 de Janeiro de 1538 a Gonçalo de Sousa, foi povoada de escravos nos séculos XVII e XVIII. Em decreto de 1780 dava-lhes D. Maria I carta geral de alforria. A afluência de colonos metropolitanos, na alvorada do século passado,

começou a transformar a feição geral da ilha, tanto no processo cultural da terra, como no aspecto sociológico e humano.

Eis, em resumo, os elementos que sobre o problema nos fornece a história.

*

* *

Um dos problemas científicos de maior acuidade no arquipélago é o chamado problema da aculturação, ou, em termos menos ilustrados e mais compreensíveis, o problema do povoamento humano. Não se tratando de problema pròpriamente histórico e não possuindo nós técnicas ou especialização luso-tropicalistas, podíamos dar-nos por dispensados de o abordar, já que estamos em presença de um campo experimental da competência da antropologia física, da etnografia, da etnologia e da sociologia, isto é, da antropologia cultural.

A contribuição *essencial* da África para o povoamento do arquipélago seria inegável, ainda que os arquivos se mantivessem esfingicamente mudos — e não é o caso. Bastaria atentar, com olhos de antropologista ou de simples etnógrafo, no rosto e no comportamento humano dos seus habitantes. O atestado ou identificação somática é irrecuzável. As sobrevivências africanas que têm resistido à sua fatal diluição na cultura superior assimiladora, são patentes. Mas quatro ou cinco centúrias de cultura portuguesa e cristã não podem ter deixado de processar o esfacelamento ou o completo esboroamento dos débeis e desfigurados fragmentos duma civilização milenária, com a qual se relacionou quando ela atingia o seu índice mais elevado de degradação. Assistimos há dias no Fogo à festa do *Pilão*. Pareceu-nos em estado de decadência caricatural. A gente nova já não toma parte nela como figurantes e os homens comportam-se sem convicção, espontaneidade e graça natural.

Se não podemos deixar de vincar profundamente a contribuição manifesta da África prestada a este arquipélago, desde o seu descobrimento até hoje, para a sua valorização portuguesa e humana, repugna-nos admitir a tese *afirmada* pelo

sociólogo Gilberto Freire, segundo a qual, as populações destas ilhas, dotadas do que chama um «lastro comum», são «predominadamente africanas», não, só na cor da epiderme, mas no seu comportamento e costumes, «com salpicos apenas de influência europeia». Dizemos *tese afirmada,* porque o ilustre sociólogo brasileiro, não se tendo dado ao luxo, que todo o cientista exigente se impõe, de conhecer «intimamente» as ilhas, não aduz argumentos nem razões que tentem sequer demonstrá-la. Gilberto Freire... afirma, e segundo ele, é quanto basta.

Afirmar que o cabo-verdiano é um mestiço mais africano do que português, parece-nos afirmação gravemente errónea justamente no aspecto sociológico. Não dizemos no aspecto antropológico ([20]). Mas no seu comportamento etnográfico e etnológico, que sumamente devem interessar à sociologia não amadorista, estamos em presença de um autêntico disparate.

Naturalmente, como procederam antes deles os romanos e os cartagineses, os portugueses assentaram as tendas no litoral das ilhas, nos portos de mar, onde mercadejavam com indígenas e estranhos os produtos da terra e da Guiné. A escravaria da costa fronteira do continente fixava-se no interior, no cultivo da terra de seus senhores, ou servia-os nas lides dos portos e do mar.

Os *stoks* humanos da costa da Guiné, das mais variadas raças, encontraram-se, assim, unidos na mesma sorte. Grupos demasiado exíguos para manterem intacta a sua independência e personalidade próprias, nos aspectos que mais interessam ao sociólogo, processaram o fenómeno social do «lastro comum», do nivelamento ou da unidade na plurali-

([20]) Em estudo sério recente averiguou-se que «o *stock* cromossómico apresentado pela actual população cabo-verdiana tem 35 % de origem europeia (portuguesa) e 65 % de origem oeste-africana». Almerindo Lessa e Jacques Ruffié, *Seroantropologia das Ilhas de Cabo Verde,* Lisboa, 1957, pág. 64. «Esta população difere de maneira significativa pela frequência dos grupos sanguíneos de base, das populações originárias portuguesas e africanas». *Ibidem,* pág. 62.

dade. Este facto deve ter exercido influência particularmente decisiva na assimilação da cultura portuguesa e na sua conversão total ao cristianismo. Perdeu-se a vida da tribo, a organização social original e voltaram-se as costas ao continente africano.

Veio depois a usurpação castelhana e surgiram os corsários de meia Europa na caça aos nossos barcos e no assalto aos nossos portos. Santiago, sobretudo, foi a vítima do seu ódio e voracidade, pela sua riqueza e importância comercial. Os brancos da metrópole, com a vida em risco permanente e com seus haveres à mercê da pirataria inglesa, francesa ou holandesa, abandonavam o arquipélago e recolhiam ao reino, desiludidos com uma experiência ultramarina desoladora e ruinosa. Os homens e mulheres originários da África refugiavam-se ou mantinham-se, por sua vez, nas montanhas inacessíveis do interior, onde tinham a terra que lhes dava o pão e a defesa da vida em desfiladeiros em que nunca eram acometidos impunemente.

Cada qual ali se fixou com o seu gosto tribal, com a cultura específica da sua raça; construíu a sua cabana de pedra solta ou de pedra e barro, coberta de palha, formando como que um estado independente, donde desciam cautelosamente a trazer ao litoral o produto do seu trabalho. Gente dócil e simples, mas em que as reminiscências da indolência, da sensualidade, da embriaguez, da dança, da poligamia africanas não conseguiram ainda, apesar da sua religiosidade e bondade inatas, diluir-se ou deixar-se assimilar totalmente pela cultura portuguesa e cristã.

Estes factos, que deveriam merecer o estudo analítico da Sociologia científica, explicam, para nós, o porquê da débil miscigenação euro-africana que se observa, particularmente na ilha de Santiago. Por isso mesmo nos parece que é nesta ilha que temos o melhor laboratório de experiência antropológica do arquipélago.

Outro problema, que nos parece trazer vivamente interessados e até preocupados, os homens de estudo de Cabo

Verde, é o da proveniência africana do contingente humano aqui estabelecido.

Há quem pretenda que nos veio, inicialmente em parte ou predominantemente, do Sudão. A esta suspeita, indocumentada histórica e sociològicamente, julgamos opôr-se também a carta de privilégios de 12 de Junho de 1466. Mas há mais.

É sabido que desde o século XV os povos sudaneses praticavam o maometismo, como é geralmente sabido e igualmente aceite que o maometano é pràticamente inconvertível ao cristianismo. Os poucos exemplos que se conhecem de conversões apenas servem para confirmar a lei geral. A fé maometana, que se recebe com o sangue, não logra diluir-se e sumir-se, nem mesmo com a própria mestiçagem. Ora nós sabemos que, se persistem ainda vivas certas reminiscências, mais ou menos inconscientes, dos cultos pagãos africanos, as reminiscências religiosas do islamismo, inconscientes ou não, são absolutamente inexistentes ao arquipélago.

Por outro lado, nós possuímos ainda actualmente, nos arquivos desta Província, provas irrecuzáveis das proveniências étnicas da sua população de há um século.

Efectivamente, em observância do Regulamento de 25 de Outubro de 1853, e do Decreto de 14 de Dezembro de 1854, fez-se em 1856 o arrolamento oficial, por intermédio das câmaras municipais, da escravaria que então habitava o arquipélago e seus respectivos senhores. Podemos sustentar que estão aqui as origens europeias e africanas da actual população desta Província. Em doze volumes ficaram-nos consignados os nomes dos possuidores de escravos e suas moradas, o número e nome dos escravos de cada um; o seu sexo, naturalidade, idade provável, sinais somáticos identificativos, os seus oficios (quase todos pedreiros, tecelões e carpinteiros) e uma coluna de interessantes observações. Para algumas ilhas inscrevem-se nesta coluna as somas por que foram resgatados.

A soma de elementos fornecida por este arrolamento é do maior interesse histórico e sociológico. Um sociólogo profissional e observador, liberto de tecnicismos preconcebidos e de

formas compressoras, em que pretenda meter os pés de toda a gente, tem aqui manancial mais que bastante para fazer trabalho asseado neste importantíssimo campo. Mas não pode deter-se como turista ou amador de impressões, como qualquer caixeiro-viajante.

Do exame, mesmo rápido, desta excelente fonte histórica, nomeadamente para a Ilha de Santiago, resulta a verificação de que a proveniência maciça do elemento africano nos veio da Guiné (no sentido moderno da palavra), com os seus mandingas, balantas, bijagós, felupes, biafadas, papéis, quissins, bramas, banhuns, futas, jalofos, bambarãs, bololas e manjacos, sendo Cacheu, Geba e Bissau quem nos forneceu o maior contingente humano. Um exame antropológico a estes povos e aos povos da raça predominantemente preta do arquipélago, com os consequentes estudos comparativos, etnográficos e etnológicos, poderia levar-nos a conclusões talvez definitivas.

O concelho da Praia possuia 350 senhores, com 771 escravas e 748 escravos (1519). O concelho de Santa Catarina 201 senhores, com 459 escravas e 442 escravos (901), o que perfaz para toda a ilha 2.420 escravos e 551 possuidores.

A ilha do Maio, com 118 senhores, possuia 203 escravas e 204 escravos, em quase perfeito equilíbrio sexual (407).

A ilha do Fogo, com 281 senhores, tinha 670 escravas e 565 escravos, naturais da Guiné ou da própria ilha (1235).

A Brava, com 122 senhores, possuia 144 escravas e 95 escravos, a ilha do maior desiquilíbrio sexual, naturais da Guiné, do Fogo ou da própria ilha (239). Mas é a ilha do maior equilíbrio de escravos e senhores.

S. Nicolau, com 62 senhores, tinha 78 escravas e 80 escravos, originários da Guiné ou da própria ilha (158).

Santo Antão, com 69 senhores, possuia 81 escravas e 89 escravos, naturais da Praia, do Sal, da Guiné, da Boavista, do Fogo e da própria ilha (170).

A ilha do Sal, com 32 senhores, era habitada por 60 escravas e 75 escravos, naturais da Guiné, do Fogo, de Santo Antão, da Boavista, da Brava ou da mesma ilha (135).

A Boavista, com 112 senhores, tinha 190 escravas e 182 escravos (372).

A ilha de S. Vicente, com 14 senhores, possuia apenas 14 escravas e 18 escravos (32), originários de Santo Antão, do Sal, da Guiné, de Santiago, da Boavista e do Fogo.

Temos, assim, há um século, nestas ilhas atlânticas, 5168 escravos e 1361 senhores.

O antropologista e o sociólogo têm aqui pábulo para longas e profícuas meditações. Evidentemente, trata-se de arrolamento excessivamente recente para inferirmos dele, com toda a segurança, para os séculos precedentes, mormente para os séculos XV e XVI. Todavia, do ponto de vista histórico, em que desejamos confinar-nos, julgamos que os riscos de inferência são mínimos. Se o estudo etnográfico, etnológico, antropológico, sociológico enfim do arquipélago de Cabo Verde, está apenas esboçado, talvez a culpa se deva lançar sobre os investigadores da história das ilhas e dos criminosos de lesa-ciência — para os quais a cadeira eléctrica ou a câmara de gás nos parece castigo de luxo — pois sistemàticamente queimaram arquivos inteiros, cuja perda é hoje irremediável, com o fito perfeitamente alcançado de legitimarem posses ilegais, ou de ocultarem ascendências étnicas, o que certamente não conseguiram.

Que os estudiosos locais, que os investigadores profissionais da história política, religiosa, antropológica e sociológica, despidos de preconceitos, de teses feitas, de técnicas turístico-jornalísticas, se decidam a queimar finalmente, as pestanas, a pesquisar arquivos, numa palavra só: *a estudar*. O material arquivístico e humano, ainda inédito, é imenso. Pode mesmo aureolá-los de glória. E se este centenário de um estudioso, de um investigador genial, do homem que desvendou à humanidade um campo ilimitado para novas ciências e novos estudos, pudesse ser o ponto de largada para o estudo definitivo dos problemas científicos desta Província, uns apenas esboçados, outros perfeitamente virgens, valeria realmente a pena

este ano jubilar de Portugal e da Civilização cristã e ocidental.

E porque não?...

III — Evangelização das ilhas

Se o arquipélago se nos apresenta tão vário no aspecto, aliás fundamental, do povoamento humano — está fora do nosso estudo o povoamento zoológico e botânico — quer quanto ao elemento empregado quer quanto à data de fixação, desde os colonos italianos, algarvios, açoreanos e madeirenses, até ao elemento guineense — e este mesmo tão profundamente diferenciado — a sua evangelização sofreu inevitàvelmente as consequências insuperáveis da precaridade do elemento étnico, dificuldades estas acrescidas ainda de outras de primordial e específica importância: a dispersão das Ilhas, privadas de meios normais, intensos e regulares de comunicação mútua, e a carência crónica de missionários em número e qualidade, quer filhos da terra, quer vindos da metrópole. Esta crise pode dizer-se endémica, desde o descobrimento até hoje. O historiador e o missiólogo encontram-se ainda embaraçados, como talvez em parte nenhuma, para poderem seguir desde o início o processo catequizador do arquipélago, de 1460 até aos nossos dias.

A responsabilidade evangelizadora das ilhas pertenceu, desde o descobrimento, à Ordem de Cristo. Em 7 de Junho de 1454, doava D. Afonso V à Ordem «toda [a] espiritual administraçom e jurisdiçom», do mesmo modo que esta a tinha em Tomar, cabeça da mesma Cavalaria, sobre todas as praias, costas, terras e ilhas, conquistadas ou a conquistar no futuro, com a expressa obrigação de mandar «prover aqueles povos que conquistados forem, de pregadores e reitores que lhes ministrem os eclesiásticos sacramentos». Fazia-o D. Afonso V, segundo a sua mesma expressão, «quanto com direito podemos».

Era evidente que D. Afonso V não tinha poderes para conferir jurisdição espiritual a ninguém, e por isso mesmo dizia: *quanto com direito podemos*. Mas nós temos de ler, entender e interpretar o arrazoado régio dentro do espírito da época e do próprio diploma, pois o Rei de Portugal acentuava: «A nós praz porém de notificar ao dito Santo Padre este nosso aprazimento e consentimento, e de suplicar mui humildosamente a sua Santidade, que o queira assim outorgar» ([30]). E de facto Nicolau V, pela celebérrima bula *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, outorgou liberalmente quanto lhe fora suplicado por D. Afonso V e pelo Infante D. Henrique, concedendo-lhes perpètuamente a posse material dos portos, terras, ilhas e mares já havidas ou a conquistar, desde os Cabos Bojador e Não, até aos Índios, com expresso poder de legislar, impor tributos e penas, edificar mosteiros e igrejas, reduzir os infiéis a perpétuo cativeiro, outorgando o privilégio de padroado espiritual, de que fala a carta afonsina de 7 de Junho de 1454 ([31]).

Cinco anos depois eram descobertas estas ilhas:

Às caravelas
que pelo mar de outrora navegavam
surgiam no horizonte as ilhas belas...

De longe, as Ilhas, sobre o mar poisando,
os mareantes todos encantavam.

E eles viam colinas verdejando,
quase ouviam as fontes, que cantavam...

Dois anos passados iniciava-se, como ficou dito, o povoamento, com a simultânea e consequente assistência espiritual aos colonos vindos da metrópole, ou a cristianização do elemento étnico provindo das terras virgens e pacíficas da Guiné.

([30]) Padre António Brásio, *Obr. cit.*, pág. 275.
([31]) Padre António Brásio, *Obr. cit.*, pág. 277.

Mas se são escassos os documentos que nos elucidem acerca do descobrimento e povoamento humano do arquipélago, mais rareiam ainda os papéis e pergaminhos que nos possam cabalmente esclarecer sobre este vital capítulo da vida das Ilhas. O terramoto de 1755, particularmente violento no Algarve, consumiu em Lagos o precioso arquivo da Casa da Guiné. Desapareceu igualmente com o sinistro o arquivo da Casa da Mina, em Lisboa. Hoje possuímos só raríssimos elementos do século XV, e esses mesmos pouco seguros, e até do século XVI por diante, pois a Chancelaria da Ordem de Cristo, fonte primacial de informação, só começa em meados deste século, para finalizar em meados do século XVIII.

Recolher pacientemente, beneditinamente, estes elementos é trabalho que temos entre mãos e se Deus nos der vida e saúde, dando ao mesmo tempo ao Ministério do Ultramar aquela compreensão e boa-vontade que até hoje lhe não têm faltado, a documentação, base natural e indispensável para urdir cientificamente a trama da história, será sistemàticamente publicada.

Julgava-se que os arquivos do arquipélago, devido a actos criminosos, alguns ainda recentemente praticados, eram pouco menos que inexistentes. A dança em que andou o governo e o prelado, de ilha em ilha, através dos séculos, o desinteresse absoluto e geral pela organização e cuidadosa manutenção dos arquivos do governo-geral, da diocese e das paróquias, levaram ao total desaparecimento da documentação dos séculos XV e XVI, e do século XVII muito pouco se salvou e de somenos valor. Resta-nos, porém, para os dois séculos seguintes, um recheio que não duvidamos qualificar de importantíssimo. Importa, agora, pô-lo a render.

Apesar do seu real valor, os arquivos da Província estão impossibilitados de nos fornecerem tantas e tão preciosas informações que nas faltam para processarmos històricamente a odisseia, o drama ou a tragédia da sua evangelização, do século XV aos nossos dias.

Devemos dizer aqui, e fazêmo-lo com o maior prazer e

com a maior saudade pela sua memória, que o Senhor D. Faustino Moreira dos Santos, C. S. Sp., último Prelado falecido desta Diocese, chegou a convidar-nos, quando ainda em S. Nicolau, a ir arrumar o arquivo da Mitra — que supunha existir — e indagar o que haveria por lá de aproveitável. O mesmo saudoso Prelado pagou a cópia de numerosos documentos, que havíamos de aproveitar para tecer a História da Diocese de Cabo Verde, que projectava confiar-nos. Esperamos que sejam integralmente publicados nos *Monumenta Missionaria Africana*, relativos à primitiva Diocese de Cabo Verde. Esperamos mesmo poder publicar brevemente o volume relativo ao século XVI ([32]).

Sabemos, portanto, muito pouco da evangelização quatrocentista das Ilhas. Frei Fernando da Soledade e Jorge Cardoso afirmam que Frei Rogério e Frei Jaime, frades franciscanos, naturais da Catalunha e residentes no convento de S. Bernardino da Atouguia, para aqui vieram com os colonos de 1462, os genoveses Noli. Bartolomeu de Noli iniciou a colonização com vida escandalosa, pelo que Frei Rogério, por ter levado à razão a amante do italiano, foi por ele assassinado, acusando do crime, para cúmulo da sua protérvia, Frei Jaime, mandando-o encarcerar inocentemente, até que, temendo a ira popular, o restituíu à liberdade. Frei Rogério, o primeiro missionário que regou com seu sangue esta terra portuguesa, chegou até nós aureolado com o renome de famoso letrado, músico e excelente escrivão.

Depois... penetramos em denso nevoeiro. Todavia, é-nos lícito induzir que, à medida que as ilhas iam sendo povoadas, a assistência religiosa, embora quase sempre precária, não deixou de acompanhar o povoamento. As igrejas iam-se levantando lentamente, custosamente e pobremente. Em 1508 estava já construída na Ribeira Grande a igreja do Espírito Santo.

([32]) Os trabalhos de Sena Barcelos, Padre Francisco Rodrigues, Padre A. Dias Dinis, Padre F. Leite de Faria e Padre Fernão Guerreiro, entretanto, são os que melhor podem esclarecer o problema do processo evangelizador das Ilhas e da Guiné.

Em Julho de 1526 tratava-se da construção da capela-mór da igreja de N. Senhora na vila da Praia de Santa Maria.

Certo é que em 20 de Maio de 1532 D. João III julgava poder fundar-se um Bispado em Cabo Verde, data em que partia de Lisboa D. Martinho de Portugal, a ocupar o seu posto de embaixador em Roma. A sede seria em Santiago, na Ribeira Grande, abraçando todo o arquipélago e na terra firme 320 léguas de costa. D. João III apresentava logo para Bispo o Dr. Brás Neto, do seu Conselho, desembargador do Paço e ao tempo embaixador em Roma. Em 31 de Janeiro de 1533 era o Funchal erecto em metrópole eclesiástica, tendo por sufragânea, entre outras, a diocese de Santiago, com sede na igreja paroquial da Ribeira Grande, criada pela bula *Pro excellenti*, da mesma data.

À medida que a documentação for desenterrada e publicada sistemàticamente, se poderá ver toda a odisseia, toda a tragédia e também toda a epopeia gloriosa — sim, apesar de tudo, gloriosa — escrita com sangue e realizada em heroísmo, da assistência religiosa e moral, que a metrópole tem dispensado a estas gentes, apesar da dureza do clima e sobretudo do condicionalismo geográfico, que torna esta missão singularmente espinhosa. Tem-se dado frequentemente o caso, através de cinco séculos de vida dura, de que são exactamente aqueles em cujas mãos está o querer e o poder que, nada fazendo de positivo a bem da catequização e da moralização do povo, manifestam por vezes a sua singularíssima actividade numa incontida como inconsiderada maledicência, que nada remedeando, tudo acaba por comprometer.

Em 12 de Janeiro de 1570 era decretada a fundação do Seminário diocesano... Mas parece que só o Bispo D. Frei Francisco de S. Simão, transportando-se para a Ribeira da Prata, deu princípio ao Seminário e Residência Episcopal, em Abril de 1783.

Num importante documento de 20 de Março de 1572 mandava D. Sebastião, em virtude de um despacho da Mesa da Consciência, que todos os vigários e capelães curados da Dio-

cese de Cabo Verde recebessem 30$000 réis de mantimento ordenado, anualmente, cujas freguesias tivessem de 200 fogos para baixo.

Verifica-se assim, numa série de documentos de Março do mesmo ano, que a Vila da Praia tinha naquela data 30 fogos e 477 almas na freguesia de Nossa Senhora da Graça; Santo Amaro do Tarrafal, 40 fogos e 400 almas de confissão; S. Nicolau Tolentino da Ribeira de S. Domingos, 143 fogos; a freguesia de Santiago, 225 fogos; S. Filipe, no Fogo, 150 fogos; S. João da Ribeira de António (Santiago), 80 fogos e 795 almas de confissão; S. Jorge, dos Órgãos, 100 fogos; Nossa Senhora da Luz, dos Alcatrazes, 30 fogos e 207 almas; Santa Catarina do Mato, 370 fogos; S. Miguel da Ribeira dos Flamengos, 50 fogos e 360 almas de confissão; S. Lourenço do Pico (Ilha do Fogo), 90 fogos.

Como é sabido, deixou o Infante D. Henrique em testamento à Ordem de Cristo, o encargo de lhe mandar celebrar por alma, todos os sábados do ano, uma Missa, em todas as igrejas da jurisdição espiritual da Ordem existentes à data do testamento (13 de Outubro de 1460), ou posteriormente fundadas.

No tempo de D. João III fez a Ordem representação a el-Rei para se desembaraçar desta obrigação. Mas tanto el-Rei como o Papa não só não ouviram semelhante súplica, mas urgiram o seu cumprimento. Em documento de 2 de Abril de 1568, manda-se pagar na diocese de Cabo Verde aos vigários e capelães curados que celebravam as ditas Missas por alma do Infante. Verificamos que em 1572 eram celebradas na Praia, em S. Nicolau Tolentino, em S. João da Ribeira de António, em S. Jorge dos Órgãos, na Senhora da Luz dos Alcatrazes, em Santa Catarina do Mato, em S. Miguel da Ribeira dos Flamengos e em S. Lourenço do Pico (no Fogo).

Além do clero secular metropolitano, de alguns sacerdotes nativos — que, embora tal se não pense, andam por algumas dezenas nos séculos XVI e XVII: a seu tempo publicaremos seus nomes —, trabalharam no arquipélago, sobretudo em

Santiago, os Padres Jesuitas e os Padres Capuchos da Província da Soledade. Na série dos 32 Bispos que têm pastoreado e governado a Diocese, contam-se homens eminentes em virtude e zelo apostólico. Um D. Frei Francisco da Cruz, no século XVI; um D. Frei Lourenço Garro, e um D. Frei Vitoriano Portuense, no século XVII; um D. Frei Francisco de Santo Agostinho, um D. Frei José de Santa Maria de Jesus, um D. Frei João de Faro ou um D. Frei Pedro Jacinto Valente, deixaram assinalada para os séculos a sua passagem fecunda por esta Sé.

Um dos mais eminentes Prelados, pelas realizações que levou a cabo, tendo encontrado a Diocese em perfeita ruína material e espiritual, quando entrou na Diocese, em 30 de Novembro de 1941, foi certamente o meu ilustre e venerando Confrade, de saudosa memória, Senhor D. Faustino Moreira dos Santos, C. S. Sp., anteriormente Prefeito Apostólico no Congo. Não foi nunca um audacioso corredor de sertões, não foi nunca um romântico. Mas foi sempre um sensato, prudente e dinâmico organizador.

Cabo Verde «é uma desolação», dizia-lhe no Porto o cónego Serpa Pinto. Um campo de ruínas... *ubi Troya fuit!*

Ao entrar na sua diocese o Senhor D. Faustino encontrou apenas três missionários espalhados por essas ilhas, metade dos quais em estado de ruína, pela idade ou pela doença. Não era homem para desanimar este grande Prelado! Pertencia, aliás, a um Instituto cujos membros não estão habituados a render-se, mas a enfrentar varonilmente a adversidade. Bradou por seus Confrades! Chamou a Santa Sé em seu socorro! E a Nunciatura de Lisboa pedia oficialmente que os Padres do Espírito Santo acorressem à penúria extrema do Bispo de Cabo Verde. E vieram. E vieram depois as Irmãs do Espírito Santo, vieram depois as Irmãs do Amor de Deus, vieram depois os Padres Capuchinhos, vieram os Padres Seculares, vieram também os filhos de S. João Bosco.

Quando Deus o chamou à recompensa que é devida aos que bem combatem, em 26 de Julho de 1955, deixava levanta-

das desde os alicerces nove igrejas e com a primeira pedra lançada e os alicerces abertos a igreja de Santa Filomena, na Calheta de S. Miguel (Santiago). Restaurara ou reparara profundamente 17 outras igrejas. Criara seis capelas sucursais em Santiago, no Fogo e na Brava. Adquirira catorze edifícios para residências paroquiais em Santiago, Santo Antão e no Fogo. Um grande Prelado, um grande missionário ([33])!

Hoje que esta Diocese é inteligente, prudente e dinâmicamente governada pelo Senhor D. José Filipe Colaço, que lhe trouxe, em 1956, no sangue da Velha Goa de S. Francisco Xavier, o entusiasmo da sua juventude, o ardor da sua fé, o zelo ardente do seu apostolado, certamente com facilidades materiais que outrora não havia e que os ilustres Governadores desta Província não têm regateado, as esperanças de ressurgimento são dia a dia mais fagueiras com a colaboração activa das Autoridades, com a generosa e sacrificada doação dos nossos Missionários e veremos em breves tempos e regeneração espiritual deste povo atingir elevado nível, pelo seu saneamento moral.

Entramos, assim, neste duplo V Centenário, na linha de rumo há cinco séculos traçada pelo Infante D. Henrique. Tornamo-nos, assim, conscientemente, os continuadores efectivos da sua obra, com renovado espírito de cruzada, os realizadores em nosso tempo do seu programa de precursor.

E que sob os auspícios da Mãe de Deus, de Santa Maria de Portugal, daquela que o glorioso Infante respeitosamente chamava «minha Senhora Santa Maria», d'Aquela a quem foram levantados os primeiros templos deste Arquipélago — este duplo centenário seja novo surto que fique inesquecìvelmente assinalado no seu progresso material, na sua transformação moral, na felicidade dos seus Lares!

Conferência proferida na cidade da Praia em 25 de Maio e na cidade do Mindelo em 6 de Julho de 1960.

([33]) Padre Jerónimo Ferreira, *Portugal em Africa*, 1935, págs. 384-386.

António de Noli e a colaboração entre portugueses e genoveses nos descobrimentos marítimos

I — António de Noli e os descobrimentos marítimos

Por *LEO MAGNINO*

No quadro histórico dos descobrimentos efectuados pelo génio admirável do Infante, é preciso distinguir duas fases: a primeira, a das grandes navegações e descobrimentos iniciais, que deviam transformar o mapa geográfico do mundo, e a segunda a que poderíamos chamar económico-científica, na qual a obra do Infante se dedica à exploração não só comercial mas também científica das descobertas anteriormente efectuadas.

Foi nesta segunda fase que ao Infante não faltaram navegadores de outras nacionalidades, que ofereceram os seus serviços a el-Rei de Portugal para as viagens marítimas e para o transporte das mercadorias do Oriente e da África nos diferentes mercados europeus.

Naquela época, Portugal tinha cada dia mais necessidade de marinheiros, de geógrafos, de astrónomos e também de comerciantes para poder enfrentar as novas possibilidades que se apresentavam de povoamento e de desenvolvimento económico das novas terras.

Com efeito, toda a política portuguesa, desde aquela época, foi caracterizada por uma intensa e eficaz colaboração com

todos os que tinham interesse nas grandes viagens marítimas: uns vieram contratados e outros seduzidos pelo espírito das aventuras ou pelo interesse mercantil.

Particularmente, numerosos foram os Italianos que ofereceram naquela ocasião os seus serviços ao Infante: florentinos, genoveses, venezianos, os quais compreenderam o enorme valor das descobertas e o inevitável desenvolvimento que dessas mesmas descobertas teria tido todo o comércio entre a África e o Oriente, dum lado, e a Europa do outro, e a fundamental mudança que as grandes viagens de circum-navegação teriam provocado nos tráficos e nas relações entre os povos contemporâneos.

Entre os Italianos, sobressaem, na época em que o génio do Infante lança as bases fundamentais do Império português, o veneziano Alvise de Cadamosto e o genovês António de Noli, que notáveis serviços deviam prestar a Portugal: recebidos de braços abertos pelos portugueses, na Primavera de 1455, cada qual tomou seu bordo dirigindo-se à costa ocidental da África.

Por essa época, já era crescente o número de expedições que, com finalidade económica, se dirigiam às regiões africanas anteriormente descobertas. E desse género se pode considerar a viagem que os italianos Cadamosto e António de Noli fizeram até ao Gâmbia. Já, no ano de 1444, se tinha estabelecido em Lagos uma companhia para continuar os descobrimentos e para fazer o comércio da África, sob a direcção do Infante e nas condições por ele ordenadas. Nas relações que Cadamosto escreveu das suas viagens, encontram-se particularidades bastante circunstanciadas, embora nem sempre verdadeiras, sobre os primeiros estabelecimentos de feitorias portuguesas na costa da África Ocidental e notícias curiosas da criação de companhias comerciais portuguesas para o tráfico daquelas paragens.

Através dos relatos que ele faz das suas viagens, e que constituem o melhor testemunho da obra do Infante, tem-se a impressão de que, embora Cadamosto faça comércio, ele é

sobretudo um agente do Infante lançado a reconhecer o comércio das novas terras.

E nesta qualidade actua, e não como navegador, pois não se improvisam os mareantes: em todas as suas viagens ele embarca com belos pilotos, como o capitão Vicente Dias, que o leva às costas africanas.

Quais as suas relações com o genovês António de Noli? Não é fácil uma resposta, pois que através dos seus relatos, como se verá dentro em pouco, Cadamosto seria o chefe de expedições que descobriram terras e ilhas africanas, enquanto que António de Noli teria sido quase um simples marinheiro. Mas, na verdade, Cadamosto é desmentido por relatos que outros contemporâneos, italianos e portugueses, fizeram daquelas mesmas viagens de descoberta, relatos que evidenciam a posição de relevo de António de Noli como capitão da frota portuguesa.

Alvise Cadamosto embarcou, em 1455, numa caravela capitaneada por Vicente Dias que se dirigia à Madeira, às Canárias. Depois, percorrida a costa do Senegal, Vicente Dias teve o intento de dobrar o Cabo Verde e explorar as terras do Gâmbia cujas riquezas lhe louvara o Infante. Durante a viagem, apareceram-lhe os navios de António de Noli e de uns portugueses ao serviço de Henrique, também desejosos de dobrarem o Cabo Verde e descobrirem novas terras.

Com eles seguiu Cadamosto a viagem até ao Gâmbia, mas voltou ao Reino por se recusarem as tripulações a continuar a viagem.

No ano seguinte, Cadamosto e António de Noli partiram de Lagos para irem além do Gâmbia. Uma tempestade lançou-os no arquipélago de Cabo Verde: o destino ajudando-os — escreve Vitorino Nemésio — da experiência dos pioneiros do Infante, reservara-lhes generoso a primeira vista do Geba e das ilhas Bijagós, duas das quais visitaram na volta (1).

---

(1) Vitorino Nemésio, *Vida e obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1959.

Os relatos dessas viagens, escritos por Cadamosto, vieram à luz em 1507 em «*Paesi nuovamente ritovati et Novo Mondo de Americo Vesputio florentino intitolati* (Edição de Vicencia). Ramusio também incluiu esses relatos na sua grandiosa obra (2).

Cadamosto faz referência à viagem até aos rios da Guiné, de três caravelas, comandadas por ele próprio, por António de Noli e um capitão português cujo nome não refere, e também dá notícia de vários rios, então explorados, para além do Gâmbia — o de Sant'Ana, o Casamansa, o de S. Domingos (Caheu), o das Âncoras (Mansoa) e o Rio Grande (Geba) —, bem como de algumas ilhas do arquipélago dos Bijagós.

Cadamosto incluiu, entre os sucessos da sua viagem de 1456, o descobrimento das ilhas orientais do arquipélago de Cabo Verde, mas Diogo Gomes localizou em 1460, no decurso duma das suas viagens à costa africana, a descoberta dessas ilhas, afirmando tê-la feito quando navegava para Portugal de conserva com o navio chefiado por António de Noli, lamentando-se, contudo, de que o favor régio tivesse beneficiado aquele italiano, outorgando-lhe uma capitania na ilha que então visitaram, com menosprezo da prioridade do seu desembarque ali.

O problema da precedência de um tal descobrimento tem sido objecto de controvérsia entre os historiadores, dada a insegurança dos relatos quer de Cadamosto quer de Diogo Gomes: o descobrimento do arquipélago caboverdiano, como escreve

(2) Ramusio, *Delle Navigationi et Viaggii*, I, 1550.

Cfr. também Sebastião Mendo Trigoso, *Colecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas*, II, n.º 1, da Academia Portuguesa das Ciências, onde foram traduzidos os relatos do Ramusio, anexando-lhes a «*Viagem do capitão Pedro de Cintra*» escrita por Cadamosto. Em 1948 publicou-os a Academia Portuguesa da História (texto italiano e tradução portuguesa), com prefácio e notas históricas do dr. Damião Peres e com a *Viagem de Pedro de Cintra*.

Mendes Corrêa, é ainda hoje disputado por três navegadores: Alvise de Cadamosto, Diogo Gomes e António de Noli (3).

À luz dos documentos oficiais que chegaram até nós e também, e mais particularmente, à luz da lógica, eu acho que parte preponderante no descobrimento das ilhas caboverdianas pertence ao genovês António de Noli, e explicarei as razões que militam a seu favor.

António de Noli, marinheiro e negociante genovês, também conhecido por Antoniotto Usodimare, era natural de Noli, uma pequena aldeia perto de Savona. As crónicas dizem-no nobre genovês, tendo vindo com seu irmão Bartolomeu e seu sobrinho Rafael, cada um com seu navio, pedir permissão ao Infante para tomar parte nesta obra de desenvolvimento comercial da costa ocidental africana.

Sem dúvida nenhuma, ele toma parte, chefiando seu navio, nas viagens de 1455 e de 1456, referidas por Cadamosto, e visita as ilhas do arquipélago de Cabo Verde desde aquela época. Diogo Gomes refere-se a uma viagem sucessiva e, a título de mera hipótese, pode considerar-se repetido o seu descobrimento com intervalo de poucos anos (4).

Por quanto diz respeito a Cadamosto, é preciso sublinhar que ele não era um marinheiro e naquela época não havia possibilidade alguma de improvisar-se capitão.

Mas o que mais milita a favor da nossa tese é o facto de ser concedida a António de Noli a capitania da Ribeira

(3) Mendes Corrêa, *Ultramar Português*, II, Ilhas de Cabo Verde, pag. 121-12.

(4) A favor duma tal hipótese militaria o facto de corresponderem às datas de mês e dias, bastante distanciadas, os nomes então dados a algumas dessas ilhas: Maias, S. Tiago, S. Filipe (1.º de maio), S. Cristóvão (25 de Julho). Cfr. Damião Peres, *História dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, 1959.

Grande na ilha de Santiago ([5]), afirmando-se oficialmente que ele fora um dos descobridores das ilhas caboverdianas numa carta régia de 19 de Setembro de 1462, bem como noutra, esta de 1497, datada da cidade de Évora, na qual o rei Manuel I confirma ainda na filha de António de Noli, que usava o nome de Dona Branca de Aguiar, a capitania. Desta seria capitão o que se matrimoniasse com ela: «o qual casamento — lê-se na carta régia — ela ha de fazer com aquela pessoa que lhe nos para isso escolhermos». E foi Jorge Correia, fidalgo da Casa Real e porventura colaborador de António de Noli ([6]).

António de Noli deve, portanto, considerar-se entre os principais descobridores do arquipélago de Cabo Verde ([7]). Ele

---

([5]) Ribeira Grande, na ilha de Santiago, foi a primeira freguesia em Cabo Verde: em 1466 chegaram à Ribeira Grande dois padres franciscanos, vindos do Convento de S. Bernardino de Atouguia: frei Rogério e frei Jaime. A sua pregação, segundo referem alguns cronistas da época, não agradou ao capitão Bartolomeu de Noli, irmão de António, pois não tardou em desterrar a frei Rogério, a quem, pouco depois, mandou assassinar. Para cúmulo, acusou o seu companheiro, frei Jaime, de haver perpretado o crime. (Cfr. A. da Silva Rego, *Curso de Missionologia,* Lisboa, 1956, pág. 244).

([6]) Carta publicada por Emiliano Bettencourt nos *Descobrimentos, guerras e conquistas dos portugueses, etc.,* 1881, pág. 65. Esta carta está incluída também na obra de Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI,* Turim, 1904.

([6 bis]) Assim escreve, a este respeito, o seu patrício Bernardo GANDOGLIA em *«Vita intima degli uomini di Noli, studiata nell'Archivio del Comune»,* Finalborgo, 1927:

«L'anno seguente (1450) il veneziano Alvise Cadamosto, anch'egli in cerca di nuove terre, trovò il nostro concittadino (Antonio di Noli) sul campo delle scoperte, tra la foce del Senegal e il Capo Verde, ed ambidue si avanzarono al sud dell'Affrica, scoprendo il golfo di Corea *(sic)*, ove strinsero relazioni con due popoli della costa, da loro detti *Barberini* e *Sereri.* Avanzatisi molte leghe ancora, entrarono nel fiume Gambia, ove trovarono tribù si ostili, che a mala pena riuscirono a liberarsi dalle piroghe di quelle barbare genti, che tornavano ogni giorno ad assalire i loro navigli, coprendoli di saette avvelenate e di altri mortiferi proiettili. Queste difficoltà li resero per allora impotenti a proseguire più oltre sulla via delle Indie. Cogli equipaggi decimati dalle malattie e dai combattimenti

é também o primeiro estrangeiro que entra na obra do Infante e se nacionaliza português, tal como entrara na nobreza de Portugal o seu patrício, o almirante Pessanha.

António de Noli, reconhecidas primeiro as ilhas do arquipélago em 1456, vai depois e descobre de entrada as ilhas de Maio, Santiago e S. Filipe em 1457: na carta de doação, declara el-Rei que Noli descobrira ainda mais a ilha do Sal e de S. Cristóvão.

Foi este o último acto presidido pela acção pessoal do Infante na sua grandiosa e épica obra dos descobrimentos. Acto de larguíssimo alcance, pois o descobrimento do arquipélago caboverdiano abre as portas à circum-navegação da África e ao descobrimento do Brasil.

E António de Noli recebe a mercê — até então concedida só à nobreza portuguesa com larga folha de serviços — de Capitão Donatário da Ribeira Grande, a cidadezinha que ele povoou.

---

sostenuti, furono costretti a ritornare in Portogallo, ove ricevettero le congratulazioni dell'Infante Don Enrico, il quale li rimandò poco dopo a proseguire l'impresa.

I due navigatori si diressero dapprima al Capo Bianco; ove furono colti da una spaventosa tempesta che, dopo tre giorni di angoscia, li gettò su di un lido sconosciuto. Riparati alla meglio i loro navigli, navigarono verso il Capo Verde e al di là al fiume Gambia, sulle cui acque s'inoltrarono per sessanta miglia entro il continente africano, assai bene accolti dal re negro Batti + Mansa. Costretti dalle febbri a rimettersi in mare, dopo venti miglia di viaggio, girarono il Capo Rosso; quindi, seguendo la direzione sud-est della costa, riconobbero il fiume Sant'Anna e il San Domingo. Di là si avanzarono ancora sino alla foce del Geba ora Rio Grande, ma i loro equipaggi appossati e decimati li forzarono a ritornare, togliendo loro ogni speranza di ulteriori ricerche.

Nel ritorno però ebbero la ventura di scoprire gli importanti arcipelaghi di Bissagos e di Capo Verde, ignoti a tutti gli antecedenti navigatori».

As mesmas notícias, mas um pouco mais pormenorizadamente, são referidas na obra do mesmo Bernardo GANDOGLIA *«La città di Noli»,* Savona, 1885.

Cfr. também G. Descalzo, *«La turrita Noli e il suo grande figlio: il navigatore Antonio»,* na revista *Genova,* ano XXIII, Fevereiro de 1948.

Não há dúvida nenhuma, portanto, de que António de Noli prestou serviços muito notáveis, que não deveriam ter-se limitado apenas ao descobrir das ilhas caboverdianas para a Coroa Portuguesa. Ele, de facto, abre o caminho à descoberta do Brasil e também à nova via das Índias.

Como escreve Gaspar de Couto Ribeiro Villas, uma hipótese pode ser aceita: e seria que António de Noli — por sua iniciativa ou do Infante — viesse irradiar das ilhas descobertas e alcançasse as Costas do Brasil, tal como se admitiu para os Açores com Gonçalo Velho. Estes reconhecimentos, trazendo novidade, justificariam a aceitação do cargo de «Donatário» para o continuar. É neste período sucessivo que encontrariam as duas últimas ilhas citadas na carta régia (7).

Todo o caso, naturalmente, está entregue a deduções e hipóteses enquanto os documentos pouco ou nada dizem a seu respeito.

Mas o que se pode afirmar por esta forma é que a chegada das caravelas a Cabo Verde vai abrir o caminho a novos descobrimentos e, particularmente, à via das Índias, meio século antes de Vasco da Gama.

António de Noli, com certeza, não teve sorte, mas se a fortuna — aliás muito justamente — concedeu a Vasco da Gama a honra de, ultrapassado o Cabo das Tempestades, aproar pela primeira vez às costas das Índias, é também preciso lembrar os esforços notáveis feitos por este grande navegador genovês ao serviço de el-Rei de Portugal.

E, finalmente, pode-se também afirmar uma vez mais que a época dos descobrimentos representa para Portugal a primeira ocasião para declarar a sua vontade de colaboração internacional, pois que as grandes viagens não estavam fechadas a estrangeiros, mas simplesmente regulada a sua acção para a necessária fiscalização e policiamento de tão vasto campo de actividade, como era este mar agora desvendado.

(7) Gaspar do Couto Ribeiro Villas, *História Colonial*, vol. I, pág. 117, Lisboa 1938.

II — Os genoveses e a exploração comercial dos territórios ultramarinos no século XV

António de Noli, mais conhecido pelo nome de Antoniotto Usodimare, foi, como já dissemos, o primeiro estrangeiro naturalizado durante a época de Dom Henrique e foi também o primeiro a receber tão notável reconhecimento régio pelos serviços prestados à Coroa portuguesa, o que demonstra que as suas benemerências tinham de ser excepcionais e não derivavam sòmente do descobrimento de algumas ilhas caboverdianas.

Embora a sua acção se desenvolvesse no Império Português que se vinha então criando, indirectamente ele exerceu larga influência nos meios genoveses, endereçando largas correntes de navegadores, marinheiros, astrónomos e, sobretudo, de comerciantes para Portugal.

O nome da família de António de Noli era bem conhecido, e assaz favoràvelmente, na sua terra natal, e em toda a costa ligure, entre Savona e Génova, a sua família era alvo de grande apreço.

Desta maneira, a fortuna de António de Noli em Portugal e a alta posição por ele alcançada, chamaram a atenção de muitos genoveses, que, talvez mais por espírito comercial que por espírito de aventura, desejavam traficar com os territórios africanos e as ilhas oceânicas recém-descobertas pelos Portugueses.

As relações entre a Itália e Portugal tinham já as suas raízes no início da constituição da nação portuguesa e representavam, portanto, uma tradição.

Já ao tempo de Dom Diniz, aquele preclaro soberano fomentou as mais activas relações com os genoveses e os venezianos. Foi o genovês Vivaldo Vivaldi, chegado em 1257 a Portugal, um dos primeiros italianos a naturalizar-se. Daquela época em diante, as naturalizações dos italianos chegados a Portugal foram bastante numerosas. Basta lembrar os nomes

dos Pessagno (Lançarote Pessanha), Baldassare Spinola, Filipe Pallastrelli, Bartolomeu Pallastrelli.

Entre os homens de negócios, os Bardi, os Salvago, os Marchioni tinham grande reputação. Em 1477 Giovanni Bardi estabeleceu uma loja de câmbio, e, no tempo de D. Afonso V, também outro italiano, Giovanni Salvago, fundou em Lisboa outra casa bancária.

Bartolomeu Marchioni, florentino, desde 1487 se reputava como figura eminente da colónia italiana de Lisboa. Era o principal banqueiro da época e o maior agente do tráfego do açúcar. Os seus navios teriam acompanhado à Índia e ao Brasil as frotas reais.

Mas já ao tempo de Dom Henrique o florentino Giovanni Gidete e os genoveses Marco Lomellino e Domenico Escoto obtiveram um importante contrato no negócio da cortiça.

À medida que os descobrimentos se estendiam, mais numerosos eram os italianos que chegavam a Portugal para colaborar na obra de desenvolvimento comercial do Império.

Foram muitos os genoveses atirados pela fortuna alcançada por António de Noli e Alvise Cadamosto que mais activa e eficazmente colaboraram nesta tarefa.

Na *Crónica dos Descobrimentos e conquista da Guiné* de Azurara, lê-se que os genoveses teriam oferecido grande quantia ao Infante em troco de uma parte da vila de Sagres, por ele começada a construir, na qual, de certo, desejariam instituir uma feitoria ou um ancoradouro para os seus navios do tráfego nórdico ou uma colónia idêntica às que possuíam no Mar Negro.

No século XV e até ao início do século XVI, os genoveses tentaram monopolizar o comércio das especiarias e pedrarias das costas africanas e do açúcar das ilhas oceânicas.

Os negociantes genoveses do fim de Quatrocentos enchem as páginas da história comercial de Portugal, assim como alguns engenheiros navais, como aquele Lourenço Jacomo, genovês, conhecido no Porto como «grande mestre de fazer

querenas». Em 1450, D. Afonso V mandou-o para o arsenal de Lisboa com bons privilégios.

Na Madeira, no final do século XV e até à primeira metade do século XVI, a cultura e a exploração industrial do açúcar estavam em grande parte nas mãos dos italianos, mormente dos genoveses Adorno, Leone, Doria, Lomellino, Salvago, Cattaneo, Palma.

Fernando Leone e seus irmãos chegaram de Génova à Madeira em 1472 e nela se votaram à cultura e ao negócio do açúcar.

Luís Doria, patrício genovês, depois de viver algum tempo em Lisboa, foi para a Madeira no final do século XV. Ali se associou com Urbano Lomellino para a exploração da cana de açúcar. Os Dorias fundaram dois morgadios na Madeira.

Os nobres genoveses Erbano e Baptista Lomellino viviam em Santa Cruz nos fins do século XV. Urbano de sociedade com Luís Doria, tinha no Porto da Cruz um engenho de açúcar. Por testamento, aí instituiu em 1518 um morgadio a favor do sobrinho Jorge.

Nicolau Cattaneo, aportuguesado com o nome de Catanho, de nobre família genovesa, foi naturalizado em 1486 por carta de D. João I. Logo, viveria em Lisboa desde há muitos anos, a negociar naturalmente, enquanto os seus irmãos Hilário e Rafael exploravam na Madeira um engenho de açúcar.

Desta maneira, António de Noli é um dos melhores artífices daquela colaboração entre Portugal e Génova, que, juntando ao génio indiscutível dos portugueses nos descobrimentos a experiência comercial e marítima dos marinheiros e dos comerciantes genoveses, constitui um dos factores mais notáveis da grandiosa epopeia ultramarina de Portugal.

III — Influência do português na linguagem náutica italiana

Outro aspecto bastante notável determinado pela colaboração marítima italo-portuguesa, e que, portanto, tem de inscrever-se, embora indirectamente, na acção desenvolvida por

António de Noli, Alvise Cadamosto e seus companheiros, é o intercâmbio linguístico na linguagem marinheira.

A língua portuguesa, que, de todas as línguas neolatinas, é talvez a que mais perto está do latim, teve nos séculos XV e XVI uma força de expansão enorme, superior, sem dúvida nenhuma, à de todas as outras línguas europeias.

Ainda hoje, em muitos países do Oriente asiático, a língua portuguesa continua a ser a «língua franca» e, na Ásia e na África, há milhares e milhares de palavras portuguesas que fazem parte dos vocabulários das línguas indígenas. Assim, por exemplo, no Japão, onde, todavia, nunca houve uma dominação portuguesa, muitas das palavras que dizem respeito à ciência ocidental, à medicina como à botânica, à física como à matemática, etc., foram introduzidas pelos portugueses no século XVI e ainda hoje vingam na língua japonesa.

No caso da Itália, é curioso apontar que este intercâmbio linguístico é bastante notável no campo marinheiro.

Enquanto que, no campo artístico e literário, houve uma influência linguística italiana no português, devida aos numerosos artistas e literatos portugueses que estudaram na Itália e à influência literária e artística italiana em Portugal, vice-versa, no campo náutico, numerosas são as palavras portuguesas introduzidas na língua italiana pelos portugueses nos séculos XV e XVI, palavras que ainda hoje fazem parte integrante da linguagem falada pelos marinheiros italianos e que foram trazidas da Itália quase exclusivamente pelos genoveses que foram para Portugal durante a grande epopeia dos descobrimentos. E isto se explica com o grande desenvolvimento da política marítima portuguesa, nos séculos XV e XVI, e a activa e eficaz colaboração que houve entre os marinheiros italianos e os portugueses naquela época.

A terminologia náutica italiana, sobretudo pela razão de ter estado a navegação nas mãos das cidades que não tinham primado algum na língua, era bastante pobre. O português, porém, tinha alcançado naquela época um considerável desen-

volvimento, ignorado pelas outras línguas irmãs. É testemunho desta asserção a magnífica literatura ultramarina, que tem os seus melhores representantes em Barbosa, Barros, Couto, Castanheda, etc., literatura náutico-colonial que não tem comparação com as das outras línguas românticas.

Quero assinalar algumas das principais palavras introduzidas pelos portugueses na linguagem náutica italiana e que constituem o que pode-se chamar «os portuguesismos» da língua italiana.

ITALIANO (ou GENOVÊS)	PORTUGUÊS
abarrotare	abarrotar
abucore	albacor (peixe de mar)
addobbare l'armata	adobar a armada
alare	alar
amurata	amurada (parte do barco)
ancoreggiare	ancorar
andajna	andaime
arazzare (le navi)	arrizar
arenale	arenal
aresaca	ressaca
arpeo	arpéu
arrecife	arrecife
arremesso	arremesso
atalaja	atalaia (espécie de barco)
auste	aúste
balrovento	balravento
baccalà	bacalhau
balanco	balanco (espécie de barco)
barra	barra
barrinel	barinel (grande barco)
bassamar	baixa-mar
bogliare	bojar (dobrar o cabo)
cais	cais
camarotto	camarote
cantil	alcantil
cartaz	cartaz (salvo-conduto náutico)
clar	clar

ITALIANO (ou GENOVÊS)	PORTUGUÊS
cevadera	cevadeira
conves	convés
capitello	chapitéu
coracora	cora-cora (espécie de barco)
contrapatrone	contrapatrão
chiglia	quilha
correr la costa	correr a costa
caravella	caravela
disimbarcare	desembarcar
desafferrare	desaferrar
engiagada	jangada
embargo	embargo
farol	farol
fondare	fundear
farponi	harpões
garopo	garopo (espécie de barco das Molucas)
garupezi	gurupés
giusante e montante	jusante e montante
ilarga	ilharga (lado do barco)
imbarcazione	embarcação
lancara	lanchara (pequeno barco)
lume dell'acqua	lume da água
lancia	lancha
manga	manga
mergugliadore	mergulhador
mergullo	mergulho
monsoni	monções
pagassoa	pangajoa (espécie de barco do Oriente)
pagheis	pagueis (pequenos barcos)
paghere	pagueres (pequenos barcos)
pajol	paiol
parao, parai	parão (pequeno barco)
parare	parar (parar o barco)
parcel	parcel
petacche	peitaças (quarto da nau)
portella	portinhola (abertura lateral da nau)
rasteiro	rasteiro
remiero	remeiro
restinga	restinga

ITALIANO (ou GENOVÊS)	PORTUGUÊS
rottero	roteiro
sargasso, sargassi	sargaço, sargaços
sbarcatione	desembarcação
soffrir le vele	sofrer as velas
sopraronda	sobrerronda
stanterla	estanteirola
socairo	socairo (parte da nau)
sombrero	sombreiro (peixe de mar)
streno	estrém
stribordo	estribordo
taforea	taforeia (espécie de barco)
terrada, terrade	terrada (pequeno navio asiático)
toa (a...)	à toa (sair à toa)
tifone	tufão
troccoade	trovoada, trovoadas
vasa	vasa
vento bravo	vento bravo
vento traversia	vento travessão
verga del galeone	verga do galeão
voga battuta	voga arrancada
voga sorda	voga surda
zambuco *ou* sambuco	zambuco (espécie de barco)

O testemunho da introdução da linguagem náutica portuguesa na língua italiana encontra-se também em obras de muitos autores italianos de Quinhentos, e será suficiente lembrar os nomes de dois grandes escritores florentinos daquela época, Sassetti e Giovanni da Empoli.

Mas o que mais importa é que todas estas palavras e muitas mais ainda, entraram na língua falada dos nossos marinheiros e, embora algumas delas não estejam registadas nos dicionários oficiais italianos, fazem, todavia, parte integrante da nossa língua.

E para terminar, quero transcrever uma poesia, bastante pouco conhecida, que Enrico Zaccaria publicou no início deste

século em Modena e que diz respeito à oportunidade de levar às honras da filologia oficial as palavras náuticas de origem portuguesa introduzidas na língua italiana durante a época dos grandes descobrimentos (8).

Il parao, il maroma e il cabrestante,
belle nautiche voci italo-ibere,
sdegnose dell'oblio traggonsi innante.

E con toa, barloar, balsa e paguere
chieggon perch'esse ignori ovver respinga
dei filologi il grave alto sapere.

Che se italiche son tolda e ralinga
e flotta e mozzo, perchè non puranco
restinga con toldar, toldo e carlinga?

Nordestrear, calabretta e giropanco
ceghignela, grimetto ed insenata
calaluzzo e catur, gelva e balanco;

Manchua, sozobrar e quintalata,
garoppo, broma, virazon, cartazzo,
norvestear, tafforea e turbonata;

Levadera, fustaglia ed il gargazzo,
arrombare terrada e la chiampana,
bittacora, priagua e maruazzo;

(8) D. Enrico Zaccaria, *Il Pardo, il Maroma e il Cabrestante, ossia la ripercussione del linguaggio nautico spagnolo e portoghese in Italia* (Iberismi nautici o ignorati bistrattati dai lessicografi e dai filologi), Modena, 1908.

Attalaja, brear, dala e champana,
il zambucco, lancara e troccoada,
pangassoa; pagaia e pangaiana;

Garupezi, cotumba e la giangada,
lemeta, golondrin, tuffon, remiero
vorvesti, barrinello e pangueiada;

Alcatrazzi, convesse e surgidero,
galionzetto, arremesso e catavento,
serrazione e farol, bomba e rottero,

Vendavalle, farponi e barlovento?

Simão Álvares e o seu rol das drogas da Índia

Por *JAIME WALTER*

Quando se fala da documentação portuguesa do século XVI, especialmente dedicada às drogas medicinais do Oriente, só se citam três grandes fontes: a *carta de Tomé Pires,* enviada de Cochim a D. Manuel I em 27 de Janeiro de 1516; os *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia,* de Garcia de Orta; e o *Tratado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales,* de Cristóvão da Costa (1).

Ora, ao lermos o n.º 15 do Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, deparámos com um interessante artigo do Padre de Witte sobre um códice, que tivera a oportunidade de folhear na Biblioteca Municipal de Elvas, e em cujo resumo nos indica que, de fol. 13 a 18 desse códice, se encontra um

---

(1) A propósito deste autor, impõe-nos a verdade histórica que rectifiquemos a notícia dada pelo Prof. Dr. MANUEL BALLESTEROS GAIBROIS, da Universidade de Valência, em um artigo intitulado *Farmacêuticos Españoles en Indias,* publicado na revista *Medicamenta,* tomo XI, ano VII, 1949, n.º 161. Nesse artigo o referido Professor escreveu: *No es el mismo caso del médico* burgalês *Cristobal de Acosta...* (o burgalês sublinhado é nosso). Ora Cristóvão da Costa era português, tendo ido para a Índia como médico do vice-rei D. Luís de Ataíde; por lá andou vários anos e regressando à Pátria, achou ser-lhe mais favorável estabelecer-se em Burgos, onde publicou o seu *Tratado das Drogas* e onde faleceu.

STVDIA — N.º 10 (Julho — 1962)

capítulo intitulado: *Emformação que me deu symão alluẽz buticayro mor delRey noso sõr do naçymento de todelas droguas que vão pera o Reyno/o quoal ha XXXIX Anos q̃ serue nestas partes da Imdia seu o ficio homẽ gramdemente curyoso destas cousas/* ([2]).

Achamos que a leitura integral desse capítulo podia ser proveitosa para a história das drogas e, graças à gentileza da Direcção do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, obtivemos a sua fotocópia, que trazemos à pública apreciação.

A *Emformação* de Simão Álvares é uma curiosa e completa relação das drogas que nos meados do século XVI eram enviadas para o reino, com a indicação exacta da sua proveniência, contendo ainda ligeiras indicações sobre certos factos passados na época em que viveu o seu autor e alguns passos da sua vida de farmacêutico.

Antes, porém, de entrarmos na análise do documento, vejamos o que conseguimos apurar sobre Simão Álvares, que se intitulou boticário-mor.

Na História da Colonização Portuguesa da Índia ([3]), o seu autor refere-se a uma família Simão Álvares e hesita em classificar este de físico ou boticário, aduzindo razões que, embora especiosas, não nos podiam convencer, pois possuíamos vários elementos para uma curta biografia desse farmacêutico, que certamente escaparam à sua observação.

Simão Álvares era boticário de sua profissão e partiu para a Índia a 20 de Março de 1509, na nossa opinião como boticário da armada do Marechal D. Francisco Coutinho, tendo chegado a Cananor em Outubro do mesmo ano ([4]).

([2]) Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, n.º 15, Lisboa, 1960, p. 270. Rectifica-se a transcrição, que apresentava um pequeno erro de leitura, natural em quem a fez à pressa.

([3]) GERMANO CORREIA — História da Colonização Portuguesa da Índia. Agência Geral do Ultramar, vol. II, Lisboa, 1950, pp. 80-81.

([4]) FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA — História do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses. 3.ª edição. Coimbra, 1924, Liv. II, cap. CXXI, pp. 479-480.

A época da sua partida para a Índia, baseamo-la nas datas do códice. A elaboração deste, segundo o P.º de Witte, deve ter sido realizada entre 1546 e 1548, mas Almeida Calado marca-nos a data precisa de 1548 ([5]). Pensamos que a *Emformação* só podia ter sido feita, ou pelo menos entregue, em 1547 ou 1548, pondo de parte o ano de 1546 por Simão Álvares, então, se encontrar ocupado no cerco de Dio. Ora como o farmacêutico nos diz servir na Índia há trinta e nove anos, feitas as contas, temos de concluir ter chegado ao Oriente em 1508 ou 1509, escolhendo nós esta última data por ter sido a da partida da maior armada de apoio a Afonso de Albuquerque, enviada na época.

Quanto à sua ida como boticário da armada, a conclusão é simples. Sabemos que, por determinação real, as armadas deviam levar físicos, cirurgiões, boticários e barbeiros, determinação que em boa verdade raras vezes era cumprida. Ora Simão Álvares não podia ter ido destinado a qualquer das boticas das fortalezas, porquanto as então existentes estavam ocupadas: a de Cananor, entregue aos cuidados do valenciano Francisco Savantes ([6]); a de Cochim, primeiro dirigida por Gaspar Pires ([7]) e, depois dos meados de 1510, por Fernão Mea-

---

([5]) ADELINO DE ALMEIDA CALADO — Livro que trata das cousas da Índia e do Japão. Edição crítica. Separata do vol. XXIV do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1957, p. 5.

Havíamos concluído este modesto trabalho, quando chegou ao nosso conhecimento que o códice da Biblioteca Municipal de Elvas, fora publicado por Almeida Calado, em edição crítica. Mercê da extraordinária gentileza do Dr. César Pegado, ilustre director interino da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra — a quem apresentamos os maiores agradecimentos — conseguimos ler o trabalho. Embora não modificando o que escrevêramos, tivemos, no entanto, de tudo rever, introduzindo no texto os ensinamentos e reflexões que a referida publicação nos proporcionou.

([6]) Cartas de Afonso de Albuquerque, publicadas pela Academia das Ciências de Lisboa, sob a direcção de Bulhão Pato e Lopes de Mendonça. Lisboa, Imprensa Nacional, tomo VI, p. 392.

([7]) Ibidem, tomo IV, pp. 198-199.

lha ([8]), que Simão Álvares posteriormente foi substituir; e a mais recente, a de Goa, onde fora colocado Gaspar Pires ([9]), boticário de Afonso de Albuquerque e seu enviado em várias missões, ao qual sucedeu Joham Fernandes ([10]). Também não podia ter ido em qualquer outra situação — facto que algumas vezes se verificou mais tarde —, pois então não seria citada a sua qualidade de boticário para o recebimento de um subsídio de alimentação, que Afonso de Albuquerque mandou lhe fosse pago pelo feitor de Goa ([11]), verba essa só atribuída aos oficiais que, indo a soldo nas armadas, tinham de ficar retidos em terra durante algum tempo, devido a situações ocasionais.

Em meados de 1514 foi Simão Álvares colocado em Cochim, segundo parece em situação temporária, pois substituía Álvaro Lopes, almoxarife dos mantimentos da fortaleza, como se verifica pelo recibo por ele assinado *oje derradeiro de julho de 1514* ([12]). Mas, em meados de 1515, encontrava-se já a exercer as funções de boticário da fortaleza ([13]), embora continuasse a substituir o almoxarife dos mantimentos ([14]).

Durante o desempenho das funções que atrás referimos, teve Simão Álvares a oportunidade de contactar com Tomé Pires, regressado de Malaca e estante em Cochim a aguardar transporte para o reino o que, como se sabe, não realizou por ter sido enviado à China.

Álvares deve ter-se conservado no exercício das funções de boticário da fortaleza de Cochim até 1530. Sabe-se que estava lá entre 1518 e 1521, durante o governo de Diogo Lopes de Sequeira e sendo Pedro Coresma veador de fazenda: é ele

([8]) Ibidem, idem, pp. 319-320; tomo VI, p. 394; tomo VII, pp. 31 e 205.

([9]) Ibidem, tomo V, p. 188 e p. 440; tomo VI, p. 60 e p. 281.

([10]) GERMANO CORREIA, op. cit., vol. I, p. 396.

([11]) Cartas de Afonso de Albuquerque, op. cit., tomo V, p. 432.

([12]) Ibidem, tomo VI, p. 117.

([13]) SILVA REGO — História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia. 1.º vol., Lisboa, 1949, p. 142.

([14]) Cartas de Afonso de Albuquerque, op. cit., tomo VII, p. 138.

próprio que no-lo diz ([15]). Na mesma fortaleza e situação se encontrava em 1529, data em que o veador de fazenda e capitão de Cochim, Afonso Mexia, lhe pediu parecer sobre uma pretensão de Bartolomeu Gonçalves, boticário da fortaleza de Chaul ([16]).

Diz-nos Álvares que, em 1530, veio para o reino na nau Santa Bárbara, a mesma que trouxe Afonso Mexia de regresso para Portugal ([17]). Supomos que pouco tempo tivesse demorado na metrópole, sendo possível até que regressasse à Índia na mesma nau, na viagem que esta fez em 1533 ([18]). Parece ter ficado então ainda em Cochim, onde nesse ano tomou posse o novo veador de fazenda Pero Vaz, a quem o boticário se refere e com quem contactou ([19]).

Ignoramos os passos da sua vida durante alguns anos, mas supomos que mais tarde fixou residência em Goa, pois nessa cidade parece ter trocado as suas impressões com o novo veador de fazenda de Goa, Fernão Rodrigues de Castelo Branco nomeado em 21 de Agosto de 1539 ([20]), e tido um pequeno desaguisado com Garcia de Orta, como mais ao diante referiremos.

Alguns anos depois, foi nomeado D. João de Castro governador da Índia e possìvelmente, por já conhecer a competência de Simão Álvares, nomeou este seu boticário-mor.

Nessa qualidade, e de acordo com os regimentos em vigor, percorreu o boticário anualmente, como diz na sua *Emfor-*

([15]) V. adiante Códice, fol. 13 v.

([16]) ANTONIO DA SILVA REGO — Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia, 2.º vol., Lisboa, 1944, p. 184.

([17]) V. adiante Códice, fol. 15.

([18]) Documentação Ultramarina Portuguesa — publicação do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. I, Lisboa, 1960, p. 517.

([19]) Ibidem, p. 516.

([20]) LUCIANO RIBEIRO — Registo da Casa da Índia, 1.º vol., Lisboa, 1954, p. 72, n.º 314.

mação, os hospitais das fortalezas, não só para conhecer o destino dado às drogas fornecidas às respectivas boticas, como para avaliar das necessidades destas.

Foi assim que, no decorrer de uma dessas visitas, em 1546, encontrando-se em Chaul, foi prevenido do cerco de Dio e escreveu para Goa pedindo a sua botica pessoal, como se pode ler na carta que Frei Paulo de Santarém enviou, em 30 de Setembro, a D. Álvaro de Castro e em que dizia: *Simão Alvares me disse que escreveria a sua mulher que lhe mandasse toda a sua botica. Parece-me que V. S. deve mandar vir mais boticas se puder ser...* ([21]).

Como se sabe, Dio encontrava-se em má situação, havendo falta de tudo, inclusive medicamentos para tratamento dos doentes e feridos, não lhes bastando a extraordinária dedicação do cirurgião Mestre João, de sua mulher Isabel Madeira e do boticário da fortaleza Amador Vaz.

Simão Álvares entrou em Dio e lá sofreu as agruras da guerra, merecendo o seu comportamento palavras de louvor de D. João de Castro, a acreditarmos em Gaspar Correia, o qual nos refere que o futuro vice-rei, na carta enviada à Câmara de Goa ([22]), depois de ter relatado a batalha de Dio, escreveu: *Simão Aluares vos encomendo muyto pera que de todos seja muyto honrado e bem recebido, porque sua vinda a esta fortaleza foy muyta parte, depois de Deos, na vida de muytos fidalgos e lascaris, aos quaes elle curou como grande fisyqo, dando geralmente a todos suas meizinhas de graça, e fazendo outras muytas obras de homem amigo de Deos, e bom esforço de caualleiro, de maneira que com verdade se pode dizer por elle: doutor e caualleiro* ([23]).

---

(21) GERMANO CORREIA, op. cit., vol. II, p. 81.

(22) SILVA CARVALHO — Garcia de Orta. Revista da Universidade de Coimbra, vol. XII, Coimbra, 1934, p. 162.

Este autor referiu-se ao facto, sendo porém de lamentar o erro de data, 1584, em que incorreu.

(23) GASPAR CORREIA — Lendas da Índia, 4.º vol., Lisboa, 1864, p. 575.

Diz-nos ainda Gaspar Correia: *E logo após as nouas o Governador mandou pera Goa seu filho dom Alvaro, por estar muyto doente em cama, que nom foy na batalha, e com elle na fusta mandou Simão Aluares, boticairo de Goa, com a bandeira d' ElRey de Cambaya, que se tomara no arrayal,...* ([24])

Tendo regressado a Goa em Novembro de 1546, continuou Álvares a exercer as funções de boticário-mor, dedicando-se entretanto a escrever a *Emformação* aqui em causa, que supomos ter sido entregue ao governador no ano do seu falecimento ([25]).

---

(24) Ibidem, idem, p. 570.

(25) Almeida Calado, no seu estudo crítico diz: *e não há grandes possibilidades de fugir à hipótese — o organizador do volume* (refere-se ao códice) *seria Garcia de Sá, que em 1548 tomou posse do lugar por morte de D. João de Castro.*

O nosso interesse reside sòmente na *Emformação*. Esta diz que Simão Álvares foi boticário-mor e temos de o acreditar. As referências que nela nos dá o próprio boticário (as inspecções das boticas das fortalezas) e as que encontrámos e atrás referimos — estadia em Chaul, ida a Dio e informações de Gaspar Correia — concorrem para confirmar essa situação durante o governo de D. João de Castro. Ora, normalmente físicos, cirurgiões e boticários-mores — em aquela época, é preciso não esquecer — só o eram de um governador e não de dois, de mais a mais consecutivos (a única excepção que conhecemos é a de Mestre Afonso, que foi cirurgião-mor de Francisco Coutinho e de João de Mendonça, mas deste só durante a sua interinidade de seis meses).

Se quiséssemos admitir, por hipótese, que Simão Álvares foi boticário-mor de Garcia de Sá e dele recebeu ordem para fazer a *Emformação*, não compreenderíamos como, no curto período de seis meses, ou melhor, de Setembro a Dezembro, que Almeida Calado assinala (p. 14, nota n.º 1), poderia o boticário ter tido tempo para andar todos os anos a percorrer as fortalezas, estar quatro meses fora de casa e apreciar os favores e honras que o governador lhe concedesse (V. Códice, fol. 14).

Por tudo isto não duvidamos afirmar que a *Emformação* foi ordenada por D. João de Castro e a ele entregue antes da sua morte. O que podemos fàcilmente aceitar é que Garcia de Sá a tivesse encontrado no espólio dos papéis oficiais do vice-rei e a mandasse coleccionar no volume. E não poderão ter a mesma origem todas as que o constituem?

Com a morte da notável figura do vice-rei, cessaram as funções oficiais de Simão Álvares e este deixou de figurar nas páginas da história, remetido à vida calma e familiar, a que tinha direito.

* * *

A *Emformação* de Simão Álvares, como atrás dissemos, para além dos problemas concernentes à sua vida de boticário, que considerámos no pequeno estudo biográfico acabado de fazer, e do aspecto exclusivo das drogas, tem para nós ainda outro valor de realce.

No preâmbulo com que inicia a sua relação, Simão Álvares consegue dar-nos uma curiosa série de informações sobre Tomé Pires, o boticário relevante na história das drogas da Índia e primeiro embaixador de Portugal à China. Essas informações revestem-se de importância, por dizerem respeito a assuntos ainda em controvérsia, ou situados no campo das hipóteses e merecedores, portanto, de que se concorra para a sua aclaração.

Entre os vários biógrafos de Tomé Pires um houve, o mais completo e cuidadoso ([26]), que trouxe à luz da discussão quatro factos da vida do boticário, dela merecedores, e sobre que apresentou as suas hipóteses (embora fugidiamente quanto ao primeiro): a personalidade de Pires; a data da sua chegada à Índia; a personalidade do irmão; e a data da sua morte na China.

Ora a *Emformação* de Simão Álvares dá-nos elementos que nos permitem, segundo o nosso critério, rever as hipóteses então formuladas. Parece-nos ser esta a ocasião mais oportuna para o fazer e para dar conta das nossas próprias congeminações.

([26]) ARMANDO CORTESÃO — The Suma Oriental of Tomé Pires and The Book of Francisco Rodrigues. Vol. I, London, HAKLUYT SOCIETY, 1944.

1 — A personalidade de Tomé Pires, quanto a nós, não foi até hoje devidamente analisada pelos seus biógrafos.

Pedro José da Silva ([27]) não emitiu sobre ela qualquer opinião. Limitou-se a indicar-nos os elementos que recolheu: de Castanheda, o qual afirmou que Pires foi boticário do príncipe D. Afonso, filho de D. João II ([28]); de Gaspar Correia, que o deu como filho do boticário de D. João II e boticário ([29]); e de João de Barros, que referiu sòmente a sua qualidade de boticário ([30]).

Armando Cortesão, primitivamente, deu-o como boticário do infante D. Afonso, sétimo filho de D. Manuel: *Tomé Pires who had previously been apothecary to Prince D. Afonso, seventh son of King Manuel, went to India...* ([31]); posteriormente assentou na hipótese de Tomé Pires ter sido boticáric do filho de D. João II, chegando até a relacioná-lo por essas funções com o Dr. Diogo Lopes: *...a letter to Dr. Diogo Lopes, perhaps the chief royal phisician* ([32]), *with whom Pires might have been connected after his service as apothecary to prince Afonso* ([33]).

([27]) PEDRO JOSÉ DA SILVA — Elogio Histórico e Notícia completa de Tomé Pires. Bibliografia Farmacêutica do Instituto Pasteur de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1952, n.º 20, p. 4.

([28]) FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA, op. cit., Liv. IV, cap. IV, p. 386 e cap. XXXI, p. 432.

([29]) GASPAR CORREIA, op. cit., 2.º vol., pp. 473 e 528.

([30]) JOÃO DE BARROS — Ásia. Dec. III, Lisboa, 1777, Liv. II, cap. VIII, p. 217.

([31]) ARMANDO CORTESÃO — The first account of the far east in the sixteenth century — The name JAPAN in 1513. In *Extrait des Comptes Rendues du Congrès International de Géographie.* Amsterdam, 1938. Tomo II, Secção IV, p. 148.

([32]) O Dr. Diogo Lopes só foi nomeado físico-mor do Reino em 1521, após o falecimento de Mestre Afonso, figurando no mais antigo Regimento do Físico-mor, que se conhece. Adiante forneceremos outros detalhes sobre a sua importante personalidade.

([33]) ARMANDO CORTESÃO, Suma Oriental, op. cit., Vol. I, Introduction, p. XXIII.

Outros autores seguiram o parecer de Cortesão (34), com a agravante de dois nos poderem induzir em erro, porquanto dizem que Pires foi para a Índia como boticário e boticário-mor (35), quando ele claramente declarou ir como feitor das drogas (36).

Mas no que se não atentou, foi na informação que nos legou Afonso de Albuquerque, o cuidadoso relator dos factos da Índia, que contactou com o boticário, que o teve sob as suas ordens e, melhor do que qualquer outro, nos podia informar. Ora Afonso de Albuquerque, quando se referiu a Tomé Pires chamou-lhe *boticário do príncipe* (37).

Quereria referir-se ao príncipe D. Afonso, falecido mais de vinte anos antes, ou ao infante recentemente nascido, filho de D. Manuel I? Nem a um, nem a outro, pedimos vénia para dizer.

Logo após o nascimento do príncipe D. João — o futuro rei D. João III — D. Manuel receando pela sua vida e experimentado pela morte do primogénito, fê-lo rodear de cuidados; e embora os reis e príncipes tivessem os seus físicos, cirurgiões e boticários privativos, escolheu-lhe um físico e um boticário para seu serviço exclusivo.

A escolha do físico recaiu no Dr. Diogo Lopes, físico da corte desde 1496, que depois foi elevado à categoria de físico-mor do príncipe: *...doutor Dioguo Lopez, cavaleiro de nosa casa e fisyco moor do prymcepe meu sobre todos muito amado*

(34) JOSÉ LOPES DIAS — Medicinas da Suma Oriental. Jornal do Médico, vol. IX, n.º 208, Porto, 1947, p. 76.

A. C. CORREIA DA SILVA — Um boticário na história da expansão portuguesa no mundo. Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. XXIII, fasc. 3-4, Porto, 1960, p. 12.

(35) EDUARDO BRAZÃO — Apontamentos para a História das Relações Diplomáticas de Portugal com a China (1516-1753). Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1949, pp. 17-18.

ALMEIDA CALADO, op. cit., p. 27.

(36) PEDRO JOSÉ DA SILVA, op. cit., p. 25.

(37) Cartas de Afonso de Albuquerque, op. cit., tomo I, p. 145.

e prezado filho... (38). A escolha do boticário supomos ter recaído em Tomé Pires, que ao tempo seria então, ou teria vindo a ser nomeado, boticário da corte.

Ora o Dr. Diogo Lopes conhecia a Índia, onde fora mandado por D. Manuel, e do contacto do físico com o boticário — até talvez amizade —, de possíveis conversas sobre as drogas e o Oriente, é natural ter nascido em Tomé Pires o desejo de ir à Índia, pedindo a intercessão do físico. Este, conhecedor da cultura, competência, curiosidade e, talvez também, ambição do boticário, teria pedido ao Rei para o enviar como feitor de drogas. Daí a nomeação, os amplos e anormais benefícios que lhe foram concedidos e a natural preocupação de Pires em escrever ao físico, mal se instalou em Malaca.

O boticário, chegado a Cochim, apresentou ao governador a carta de protecção do soberano. Por seu lado, Afonso de Albuquerque recebeu, na correspondência real, as ordens respeitantes a Tomé Pires e à situação a que ia destinado. Em face dos documentos, o governador só podia referir-se-lhe pela função que lhe indicavam: boticário do príncipe, a designação sempre dada ao herdeiro do trono.

(38) Torre do Tombo — Chanc. de D. João III. Doações. Liv. 22, fol. 90 v. O Dr. Diogo Lopes foi um dos médicos mais notáveis dos reinados de D. Manuel e D. João III. Médico da corte em 1496, duas vezes enviado à Índia por D. Manuel, foi nomeado físico-mor do príncipe D. João e mais tarde físico-mor do reino. Após a morte de D. Manuel, depois de novamente nomeado físico-mor do reino, foi beneficiado por um legado testamentário da Rainha D. Leonor e teve numerosas mercês de D. João III, entre as quais figura a que lhe foi concedida em 1536, depois de quarenta anos de serviço prestado na corte: *carta fidalguo e nobre como se de toda sua avoemga o fora e como o sam os fidalguos de solar conhecido... ele e todos os que delle descemderem.* Faleceu em 1543 (Archivos de História da Medicina Portuguesa. Nova série, 2.º ano, Porto, 1911, pp. 8 a 12 e 6.º ano, Porto, 1915, p. 57).

A nosso ver, portanto, Tomé Pires era boticário do príncipe D. João, quando foi nomeado para a Índia ([39]).

2 — Simão Álvares escreveu: *Na era de doze, partimdo ho sõr vysorey dom Gracya de noronha, que samta grorea aja, veyo tomé pĩz...* ([40]).

Em nossa opinião, esta referência à *era de doze partimdo*, só pode querer dizer respeito à partida, de Lisboa, da armada de Garcia de Noronha, em que viajou o boticário. Tal informação, porém, não condiz com a dada pelos cronistas, que afirmam terem as naus largado do Tejo em 1511 ([41]).

O desacerto que se nota, reside nas datas das matrículas na feitoria de Cochim, as quais só se efectuavam quando as armadas chegavam. Assim quem tivesse como única fonte de informações as referidas matrículas — foi o que aconteceu a Simão Álvares —, consultasse a data de um registo e verificasse que correspondia à época do ano da chegada normal de uma armada, consideraria esse ano como o da partida de Lisboa. Foi precisamente o que sucedeu ao grosso da armada de Garcia de Noronha, que tendo saído do Tejo em 1511, só chegou à Índia em Setembro de 1512, ou seja, dentro da época normal de chegada das naus que tivessem largado nesse mesmo ano.

Compreendido o início da informação, logo se conclui que também se realizou na era de doze a matrícula do título de Pires, facto que Simão Álvares verificou e anotou devidamente, tanto mais que pretendia chamar a atenção para prejuízos que tinha, no exercício das funções para que havia sido designado.

Somos levados, por força deste testemunho, a afirmar que Tomé Pires só chegou à Índia no ano de 1512.

Uma objecção imediatamente se levanta contra esta afirmação, a de que Pires não podia ter viajado no grosso da armada de Garcia de Noronha, pois este só chegou a Cochim em Setembro de 1512 e a documentação existente mostra que o boticário se encontrava em Malaca, no início do mês de Novembro. Haveria portanto uma impossibilidade material de realização.

Armando Cortesão, para resolver tal problema, no capítulo *In India before going to Malaca* da biografia de Tomé Pires, depois de se referir às armadas que seguiram para a Índia entre os anos de 1510 e 1512 e às naus de Cristóvão de Brito e Aires da Gama, escreve o que vamos transcrever, para melhor entendimento: *Pires went to India on one of these ships, which, according to Barros, were the only two of D. Garcia de Noronha's fleet to arrive in India that year of 1511. Pires's letters of 7 Nov. 1512 and 10 Jan. 1513 show that he had not been long in Cannanore when Albuquerque returned to Cochin at the begining of February 1512, after the conquest of Malaca. In the letters to his brother and to Albuquerque, Pires says that the Governor-General had summoned him from Cannanore, where he was «factor of the drugs», to Cochin. In his letter of 27 Jan. 1516 to the King, Pires says:* The ships of Cristóvão de Brito and Dom Aires took to Portugal a quantity of wormwood ([42]) which was bought by João Dávila when I was

([39]) Esta nossa hipótese não colide com a informação dada por Tomé Pires e que Cortesão transcreve: *it must be quite twenty years that I have been using the said leaves in Portugal* (Cortesão, ob. cit., Introduction, p. XXI).

([40]) V. adiante Códice, fol. 13.

([41]) JOAO DE BARROS, op. cit., Dec. II, Liv. VI, cap. X, p. 148.
FERNAO LOPES DE CASTANHEDA, op. cit., L. III, cap. LXXI, p. 180.

GASPAR CORREIA, op. cit., L. II, cap. XXV, p. 196.

([42]) Wormwood em português significa absíntio. É a ARTEMISIA ABSINTHIUM Linn. da nossa Farmacopeia, ao passo que a erva lombrigueira é a ARTEMISIA VARIABILIS Ten. ou também a SANTOLINA CHAMAECYPARISSUS Linn. Não parece que Tomé Pires gostasse da troca, cuidadoso e sabedor como era. Assim, parece que a palavra inglesa a usar na tradução seria antes *southernwood*. A expressão *southernwood balm-mint* seria talvez mais compreensiva para a generalidade do povo inglês.

still in Portugal. *These ships loaded as soon as they arrived in India and were back in Portugal in August 1512* ([43]). *It is likely that the wormwood was not bought much before it was sent to Portugal, and if Pires was still there at that time, and by the end of 1511 was already in India, he could not have come on any other ships than those of Cristóvão de Brito and D. Aires da Gama. It can be safely concluded that Pires sailed from Lisbon on 20 April and arrived in India on 8 Sept. 1511, or a day or two later* ([44]).

Da transcrição acabada de fazer, conclui-se que Armando Cortesão não admite premissas e parte da sua própria hipótese para fazer a demonstração dessa mesma hipótese. Serve-se ainda da referência a Cristóvão de Brito e Aires da Gama, feita pelo boticário na carta que escreveu ao Rei, para mostrar que Pires viajou na armada de Garcia de Noronha e que, se teve conhecimento da erva lombrigueira, enviada para Portugal, foi por ter viajado em uma das naus dos dois capitães.

Ora esta explicação dá imediatamente lugar a uma objecção. Se Tomé Pires tivesse viajado em uma dessas naus e assistido ao embarque da erva lombrigueira, não teria ficado em Cananor mas sim voltado para Portugal, pois os cronistas afirmam que os dois navios, depois de vários movimentos sem interesse para este caso, terminaram por ir carregar a Cochim e daí, sem mais parança ou tardança, por estarem ainda na época das monções, regressaram directamente ao reino ([45]); se ficou em Cananor, não teria podido assistir ao embarque da droga. Então, como teve conhecimento dele?

Façamos aqui um pequeno reparo que, simultâneamente, explica a interrogação anterior. A carta de Tomé Pires para o Rei é de Janeiro de 1516. Nela o boticário refere-se ao caso

([43]) JOÃO DE BARROS, op. cit., Dec. II, Liv. VI, cap. X, p. 150, indica 26 de Junho de 1512.

([44]) ARMANDO CORTESÃO, op. cit., vol. I, Introduction, p. XXIV.

([45]) JOÃO DE BARROS, op. cit., Dec. II, Liv. VI, cap. X, p. 150. GASPAR CORREIA, op. cit., Liv. II, cap. XXV, p. 197.

da erva lombrigueira, passado nos fins do ano de 1511, e logo a seguir a um ruibarbo podre, enviado de Malaca, quando ele estava em Cananor ([46]). Quer dizer: parece que Pires, ao referir-se na carta aos dois assuntos, teve outra finalidade. Na época, era costume as cartas gerais da Índia, levarem recriminações escritas sobre remessas de drogas, não pedidas ou enviadas em mau estado. Ora o boticário, tendo tido conhecimento, pelos registos das feitorias de Cochim e de Malaca, dos casos e datas do envio da erva lombrigueira e do ruibarbo podre, apesar de se terem passado alguns anos sobre os factos, referiu-se-lhes para ficar escrita a sua ilibação, dado que alguém pretendesse atribuir-lhe, um dia, qualquer responsabilidade.

Ao analisar este passo da vida de Tomé Pires, uma dúvida surge também no nosso espírito: como pôde Afonso de Albuquerque saber da presença de Pires em Cananor, se no regresso de Malaca o governador foi directamente para Cochim e os documentos que acreditavam o boticário haviam ficado, uns com o próprio Pires que os levava, outros com a correspondência real de que era portador Garcia de Noronha?

O desacordo entre a informação de Simão Álvares e a hipótese de Armando Cortesão, e as objecções que apresentámos, levou-nos a procurar outro possível acerto, que vamos expor.

A armada capitaneada por Garcia de Noronha, segundo Castanheda, era constituída por seis naus: Santa Maria da Ajuda, comandada pelo capitão-mor; Santa Maria da Luz, por Pero Mascarenhas; S. Pedro, por Manuel de Castro Alcoforado; Santa Eufémia, por Jorge de Brito; Belém, por Cristóvão de Brito; e Piedade, por Aires da Gama ([47]). João de Barros ([48]) e Gaspar Correia ([49]) dão-na como constituída pelo mesmo número de velas e sob os mesmos comandos.

Tomé Pires embarcou nesta armada. A protecção de que era

([46]) PEDRO JOSÉ DA SILVA, op. cit., pp. 31-32.

([47]) FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA, op. cit., Liv. III, cap. LXXI, p. 180.

([48]) JOÃO DE BARROS, op. cit., Dec. II, Liv. VI, cap. X, pp. 161-162.

([49]) GASPAR CORREIA, op. cit., Liv. II, cap. XXV, p. 196.

alvo e a sua própria qualidade de boticário do príncipe devem ter feito com que fosse embarcado na nau capitânia — onde era costume viajarem os criados da casa real e as pessoas de maior protecção — ou, com mais probabilidade, na nau de Pero Mascarenhas, que ia destinado a capitão da feitoria de Cochim. Parece-nos mais natural do que ter viajado em qualquer das naus de conserva, como as de Cristóvão de Brito e Aires da Gama, que levavam soldados.

Quando invernavam em Moçambique, Pero Mascarenhas ansioso por tomar posse do seu cargo, pediu a Garcia de Noronha para o deixar seguir para a Índia, o que lhe foi permitido ([50]). Partiu na nau Santa Eufémia e levou consigo Tomé Pires.

A rota ordenada pelo Rei obrigou-o a ir direito a Cananor — *Item. Hordenamos e vos mandamos que a primeira escapulla da Imdia em que toques seja em Cananor...* ([51]) —,onde o boticário quis ficar. À procura do governador, seguiu Pero Mascarenhas para Cochim; lá o encontrou, deu-lhe a notícia de a armada ter ficado a invernar em Moçambique e entregou-lhe a correspondência real que o capitão-mor por ele enviara: *... eu tinha rrespondido aos maços das cartas que narmada de dom garcia vieram e me João serrão e pero mascarenhas tinham dadas...* ([52]). Estava então chegado o fim do mês de Abril de 1512 ([53]).

Pelas cartas recebidas e por Pero Mascarenhas, Afonso de Albuquerque tomou conhecimento da presença de Tomé Pires em Cananor, que lá ficara ilegalmente, por desconhecer uma determinação governamental que dizia... *nos fazemos cabeça primcipall do assento da gente a feitoria de Cochim...* ([54]). Por

---

([50]) FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA, op. cit., Liv. III, cap. LXXX, p. 198.

GASPAR CORREIA, op. cit., Liv. II, cap. XXV, p. 197.

([51]) Cartas de Afonso de Albuquerque, op. cit., tomo III, pp. 190-191.

([52]) Ibidem, tomo I, p. 64.

([53]) GASPAR CORREIA, op. cit., Liv. II, cap. XXV, p. 197.

([54]) Cartas de Afonso de Albuquerque, op. cit., tomo I, p. 70.

esta razão, o governador-geral mandou-o apresentar-se imediatamente em Cochim.

Assim se explica que Afonso de Albuquerque tivesse conhecimento da estadia de Tomé Pires na Índia e Simão Álvares pudesse verificar que a matrícula do título fora feita na era de doze.

O governador, entretanto, fora informado de que *ho afomso gomez, meu criado, e joham viegas algum maao Recado fizeram no jumquo que lhe entreguey em guarda; e tanto que o soube, mandey lá tomé pires, boticairo do primcipe, por me parecer homem solicito, que ele e Ruy d'aravjo e o capitam tirassem imquiriçam sobre todo este feito...* ([55]).

Embarcou Pires em um ([56]) dos dois navios a cargo de Francisco de Melo, que seguiram para Malaca perto da monção de Agosto, seguidos da Santa Eufémia ([57]), a mesma nau que no retorno havia de trazer as cartas para o Dr. Diogo Lopes e para o irmão do boticário.

3 — Em 7 de Novembro de 1512, Tomé Pires escreveu de Malaca uma carta endereçada *Ao snõr o sõr João fernandez defronte da porta da madalena meu irmão* ([58]).

Esta carta levou Armando Cortesão a formular a hipótese de que o irmão de Pires era igualmente boticário, dizendo: *There were several apothecary's shops in this street, and it is not impossible that one of them or some other near the place belonged to Pires or to his brother, or to both* ([59]).

([55]) Ibidem, idem, p. 145.

([56]) EDUARDO BRAZÃO, op. cit., p. 18, diz que Tomé Pires partiu para Malaca na nau Santo Cristo, reproduzindo a opinião de Armando Cortesão. Em todas as buscas que fizemos, não encontrámos qualquer nau com esse nome, inclusive na obra de QUIRINO DA FONSECA — *Os portugueses no mar. Memórias históricas e arqueológicas das naus de Portugal.* Não terá sido na nau Santo Espírito?

([57]) Cartas de Afonso de Albuquerque, op. cit., tomo I, p. 50.

([58]) PEDRO JOSÉ DA SILVA, op. cit., p. 21.

([59]) ARMANDO CORTESÃO, op. cit., Introduction, p. XXII.

No início do século XVI, a igreja da Madalena estava situada na parte terminal da Rua dos Ourives de Prata, a qual começava no Largo do Pelourinho, junto da Rua Nova dos Ferros; ao local onde ficava a porta da Igreja davam-lhe então o nome de *Porta da Madalena*. Precisamente defronte dela desembocava a rua onde se encontravam as oficinas de correeiro, conhecida pelo nome de *Rua da Correaria*.

Simão Álvares dá-nos a importante informação de que o irmão de Tomé Pires era correeiro, tornando-se-nos assim mais fàcilmente compreensível o endereço da carta (60).

4 — Diz-nos Álvares que o irmão de Pires recebia, por intermédio de um tal Manoel de Maris, os quintais de canela que pertenciam ao boticário. Este já nos havia indicado ter deixado ao irmão um regimento, que o autorisava a receber em Lisboa as suas quintaladas (61). Mercê da indicação de Álvares, sabe-se que, pelo menos até 1529, se continuava a ignorar, na Índia e em Portugal, o destino de Tomé Pires na China. E sendo possível que esse Maris se mantivesse ao serviço de Nuno da Cunha, durante todo o tempo do seu governo, ou seja, até 1538, e continuasse a arrecadar os quintais de canela do boticário, esta notícia concorre para tornar mais sólida a hipótese de Armando Cortesão, sobre a data aproximada do falecimento de Pires (62).

* * *

Quem lê o *Colóquio 46.º, DA PIMENTA*, de Garcia de Orta, depara com o seguinte episódio que o notável médico relatou: *e, porque vos nam maravilheis da gente vulgar não saber bem estas cousas, vos contarei o que pasei com hum boticairo no tempo de hum guovernador, que era muito curioso de saber das mésinhas, ao qual eu falei nas tres especias da pimenta ditas, e lhe dixe os nomes dellas. E quanto he a pimenta longa ser outra*

(60) V. adiante Códice, fol. 13.
(61) PEDRO JOSÉ DA SILVA, op. cit., p. 21.
(62) ARMANDO CORTESÃO, op. cit., Introduction, p. LXII.

arvore, confessou ser verdade; e quando lhe dixe que a branca e preta eram arvores distintos, rindo-se de mim me dixe, como estava enganado; e pera isto contou ao guovernador diante de mim, como estando elle invernando em Moçambique, se achou a sua náo fazer muyta agoa, e nam estar pera navegar, e que por isso se descaregou a náo, e que elle por seu passatempo oulhava a pimenta, e que nella escolhera alguma branca, por ser esfolada da casca, e que isto acontecia muytas vezes na pimenta velha e muyto bulida. E eu lhe dixe que podia ser ter a muyta cantidade de pimenta alguma pimenta branca; e mais que pudia ser, pois se achava esta pimenta em Moçambique, muyto milhor se acharia em Portugal na casa da India, onde a pimenta he mais velha, e mais bulida e baldeada; e porque o guovernador vio que o buticairo me não queria crer, escreveo a elrey de Cochim, que lhe mandasse dizer a verdade daquilo, o qual lhe mandou um saquo de pimenta branca; e lhe escreveo que avia muytos arvores em sua terra de branca; entonçes desestio o buticairo da sua porfia, por nam ir contra um guovernador (63).

O Conde de Ficalho, nos comentários que fez a este episódio, terminou por dizer: *O boticário, que se riu de Orta, e lhe disse ter visto nas baldeações em Moçambique pimenta branca, que era simplesmente a pimenta preta «esfolada da casca», esse boticário tinha toda a rasão* (64).

Ora, ao ler-se a *Emformação* de Simão Álvares, depara-se com uma referência à pimenta branca e pimenta preta (65), que logo faz lembrar o episódio relatado por Garcia de Orta e sugere que o desacordo se tivesse verificado entre ambos. Não cita Orta o nome do boticário, mas bem sabemos ter sido seu hábito fugir a escrever nomes; Álvares também se não referiu ao facto porque, como homem sensato, conhecedor do prestígio do médico

(63) GARCIA DE ORTA — Colóquios dos Simples e Drogas da Índia, edição dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho. Vol. II, Lisboa, 1895, p. 248.
(64) Ibidem, idem, p. 251.
(65) V. adiante Códice, fol. 15 v.

e do ambiente de intriga em que vivia, evitava assim qualquer possível complicação.

Supomos que este caso se terá passado poucos anos depois de o físico ter chegado à Índia, quando a sua experiência no conhecimento das drogas e subtilezas dos vendedores ainda não era grande. E a referência que Orta faz à presença do governador, implicando da parte deste um certo grau de convívio e de atenção pelo físico, leva-nos a suspeitar que o facto se tivesse dado no tempo de Martim Afonso de Souza, o grande protector de Garcia de Orta.

O incidente, embora não deprima muito o médico, mostra seguramente o poder de observação e a experiência do boticário.

* * *

No descritivo do seu rol, Simão Álvares mostra-se cuidadoso, preciso e honesto na informação. Se este rol nada vale, sob o ponto de vista científico, tem o mérito incontestável de nos elucidar sobre as drogas que eram enviadas para Portugal, nos meados do século XVI, proporcionando-nos o conhecimento das necessidades delas na Europa, em comparação com as do início do mesmo século, de que o rol de Tomé Pires é paradigma.

Comparando as relações dos dois boticários, verifica-se que a de Álvares é mais extensa, referindo-se a drogas que não foram citadas por Pires, embora, sem dúvida, dele conhecidas. Tais são: *aguila, amoníaco, anacardos, assa-fétida, cânfora, cardamomo, costo, cubebas, pimenta (longa, branca e preta), sândalo (branco, citrino e rubro) e tutia.*

Quanto às indicações que Simão Álvares nos dá sobre a proveniência das drogas, cotejadas com as de Garcia de Orta, vê-se que são correctas, notando-se só uma ou outra insuficiência, que não demonstra, porém, desatenção ou falta de interesse do boticário, mas sim dificuldade material em a obter mais perfeita.

* * *

Como são modestos os nossos conhecimentos de paleografia, é natural que a leitura que fizemos das fotocópias não seja

muito correcta; mas apresentando-a como resultou, cumprimos o nosso dever.

Houve palavras que não compreendemos e outras que não conseguimos ler. O trabalho de Almeida Calado, quando dele tivemos conhecimento, passou a ser para nós uma providencial ajuda, pois permitiu que completassemos o texto, embora simultâneamente nos tivesse mostrado pequenas discordâncias de leitura, que a seguir vamos explicar. Todas as palavras foram por nós assinaladas com um asterisco.

Almeida Calado, a fol. 14, leu *Pero Vasques* e nós *Pero Vaz*. Perante a dúvida, procurámos encontrar qualquer referência a um veador de fazenda, dessa época, de nome Pero Vasques, mas só encontrámos de facto um Pero Vaz.

A fol. 16v leu *dous outros* e nós *dous ou tres*.

A fol. 17 escrevemos *ravamchiny* e Calado leu, quanto a nós bem, *ravetseny*. Mas esta palavra é desconhecida, o que nos levou a supor que o copista se enganou ao copiar este ponto do texto, errando por não conhecer o termo *ravam chiny*, nome pelo qual o ruibarbo era vulgarmente designado na Índia, conforme nos ensinou Garcia de Orta [66]. Baseados neste ensinamento, fizemos a substituição.

A fol. 17v e 18v Calado leu, respectivamente: *perto dos luguares; perto do mes de novembro;* e *perto do mes de dezembro*. Nós lemos *per todos os luguares; per todo mes de novembro;* e *per todo o mes de dezembro*. Supomos que, neste último caso, a própria nota da autoria de Calado nos dá razão [67].

* * *

Vejamos a seguir qual era a proveniência das drogas que, ao mear do século XVI, eram pedidas nas Cartas Gerais da Índia.

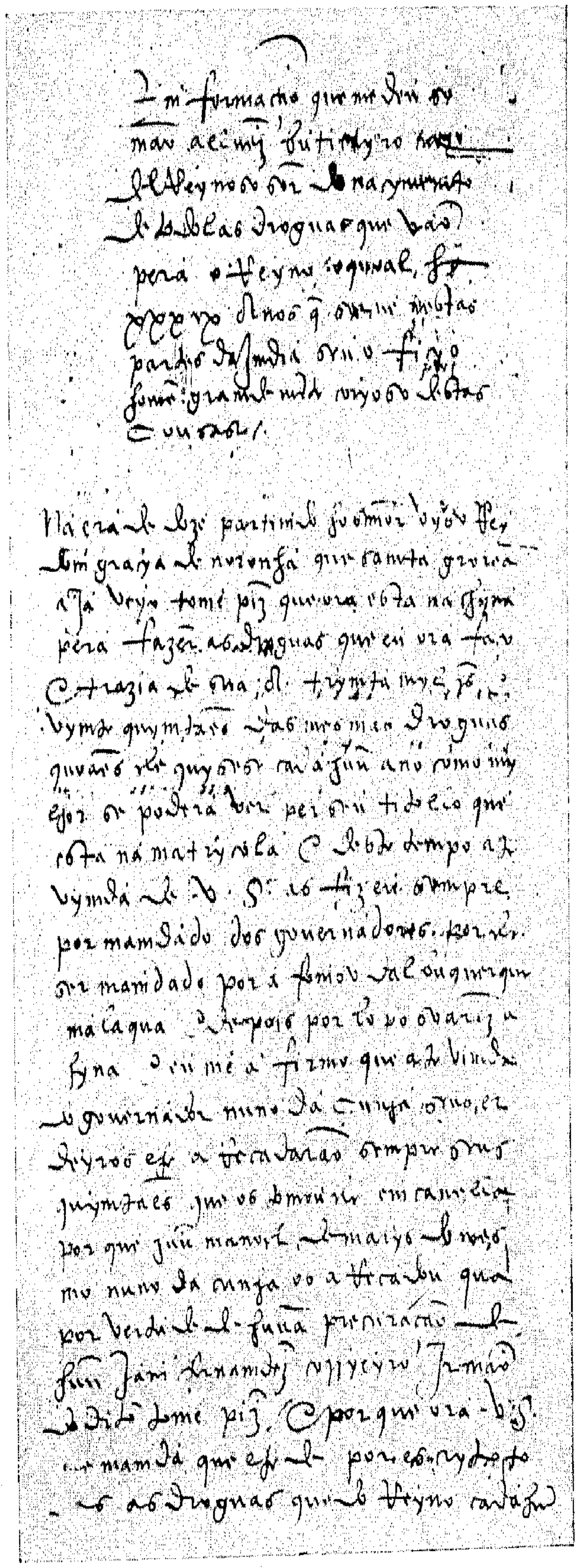
---

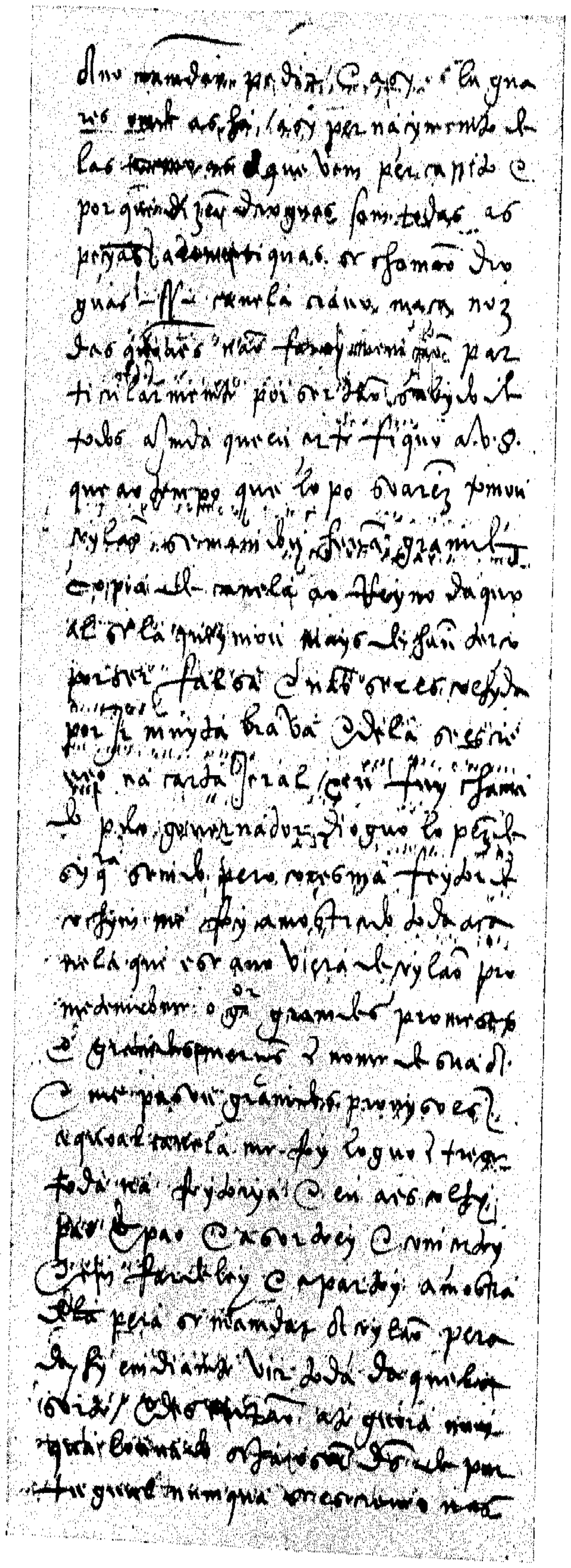
(66) GARCIA DE ORTA, op. cit., vol. II, p. 276.
(67) ANTONIO DE ALMEIDA CALADO, op. cit., p. 57, nota 1.

FOL. 13

Emformação que me deu sy
mão allvẽz buticayro mor
delRey noso sõr do nacymemto
de todelas droguas que vão
pera o Reyno / o quoal ha
XXXIX Anos que serue nestas
partes da Imdia seu o ficyo
homẽ gramdemẽte curyoso destas
cousas /

Na era de doze partimdo ho senõr vyso Rey
dom gracya de noronha que samta grorea
aja veyo tomé pĩz que ora esta na chyna
pera fazẽr as droguas que eu ora faço
e trazia de sua A. trymta myl rs e
vymte quymtaẽs das mesmas droguas
quaẽs ele quysese cada huũ ano como my
lhor se podera ver per seu titollo que
esta na matrycola e deste tempo ate
vymda de V. S. as fiz eu sempre
por mamdado dos gouvernadores por ele
ser mamdado por a fomso dalbuquerque
malaqua e depois por lopo soarẽz a
chyna e eu me a firmo que ate vimda
do gouernador nuno da cunha seus er
deyros lhe a Recadarão sempre seus
quymtããs que os tomou ele em canella
por que huũ manoel de marys do mes
mo nuno da cunha os a Recadou qua
por vertude de huũa procuração de
huũ Jam fernamdẽz corrieiro Irmão
do dito tomé pĩz / e por que ora V. S.
me mamda que lhe de por escryto to
das as droguas que do Reyno cada huũ





FOL. 13 v.º

Ano mamdão pedir / e asy os lugua
res omde as há / asy per naçymemto de
*las como * as que vem per carreto e*
por que dizer droguas sam todas as
*peçias aromatiquas * se chamão dro*
guas — a saber — canela crauo maça noz
das quoaẽs não farey memção par
ticularmemte por ser tão sabydo de
todos aInda que eu çertifiquo a V. S.
que ao tempo que lopo soarẽz tomou
çeylão se mamdou huũa gramde
copia de canela ao Reyno da quo
al se la queymou mays de huũ terço
por ser falsa e não ser escolhyda
por Ir muyta brava e dela se escre
veo na carta Jeral / e eu fuy chama
do polo gouernador dioguo lopẽz de
syq^{ra} semdo pero coresma feytor de
cochym me foy amostrado toda a ca
nela que ese ano viera de çeylão pro
metemdome o g^{or} gramdes promesas
e gramdes merçẽs ẽ nome de sua A.
e me pasou gramdes provysões
a quoal canela me foy loguo ẽtregue
toda na feytorya e eu aescolhy
pao e pao e a sorteey e comçertey
e em fardeley e apartey amostra
dela pera se mamdar A çeylão pera
dahy emdiamte vir toda daquela
sorte / e des emtão ate guora num
qua louuado seJa o sõr deõ de pur
tugual numqua se escreveo nas

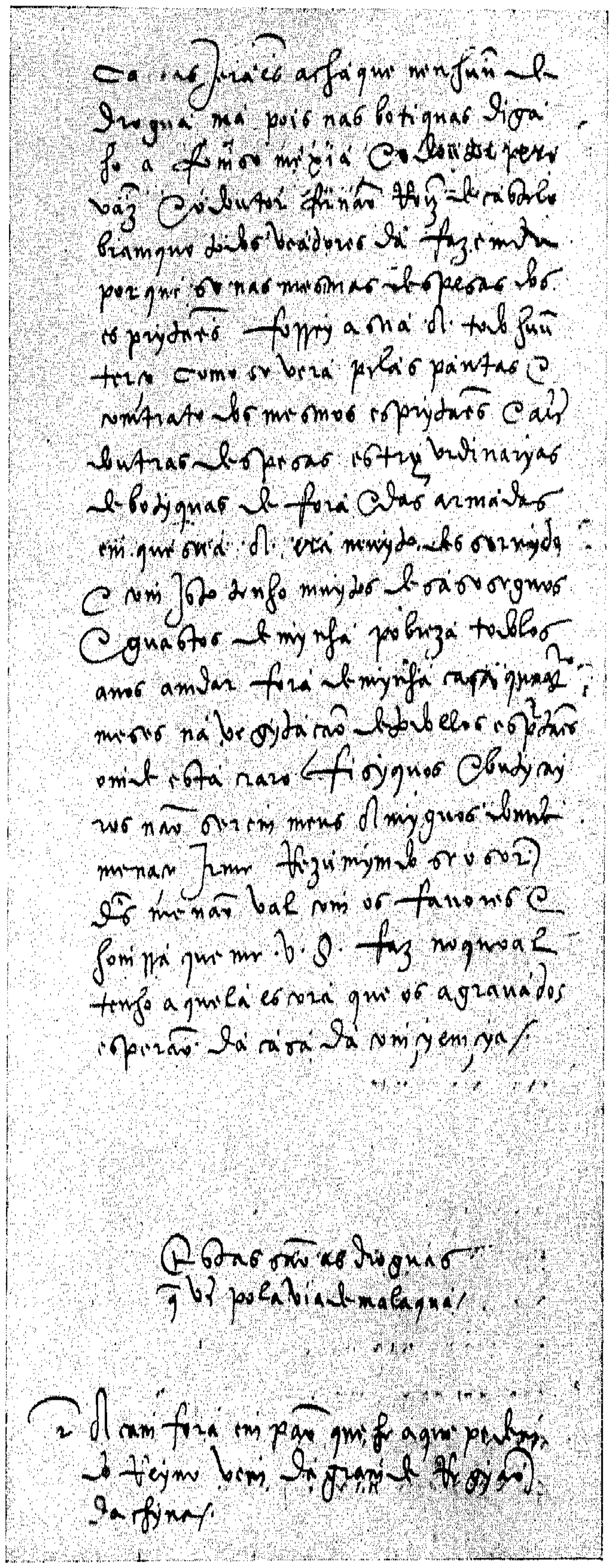
FOL. 14

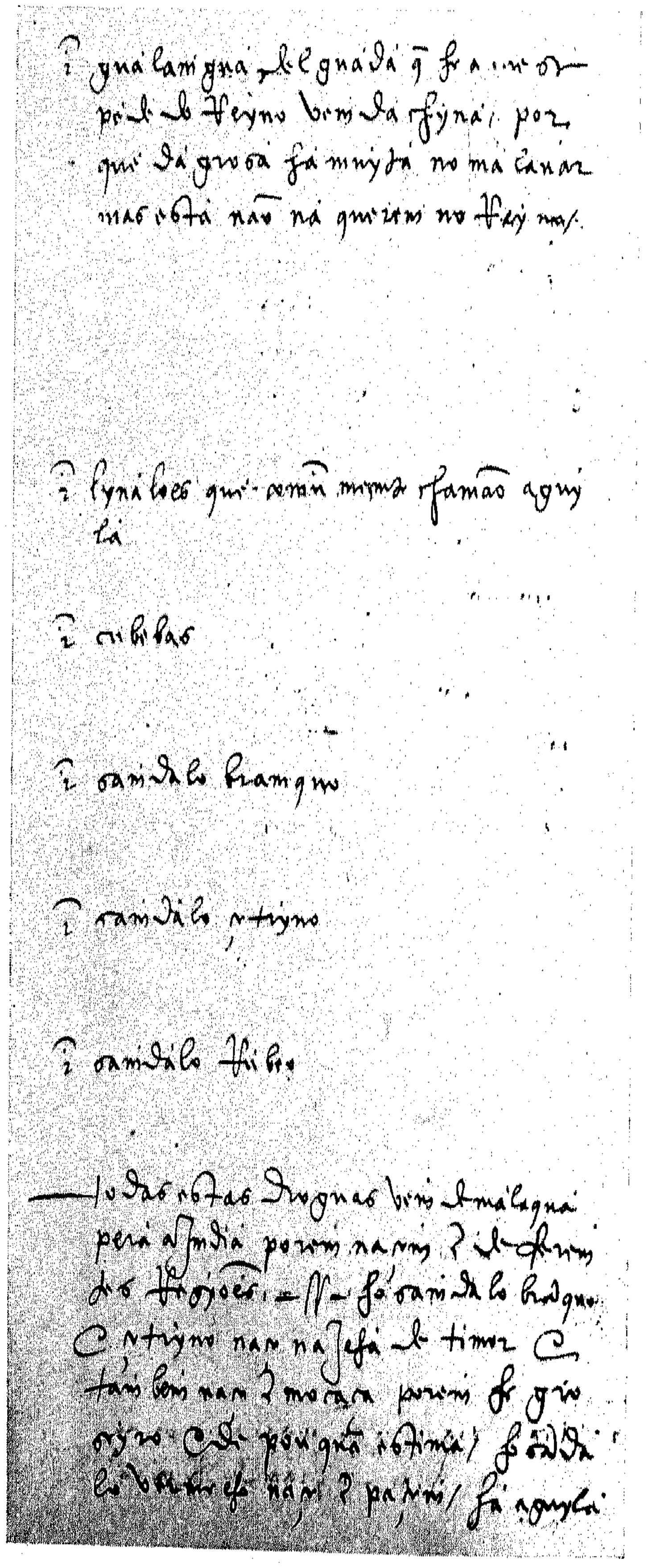
cartas Jeraes achaque nenhuũ de
drogua ma pois nas botiquas diga
ho a fomso mexia e o doutor pero
vãz e o doutor fernão roĩz de castelo
bramquo todos veadores da fazemda
porque so nas mesmas despesas dos
es prytaes forrey a sua A todo huũ
terço como se vera pelas pautas e
comtrato dos mesmos esprytaes e alẽ
doutras despesas estryordinaryas
de botyquas; de fora e das armadas
em que sua A era muyto desservydo
e com Isto tenho muytos desasoseguos
e guastos de mynha pobreza todelos
*anos amdar fora de mynha casa quot^ro^*
meses na vezytação de todellos espritaes
omde esta craro fisyquos e butycay
ros não serem meus Amyguos domde
me naçe Irme rizumymdo se o sõr
dẽs me não val com os fauores e
homrra que me v. s. faz noquoal
tenho aquela escora que os agrauados
esperão da casa da comgyemçya /

Estas são as droguas
q̃ vẽ pola via de malaqua /

Item. *A camfora em pão que he a que pedem*
do reyno vem da gramde regyão
da chyna /

WALTER, Jaime — *Simão Alvares e o seu rol das drogas da India*





FOL. 14 v.º

Item. *gualamgua delguada q̃ he a que se*
pede do reyno vem da chyna / por
que da grosa ha muyta no malauar
mas esta não na querem no reyno /

Item. *lynaloes que comũ memte chamão aguy*
la

Item. *cubebas*
Item. *samdalo bramquo*
Item. *samdalo çetryno*
Item. *samdalo rubro*

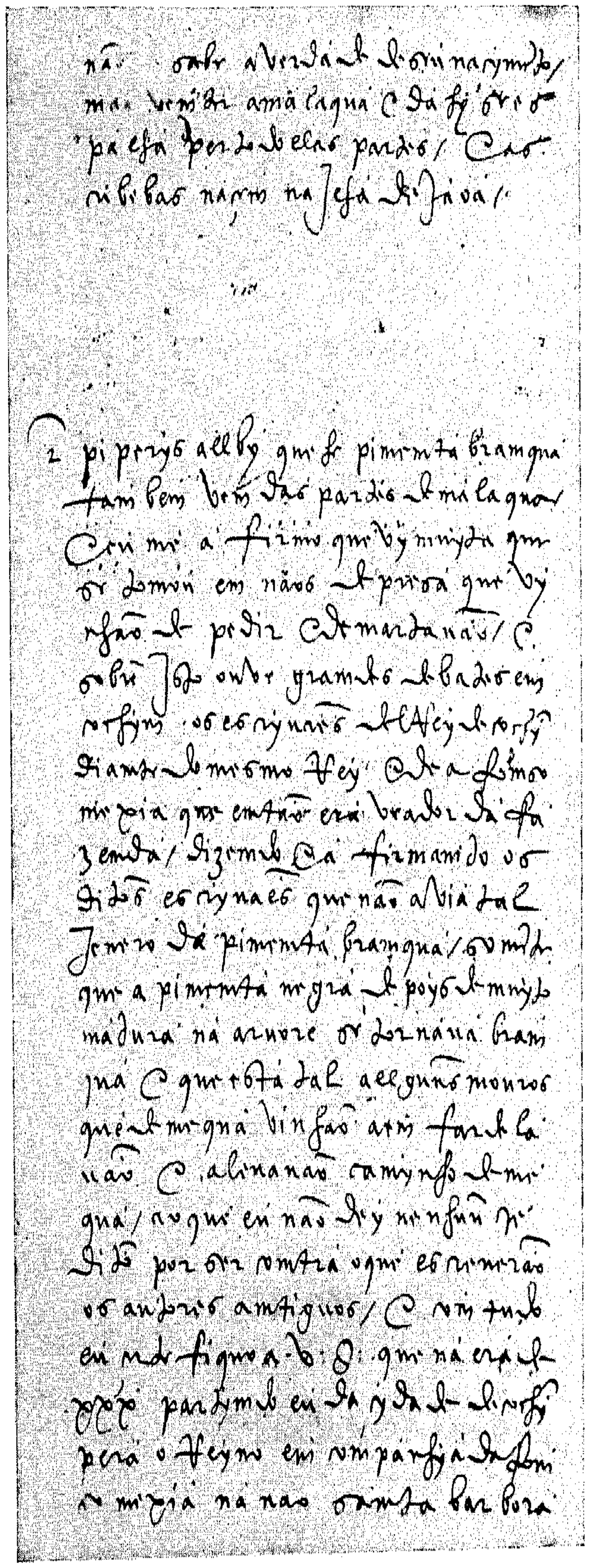
todas estas droguas vem de malaqua
pera a Imdia porem naçem ẽ deferem
tes regyões — a saber — ho samdalo brãquo
e çetryno naçe na Ilha de timor e
tambem naçe ẽ mocaça porem he gro
seyro e de pouqua estima / ho samda
lo vermelho naçe ẽ paçem / ha aguyla

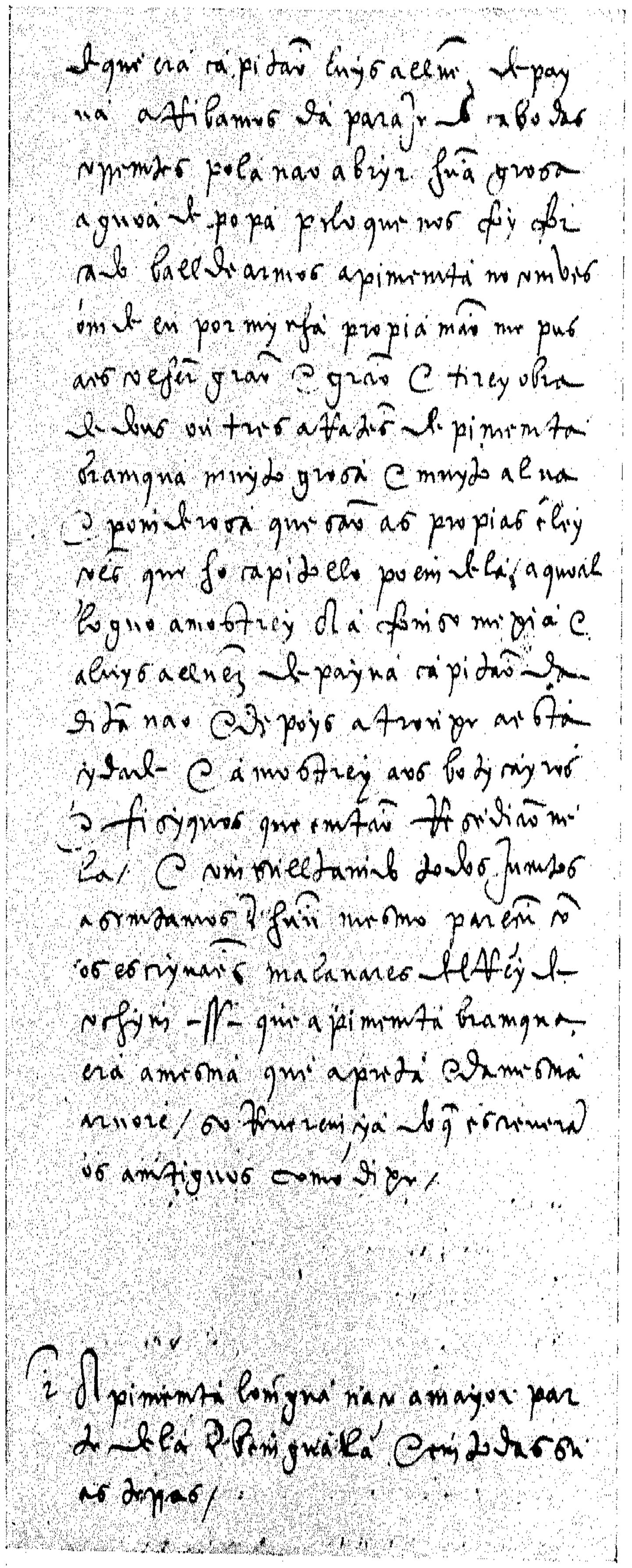
FOL. 15

*não se * sabe a verdade de seu naçimẽto /*
mas vem ter amalaqua e dahy se es
palha per todellas partes / e as
cubebas naçem na Ilha de Jaoa / .

Item. *piperys allby que he pimemta bramqua*
tambem vem das partes de malaqua /
e eu me a firmo que vy muyta que
se tomou em naos de presa que vy
nhão de pedir e de martauão / e
sobre Isto ouve gramdes debates em
cochym os escryuaẽs delrey de cochy
diamte do mesmo rey e de a fomso
mexia que emtão era veador da fa
zemda / dizemdo e a firmamdo os
ditos escryuaẽs que não avia tal
Jenero da pimemta branqua / somẽte
que a pimemta negra depoys de muyto
madura na aruore se tornaua bram
qua / ao que eu não dey nenhuũ cre
dito por ser comtra o que escreuerão
os autores amtiguos / e com tudo
eu çertifiquo a v. s. que na era de
xxx partymdo eu da cydade de cochy
pera o reyno em companhya dafom
so mexia na nao samta barbora

WALTER, Jaime — *Simão Alvares e o seu rol das drogas da India*





WALTER, Jaime — *Simão Alvares e o seu rol das drogas da India*

FOL. 15 v.º

de que era capitão luys alluẽz de pay
ua aribamos da paraJe de cabo das
corremtes pola nao abryr hũa grosa
aguoa de popa pelo que nos foy for
çado balldearmos a pimemta no comves
omde eu por mynha propia mão me pus
a recolher grão e grão e tirey obra
*de dous ou tres * arates de pimemta*
bramqua muyto grosa e muyto alua
e pomderosa que são as propias eley
ções que ho capitollo poem dela / a quoal
loguo amostrey A a fomso mexia e
a luys alluẽs de payua capitão da
dita nao e depoys a trouxe a esta
cidade e a mostrey aos botycayros
e fisyquos que emtão residião ne
la / e comsulltamdo todos jumtos
asemtamos ẽ huũ mesmo parçer cõ
os escryuaẽs malauares delrey de
cochym — a saber — que a pimenta bramqua
era a mesma que a preta e da mesma
aruore / so reueremçia de q̃ escreuerã
os amtiguos como dixe /

Item. *A pimemta lomgua naçe a mayor par*
te dela ẽ Pemguala e em todas su
as terras /

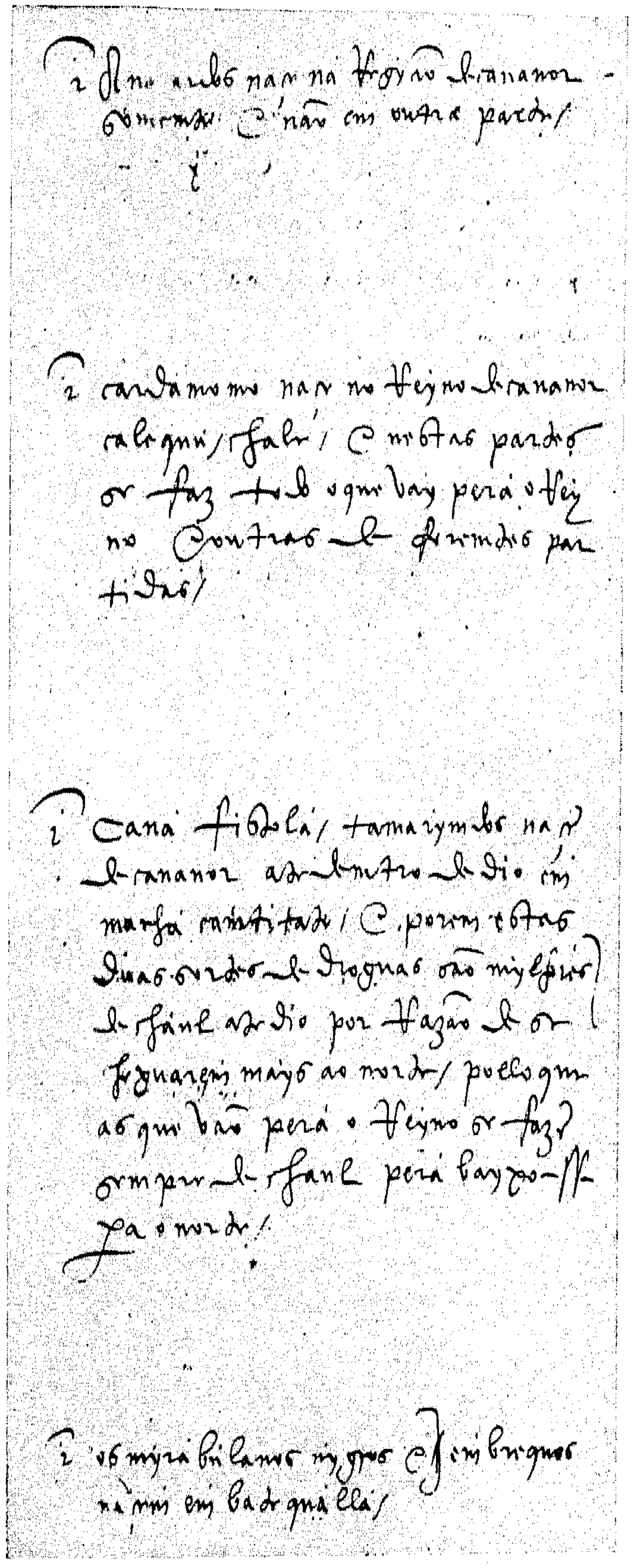
FOL. 16

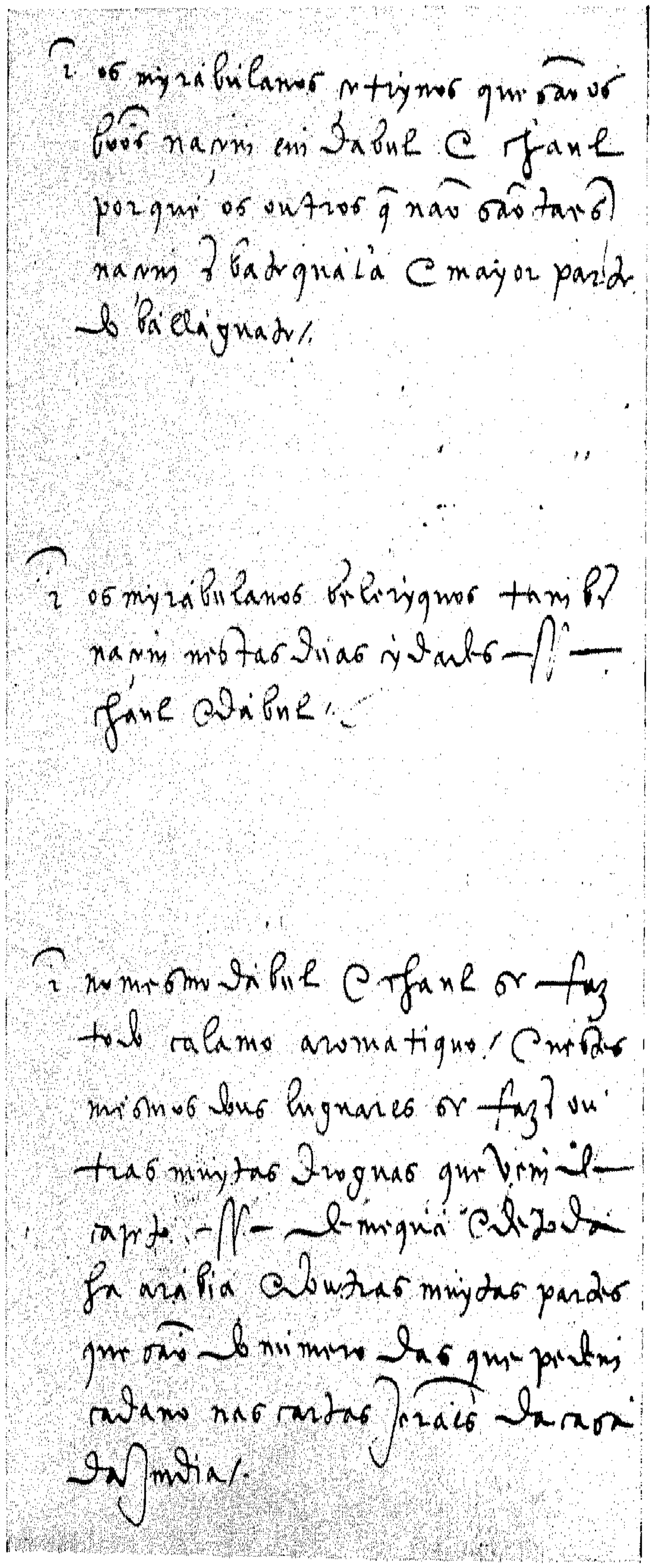
Item. *Anacardos * naçe na regyão de cananor somemte e não em outra parte /*

Item. *cardamomo naçe no reyno de cananor calequu / chale / e nestas partes se faz todo o que vay pera o rey no e outras de feremtes par tidas /*

Item. *cana fistola / tamarymdos naçẽ de cananor ate demtro de dio em manha camtidade / e porem estas duas sortes de droguas são mylhores de chaul ate dio por razão de se cheguarem mays ao norte / pollo que as que vão pera o reyno se fazẽ sempre de chaul pera bayxo — a saber — pera o norte /*

Item. *os myrabulanos nygros e Jembriquos naçem em batequalla /*





WALTER, Jaime — *Simão Alvares e o seu rol das drogas da Índia*

FOL. 16 v.º

Item. *os myrabulanos çetrynos que são os boõs naçem em dabul e chaul porque os outros ꝗ não são taes naçem ẽ batequala e mayor parte de ballaguate /*

Item. *os myrabulanos beleryquos tambẽ naçem nestas duas çidades — a saber — chaul e dabul /*

Item. *no mesmo dabul e chaul se faz todo calamo aromatiquo / e nestes mesmos dous luguares se fazẽ ou tras muytas droguas que vem de careto — a saber — de mequa e de toda ha arabia e doutras muytas partes que são de numero das que pedem cadano nas cartas Jeraẽs da casa da Imdia /*

FOL. 17

Item. *ho esquynamty que he palha de mequa vem de masquate omde ha muyta camtydade dele e muyto barato /*

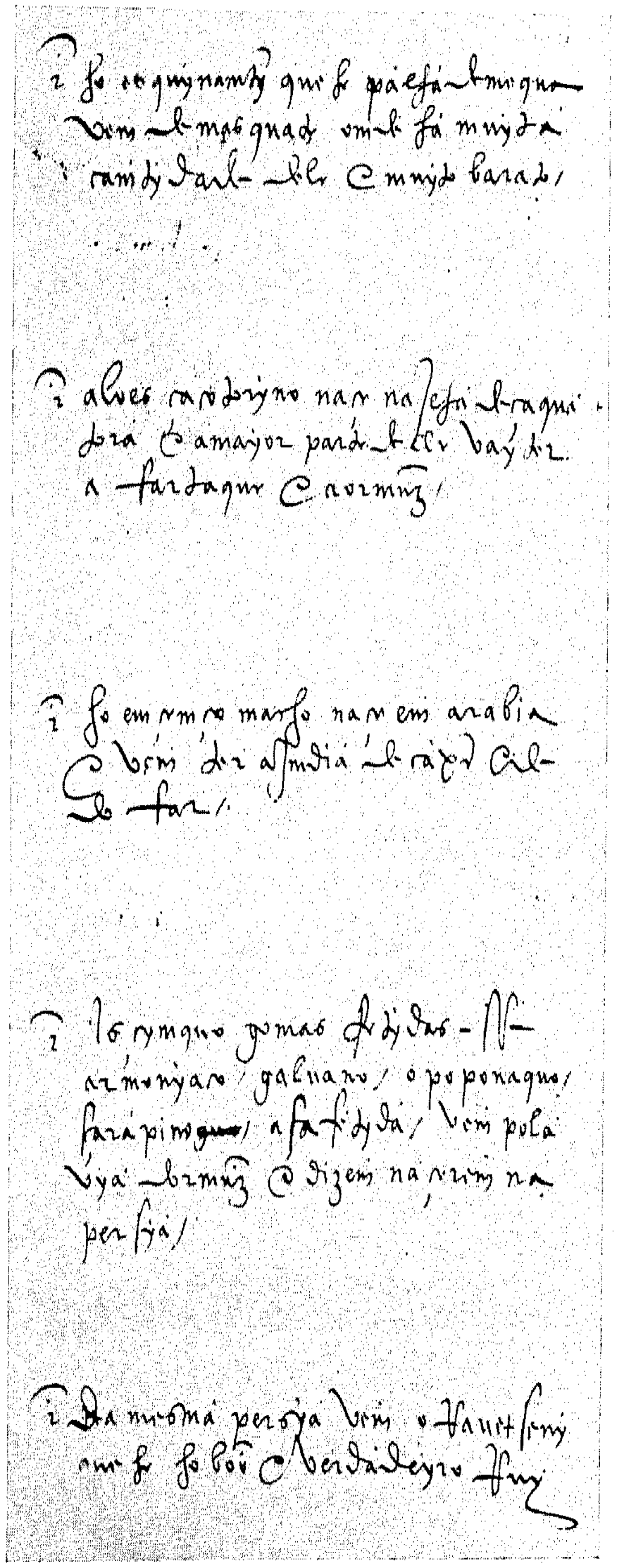
Item. *aloes çacoteryno naçe na Ilha de çaqui tora e a mayor parte delle vay ter a fartaque e a ormuz /*

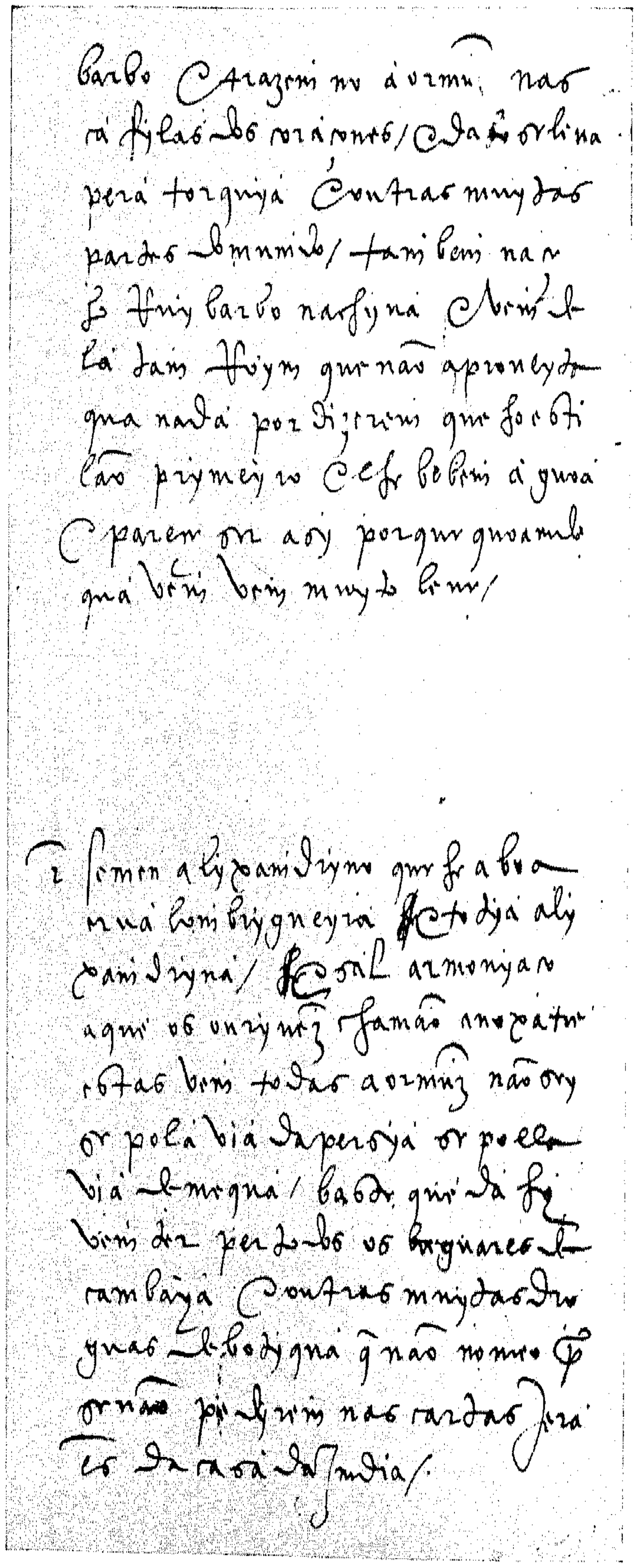
Item. *ho emçemço macho naçe em arabia e vem ter a Imdia de caxẽ e de dofar /*

Item. *As çymquo gomas fetydas — a saber — armonyaco / galuano / opoponaquo / sarapino / asafetyda / vem pola vya dormuz e dizem naçerem na persya /*

Item. *da mesma persya vem o ravamchiny * que he ho boõ e verdadeyro ruy*

WALTER, Jaime — *Simão Alvares e o seu rol das drogas da India*





FOL. 17 v.º

barbo e trazem no a ormuz nas
cafylas dos coraçones / e dahy se leua
pera torquya e outras muytas
partes do mumdo / tambem naçe
ho ruybarbo na chyna e vem de
la tam roym que não aproueyta
qua nada por dizerem que ho esti
lão prymeyro e lhe bebem aguoa
e pareçe ser asy porque quoamdo
qua vem vem muyto leue /

Item. semen alyxamdryno que he a boa
erua lombrygueyra e totya aly
xamdryna / e sal armonyaco
a que os ouryuēz chamão anoxatre
estas vem todas a ormuz não sey
se pola via da persya se polla
via de mequa / baste que da hy
*vem ter per todos os * luguares de*
cambaya e outras muytas dro
guas de botyqua q̃ não nomeo por
se não pedyrem nas cartas Jera
ēs da casa da Imdia /

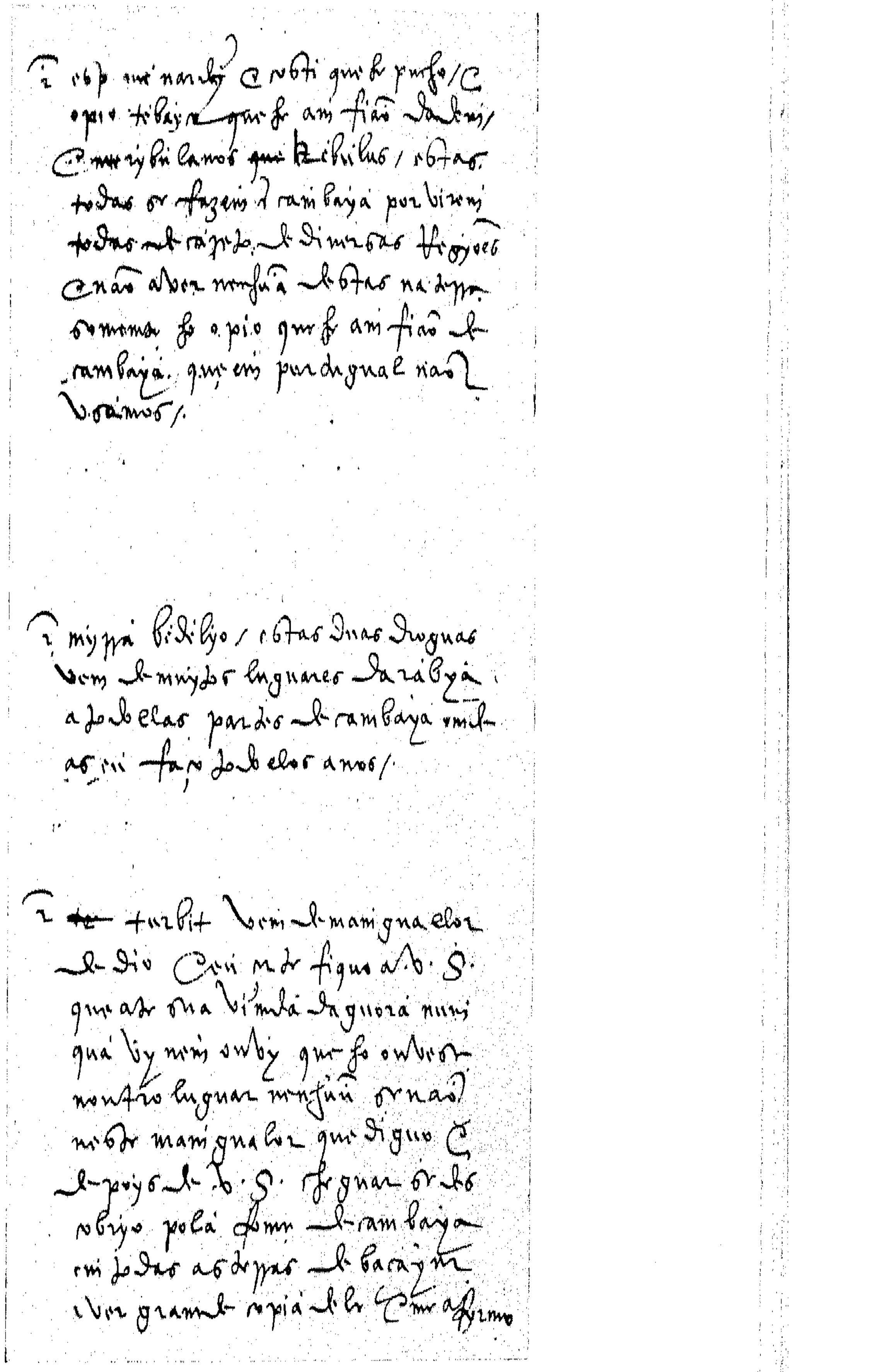
FOL. 18

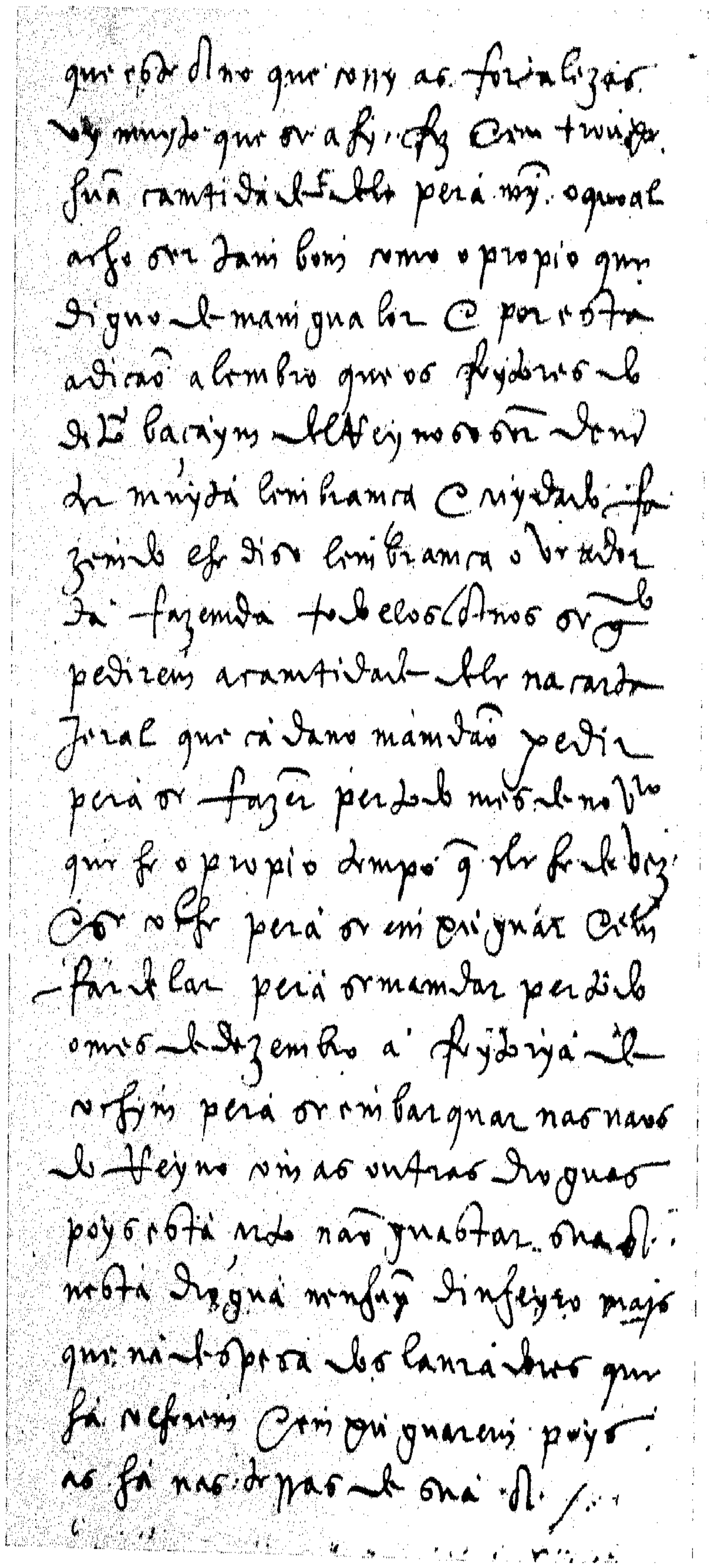
Item. *espiquenardy e costi que he pucho / e*
opio tebayco que he amfião dadem /
e merybulanos kebulus / estas
todas se fazem ẽ cambaya por virem
todas de careto de diuersas regyoẽs
e não aver nenhũa destas na terra
somemte ho opio que he amfião de
cambaya que em purtugual não
usamos /

Item. *myrra bedelyo / estas duas droguas*
vem de muytos luguares darabya
a todellas partes de cambaya omde
as eu faço todellos anos /

Item. *turbit vem de mamguallor*
de dio e eu çertifiquo a v. s.
que ate sua vimda daguora num
qua vy nem ouvy que ho ouvese
noutro luguar nenhuũ senão
neste mamgualor que diguo e
depoys de v. s. cheguar se des
cobryo pola fome de cambaya
em todas as terras de baçaym
aver gramde copia dele e me afyrmo

WALTER, Jaime — *Simão Alvares e o seu rol das drogas da India*





WALTER, Jaime — *Simão Alvares e o seu rol das drogas da India*

FOL. 18 v.º

que este Ano que corry as fortalezas
vy muyto que se ahy fez e eu trouxe
huã camtidade delas pera my o quoal
acho ser tam bom como o propio que
diguo de mamgualor e por esta
adição alembro que os feytores do
dito baçaym delrey noso sñr devem
ter muyta lembramça e cuydado fa
zemdo lhe diso lembramça o veador
*da fazemda todellos Anos seg*do
pedirem a camtidade dele na carta
Jeral que cadano mamdão pedir
pera se fazer per todo * *mes de nov*ro
que he o propio tempo q̃ ele he de vez
e se colhe pera se emxuguar e em
fardelar pera se mamdar per todo *
o mes de dezembro a feytorya de
cochim pera se embarquar nas naos
do reyno com as outras droguas
poys esta çerto não guastar sua A.
nesta drogua nenhuã dinheyro mays
que na despesa dos lauradores que
ha colherem e emxuguarem poys
as ha nas terras de sua A. /

Documentário

Preâmbulos do primeiro cerco de Diu

I

Mais uma vez, no arquivo riquíssimo da Casa dos Senhores Marqueses de Fronteira, encontrámos um documento de grande interesse para o estudo da época em que os portugueses assentaram na Índia.

Trata-se de :

> «Pareçer q̃ hũ homẽ dise na
> «India a nuno da cunha pedindolhe
> «cõselho do q̃ fasia sobra
> «armada dos rumes q̃ se fasia
> «ẽ Suez pa vir a India no
> «anno de 1532.»

É um documento escrito na primeira metade do século XVI, que vamos dar em cópia diplomática.

Procurámos largamente tal documento, ou referência a ele, mas nada encontrámos.

Pedimos a várias pessoas que a estes trabalhos também se dedicam e de todos os lados a mesma informação.

Pela Senhora D. Elaine Sanceau tivémos notícia da existência de um manuscrito com igual título no Arquivo Distrital de Évora. Pusémo-nos em contacto com o ilustre Director daquele estabelecimento, o senhor Dr. Armando de Gusmão, que muito obsequiosamente nos fez a comparação da nossa cópia com o exemplar ali arquivado. Verificámos dever tratar-se de uma cópia do documento Fronteira, pois é do primeiro quartel do século XVII, e só na ortografia difere daquela usada

no documento que ora publicamos, e não utiliza as abreviaturas.

O documento é anónimo, mas o conteúdo é substancioso. Foi escrito na Índia, por pessoa bem conhecedora do que se passava.

No corpo cronológico ([1]) encontrámos uma carta dirigida ao Rei, por Pedro de Faria, homem experimentado, que diz ter 23 anos de guerras na Índia, foi para ali no tempo do Vice-Rei D. Francisco de Almeida. Nessa carta aborda o problema, da possibilidade de os Rumes irem à Índia. É curioso que esta carta está datada de 23 de Novembro de 1532, ao passo que o documento que damos em primeiro lugar, foi feito em 11 do mesmo mês, como se vê no texto, e daquele mesmo ano pois que, no título, diz: «a armada... para vir a India no anno de 1532», e no texto:

> «... porquanto são jaguora onze de novembro...
> se não deve de faser este anno senã para o out...»

Entre a elaboração dos dois documentos não passaram mais do que 12 dias.

Seguem-se, depois, 3 cartas de Nuno da Cunha para El-Rei, que também reputamos inéditas. São elas, uma, a primeira de 2 de Dezembro de 1537, a segunda de 8 do mesmo mês e ano, e a terceira de 13 também de Dezembro de 1537.

Se lermos atentamente estas cartas encontramos de entre outras esta informação dada pelo próprio Nuno da Cunha, na segunda carta, no «item» (5):

> «Com esta determinaçam parti de Guoa com açaz
> pouca gemte porque nam ha omem que queira jaa
> embarcar com o seu gouernador nem menos queira
> jaa peleiyar nesta teRa e pto tudo...»

Queixa-se, pois, Nuno da Cunha de que a gente que estava na Índia não o queria acompanhar. Liguemos esta carta com

([1]) T. T. C. Cronol., Man. 50, Doc. 40.

outra que publicámos em 1958 noutro trabalho — O Primeiro Cerco de Diu — e que foi escrita por Martim Affonso de Sousa, ao Rei, e ainda outros documentos por nós publicados no mesmo trabalho, dirigidos ao Conde da Castanheira, e teremos de concluir que Nuno da Cunha que na primeira carta agora publicada diz que tinha poucos amigos na metrópole, também não os tinha na Índia.

O mesmo se vê na terceira carta, datada de 13 de Dezembro de 1537, esta parcialmente publicada pelo Padre Dr. Basílio de Sá ([2]). Este erudito historiador reproduziu-a na parte que lhe interessava, e se referia a Maluco e a Malaca.

Estes três últimos documentos têm importância em especial por se tratar neles de notícias sobre a Armada dos Rumes, decerto aquela que veio comandada pelo Sulimão Baxá, no primeiro cerco de Diu, que foi em 1538 e se sabe que a armada partiu do Suez em Junho ([3]).

Analisemos, agora um pouco, primeiro os dois documentos de 1532 e depois os três de 1537.

A questão da Armada dos Rumes de 1532 é curiosa porque, ao que saibamos, nessa altura não foram à Índia, pelo menos com aquele intuito hostil que mais tarde se verificou em 1538.

O documento Fronteira, põe-nos diante da situação que se observava na Índia naquela altura, mostrando-nos o perigo que já então se antevia da ida dos Rumes ali. Logo ao começo, diz-nos o anónimo autor do documento, «força-me o grande periguo... etc.» e, depois, mostra como se deveria ir ao estreito para desbaratar a tal Armada em formação. Estuda no parecer, o autor anónimo, todas as possibilidades da ida ao estreito, considerando mesmo as monções e as possibilidades de agir dentro do espaço e do tempo. Apesar de a informação ser

([2]) Padre Dr. Artur Basílio de Sá — Documentação para a História das Missões etc., «Insulindia», 1.º vol. pág. 370.

([3]) João de Barros — Década IV — Liv. X, Cap. 3, pág. 572 e Luciano Ribeiro, in «Studia», vol. 1.º, pág. 246, 1958.

feita em 11 de Novembro daquele ano de 1532, como se vê, quanto ao ano, pelo título, quanto ao dia e ao mês, quando diz «... por quanto são jaguora onze de novẽbro...» opinando por que se não deve fazer a ida naquele ano mas no seguinte: «... senã deve de fazer este anno senã para o out.» e este tempo gastalo em cousas que S. A. tem começado...».

A Carta de Pedro de Faria, que damos em número 2, é muito curiosa. Se, por um lado, se lamenta da falta de dinheiro, por outro, deixa entrever a existência de pessoas que não serviam bem o rei e que não proviam bem nos seus lugares. Prevê o fiel servidor a ida dos Rumes à Índia.

Ele fora para aquelas partes com D. Francisco de Almeida, e era, como nos diz, prático nas guerras pois tinha mais de 20 anos delas. O Turco era o inimigo número um. Assim no «item» (12), diz: «... passava já hum anno quando ffose Requado a ssua alteza, hera ja outro quando socorrese corria jaa em outro e os Rumes andavãm ja na Imdya com cem guales».

Isto, na verdade, dá-nos claramente a ideia de que já naquele ano de 1532 se previa a ida dos Rumes à Índia.

A carta de Pedro de Faria também nos deixa entrever que as suas relações com Nuno da Cunha não seriam as mais amistosas. O «item» (2) é um grito de alarme pedindo ao Rei que não descure as coisas da Índia. Diz que já «estiverãm os Crystãos nelas mays areiguados e perderão se a sy e as teRas».

Repare-se que, quer o anónimo autor do parecer, quer Pedro de Faria têm os olhos postos nos Rumes e na Armada que organizavam no Suez. Tudo deve ter evoluído à base do que esses homens pensavam, porque vamos achar, nas cartas de Nuno da Cunha ao Rei, estas de 1537, vésperas do primeiro cerco de Diu, referência às armadas que os Rumes preparavam. No documento n.º 4 — carta de Nuno da Cunha a El-Rei, datada de 8 de Dezembro de 1537, relata aquele governador como mandou matar o Badur. Já Gaspar Correia, nos

dá a notícia do facto [4] mas não de uma forma tão precisa como se relata nesta carta. Nuno da Cunha dá a saber que tomou grande quantidade de artilharia e outras armas, todas muito boas, das quais enviou a El-Rei um basalisco. Diz-nos, também, Nuno da Cunha como Mirma Medezamaon se fez levantar por rei, quando soube da morte do Badur, e que mandou emissários ao governador dizendo-lhe que queria com ele a paz, da qual se fez tratado em 27 de Março de 1537.

Esta carta é a terceira em que o governador conta ao Rei a morte do Rei de Cambaia, pois que, logo ao abrir a carta diz: «Eu escrevi a vosalteza de demtro de Diu per duas vias a morte delRey de Cambaya...». Claro é que o facto era da maior importância, por se tratar de um inimigo perigoso. Na mesma carta, no «item» (2), diz-se: «El Rei de Cambaya toda sua temçam e desejo era deitarnos fora da India e as naos todas que vieram do estreito soube por elas como se carteava com o gram turco pera que lhe mandase gente e armada pera o poder fazer e que pera iso lhe ofereçia seu dinheyro asy o que laa tinha como todo hu mais que fose neçesareo...».

Esta informação é clara e precisa. Aconteceu, porém, que, pouco tempo reinou o Miram, porque morreu, informando que uns lhe atribuem a morte a «peçonha» outros a julgam natural. Logo levantaram por Rei a um sobrinho do «Soltambadur», filho de um seu irmão, chamado Leteficam, que estava escondido em poder de um gentio, sogro do dito Rei. No «item» (32) diz que manda a El-Rei o treslado do poder que o turco deu ao Soleimão Baxá, ao qual deu o senhorio do Cairo.

Diz também que por cartas recebidas de Coje Sofar, sabe que se preparavam dez mil rumes para irem à Índia. Esta carta é de 8 de Dezembro de 1537. Estava-se, pois, em vésperas do primeiro Cerco de Diu.

Nesta carta, Nuno da Cunha, lamenta-se de não poder

(4) Gaspar Correia, «Lendas da Índia», vol. 3, parte II, pág. 781.

servir como queria porque vê o «pouco credito que a mĩnhas cartas daa...».

Refere-se ainda a informações falsas e intrigas, mostra que invejas e ódios deviam ser sem conta.

Nuno da Cunha, sempre nas cartas que ora se publicam, pede ao Rei que lhe mande gente, dizendo, até, naquela a que nos temos estado a referir, «... me mande hũa boa soma de gente e armas...» [5] indicando a seguir quais as armas que mais lhe interessavam.

Vem finalmente o 5.º documento, a carta de Nuno da Cunha para El-Rei, datada de 10 de Dezembro de 1537. Esta carta começa por ser um chorrilho de lamentações que nos mostram bem a intriga que em tudo isto havia. É de notar, porém, tudo o que dissemos no prefácio estudo de «O Primeiro Cerco de Dio». Relata logo ao começo o que se passou com a deposição do Rei de Cambaia por Tristão de Ataíde, e da nomeação para o cargo de um irmão do rei deposto. Verbera a atitude do rei dando Malaca a Pero de Faria — o autor do Primeiro documento que ora publicamos — dizendo que o que deveria ter sido era dar-lhe uma comenda. Nesta carta Nuno da Cunha passa em revista as posições na Índia.

O conjunto de toda esta documentação mostra-nos o conluio havido entre o Badur e o Grão Turco para arranjar forças capazes de desalojar os portugueses da Índia. Na Carta de 8 de Dezembro de 1537 — Documento n.º 4 — diz a El-Rei que sabia pelas naus, que vinham do estreito, das relações entre os dois e das cartas que o rei de Cambaia escrevia ao Grão Turco pedindo-lhe gente e armada para poder fazer a guerra aos portugueses. Para tal, oferecia ao turco o seu dinheiro, não só o que lá tinha, como todo o mais que fosse necessário, e a armada que tinha, que era muito grande e toda nova. Mais informa El-Rei de que o Rei de Cambaia fez levantar e quebrar as pazes ao Rei de Calecut e se tinha feito amigo e car-

[5] Doc. n.º 4, «item» (39).

teado com os Senhores de Daquem, visto que o Idalcão, a seu pedido tinha mão nesta guerra em terra para entreter os portugueses de modo a lhe permitir tratar das suas coisas sem incómodo. Ao mesmo tempo e também a seu pedido, o Rei de Xael cativou os portugueses e tomou-lhes as fazendas. Foi de todo este acumulado de factos que resultou a ida de Nuno da Cunha a Diu.

Pelas coisas que tinha e ainda pela informação do principal mouro do Badur, não saiu de bordo, porque a intenção do Rei de Cambaia era matá-lo e aos seus capitães. Mandou pedir-lhe desculpa de não o ir cumprimentar mas que a sua doença lhe não permitia. Então foi ele a bordo com alguns capitães e esteve na própria câmara do governador. Saiu com Manuel de Sousa que o acompanhou num catur até à fusta, na qual foi convidado a entrar. Aí o Rei o mandou logo matar. Os portugueses mal viram isto lançaram-se na fusta, indo António Cardoso e Pedro Álvares d'Almeida e os de outros navios, de modo que ali, logo, o Rei de Cambaia e os homens que com ele iam, perderam todos a vida. Conta então que entre a população ele foi logo esquecido!

É muito curiosa esta descrição da morte do Badur e é mais clara e concisa que a publicada por Gaspar Correia, como já dissemos.

Em todas as cartas que ora se publicam, vê-se claramente o espírito de intriga, de mal contida desconfiança que havia aqui, no continente, e na Índia. Devia ser, muitas vezes, a forte inveja que havia entre as pessoas, invejas de situações, de benesses e de proventos, que originava toda esta série de descontentamentos que são notórios. Aquela informação dada por Nuno da Cunha no «item» (4), documento n.º 4, «... nam ha omem que queira jaa embarcar com o seu governador nem mesmo queira peleiyar nesta teRa e ysto tudo denaçe de cousas que nam sam pera escrever...» é elucidativa. Por outro lado, Nuno da Cunha queixa-se de que não tem amigos mesmo na metrópole. Mas observando, verificamos que, logo a seguir, houve a acção que se descreve da morte do Badur, em que os

nossos não se furtaram e onde morreram alguns como ele próprio conta, e, pouco tempo depois, deu-se a epopeia da defesa de Diu.

Torna-se necessário ver se se pode explicar aquilo que dissemos em «O Primeiro Cerco de Diu» (6), quanto à prisão de Nuno da Cunha para vir para Portugal. A informação que se contém nos Anais de D. João III publicados por Alexandre Herculano, é clara. Quais os fundamentos da determinação régia? Torna-se preciso, cremos, que se publiquem documentos — em especial cartas, porque nessas se dizem coisas que em documentos públicos geralmente se não revelam — de modo que, com a observação do que neles se diz se possa fazer uma ideia daquilo que se passou. Aquela nota aposta no manuscrito que publicamos no «Primeiro Cerco de Diu» (7) por mão diferente da do autor do manuscrito, mas em letra e com tinta da mesma época, que diz: «Este Nuno da Cunha foi um poltrão mujto couarde de animo vil e traidor sem animo generoso jrmão no spirito de Baxa Soleimão Capão», faz-nos pensar que alguma coisa havia. Isto ligado com a determinação de D. João III de mandar vir Nuno da Cunha sob prisão (8), como já mostramos no trabalho referente ao Primeiro Cerco de Diu, dá, na verdade, a ideia de que alguma coisa se passava contra Nuno da Cunha.

Pelo tom queixoso das suas cartas, as intrigas que se sabe eram imensas, que, até, isto mais tarde, levaram Camões a escrever os «Disparates da Índia», que foram a origem do seu desterro para Macau, seriam, só por si, matéria suficiente para tudo o que ocorreu? Pensamos que, só por si, não seriam. Ódios, provocados por acções contra determinadas pessoas, que determinassem vinganças? Quem sabe? Talvez também houvesse.

(6) O Primeiro Cerco de Diu, in «Studia», vol. I, pág. 206.

(7) O Primeiro Cerco de Diu, in «Studia», vol. I, pág. 261.

(8) Anais de D. João III por Frei Luís de Sousa, publicados por Alexandre Herculano — Lisboa 1844.

Há dois factos curiosos: João de Barros, nas «Décadas», termina a quarta década com uma enorme carta de Nuno da Cunha e não tem uma palavra de comentário; Gaspar Correia, nas suas «Lendas da Índia» ocupa um e meio volumes com Nuno da Cunha, e quando se supõe que no seguinte vamos encontrar ainda mais matéria sobre o mesmo governador, achamos que mais nada há. Porquê? Porque se fez tanto silêncio em torno duma figura que durante tantos anos governou a Índia?

Lendo atentamente os documentos que ora se publicam, salta à vista um facto curioso: só nos dois primeiros se vê a preocupação das armadas que os Rumes organizavam no Suez. No primeiro, o anónimo autor do documento, preconiza ir lá desbaratá-la. No segundo, Pedro de Faria no «item» (12), ocupa-se da ida dos turcos à Índia, fala na despreocupação dos portugueses sobre tal assunto, e diz até:

> «... os portugueses Não no hão de crer senão quando os vyrem todo novo deitado he cado ano dizem que vem nunca hão de vjr a quem doey ho dente vay aventuça que sera ssua alteza que acudyra ao que tanto lhe vay ysto he a pomtada que doy estaa fazendaa he de ssua alteza e nam he de seus pryvados poys por seu conselho não provestes a jmdya loguo de jente honRada seus cryados e navios pois o papa o fez saber a ssua alteza que armava ho grão turquo sobre a Jmdya de ssuas jentes e ffortallezas dyxe na minha terra que quem dorme dormem lhe na fazenda...».

Repare-se no teor do que se transcreve e note-se o tom em que está feito. Reflete bem o desacordo com a orientação do governador, e certamente, as pouco boas relações em que estariam.

Nas suas cartas Nuno da Cunha não mostra aperceber-se da provável ida dos Rumes à Índia. Nota-se que as três cartas são todas datadas de Dezembro: a primeira de 2, a segunda

de 8 e a terceira de 13. A informação devia estar muito falha ou então não acreditavam nela. O que é certo, é que na época das três cartas, se estava no proscénio do primeiro Cerco de Diu e não se vislumbra que o governador se desse por conhecedor de qualquer manobra dos Rumes. Ora em 1532, Nuno da Cunha sabia que os Rumes faziam uma armada no Suez para ir à Índia — basta ver o título do documento Fronteira que publicamos e a que demos o número 1. Estava-se então em 11 de Novembro de 1532.

Em 23 do mesmo mês, Pedro de Faria escrevia a carta que damos por cópia sob o número 2, e também admite a hipótese da ida dos Rumes à Índia. Ora não se entende bem como é que, em 1537, no mês de Dezembro, o governador não tinha qualquer indício da preparação dos Rumes que logo no ano imediato desceram à Índia e fizeram o Cerco de Diu.

Na primeira carta que damos, no «item» (12), fala Pedro de Faria de uma ida dos turcos à Índia que se não chegou a realizar, milagrosamente na sua opinião, porque estando eles já embarcados em setenta galés, no Suez, e já tendo 3 dias de viagem, quando foram chamados pelo Grão Turco. Desembarcaram e vararam os navios que seriam uns trinta. Este contraste impressiona, tanto mais que, pelo documento que publicamos com o número 1, vê-se que, em 1532, Nuno da Cunha sabia que os Rumes armavam no Suez para ir à Índia, e pediu conselho ao anónimo autor do documento, que parece ser pessoa experimentada.

Luciano Ribeiro

DOCUMENTO N.º 1

Arquivo Fronteira
M — VII — 3
fl. 173 v. a 176 v.

Pareçer q̃ hũ homẽ dise na India a nuno da Cunha pedindolhe cõselho do q̃ se fasia ẽ Suez pa vir a India no anno de 1532.

forçame o grande periguo em q̃ vos ha de por a vinda dos rumes a essas partes nã tao som^{to} por suas forças q̃ ha tamanha fama mas com ha razão (9) do da sua armada de gales q̃ m^{to} jstimo pela dispoçisã datara (10) para elas e pelo m^{to} q̃ caraçamos delas das tas q̃ tamos tamos *(sic)* os males e nã os bons o que parece nã he de prasumir q̃ as suas tarão pois nelas tã sua força e confiança nã se vẽ a conquistar teRas athe as e homẽs cõ openiões de poderosos tão mal puidos (11) e cõ tamanho descujdo e desmancho como sã os nosas nã ẽ couza de tanto gasto nã ha de ser pera se aproueitarẽ mal delas alẽ doutros mujtos males q̃ estão certos socederem por serẽ digo por ser toda esta teRa de homes de lej e custumes diferentes q̃ nã he cousa de pequena jucizade majormente avendo out.^{os} muitos q̃ o hão e as guerras que cõ eles temos dan *(sic)* nẽ os fauoreçe pouco a openiã e formoso nome q̃ trazẽ cõ dizerẽ e deitarẽ fama q̃ nã vam a India senã pera tomarem o seu antiguo costume de navegarẽ pra onde e com as mercadorias q̃ quiserẽ q̃ nã he peq̃na ocasiam pra trazerẽ asi as võtades o que me obriga pareçerme muj neçesarjo a entrada do estrejto ate suez e aspremantar a fortuna de se poder quejmar e destruir ahi esa armada pois por o dito do piloto moor e enformação dalgũs mouros se afirma poder hir la nosa armada como de laa vẽ naos suas grandes este jncõueniẽte he o major q̃ se podia arraçear e nã os q̃ comũmẽte podẽ dar a guerra e os que cometẽ Imiguos e vão fazer grandes feitos ajnda q̃ sejam grandes os riscos e majores do q̃ são muito major he o preço e galardão e não lhe sã jguais os trabalhos e medos q̃ se lhe podẽ por e certo estas grãdes vitorias estarẽ cubertas de grandes periguos a qual jda nã deue de ser ap.^{a} (12) do Guouernador e cõ todo o poder da India e muito de proposito q̃ deste manr.^{a} cõ ajuda de d[eu]s pode auer efeito asi q̃ se afirmar de çerta çerteza ali nã rresidir gẽte nẽ ter guarniçã por falta de aguaa e de mãtimentos como por q̃ facilm.^{te} pode acontecer partindo de que qua cedo e na força dos leuãtes achar tão bõ tpo q̃ nhũa noua de nos poderã ter nã a teue jndaa senã dipois que nos vio cõ os olhos ẽ tpo q̃ la fomos cõ lopo Soarẽz e jndo muj tarde e fazendo

(9) No manuscrito de Évora diz: *Como trazerem toda sua razão.*
(10) No manuscrito de Évora, diz: *da terra.*
(11) No manuscrito de Évora, diz: *Providos.*
(12) No documento de Évora, diz: *propria.*

m.ta demora por hir ja quasi fora da monção as boas vẽturas não acontecẽ senã aos q̃ se põe a buscalas deuese doulhar quãtos trabalhos q̃ pasamos ẽ as cousas q̃ temos antras mãos e dandonos d[eu]s bõ acõtacimento neste se guoarladão todalas perdas e se segurarã as por uir nos que tantos periguos temos pasados ẽ cousas pequenas em comparação desta auemos darraçear nhũs pera tamanha cousa padeçer tãto que se abocar o estrejto despedir armada meuda e q̃ nã faça nhũa demora por q̃ achãdo a terra desapercebjda como sespera a basta para fazer o fejto pois não ha dir tão desacõpanhada q̃ nã leua bẽ mil homẽs e se caso fose q̃ tiuese gente e guoarnição q̃ hei por jmposivel por q̃ nã consinta rrezão que hindo nos cõ ventos a popa e na propia monçã nõ podemos ser descubertos nẽ leua a tal noua senã depois de sermos no estreito por mais q̃ ouvese quẽ a quisese leuar ẽ q̃ corresemos a Costa do Sñorio do cano o q̃ tal nã he ajnda ora jmposivel avemos de leuar o mesagejro tãta aventagẽ q̃ podese chegar a ele e vir gente e exercito primr.o q̃ chegasemos a Suez por ser caminho desetenta oytenta leguos som.te dõde ele desembarca ao Cajro de deserto minguoãdo daugua e mantim.tos e a nada hũ correo de jda e vinda ha mister mujtos dias e ele não nos pode leuar mais de dous ou tres de uentajẽ por mujta presa q̃ leue o socorro q̃ mais socorro deuemos darraçear nã pode acudir q̃ os quinze ou vinte mil homẽs muj apercebjdos e de preposito e fama pubrica q̃ hã de vir a India e as vasilhas q̃ se dizem serẽ fejtas as demandão e a rrezão ho quer q̃ homẽs q̃ nos querẽ dejtar fora da India de q̃ tanto tpo ha questamos apoderados e cõ tantas fortalezas e tamanhas armadas cõtinuadam.te nã pode ser menos nẽ dejxar de ser mujto sẽ ajudas q̃ co (13) tẽ çertas tão ao cõtrajro ajnda q̃ sejãmos sintidos e tiuesem socorro que nã ha de ser senão de hũa çidade e da rrebate e de tantas legoas por hũ tamanho sertão nos nhũas perdemos as mesmas q̃ qua temos nos nã tirã q̃ são os de d[eu]s e da nosa armada e forças mas ãtes nos he muj proveitosa a neçesidade de nhũa esperança de saude desamparãdo as armas q̃ de bõs faz mãos. He certo q̃ em muitos lugares ser muj danoso ho pelejar a façe da vila q̃ case nos soçede em qualquer lugar q̃ na costa da Jndia nos ajuntacemos cõ os rrumes e ẽ q̃ isto nã fose ajnda não averia por mujto cõ tres mil portugueses q̃ na India se poderião ajuntar pra hũ tamanho fejto ẽ q̃ tanto vaj destar ahi os dados pois he certo q̃ ẽ praya a borda dagoa antre galés e navios varados q̃ ficã como rruas são tão bons como dez mil ẽ campo e o foguo por hũa parte q̃ aos tais navios se posese e da outra o mar da multidã dos jmiguos ajnda que os ouvese nos nã leixaria sercar senã quasy por jguoalha e tantos por tãtos e polo q̃ já dise das gales ajnda q̃ dodas estas rrazões não tiuesemos aueria por justo e neçesario pelejar cõ eles ẽ terra e fora da India e ẽ lugar donde nã tẽ senã suas propias forças como consentiriã

(13) No manuscrito de Évora, diz: *qua*.

teremos guerra com homẽs que se digua nã hos poderemos ẽ nhũa manejra empeçar nẽ danar senão quando vierẽ cometer e q̃ nos tanhã esta tamanha aventagẽ e se entenda de nos nas os poderemos priuir cousa q̃ des que a India he descuberta sempre os portugueses fizerã e os esperamos pera quando vierem mui apeiçebidos e petrechados e se deixe perder hũa tamanha ocasião como poderemos pelejar cõ eles ẽ tpo que pode ser nã no estarẽ mas ãtes em descujdo e onde posto q̃ soçeda mal esta o rrisquo da India muj longe pois niso senã avẽtura fortalezas nẽ armada senão alguã gente q̃ com chatinarias e cousas pequenas se faz cada dia e he çerto aver de dar t[em]po que se rreforme de portugal o contr.o da peleja do mar e majs desta costa ẽ q̃ vaj o todo sem dilaçã cousa maravilhosa de se dizer ante gente de guerra e discreta conhecer se tã mal esta prouejta e deixarse perder hũ tamanho e tã singular t[em]po sem se dizer q̃ poderã achar a sua armada no mar para poder pelejar cõ nosco que outra cousa se pode buscar q̃ ho fazer onda tãto da força junta e fora da India e por quanto são jaguora onze de nouẽbro e para tamanha cousa como he esta armada aver mister mujto t[em]po daparçebim.to de mantiniẽtos e cousas neçesarias majorm.te de vasilhas para aguoa senã deve de fazer este anno senã para o out.o e este tempo gastalo em cousas q̃ S. A. tem começado de q̃ se espera bõ fim q̃ tambẽ são de m.ta jmportançia e serviço del Rey e bẽ e seguräça da India e ẽ fazer todalas cousas muj prestes e sabor dos rrumes todalas çertezas q̃ ser poder tanto (14) çerto estarem como agora estão os hir buscar e vindo nos acharẽ como he rrazão q̃ asi para hũa como para outra he muj neçesario estar muj apercebidos e por me o guovernador pedir meu parecer dej este asinado por mi.»

NOTA: A numeração que se encontra nos «itens» das cartas que seguem, é nossa, para facilidade de referências.

DOCUMENTO N.º 2

Torre do Tombo
Corpo Cronológico
Parte I, M. 50, Doc. 40

Senhor

Eu cudo que heRo em esprever a ssua alteza / Meudamente como devo a lealdade do Reall seruiço de ssua alteza / em que eu cuidava que acertava / asy Com ho seruiço / como com a lamça / asy com ho conselho / como em esprever que per mynha parte como homem / Naturall da terra daRa Rezão mylhor / dos marquos domde partem os termos / mays em verdade que os que de ffora Nouamemte vem pera as teRas / pera ssua alteza se ennformar do que mais Cumpra a seu seruiço /

(14) No manuscrito de Évora, diz: *tendo*.

(1) item e esta he a Rezão por que me pareceçee que heRo / a saber / ssua alteza pela pouca merçe que dele Recebo menos credito devo de ter / amte elle pera ffolguar de ver as mynhas cartas / e porem ahy ha coussas que ffazem os bos homens e que chamão / seu seruico com aquele amor que os homens tem a seus ffilhos / dos quaes não serão muytos /

(2) item poder me ey nesta achar verdadeiro amte ssua alteza per allgũas vezes Eu lhe esprevy que não descudase das coussas da Jmdya / per vya de provyzão / e que lhe lembrase que a Jmdia hera symquo mjll leguoas dos seus Reynos / e que ja outras coussas mores que a Jmdia estiuerão os crystaos nelas mays areiguados e perderão se a sy e as teRas /

Porque dos Reis que he o mais alto / vem demenoymdo em capitaes e guovernadores não lhe he louuado nem he seu offyçyo pera ter ffamossa caronyqua de que os outros tomem pera seu Ressguardo Não serem cautolossas / e Reçyosos princypallmemte / Nos luguares / dos estremos e mais quamdo tem o Jnymyguos Mouros / Na paz se deue de ffazer fforte / e não quamdo esta cerquado quem se deffemder mall / nom ffaz tão pouco / mall lhe vyra / a pedra e a call / os mamtymemtos se na terra hos nom haa somemte ho que os vossos Jmyguos vos dam sera bom socoRo para entreguar mais cedo a ffortalleza / ysto são palauras que ssua alteza / mylhor Cahyra nelas pela dystameya do camynho ser comprydo / do que lhes Eu posso aquy apresemtar somemte per limguoajem tooquaar lhe as coussas que muyto vay a seu seruiço /

(3) item dyzia eytor trojano que quem avya de saltar gramde salto hera lhe necessaryo vjr de lomgue / e por tamto as coussas da Jmdya nom se hão de ffazer quamdo / os turquos estyuerem nela com cem guales e a Jemte que ellas podem trazer / e os da terra que serão com elles / e os mantymentos que nacem / nas lyzyras / hou campo de samtarem / ou ha de guoleguam que estarão hum pouco dessviados para ho presemte / ssua alteza he desscudado e hamda muyto a caça / e o momte e desscuda muyto da jmdia e dos homes que nela ho servem / que as barbas e as cans lhe Nacerão em vosso seruiço / e muy desscomtentes de ssua alteza / e majs vosso seruiço mais desscomtente que elles / ysto he latym /

(4) item ho governador de Jmdya em casso que seja / a pessoa que he pera muyto e se majs estyuer mylhor ho ffara / muyto em gramde maneyra que deus e ssua alteza seja muy seruido / e seus cryados e ssua Jemte muyto sastiffeitos de lhe serem agualardoados seus seruiços / cada hum no que lhe cober / allgũs em lho ffazer e

outros com apresemtar a ssua alteza seus seruicos per ssuaas Cartas / pera que se delles se lembre /

e comtudo hum governador he hum soo homem e tem hum juizyo e que seja agudo / he Rapartydo per tamtos cuydados / e Neguocyos / e ocupação / de hũa coussa tamanha como he a Jmdya que hũas encomtrão as outras / em que diguo que ha mester esteos que ho ajudem com ho comselho / segundo os tempos e homde estaa ho todo / çesse ho menor / e ho que se haa de ffazer dobryguacão / que não se ffaça outras vulomtryosas /

(5) item pois queRo saber de ssua alteza / que quem tem quaa / tão escryvido que aJaa de Rebater os dados ou que credyto de ssua alteza daa com ho seu governador / pera o poderem ffazer por que per seu Careguo / e comffiamça que neles tem / ho seu governador lho leve em comtaa / asy que estaa ysto dessatado e nenhũ homem dos da Jmdya tem credito pera o ffazerem por lhe ssua alteza nom daar e não por que elles não seJão muyto pera yso que tyverem credito de ssua alteza /

(6) item ho governador ha mester homens que ho aJudem com ho comsselho e quamdo os taes fforem / encareguados nyso ffiquão como hoffyçiaes de lhe não serem tachado / o que per seu seruico lhe parecerem que ho ffazem / nem com ho governador (nem com a Jemte somente como diguo / e os taes como tem credito de ssua alteza ffyquam com ho que dizem / de valya e prymor e dam lhe credito por que elles tem esperyencya / e vem as coussas da terra / amdão per ffora vem ho Joguo mylhor que aquelle que as vezes quanto mays promto estaa no enxedres / quamto mor segueyRa faz e porque ysto seja boa maça lhe lembro ysto como forem homes de bem e que se doão de seu seruiço ho seu governador ffolguara muyto com elles porque ho ajudarão /

(7) item hos homes de Jmdya / alem de não terem credito de ssua alteza nym os mamde que nyso vos sirvão / são todos pobres e esperão merçe do seu governador e como ysto asy he / não podem levar bom camynho / e sobre yso são mamcebos ho mays velho de trymta anos per ssuas ydades e pouquaa com fiamça e credito que em sy tenhão todos dyzem que vão por dyamte Não holhamdo / o que se nyso guanha ou perde / ou outras coussas mays / ou menos por aquy vay tudo ao guala

pareceeme que sera muy pelegrosso / pera o governador / e pera as coussas que são guanhadas / pera se perder mais asynha parece me que he este bom camynho que diguo que ssua alteza acudaa / ao que lhe parecer mays seu seruiço.

(8) item ho seu governador ha mester com hos taes homes muy conffyado e comffiar muyto de ssua pessoa / e se o não ffor / os do conselho daguora e elle de cada vez deytara hũa guaRocha ao touRo /

(9) item e se tyver os homes que diguo com credito de sua alteza / quando lho pergumtar dyrlho ão / e quamdo não dyr lho am / como he Rezão que Cay no que mays ffor seu seruiço e desta maneyRaa ho governador sera desscamçado e ssua alteza seruydo e as Cousas da Jmdia andaRão de maneira Como as outras partes co ho bom comselho se guoverna e creçem / e nom se perdem hos taes homens esscolha ssua alteza / emfformase delles que seJão sessudos e se lhe pareecer que na Jmdia os não haa / mamde os de portugall /

(10) item Eu diguo por mym a huso / de Ruy bareto / os malles muytos ho dizem / os bens nyguem / e portamto dygua a ssua alteza que poderey dezer neste tempo daguora Como dyxe ho gramde Capitão goncalo ffernandez que hera pera muyto / que lho tyuese em segredo / em ssua mosydade antees que ffose encareguado / e Eu diguo por mym Ja velho de vymte e tres anos Na gueRa e nas coussas da Jmdya que todas per mym passarão / dos bens / e males dos guovernos com que me cryey / asy na gueRaa com ssuaas bamdeyRas / como em seus guovernos de o ffazerem bem e mall e muyta verdade / e pouqua e tudo me fficou em memoRia lembrar me ho bem pera vos servjr / os deffeytos pera me guardar deles / as teRas e sores [15] e Reis pera a cada hũm dar ssua medyda pera que os Comserve Na hobedyencya / e mamdo de ssua alteza pera que sejaam seus amyguos Com aquela condicão / de proes e percalços com que os aveens de tomar / pera nobrecerdes / as teRas / omde vossas ffortallezas terdes / Como majs larguamente nessa Carta gramde que ho veador da ffazenda Mamda Na ssua vya / ou na Caravella apomto tudo Como convem a seu seruiço /

Asy tornamdo a mynha concrussão Eu diguo por mym que ssua alteza não me avya dacuxar em coussas tão pequenas Como são ffortalezas somemte em gramde enxergyto quando hos homes naçem hũs são para hũa coussa e outros pera / outras / quamto mais a cryação do que apomto neste capitolo / em que Eu nacese em bayxa Roupa os enxergytos não são somemte pera queles que ho bem hão de fazer como os botycayRos bem ffazem hũa purgua / pelo ensyno e cryação que dysso tem /

(11) item Eu esprevy per allgũas vezes a ssua alteza que allgũa ora lhe avia de toquar allgũa pomtada as quaes quem na tem semtyas

(15) Senhores.

e pede samgrya Ou Coussas pera lhe tyrar / a dor / a quall pomtada ssua alteza semtiRa / que he a vymda dos turquos a Jmdia / porque elles heRão Jaa embarquados em setemta guales de ssuhes / herão partydos Ja tres jornadas camynho de juda / daly fforão chamados polo gramde turquo / tornarão a dessembarquar varaRão seus navjos ffazião ajmda trymta / allgũs gualyoes pera trazerem mantymentos /

Esta obra ffoy de deus mylagrossamente porque na Jmdya nom avia novas deles de ssua vimda e os portugueses são Neste ffeito dos turquos e Rũmes / Como Sam tome que não creo ata que não meteo a mão no lado de crysto noso Redemtor / asy os portugueses Não no hão de crer senão quamdo os vyrem todo noso deitado he cada ano dizem que vem / numqua hão de vjr / a quem doey ho demte vay avemtuça / que sera ssua alteza / que acudyra ao que tamto lhe vay / ysto he a pomtada que doy estaa fazemdaa he de ssua alteza e nom he de seus pryvados poys per seu conselho não provestes a jmdya loguo de jemte homRada / seus cryados e navios / pois ho papa o fez a saber a ssua alteza que armava ho grão turquo sobre a Jmdya de ssua jemtes e ffortallezas / dyxe na mynha terra que quem dorme / dormem lhe na ffazemda /

(12) item ssua altesa tynha tall Nova e esprevia que a jmdya que lhe mamdase nouas certas e que proverya Com jemte passava ja hum / anno / quamdo ffose Requado a ssua alteza hera ja outro quamdo socoRese / coRya jaa em outro e os Rumes andauão ja na Jmdya com cem guales e per Respeito de provysão / sey que era do allguarue / ou arzyla / ou tamgueRe symco myll leguoas de portugall e muytas pesoas não passão as armadas /

portamto diguo a ssua alteza que nom se ha de ffazer forte quando hos jmyguos coRem somemte na paz pera elles lhes nom ffazerem nenhũ nojo e quem haa de saltar gramde salto haa de vjr de lomgue /

(13) item ell Rey dom Rodryguo per desscudo do seu povo e jemte das armas que avyão mester quamdo quys dar batalha achou se com jemte sem comto e com pãaos Nas maos fferados pois veja sua altesa o que lhe compre pois estes homes jaa heram partidos tres jornadas de ssuhes tornarão a varaar a armada / ffazem / mais trimta / navios / nom sey sesão gualyoes / ou guales / pois Como armada estaa ffeita quamto a jemte de cada vez se podera embarquar e por tamto proueja Como ffor seruiço de deus e de ssua altesa /

(14) item Eu esprevia a ssua alteza per exempro e dizia que elle com as coussas da Jmdia avia de ser como homem que se tymya trazer

sempree espada na symta para seus ComtraiRos / os quaes homes que se temem maa Rezão darão quamtos comtraiRos saltarão com ele de dizer que não trazião espada ou armas não lhe deve de ser louuado pois (amda avissado dos seus jmyguos) pois mais diguo a ssua alteza que he mais de louuar aquelles que se nom teme que possa dizer que hũa ora / haa homem mester a ssua espada por se nom saber estaa ora / tra la sempre omde lhe çaffa e Rompe ho seu pelote / pois / os que se nom temem trazem pera o que diguo / quamto mais ssua alteza que despois que a jmdia he desscoberta ateguora sempre se temeo de seus ComtrayRos por tamto lhe convem trazer sempre poder no mar pera que possaa dar batalha sem Reçeo / com ajuda de deus / a seus peryguos e por Eu ysto emtemder / ho atraz e o diamte era Eu comtrayRo dafomso mexya e doutros homes que lhe eesprevem que tyrem o soldo aos homens e que ssua armada em trazer tamanha fforça que he esscussado por guastar muyto e não sendo asy somemte per provizão podies guastar menos /

(15) item e elles não oulhão as gramdes coussas nom se podem soster nem guovernallas somemte com gramdes despessas e guastos pera dos jmyguos / ffazer amyguos pela fforçaa que vem do seu poder ser gramde e muyto ho que não sendo asy fficaram jmyguos e per muytas partes affromtarão as coussas de seu seruiço que não tomarão asemto pouquos homens oulhão ysto somemte per dous / e tres vallem symco / syffra leua dez e guoverna na jmdya cada hum como he encrynado / e lhe parece que nysso ho pode sastiffazer que lhe Reçeba em seruiço o seu bom emtemto e cuydado e ysto he ffalço

(16) item portamto lhe esprevia Eu que a Jmdia que he comparada a molher muyto fermossa guaryda em estremo com que os homens por ella se perdião / em ssua alteza / era marido velho que ellas pouco querem e como ysto asy ffose dinyes de ser syoso e muyto aRicyoso dela / ho grão turquo a muyto a deseja os outros Reẽis cristaos gramde cobica vos tem nestaa molher que he a Jmdia e por tamto vede o que vos compre nom he tempo de provyzão pois a coussa se haa de por em batalha / que as vezes os perposytos são hũs e as ffĩ (16) muy dessviadas para gramdes males portamto mamday Jemte e nauyos e armas e artelharia e homens de bem porque hos outros alejabebes / he Jemte sem verguonha não serve de nada.

(17) item afomso mexia oulhaua o que guastaues e não oulhaua / ao atraz ho proveito que ssuas jemtes nestas partes per seus essforcos que os Reis e senhores são seus amiguos e doutra manejra per pouquidade são jnymiguos mortaes e outros homes que Cuydão que em vos

(16) Ffins.

esprever que em cortes os guastos que vos elevarão manasynha hũa ffortalleza nas mãos / ho seu aço he ffraquo tamto que se dessffecha calhe ho vyroute aos pens tem pequenos anymos de comservar / e comquystaar que são duas / defferente hũa da outra / e a deus / som pertemce / ou que naçe com a tall estrela / e portamto / os comselhos são de muytos e acertão bem

(18) item tornando a mynha concrusão de cuidar que eRo em lhe esprever pojs de mym / não tem lembraça nem menos credito me pode dar / espreverão me de portugall hũ homem que tem careguo de mynha ffazemda a quall estaa / empenhada por dous myll cruzados / eu esprevy a ssua alteza que se lembrase de o qua servir / em guastar mosydades e ffazendaa e por / mynha pesoa em Rissquo pelo servjr que hum Reaall que guanho sam com myll guotas de samgue e com a camdea na mãao / tenho ffazemda na cassa da Jmdia ssua alteza / não me quer mamdar pagar / mynha ffazemda perdese anda em pregam por ysto vejo / ho pouco credito que amte elle tenho poys o meu me nom mamda paguar pera que mynha ffazemda se não perqua he mylhor morer / beyJarey as Reas mãos de ssua alteza mamdarme paguar pera que me desempenhe / cuydey que ssua alteza que me ffazia merçee pera me dessempenhar e quamdo fose a portuguall que achase / omde por a cabeça pojs fficou de meu pay e he a vos em tudo he pera vos servjr

(19) item Ell Rey seu padre que samta gloria aJa mamdaua ffazeer hũa ffortaleza da bamda durmuz / amtremememtes que nam entrase leuase cem myll Reis / ssua alteza / mamdou que se nom ffyzese não mos querem paguar ffiquo com doze mjll Reis haa todo este tempo / aja Respeito / ao servjr e mamdar que mos paguem porque doutra maneyra de todo estou prove e destroydo / em guoa guastey nom ffiz nenhũ proveyto por vos servir / mynha yda a mallaqua acabey de me perder por tudo ser no ar / ffuy na ydaa de dyo / omde em de todo me perdy / depois achalle ho outro tempo que nom ffaço senão guastar peço a vossa alteza / que lhe doa ho coracão dũ homem que tão bem vos serue / e tão pouco tem / com doze myll Reis vos posso / Eu servir Jornall de villão Rojm / e servjr vos de mym de ffidalguo nobre / que nom ha envejaa aos capitaes passados de gramdes ffamas / pera tudo são No que ssua alteza se me de mym quiser servir pera as gramdes e de emportançya / as pode de mym Comffiar e as pequenas são pera os outros /

Ajude me sua alteza pera o que Compre a seu seruiço porque se elle soubera ffalar dias o / que Eu forra / agraduado de gramde capitão / Eu tenho boa / anymo e premdy bem nestaa seria no ffeito

das armas / seruyvos de mym amtes que mouRaa nas Coussas gramdes e veRaa ssua alteza que talhos lhe dou / a seu seruiço para Crecemtamento do seu Reall estado /

Não esprevo majs a ssua alteza somente que noso sennhor lhe crecemte e estemda muytos aNos e dias de vida pera estaas partes senhoriar e as que são guanhadas conserva las per omde deus seja seruido e ssua madre samta maria / e seu Reall estado acrecemtado / aos xxiij dias de novembro de 532.

bejo as Reas maos de sua alteza.

Pedro de Faria

DOCUMENTO N.º 3

Torre do Tombo
Corpo Cronológico
M. 60. Doc. 28

Semhor

(1) hũa carta me deram de vosalteza em que me diz que na carta gramde de minhas Repostas me faz memçam dela / e nesta me fala largamemte açerca del Rey de cambaya e de seu tisouro / e me diz que por ser cousa de tamanha calidade / cree vosalteza que me ficara Rezam quedar de tamanha ocasyaom como o tempo offereçia de voso seruiço em lamçar maom por aquele tesouro / pois pareçia que deus ho trazia aly pera se despemder em seu seruiço e bem da cristamdade sem se fazer agrauo ao dito Rey pois se lhe podera bem mostrar / que o querya pera o que lhe comprya e que jsto nam podia atrebuir a meu esquçimento *(sic)* porque em tamanho caso nam podia ser / mas aver caa outras cousas com que nisto nam pode seruir vosalteza como hera obryguado / e que comfia de mim / que lhe darei boa comta e Rezão do porque o nam fiz e que asy lhe desaprouue de nam dar Rezaom a vosalteza da pratica que com el Rey tiue quamdo me dise que folgarya de lhe vosalteza mamdar çimco mil homens / e que pareçe que se comvidava / a lhe eu pidir o que pera yso era neçesareo se avia mister e que parece pois mo ele cometia que naom terey a Reposta que me dar pois me pedia / e que ao menos / quamdo mais dele nam podera tirar / ouuera de poer o dinheyro que pera yso se ouuera mister em lugar seguro / e que nam podera faleçer ha vosalteza pera paguar as despesas que se aviam de ffazer pera nam dar a dita gemte e que jsto era ajnda ho menos pola neçesydade que dela tinha /

(2) item a estas cousas que me vosalteza escreve e outras muitas folguara eu de lhe dar comta e Rezam por minha pesoa porque como lhe ja tenho escryto algũas vezes que as cartas nam tem Repricas se lhe

querem arguuir nem eu laa nam tenho defemdedores as minhas cousas / mas prazera a deus que me leuara laa e emtam podera vosalteza ser milhor emformado de meus seruiços do que agora mostra que o he /

(3) item diguo semhor que quamto aos sete comtos douro que lhe diseram e eu escrevi a vosalteza que el Rei saluara de champanel e trouxera a dio he verdade que os trouxe / e porem pois vios as minhas cartas / e na carta gramde me faz memçam e Relata tudo o que lhe ca tinha escryto / Ja deue de saber caom espedaçado ele era / he como foi leuado pera meca / e por cuJa culpai de que ouuera dauer algum castiguo e Repremsaom pera emxempro da gemte da Imdia / mas deixo de falar nisto por que Jaa vejo que as culpas dos outros homens diamte de vosalteza saom veniaes e em mim nam taom soomente as culpas mas ajmda os seruiços se tratam como pecados mortaes e torno ao preposyto do dinheiro pera dar comta meudadamente que he o que se dele fez /

(4) item diguo semhor que com ho gramde aReçeo daquelas cartas que escreueram a el Rey de cambaya de que Jaa escrevi a vosalteza / mamdou pera meca tres comtos e meo douro e a mor parte ou casy todas suas Joyas jsto comfesado por ele / e sabido por todolos seus capitaes primçipaes porque niso se fez toda boa deligemçia pera se saber meudamemte /

(5) item A seu sobrynho homiram deu hũ comto e meo douro e que se fose as suas teRas de açerbampor / e fizese gemte e se fose ao Reino do mamdou como ho ele fez e tornou a cobrar a çidade de mamdou omde esteve ate morte do dito Rei de cambaya /

(6) item houtro comto douro deu a hũ Rao Rahom seu tio jrmaom de sua may pera que se fose a fortaleza de Junager e lhe fizese gente dos Reis butos e toda outra que podese lhe tiuese prestes / asy semhor que eram por todos seis comtos douro os que tinha lançados fora de sua maom os quaes eram fora de dio / amtes que eu a ele chegase / hum soo comto que ficaua gastaua ele dele / e fez merçes aos capitaes que se a ele acolheram que vinham desbaratados da gueRa e comprava cavalos e fazia se prestes pera tornar ha pelejar com os moguores e esta he a comta do dinheiro / e poys eu tenho tam pouco credito amte vosa alteza / folgara / de lhe mandar Jsto per enqueryçam / mas nam no ousey fazer porque as testemunhas aviam de ser mouros e nam lhe quis dar a emtemder ouuera em nos algum mao pemsamento e porem se vosalteza mamdar que se faça far se a porque jsto pasa çerto na verdade /

(7) item quamto ao que vosalteza diz / que pareçia que el Rey se comvidaua pois me pedia gemte a me dar este dinheiro / que se avia mister pera vir do Regno / se vosalteza me haa por tam Joya que se podera jso ffazer e que eu o nam fiz / e tiue esas praticas sem lho Requerer / e ffazer niso tudo o que pude / nam he neçesareo ter me vosalteza tamto tempo nesta teRa e porem a mim me pareçe que eu lho escrevy e lhe dey diso comta em minhas cartas / e se o nam fiz serya por minhas doemças / e tambem por me pareçer que omde hya symão fferreira que a tudo foi presente / que vosalteza lhas pregumtase e quisese saber dele / e cuido eu que asy deste negoçeo em que ele amdou como de todolos outros da Imdia / nam achara vosalteza homem que digo lhe dee milhor Recado e almda que ele tivera culpas tamanhas per que mereçera ser emforcado ao menos amtes de o emforcar / deuera vosalteza de querer saber dele cousas tamanhas e que tamto compryam a seu seruiço como sam todalas da Imdia / mas pareçe que ha outras cousas que eu nam quero nomear que fazem çarar [17] ho caminho a tudo /

(8) item tornam do semhor ao preposyto / diguo que pedir el Rey de cambaya gemte eu ffui o que o lamçei nele / per caminhos e per vias encubertas pera ter ocasyaom / de lhe pedir dinheyro pera jso / e quamdo me niso falou / eu lhe puus diamte ho lomgo caminho que avia daquy a purtugual / e quamta necesydade avia / de sualteza mamdar / hũaa gramde soma de dinheyro / pera as gramdes despesas que se aviam de fazer / asy de muitas naos e mamtimemtos como de outras cousas neçesareas / pera, cimcomil homens que ele pedia / e que me pareçia que pera ysto ho menos que se poderyam aver mister heram dous comtos douro / e que oulhase caom pequena cousa era pera hum Rei taom gramde como ele / porque tamto fazia ele de merçes em mui pouco tempo / e que com estes homens nam taom soomente / se poderya vimgar dos mogores mas ajmda lhe ficava poder ganhar de suas teRas com que fose satisffejto e estas lembramças nam lhas fazia com me pareçer que vosalteza lhe tomase laa seu dinheiro / mas pera que coo ele podese por na jmdia muita gemte a custa del Rej de cambaya com que podese ganhar muitos tesouros e teRas e soster esta que lhe tamto tem custado /

(9) item alem disto lhe dise mais que eu Yrya em pesoa coo ele e lhe armei todolos castelos de vemto que lhe pude armar / e que deuia de mamdar hum embaixador seu com este dinheyro pera ver como se gastaua / e lhe dar diso comta meudamemte e o que sobejase lhe comprarya em armas e cousas de gueRa pera que se aproveitase delas a

[17] Cerrar.

saber selas de caualos e aparelhos pera eles e lamças e couraças e outras armas pera dar aos purtugueses / e que emtamto mamdase comprar dous mil caualos e os tiuese prestes / porque dous myll purtugueses a caualo nam avia cousa que se lhe tiuese diamte e ysto naom tam soomemte o falaua com ele / mas com todolos seus capitães trabalhaua que lho acomselhase / e ate sua may que me chamaua filho / eu lho mamdey dizer per muytas vezes / e metia em cabeça aos seus pryvados / que pedisem esta embaixada porque seryam os mais Ricos omems do mumdo / e a samtiaguo que eu tinha por muy Roym pesoa trabalhey que a pidise pera que ele apresase el Rey / e ele trabalhou niso tudo o que pode / e se ele fora viuo ho podera bem dizer /

(10) item ho que pude tirar del Rey nam foi outra cousa se nam que ele nam estaua tempo pera poder mamdar / porque tudo tynha perdido e destroydo / e que nem pera mamdar vosalteza algũa cousa nam tinha taom soomente hũa Joya que valese nada / e hum anel me deu que eu aynda tenho em meu poder que nam sey se ualera tres mil pardaos he ele me jurou per muitas vezes / quamdo se quis jr pera meca que nam tinha mais de seu que oito crus que sam oitoçemtos myl pardaos e que tambem me dise samtiaguo / e asy o dise o Rao a garçia de saa que tambem lhe lamçei pera saber diso a verdade e tambem cogeçaffar que muito diso sabia mo Jurou per muitas vezes e aJmda saffirmaua em menos e bem se vio agora no tesouro que tomaram os moguores que estaua todo fora de dio que asy pelos mesmos mogores como polos guzarates soubemos çerto que nam acharam mais de seisçemtos e çimcoemta mil pardaos /

(11) item asy semhor que a comcrusam que tomou comiguo foi dizerme que nam tinha nenhum dinheyro mais que aquele que me dezia que era muj pouco pera que podese mamdar pola gemte nem menos tinha das suas joyas que ele Jaa tiuera muytas e muy boas pera poder mamdar a vosalteza pois lhe avia de mamdar embaixador / mas que ele se obrygaua a pagar soldo aos ditos cimco mil homeens do dia que chegasem a Imdia por diamte / e que darya loguo a vosalteza as teRas de damaom que valem çemto e tamtos mil pardaos e asy lhe darya o porto de chaul com todas suas tenadaryas e enquamto este nam dese porque era do Inaza maluquo que ele darya sasemta ou setemta mil pardaos demtro em dio na sua alffamdegua que he outro tamto como Remde chaul Isto e o que dele pude tirar e o em que asemtou comiguo /

(12) item Estas sam as cousas que pasey com el Rey de cambaya e crea vosa alteza que ele nam tinha dinheyro pera poder mamdar / e que ho tiuera que o nam ouuera de fazer / porque a nenhũa

cousa querya moor mal nem se avia por mais emjuryado que de nos outros pela gueRa que lhe sempre fizemos e vio se arder amtre dous foguos / hum era os moguores por teRa /outro era saber que eles mescreueram / e que nos aviamos dacudir por mar / e tomar lho e nam no deixar jr / e que nam ffizesemos mais que lhe defemder os mamtimemtos em quoatro dias eram Remdidos pelo qual ouue por milhor ter nos comsyguo / que nos ter de fora por ymjguos porque lhe parecia que cada vez que nos quisese botar fora de dio que o ffarya sem muito trabalho / e de nenhũa cousa foi tam espamtado como de ver a fortaleza tam forte em tam pouco tempo domde comcebeo todolos hodios he malqueremças e daqui me nam falou quamdo se foy he me mostrou gramdes descomtemtamemtos / e começou todalas traições que por outra carta escreuo a vosalteza / este e ha comta do dinheiro del Rey e das praticas que coo ele tjue /

(13) item quamto ao que vosalteza diz / que parece o delaa / que se podera tomar este dinheiro a el Rey sem se diso agrauar fazzemdo lhe crer que se querya pera o que lhe a ele comprya / nam sey a quem pareçeo / que se nam agrauarya el Rey de lhe tomarem ho seu dinheiro porque a hum omem muj baixo em lhe fazerem força hao por mui graom cousa / quamto mais a hũ Rei tam poderoso e tam soberbo como este era que lhe parecia que nam avia Rei no mumdo que com ele se podese comparar senam o turco / ao qual nunca quis escreuer / e mamdaua lhe embaixadores sem carta por nam virem ao pomto de como lhe escreverya / ora parece a vosalteza que a hũ omem como este que ouuera Rezam que lhe dar tomamdo lhe o seu de que se ele comtemtara / pois tomar lho por força nam sey como ho poderamos fazer / que eramos mui poucos e eles eram muitos porque toda sua força ali estaua e todolos capitaes aly eram Recolhidos com suas molheres / e a todos lhe aviam de pareçer / que os aviam de matar / e aviam de peleijar por saluar suas vidas / e que nos deus dera uitorya comtra eles / nam creo eu que a ouueramos tam leuememte que ela nam fora tam samgremta / que poseramos em comdiçam de perdermos o que tomaramos e muito mais a Ymdia / ora olhe vosa alteza que fora se nam acharamos tesouro hou ho naom poderamos tomar / omde nos acolheramos / porque alem de sermos muito poucos / e avidos por ladrões que maneira fora a nosa nesta teRa poucas forças tem vosalteza nestas partes pera cometer tam gramdes feitos /.

(14) item Ajmda lhe digo mais que posto que soubera que tinha todo dinheiro e que lho podera tomar / nam sey eu como cometera taom gramde traiçam / a hum Rei que me tinha dado çem mil cruzados de Remda pera vosalteza e hũa fortaleza em dio que era começo de ser

todo seu por mal hou por bem e tamtos cometimemtos damizade e outras cousas que querya fazer por voso seruiço / certo que em meu coraçam nam podera emtrar traiçam tam gramde nem em minha linagem numca ouue homens que ha fizesem / eu sennhor moRer por voso seruiço a Iso amdo sempre mui avemturado nestas partes e ofereçido aos trabalhos vendo me cada dia amtre muitas bombardadas e espimgardadas he com muitas doemças que sempre tenho / mas fazer feito tão mao e cousa de tamta vergonha nam crea vosalteza que o ffarei amtes me parecia a mim que se eu tal fizera que vosalteza mo estranhara muito e me dera por Iso hũ mui gramde castigo que heu o semtira e fora emxempro a outros mujtos /

(15) item E devese vosalteza lembrar que em todos seus Regimentos que me tem dado / quamtas vezes memcomemda que seja guardada ha verdade asy que se guardara em cousas pequenas dum mercador / e nam as dum Rei taom gramde em que todo o mumdo tem os olhos / çerto que eu cuidaua que ho moor seruiço que eu neste negoçeo fizera fora / por que em todos os negoçeos que eu tiue com el Rei de cambaya / numca se em mim sentio pomto de cobiça porque se a eu tiuera / eu tiuera tamto dinheyro / quanto eu soubera deseJar por que asy mo mamdou ele prometer / he esta verdade lhe tiue sempre emquamto nam tiue certeza. Jmteirade suas Ruimdades e trayções e como disto ffuy çerteficado emtaom ho matei e morera na demamda que pera yso hera detreminado /

(16) item Eu sennhor estou mui espamtado desta carta que me vosalteza escreue / porque eu sempre nele conheçi tamta vertude e tamta bomdade que eu creo que as merçes que nos deus tem feito na Imdia nam he por outro Respeito / porque çerto que he hum dos gramdes milagres que no mumdo haa / soster se esta teRa comtra tamtas gemtes e tam Ricas e tam grosas como nela haa com tamta fraqueza como nos caa temos /

(17) item E Jsto tudo eu çerto asemto em mim que nam he se nam pola mui boa temçaom e boons deseJos e vertuosos que vosalteza tem / e lhe quer deus paguar nesta teRa com tamtas vitorya se e tamto acresemtamemto de senhoryos e destado /

(18) item Esta carta atrebuyo eu aos muitos negoçeos e gramdes cuidados que laa haa perque vosalteza nam pode ver ho que escreue / e eu tenho laa tam poucos amiguos / que por des fazerem em meus seruiços leuamtam estas cousas / tamto comtra voso seruiço / lembre se vosalteza que saom sua feitura e mais de sua criaçam que nimguem /

e que me escolheo pera me mamdar caa / e que estas cousas / e minha comdiçam me obrigaram sempre a fazer o que devia / Eu sennhor o tenho seruido de maneira nesta teRa que quamdo de caa for nam lhei de pedir perdaom se nam merçes / que lhe mereço muitas / por mais mexerycos que lhe laa diguam nem lhe de caa escreuaom outros / cuJas vidas he custumes nam escreuo a vosalteza porque nam he de minha comdiçam / a vida e Real estado de vosalteza noso sennhor acresente per lomguos dias de vida a seu santo seruiço de Sam mateus a dous de desembro de 537

feytura de uosallteza que suas Reaes mãos beyja

Nuno da Cunha

DOCUMENTO N.º 4

Torre do Tombo
Corpo Cronológico
Parte I, M. 60, Doc. 37

Semhor

(1) Eu escrevi a vosalteza de demtro de dio per duas vias a morte del Rey de Cambaya e do que niso pasara foi hũa por hum lionel pireira que foi do comdo almiramte que cuido que he de vosalteza e outra por hum que se chama Isaque do cairo e porque he caminho por teRa nam sey caom seguro serya lhe quero nesta tornar a dar comta meudamemte /

(2) item El Rei de cambaya toda sua temçam e desejo era deitarnos fora da Imdia e as naos todas que vieram do estreito soube por elas como se carteaua com ho graom turco pera que lhe mamdase gemte e armada pera o poder fazer e que pera Jso lhe oferecia seu dinheyro asy o que laa tinha como todo ho mais que fose neçesareo e tambem pera Jso ofereçia a sua armada que ele quaa tinha que era muy gramde estas nouas como Jaa escrevy a vosalteza soube per bocas de quamtos omens de laa vieram asy mouros como Judeus armenios e todalas outras gerações e alem do que hordia com ho turco ele fez aleuamtar e quebrar as pazes a el Rey de calecut e se tinha carteado e ffeito amizades com os semhores do da quem [18] porque o Jdalcaom per seu Recado tinha maom nesta gueRa da terra firme pera nos dar caa em que emtemdesemos os semhores do da quem porque o Jdalcaom per seu Recado tinha maom nesta gueRa da terra firme pera nos dar caa em que emtemdesemos

[18] Daquem.

pera ele laa milhor poder fazer suas cousas tambem o praza muluco veo a chaul com detreminaçam de o çercar mas vio que niso podia ffazer pouco e emtam se tornou / e asy el Rey de xael por suas cartas cativou os purtugueses e lhe tomou suas fazemdas e tudo Jsto estaa craro e sabido polas mesmas cartas /

(3) item quamdo eu jsto vy e soube pareçeo me cousa mui neçesarea a languar a guera das teras firmes e fazer niso o que podese pera acudir a estes [10] e atalhar lhe amtes que mais fose detreminei yrme a dio e queimar lhe sua armada e tomar lhe artelharia e sobryso auemturar tudo o que se podese avemturar porque se este ano se nam fizera quiçaa que pera o outro se nam podera fazer porque ele tinha despejado toda a çidade de sua fazemda e dinheiro e detreminaua de tirar toda armada e artelharya e pola em parte que podese dela fazer ho que quisese porque dali nam avia que o faria tam leuememte .

(4) item com esta detriminaçam parti de guoa com açaz pouca gemte porque nam ha omem que queira Jaa embarcar com o seu gouernador nem menos queira peleiJar nesta teRa e Jsto tudo denaçe de cousas que nam sam pera escreuer / se me deus leuar a esta teRa eu as direy a vosa alteza e nam pode ser que me nam dee mais credito do que todo este tempo faz ha minhas cartas / e alem disto parti eu tam doemte que lhe çertefico que seis dias nenhua cousa memtrou pola boca se nam duas colheres de caldo de galinha e ysto aynda com muita pena e porque vosalteza nam cuide que lhescreuo ysto por negoçeo nem por deyxar de o seruir lhe mamdo diso hum estromemto e de caom mal macho de quoatro anos a esta parte e de caom morto vim de dio detreminamdo Jmuernar laa como lhe tenho escrjto /

(5) item asy como digo parti desta çidade e cada vez que me mais hia chegamdo a dio achaua a noua mais quemte das maldades del Rei e suas traições e com Jsto me certeficauam que detreminaua de me matar a mim e a todolos mais capitães que podese e os que mais mitigauam ho caso deziam que nam era se nam premder me e mamdar me ao turco e pera me acolher a sua vomtade teue comigo todolos comprimentos que podiam ser com me mamdar visytar ao caminho he dizer mil beens de mim nam avemdo quoatro dias que dezia todolos males por lhe nam querer comsemtir fazer muro amtre a çidade e fortaleza segumdo era capitolado no comtrato que coo ele fez / e eu tambem como de tudo fui çerteficado Juguei lhe polo seu joguo com numca soltar palaura comtrele se nam que meus deseJos eram serui lo e a Jso hia e

[10] Ilegível.

quamtas mais cousas me deziam emtam me fazia eu mais seu servidor sem numca dar diso parte a nenhũa pesoa porque verdadeiramemte nam matriuia a fialo de nimguem porque çertefico a vosalteza que aJmda bem nam pratico hũa cousa com todo Resguardo que poso e com Juramemto aJnda nam se pratica quamdo Jaa he descuberta que he mui gram perJuizo pera voso seruiço e pera as cousas da gueRa e daqui nam tiro nenhũa pesoa porque Jsto Jaz em todos do mayor ate ho menor e com eu jsto asy ter guardado e desymulado que numca mo nimguem emtemdeo se segurou ele de mim e tinha bem asemtado que me tinha bem acolhido pera o que ele querya fazer /

(6) item chegamdo a costa de dio veo a mim samtiago com cartas del Rey mais pera ver minha detreminaçam e a gemte que trazia e asy armada que outra cousa nenhũa / este me começou a descobrir parte da sua maa temçam vam mui craro porque ele era Roim pesoa mas he que amdaua deRamado dise o tambem / que eu me deuia de guardar del Rey porque como tiuese unhas que mavia daranhar e que soubese çerto que nenhũa cousa tamto deseJaua como lamçar nos fora da Jmdia e que verdade era que este ano ele estaua fraco mas que como podese que ele o farya e nam tam soomemte deste mas doutros muitos mouros fuy avisado e Jaa amtes de partir de baçaim me disera hũus homRados que ahi estam primçipaes e seruidores de vosalteza que me guardase del Rey porque eles sabiam çerto que ou maavia de matar ou premder /

(7) item E ao primeiro lugar que cheguei da costa de dio me mamdou avisar o primçipal mouro dele que me guardase del Rey e que tam soomente me nam vise coo ele porque tinha Jaa despeJado a çidade e tirado dela todo seu dinheiro e molheres com a detremjnaçam que açima digo e amdaua Jaa a cousa de maneira e tam Rota que leuamtaram os seus que nos que vinhamos tomar a çidade pola qual Rezam se despeJaua e ffogia toda a gemte /

(8) item e com ele Jsto saber por mais desymular sua maa temçam se fez que me amdaua aguardamdo e nam quis emtrar na çidade donde era fora algũs dias senam o proprio dia e ora que eu ao porto cheguei e emsorgimdo emtrou ele na çidade e logo me mamdou visytar / a este tempo estaua Jaa comiguo manoel de sousa de quem meudamemte soube suas traições porque ele se tinha delas bem emformado por estar mais ao pee da obra /

(9) item Eu como digo a vosalteza cheguei muito doemte e quamdo vy sua visytação fiz me muito mais pera ter Rezam de nam sair aquele

dia e tambem pera ver ho estado da teRa e tomar comcrusam no que deuia de fazer porque aJmda nam eram chegados hos capitães com que sobryso auia de tomar comselho /

(10) item tamto que vi seu Recado eu lhe mamdei laa manuel de sousa pedimdo lhe perdam de logo ho nam poder yr uer e seruir porque vinha muito doemte e que asy partira Jaa de guoa a seu chamado e que ao outro dia se a doemça me dese lugar lhe Jrya beiJar as mãos e em chegamdo a ele manoel de sousa como vio meu Recado lhe dise que ele me querya loguo Jr ver ao galeom de que manoel de sousa ficou muito espamtado e eu muito mais porque omem que tinha tamtas cousas ffalado contra nos e tamto de praça nam se podera crer vir se asy meter comnosco porque alem de Jaa dito que nos avya de tomar baçaim e a fortaleza de dio e outras muitas cousas muito em pruvico nam estaua em Rezam emtregar se asy se deus o nam ordenara pera seu seruiço e o de vosalteza se fazer como devia /

(11) item tamto que manoel de sousa soube dele como me vinha ver mamdou me logo Recado e deu se le tamto a presa por mais desymular sua maa temçam que em o Recado me chegando ele era a bordo do gualeam e foi o negoçeo tam apresado que nam ouue tempo pera falar com omem nenhum nem tomar nenhũa detreminaçam no que devia de fazer /

(12) item Emtrou comigo na minha camara e coo ele oito ou nove capitães dos primçipaes do Reino em que avia senhores de hum e dous comtos douro de Remda em cada um ano / e eu coo ele amtreles todos muito doemte e sem ter comigo mais que dous moços esteve hũ pouco asemtado no qual tempo lhe conheçi mui maos pemsamentos porque as palavras vinham do coraçam e porque lhe pareçia que com sua vista me tinham mais acolhido a sua vomtade se foi e no pequeno espaço que ouue ate embarcar dise a manoel de sousa que coo ele hia que no camynho que de minha parte lhe pedise por merçe que ouuesse por bem fose a fortaleza porque tinha algũas cousas que falar coo ele que compriam a seruiço de vosalteza e seu por ser lugar mais sem sospeita pera o poder fazer porque aly fazia eu comta que o poderya desaposar da sua armada e artelharya porque com Jso podiamos dele ter menos aReçeo /

(13) item Imdo ho asy acompanhamdo Manuel de sousa em hum catur e outros e sua companhia quamdo vio que era tempo lhe dise per santiago meu Recado da maneira que lho eu mamdara ao qual ele Respomdeo que de mui bom vomtade e chamou manoel de sousa que emtrase na sua fusta o que ele logo fez e em semdo demtro mamdou el Rey que

logo o matasem os nosos que coo ele hiam como ho asy viram algũs se lamçaram demtro na fusta del Rey em que foy antonio cardoso e pedraluarez dalmeida e asy estes como os dos outros navios se liaram de maneira que el Rey e os seus porderam aly todos as vidas e prouue a noso semhor que ordenou a cousa de maneira que aymda que se niso avemturaram quatro hou cimco omens que aly moreram que foi pera bem e aseçeeguo desta teRa que eu tenho por çerto que com a vida deste omem eramos nosas nela bem douidosas sgumdo as cousas que aqui tinha e se dele depois descobryram /

(14) item tamto que Isto asy foi feito crea vosalteza que tem muita Rezam pera dar graças a noso semhor porque no mesmo dia foy tam esquecido como se numca viuera / eu provi logo na çidade e nos mercadores que eram mujtos e de muitas gerações pera que em suas casas nem naos nem fazemdas lhe fose feito nenhum dano e fez se de maneira que ho ouueram eles pola moor cousa do mumdo e ao outro dia lhe dei logo seguros e sememtregaram de todo asy a çidade como armada e artelharya que era muita e mui boa a qual he para Jaa toda de vosalteza e Jaa por ele saRecadam as Remdas e per seus ofiçiaes que pera Iso puus o que aJmda aguora poderam Remder nam poso escrever verdadeiramemte porque agora começam a vir as naos de meca este veram pasado se podera saber o que Remderam /

(15) item por çerto gramde cousa e muito pera alma del Rey voso pay que santa glorya aJa Recebeu grande contemtamemto se as almas laa o Reçebem das cousas do mumdo saber que todalas mercadoryas que desta teRa vaom pera meca e pera o cairo alexamdrya costamtinopla ate veneza vam aseladas com as armas Reaes de vosalteza e com sua espera pera que em todo mumdo se saiba que Jaa aguora nam soes semhor do comerçio desta teRa senam da mesma teRa de que se deuem daar muitas graças a noso semhor /

(16) item pola çidade ser toda despeJada da fazemda e dinheiro del Rey se nam achou senam mui pouca todavia sacharyam em moedas douro e prata e cobre e com algũa fazemda que se nam pode leuar perto de çimcoemta myl pardaos nam falo aqui em mamtimemtos e cousas dalmazem e monições porque disto sachou hũa muy gramde soma que era muito para espamtar e vosalteza sespante como nos podiamos dormir nem descamsar com tao mao vezinho /

(17) item Artelharya nam digo a vosalteza quamta he soomente que avya na çidade tres bazaliscos mui gramdes e mui fermosas peças amtre os quaes estaua hũ que foy do gram soldaom que Rume caom trouxe quamdo veo os quaes logo foram Recolhidos /

(18) item tambem outras peças de metal muito fermosas e de falcões e berços muitos e mui bõos naa de feRo nam falo porque era tamta que se nam pode comtar e avia amtre la muy boas peças a qual toda foi Recolhida e posta a bom Recado e nestas naos que deus leue a saluamemto mamdo hum deste bazaliscos pera que se saiba com quem vosalteza tem gueRa nestas partes e asy lhe mamdo amostra de cadea que estaua amtre os baluartes e em algũs terços era mais grosa /

(19) item armada era de muitas guales e gualeões e bergamtyys e ffustas muito boas e muito bem aparelhadas e seryam por todas emtramdo aqui algũas naos de cargo muito perto de çemto e sasemta velas descamse vosalteza que de guales e navios de gueRa estamos pera daqui a muitos dias a nosa vomtade e as que loguo achey prestes que mamdei caminho de goa foram treze guales que lhe nam ffazem vemtagem as damdre dorya /

(20) item ficaram em dio çimco ou seis tambem muito boas e asy outros navios pera tudo o que cumprir espero em deus que eu lhe faça pasamte de vimte guales que vosalteza nesta teRa tinha que se nam veJa milhores em nenhũa parte pera quamdo me for ficarem a quem quer que vier afora a fustalha que sera muita e mui boa /

(21) item Eu semhor como lhes escreuy detreminava dimvernar em dio aJmda que pera minha maa desposysam a teRa mera muito comtraira porque me pareçia ser mui neçesareo pera o asemto dela e comseruaçam das cousas que compryam a voso seruiço / caRegou tamto a doemca em mim que estiue a morte com muitos açidemtes que me tiueram sem fala / emtam me fizeram partir eses fidalgos e omens que hi estauam e eles ficaram em voso seruiço com muy boas vomtades que çerto sam dinos de merçe / no desejo de minha estada em dio primçipalmemte era porque se leuamtasem Rey que fose eu tambem nyso e trabalhar por ficarmos amiguos e a teRa asemtada porque desta maneira Remderya ela mais e vosalteza serya milhor seruido /

(22) item E amtes que eu delaa partise se leuamtou hũ cunhado do Rey dos moguores que delaa era vymdo desteRado e amdaua caa com el Rey de cambaya o qual hauya nome mirma medezamaom / e por ele ser omem poderoso tamto que vio el Rey morto a Jumtou muyta gemte e deulhe no tesouro / que da quimtaa de melique era partido domde avia tres meses que ho el Rey de cambaya tinha posto o qual leuaua o Rao que coo ele hia e Jaa estaua sete ou oyto Jornadas o qual tomou e matou muita gemte dos guzarates he como Jsto fez leuamtouse por Rey e veo se chegamdo pera dio atee se vir poor na quimtaa de

melique que sera de dio pouquo mais de hũa legoa e dahi me mamdou seus embaixadores que querya comiguo paaz e amizades o qual pareceo a mim he a todos eses fidalguos que comiguo estauam que era bem que eu fizese porque segumdo os guzarates tardauam em levamtarem Rei nem me mamdar Recado e este omem saleuamtar poderoso que era bem tomar coo ela comcrusam e fazer asemto de paaz porque ao menos quamdo este nam ficase por Rei qualquer outro que viese comprerya o que com este sasemtase e se nam fose em todo serya em parte /

(23) item Eu lhe Respondi que era mui comtemte de querer coo ele pazes e que pera yso me mamdase seus embaixadores ele me mamdou hum seu mestre que o cryara omem em que ele tinha muyto credito e comfiamça / mamdou me por ele dizer que ele detreminaua de ser Rei de cambaya e que sobryso querya moRer e que nenhũa cousa lhe faltaua senam a minha amizade e o meu fauor porque esta era a primçipal cousa que ele avia mester saberem em cambaya que era ele meu amiguo e que de mim nam querya gemte nenhũa mais que a sua Jr e vir a dio seguramemte e dahi leuarem as mercadoryas que lhe eram neçesareas e asy que na oraçam que fazem os mouros a sesta feira fose ele nomeado por Rey de cambaya por se nam poder fazer a oraçaom sem se nomear algum Rey mouro nela e omde ha mouros que nam tem Rey nomeam hũs o xeque esmael e outros ho turquo e outros quem querem /

(24) item Respondi lhe que quamto era ao meu fauor e dar lhe minha amizade que era mui comtemte e que pois ele querya que eu tyvese gemte em dio e estiuese aly que me dese dinheiro pera pagar mamdou me dizer que ho tesouro que tomara que era muy pouco porque nam eram mais que seisçemtos mil pardaos e que ele nam tynha outro pera poder começar a comquistar e que se mo dese que nam poderya ele fazer nenhũa cousa todavia apertei coo ele que ao menos me dese çem mil pardaos deles pera a gemte fose me em me nam querer dar nada e eu puus me em nam querer coo ele amizade todavia comçertou em me dar hũa çerta soma douro que me pareçia a mim que polo peso de dio poderyam ser çimcoenta mil pardaos / e quamdo veo a emtregua mamdou ho entregar por hum peso de champanel que diz que hera ho mesmo do tesouro em que ouue tamta quebra que nam fficaram mais que trymta e quoatro ou trymta e çimco mil pardaos pelo qual estiue de todo pera quebrar coo ele e depois pareçeo me que Jsto que vinha de benese e açeitey o /

(25) item pedio me mais como escrevo a vosalteza que fizesem oraçam por ele e que a moeda tambem coRege corege por ele dise lhe

que era comtemte com algũas comdiçõs de cousas que ma vya de dar que eram as seguimtes / que quamto a moeda que era muy bem mas que em dio aviamos nos de fazer a moeda com suas armas mas que ho proveito que avia de ser de vosalteza esta he hũa muito gramde cousa e de muyto seu seruico como lhe adiamte comtarey.

(26) item asy mavia de dar mamgalor e pate e patane e çumunate e corinal e outros portos que sam naquela costa ate a Jlha do bete que seram perto de sasemta leguoas e pola teRa demtro hũa legoa pera termo dos lugares Jsto lhe pedi por estarem estes portos de mamgalor e cumunate a balRauemto porque nam podesem danar alfamdega de dio que serya gramde perjuizo ao seruico de vosalteza.

(27) item asy tambem lhe pedi que me dese as teRas de damão que estam junto baçaim e he hũa tanadarya que val aymda mais que baçaim e tem muita madeira nestas cousas ouue muitas Repricas e comtrastes todavia mas conçedeo e me deu diso seu formaom e cartas nesta maneira asemtei as pazes coo ele /

(28) item depois de minha partida de dio por caso das doemças que escrevo a vosalteza me vieram nouas como os guzarates fizeram muyta gemte e vieram sobre le com o qual ouueram batalha em que ele lhe matou Jmfimda gemte e por se lhe desbaratar hũa parte da sua que a ele era vimda da que fora del Rey de cambaya foy desbaratado e ele escapou com mil e tamtos de caualo Rompemdo a batalha dos guzarates que dele Reçebera muito dano foise ao Reyno do çimde que he de ul omde se Refez e aguora mescreueo que ele estaua Jaa prospero e que vynha com gramde poder que esperava de ser Rey de cambaya e comprir comnosco as pazes e amizades que comiguo asemtara verdadeiramemte.

(29) item as cousas de que tenho novas que sosederam em cambaya este Jmverno sam que depois da morte del Rey leuantaram ao sobrynho que era homiram por Rey e lhe deram obediemçia todolos semhores e capitaes o qual depois de o ser dahi a mui poucos dias moReo algũs querem dizer que foi de peçonha e outros de doemca tamto que asy foy morto leuamtaram por Rey hum sobrynho de soltambadur filho de hũ seu Jrmão que avya nome leteficam que estaua escomdido em poder de hum gentyo sogro do dito Rei este leuamtado algũs semhores se lhe leuamtaram a ele em que foy hum Jrmão de homjram com as terras de çerbampor e outros com outras muitas ele he moco e ao presemte tem pouco poder / tambem tenho novas que o mogor grande que desbaratou el Rey de cambaya que he outra vez emtrado e tem Jaa

tomado o Reino de mamdou / estas nouas tenho por muitas pesoas e por hũ embaixador seu que amda no daquem que me diz que he verdade que ele tem carta sua em que lhescreue que ele se vem ao guzarate e nela lhe mamda que se venha pera mym porque vem muito deseJoso de minha amizade laa lhe tenho mamdado seguro espero que sera aqui çedo /

(30) item laa tenho escrito a vosalteza como depois da morte del Rey se descubryram gramdes traições e Ruimdades amtre as quaes foram as propias cartas que ele escrevia ao seu embaixador que tinha mamdado ao turco e asy o Regimemto do que laa avia de fazer e tudo asynado de sua maom com sua chapa e nelas lhe fazia memçam como lhe o mesmo embaixador escreuera que tinha jaa oito mil Rumes pera lhe mamdar este ano e agora lhe mamdaua o dito Rey que lhe mamdase mais dez mil e que estes viesem loguo porque os outros ffazia ele comta que seryam jaa partidos dela porque com estes nos querya ele lamçar fora da Imdia o que eu nam ouvera por muito segumdo este omem estaua prospero darmada e artelharya e de todalas outras cousas neçesareas / das quaes cartas e Regimemto eu mamdej fazer asemto he Justificamdo se como comprya pera fazerem fee das quaes mamdo a vosalteza o trelado e os autos que se diso fizeram /

(31) item depois destas cousas todas asy pasadas partiram muitas naos pera o estreito e pera outras muitas partes e ora a ffeitura desta saom vimdas a dio da costa do arabio e dadem trymteçimcoo naos e de Judaa veo hũa e deu novas doutras tres que ficauam pera partir e por que os tempos foram caa fortes nam sam cheguadas a Imdia nam sey se tornaryam aRibar se peruemtura nam parteryam porque nesta que dee Judaa veo vieram algũs mercadores e tambem cartas a cogeçafar em como se laa faziam prestes dez mil homens e se lhe pagaua soldo pera pasarem a Imdia e que as guales se comcertauam a moor presa do mumdo Isto tenho por noua çerta como vosalteza veraa por esa carta de cogeçafar que com esta lhe mamdo /

(32) item asy lhe mamdo tambem o trelado do poder que o turco deu a çelemão baixa a que deu o senhoryo do cairo o que se nele comtem por ele o veraa estas cousas todas sordenaram amtes de saberem a morte del Rey de cambaya / aguora depois de se saber nam sey como se niso detreminara mas todavia eu me faço prestres pera tudo o que vier / e çerto semhor que fez mui gramde mimguoa a esta teRa nam mandar vosalteza este ano a gemte que lhe tinha mamdado pidir porque alem dela ser mui neçesarea faz muito me ter por demtro os ymiguos / e perdoe deus aquem lhe tal acomselhou nem lho escreveo por caom mall

soube ou lhas as cousas de uoso seruiço e porque eu Jsto vejo e ho pouco cerdito que a minhas cartas daa nam uos posso seruir como he Rezam nem a obrygacam de meu carguo ho Requere / nem vosalteza nam se pode detreminar pola deuersydade de cousas que lhes escreuem deuiase vosalteza de lembrar que a dez anos que vos nestas partes syruo e que pola esperiemcia do negoçeo aJmda que mais nam fose lhe podia eu falar verdade e darme credito a minhas cartas por que qualquer omem que o faz nam lhe vay tamto nyso como ha mym pois o carguo e o cuidado todo he meu e se por vemtura laa ha quem lhe acomselhe mamde vosalteza que quem tal ffaz he de caa eu seguro que nam me tache o que eu aguora de caa escreuo /

(33) item porque polas cartas que vosalteza este ano e o pasado mescreve veyo eu caom mal sabe o negoçeo da Imdia que vos faz escrever he aymda que me nũa carta sua diz que em mim tem mais comfiança que em nimguem Jsto nam no veJo eu por obra / e disto me nam daa a mym nada pola que a mim toca porque eu nam tenho feito por omde se leixe de ter gramde credito em mym e em meus seruiços / mas pesame porque nam pode vosalteza ser seruido como eu desejo e tambem nam querya eu que em meu tempo aqueçese algum desastre o que prazera deus que nam seraa e porem lembro eu a vosalteza caom doemte eu saom e caom mal desposto e que doença e desgosto dão mui poucas forças pera o trabalho.

(34) item estes omens segumdo me pareçe nam pode vir a esta terra este ano porque os tempos nam no comtemtem e tambem segumdo tenho sabido sua detreminaçam e ser seu primeiro caminho a orumuz o que eu nam dovido porque a Ruimdade del Rey he pera Jso e pera mais e tenho que os mamdarya chamar porque as gueRas dorumuz todas sam por ele por dar a jso comsemtimento / mas como digo eu me faço prestes comtudo o que se caa pode aver e espero que vosalteza mande gemte como me semhor escreue e se la vier e eles vierem nos nos veremos coo eles e deus e vosalteza seram seruidos tambem mescreveo ho comde de castanheira qu nam mandara armas porque naom poderam vir de biscaya mamdeas porque sam mui neçesareas / artelharya que veo he mui boa eu a mamdo estar aquy em guoa sem se bolir coo ela pera quamdo cumprir soomente mandarey a orumuz mamdarei duas peças desas que tyrão feRo porque sam laa neçesareas /

(35) item Ja escrevi os anos pasados a vosalteza quamto me temia dos turcos emtrarem em bagadaa e por alj tinha muita sospeita que podiam fazer mal aguora me dise dom Jorge de crasto que de laa veo que avia algũa sospeita de terem fustas feitas hũa gramde soma

delas eu nam no creo aJmda guora por caom amedromtados eles estaom de o xequesmael vir sobreles e espera se por Jso / porem comtudo laa tem mamdado o guazil dorumuz paremtes seus pera trazerem a çerteza diso e outros lhe mamdei que mamdase dentro aJudaa pera tambem trazerem nouas çertas.

(36) item pera estas cousas e pera a seguramça dorumuz he mui neçesareo os filhos de xeque Raxete estarem nele porque os parsyos ey eu que sam mui cheos de Ruimdades e trayções e mais sam todos paremtes de Reixarafo / e estes nam tem outra cousa senão ho fauor de vosalteza e a omRa que lhe deram os vosos gouernadores e lhe fazem os purtugueses / torno a lembrar a vosalteza que mamde gemte todavia e hũ bom golpe dela porque he muy neçesarea pera voso seruiço porque coo ele acabareis dasentar todalas cousas da Imdia e que dee credito ao que lhes escrever o seu gouernador mais que a outras nenhũas cartas porque aJmda que ele saiba pouco mais a de saber nos negoçeos que todolos outros homens porquamto lhe niso vay e por quamtas vezes perde ho soso por ffazer voso seruiço /

(37) item aguora a ffeitura desta me chegaram cartas dorumuz em que me dão nouas que eram chegados tres purtugueses que foram catyvos partimdo de napoles e fogjram por teRa e vieram ter a orumuz as nouas que comtaram vera vosalteza por esa carta que de laa mescreueo gaspar pirez escryuam dalffamdega que com eles ffalou algũas vezes e segumdo nela diz affirmase serem verdadeiras as nouas que nela daa.

(38) item tambem mamdo a vosalteza outra carta que mamdou cogeçafar acerca da noua que dos Rumes tinha e asy o trelado do poder que ho turco deu a soleimão baxara Regedor do cairo pelo qual tambem vosalteza pode ver sua detreminaçam / estas cartas e papeys mepareçeo bem mamdalas a vosalteza pera que saiba a detreminaçam desta gemte e caom neçesareo he acodir a esta teRa com o que lhe he neçesareo que he gemte e hũ bom golpe dela porque as cousas sarmão de maneira que sera ela bem neçesarea /

(39) item torno a lembrar a vosalteza que em toladas maneiras do mumdo mande hũa boa soma de gemte e armas — a saber — couraças e corsoletes e lamças e espimguardas e pelouros de ffeRo de toda sorte e ffatexas e amcoras todas as que poderem vir porque Jsto cumpre mujto e caa nam se pode aver tamto quamto saa mister em amtre a gemte venham venham *(sic)* bombardeiros e omens do mar porquestamos diso muy desffaleçidos / a vida e Real estado de vosalteza noso semhor acre-

sente per lomgos dias de vida a seu seruiço de sam mateus a oito de dezembro de 537 /

feytura de uosalteza que suas Reaes mãos beyja

Nuno da Cunha

DOCUMENTO N.º 5

Torre do Tombo
Cartas dos Vice Reis
Maço único N.º 23

Carta de Nuno da Cunha a El Rei

(1) Do estado da teRa quero dar comta a vosalteza / e sera breue porque minha maa desposysaom nam me daa lugar a mais / e comecarey loguo de maluco e diguo sennhor que depois que tristam dataide premdeo ho Rei e mo mamdou caa fez outro Rei Irmão deste / o qual ou por sua Ruimdade ou por culpa do capitaom se leuamtou com ha teRa e ffez leuamtar todalas outras gemtes / de maneira que poos em muito aperto a fortaleza de fome / e de lhe fazerem a gueRa por todalas partes e mataram purtugueses que estauam laa / fazendo cristãos na teRa de [20] e algũs cristaos se Rebelaram he outros porem ajudaram mui bem tristaom de taide com mantimentos a fortaleza ficaua asy milhor porem do que estiuera a primeira como laa vera polas cartas de tristaom dataide / aguora seaa laa amtonio gualuaom que coRegera tudo ou por ventura descoRegera /

(2) Nisto se me vosalteza perdoar dir lhey meu parecer ajmda que por cartas o nam deuia de ffazer por nam cobrar jmiguos porque as cartas que eu de caa escreuo de cousas de seu seruiço que se laa querem ver como lhe Jaa escrevi loguo ao bem e se comprir dar co dedo na lei pera que saiba que lhe falo eu niso verdade heu o farei e as cousas que lhe de caa escreuo nam querya que por elas me dese vosalteza tamtos Imiguos que bem abasta os uqe tenho por defemder voso seruiço e ffazemdas que outros agrauos nam haom de dizer de mim nem deshomRa que lhe ffizese e disto vosalteza tem a culpa porque prouee as cousas de maneira que a mim me nam fica que dar nem com que pague aos homens ho seruiço que lhe veJo ffazer diamte dos meus olhos que naom taom soomemte prouee as fortalezas todas mas aJmda Idas e cousas que caa avia com que os homens se comtentauão e com esa esperamça seruiaom tudo veJo que vem provido por muitos

[20] Espaço em branco.

anos e aJmda sobrysto mescreue vosalteza cartas cartas *(sic)* demcomemdas sobre homens que caa proveJa de carguos os quaes eu nam sey que carguos estes haom de ser pela qual Rezaom todolos homẽs se me desmamchaom este ano e se querem Ir pera o Regno que a noua de quamtos vosalteza laa proveo / e por vemtura pesoas que eles vem que nam tem tamtos seruiços nem calidades como algũs deles / e a pomtarya em pero de farya que fez gramde espamto nesta teRa dar lhe vosalteza malaca / e muito mayor o ffoi em mim dizer se que por minha carta lho dera vosalteza nam sei se lhe lembra que eu lhescrevi que deuia de dar hũa comenda a pero de ffarya e dar lhe de comer que o mereçia mui bem por amçiamdade e por aver muito tempo que amda nesta teRa e alem de com Jso lhe pagar seu seruiço fizera lhe mui boa obra pera sua saluaçam e fora mais voso seruiiço que telo caa nesta teRa / se nam parege me que vosalteza ha por mais hũa comemda que dar hũa fortaleza pois nam devia de ser asy e devia mui bem doulhar a quem nas daa e a que pesoas primçipalmemte aquelas questaom afastados domde esta o voso gouernador / porque se por culpa do capitam se leuanta hũa fortaleza nam se pode socoRer com tempo e pomdela Imdia em comdiçaom cadaora e ffaz pareçer a gemte que tem vosalteza em pouco esta teRa escolha bõos homẽs e os que tiuer por taes tenha os caa e se comprir estem outros dez anos como haa que eu caa estou comtra minha vomtade / porque as vezes o que omem cuyda que he barato say caro /

(3) item leixo sennhor Isto porque vosalteza teraa Respeito ao que for mais seu seruiço e torno ao preposyto de maluco que naom sey nenhũas novas questas que lhescreuo somaryamemte porque as naos de malaca nam saom aJmda vimdas amtes que estas partaom viram as nouas mais çertas do que laa ouver /

(4 item quamto ao Rej de maluco que aquy estaa ho ano pasado lhescrevi como vira os autos que sobre seu negoçeo coo ele mandou tristaom detaide / os quaes vy com ho doutor ffernaom Rodriguez e com martim afomso de sousa e com dom gomçalo coutinho capitam de goa e garçia de saa outros muitos ffidalguos que pera yso aJumtei e a todos pareçeo que por suas culpas ele nam mereçia castiguo mas amtes deixarem no Ir he que eu o devia de mamdar por nam cryar escamdalo e porque eu tinha as nouas do aleuamtamemto da teRa pareçeo me bem e seruiço de vosalteza dete lo caa este ano pera ver as cousas como laa pasauaom /

(5) item hasy sennhor que por esta Rezaom o nam deixei yr estamdo nesta cidade comuersamdo comnosco e vemdo nosos modos e

custumes com que ele muito ffolgaua / pareçeo me bem mamdar lhe dar hũa temta por Jurdam de freitas que de maluco ho trouxe no seu navio com quem ele tem muita amizade polo qual lhe mamdei dizer que ele se devia de tornar cristão porque nosa lei e ffee era verdadeira e que pois Jaa em sua teRa se ffaziam muitos cristãos que era Rezam que o fose ele pera que todos os outros o fosem e a teRa ficase mais ffirme no seruiço de vosalteza pera lhe por Jso ffazer muita merçe e amizade nisto se trabalhou por muitos dias e agora no cabo deste Jmuerno depois que vio a morte del Rey de cambaya e o noso poder ouue por bem tornar se cristão e o he de que eu dou muitas graças a noso sennhor porem meu tempo sacomteçer fazer se hũ Rei cristão e espero eu nele que ffaça muito ffruito em toda sua teRa e deRador pera que vosalteza seja melhor seruido e suas obras pareçaom em toda parte /

(6) item Eu sennhor como diguo ho fiz cristão nesta çidade e ffui seu padrynho e Jurdam de ffreitas outro porque pola amizade e conheçimento o quis ele fazer lhe toda homRa e solenidade que pode ser e o leuei e trouxe de sua casa e o tiue a misa decraramdo lhe todas as solenidades dela e se lhe fez toda cerymonia de Rei de que ele estaa muito comtemte e satisffeito e alem disto lhe mamdei dar vestidos he todalas cousas neçesareas e lhe mamdei acresemtar mais o mamtimemto do que tinha da primeira / Isto porque o quis eleger de muito boa vomtade sem niso querer tomar pareçer damay nem dos Regedores que aqui estaom com ele estaa agora asy prazera a deus que amtes que se vaom o sera a mai e todolos outros que com ele vieram /

(7) item quamto a malaca estaa de paz agora prazera a deus que asy sera sempre nam sey se ffara algum abalo a deffesa do crauo e das drogas porque agemte sera mui maa de ter laa se nam ouuerem de ter ese trato porque todo outro he mui ffraco / viram as naos este ano e trarão as novas çertas que poderam leuar a vosalteza /

(8) item quamto as mais fortalezas da Imdia todas estaom mui bem / se não soo este malauar que naom ha Remedio damamsar / el Rei de calecut nem omem nam se pode acodir com suas forças porque a gemte não he tamta na Imdia e se acabase este ano dasemtar cambaya como espero em deus que asemtarei e acabarei de ffazer paz emtão ficara tempo pera acabar de destroir o malauar de todo / eu estaua prestes pera me Ir laa no ffim deste Jmverno tamto que ho tempo dese lugar e por de cambaya mescreuerem que era laa muito neçesarea minha Jda por caso dos moguores que eram entrados na teRa e da paz que querya comiguo me ffoy fforçado acudir laa e tambem porque

as cousas do malauar sam muj comprydas ouue medo que me gastasem o tempo e que me nam fficase pera hũa cousa nem pera outra porque quaa tudo saom momções e se omem delas nam aproueita as uezes nam ffaz nada /

(9) item tambem o deixei de ffazer por mescreuer ffernão eanes de souto mayor capitaom de cananor e outros omens que eu nam curase dir ao malauar se nam de maneira que naom se comçertamdo a paaz podese por gueRa destroir todo calecut porque doutra maneira serya perdido todo o noso credito e porque eu como digo a vosa alteza nam tenho tamta gemte nem se pode aJumtar como pera Iso cumpre nem do Regno naom veo a que tamtas vezes lhe tenho mamdado pidir ouue por mais seu seruiço acodir a cambaya e asenta las cousas de laa e no ffim do veraom se comprir Jr emvernar a cochim pera as do malauar se ffazerem como cumpre a voso seruiço /

(10) item ho ano pasado com ha gueRa que el Rei de calecut teue na teRa ffoy gramde emffenidade de paraos de pimemta ao estreyto e na verdade a culpa diso algum tamto a tem quem diso tinha o cargo que eu ei por escusado escreuer a vosalteza laa vay Ruy diaz pireira e outros que ho mui bem sabem pregumte lho vosalteza que eles lhe daram diso boa Rezaom /

(11) item bacaim e dio estaom mui bem e mujto ffortes ffiz em dio hũa pasagem do Rio pera a Ilha dous baluartes mui ffortes e fremosos que sam duas ffortalezas / perca vosalteza cuidado que a cousa estaa tanto a Recado como cumpre a seu seruiço / se nam pareçe me que a vila dos Rumes que a deRibarei toda polo chaom e ffarei aly hũa toRe pera guarda e deffemsaom daquilo aly ho mais me naom pareçe neçesareo a voso seruiço / e el Rey de cambaya estaua Jaa pera a deRibar porque na verdade ffaz ela a çidade por aly muy fraca / na ffortaleza ffaço aguora hũa systerna de myll he quinhemtos ou mil e seisçemtos toneis daguoa que sera fremosa peça e era ela aly mui neçesarea pera o provimemto da gemte e Jsto ffeito nam avera mais que fazer /

(12) item Aa fortificaçam desta çidade e dalgũs bicos que ouuer mister deue vosalteza de mamdar ao gouernador que vier que a olhe muito e que tenha nela muj gramde Resguardo porque esta he a chaue da Imdia / e podese la fazer de maneira que nam digo eu na çidade nem na fortaleza que he muito forte mas que nem na ylha posa nimguem desembarcar /

(13) item A esta çidade de dio como Jaa tenho escrjto por teRa a vosalteza haa muitos mercadores muito Ricos e homRados em que avera coremta ou çimcoemta omens que nenhũ deçe de çimcoemta sasemta mil cruzados e cogeçafar me dizem que pasa de seisçemtos mil / pareçe me quo vosalteza lhe deuia descreuer algũas cartas dagradeçimemtos da boa vomtade e desejos que todos mostram de noso seruiço porque pera eles sera grande homRa e aueram que de todo vosalteza os tem por vasalos e pera amtreles sera gramde cousa e as cartas podem vir com os nomes em bramco e caa se lhe pora pera os que mais neçesareo for /

(14) item agora darei comta a vosalteza das cousas dorumuz aJmda que pera as daar meudamemte avia mister muj gramde escretura dirlhei o que me de laa escreuem e o que pasa somariamemte e no mais eu proverei caa o milhor que poder e tambem lhe darei comta do que niso quero prouer /

(15) item sennhor que el Rey dorumuz mescreue que acuda a orumuz senam que he perdido de todo / e asy mesmo mescreuem todolos homens que laa estam e os mesmos mouros se me queixam muito e todos me Requerem que vaa laa porque doutra maneira nam acham que orumuz pode ter Remedio porque dom pedro soltou se tamto que nam ha omem que posa viuer / eu por ver estas cousas asy tamto alacrara quis me emfformar do que niso pasaua na verdade e mandei tirar hũa Jmquiriçam pelo doctor pero fernamdez ouvidor geral a qual amando a vosalteza per hũa via soo porque nam ouue tempo pera se treladar por ela pode ver as cousas dorumuz e da maneira que vam porque como digo por cartas por carta nam se podem elas escreuer tam meudas /

(16) item por se me el Rey queixar muito de dom pedro por suas cartas asy de lhe tomar muito de seu como que por seu Respeito ser tudo aleuamtado e catiffa perdida e asy todo ho mogostam e el Rey de lara de gueRa e de todas estas cousas me ffaz gramde negoceo por suas cartas eu certeffico a vosalteza que por minha pesoa quisera laa acodir mas minha doemça e maa desposyçam nam me deu a Iso lugar posto que ho eu muito desejase por cumprir tamto a voso seruiço / mas çerto eu me nam atrevi porque sam cadaora chegado a morte e se tamto nam comprira chegar a dio acabar dasemtar as pazes com el Rey de cambaya eu me nam bolira de guoa porque por este mar homde vou cada dia me veyo a morte / mas por tamto comprir acabar dasemtar Jsto não por aReçeo que dele tenhamos se nam pera todo estarmos sem sospeita detreminei de gastar niso este ueram no qual espero em

noso sennhor que todalas cousas de cambaya ffiquem asentadas como cumpre ao seruiço de vosalteza /

(17) item e por Jsto como por minha maa desposysam como digo nam pude acudir a orumuz pela qual Rezam ou mamdo laa ho doctor pero ffernamdez ouuidor geral que me pareçe polo que dele tenho visto que he omem de bem e deseJoso de voso seruiço e de ffazer toda Justiça e asy creo que o ffara aynda questes doctores ffazem mais voltas que hũa lebre e primeiro que lhe omem caya no Rasto ha mister grande tempo / mas este como digo me parece que sera omem de bem / porque como nam sahio das abas de vosalteza nam he tam cheo de ffidalguo como os outros e espero que fara o que cumpre a uoso seruiço como lho eu mamdar /

(18) item alem dele querya mandar hũ omem de bem e Rijo pera capitam por que segumdo eu com o dito ouuidor vi e asy com ho vigairo geral que tambem he letrado e bom homem verdadeiramente nos pareçeo que comprya muito dom pedro ser tirado ate se liurar das culpas que lhe ora poem que sam muitas e este omem çerto que eu o nam tenho qual pera Jso compre porque o nam ahy por que martim affomso amda no malauar omde ele he muito neçesareo e nam se pode laa escusar / ora garçia de saa amda preso como vosalteza tem mandado e amtonio da sylueira estaa em dio / quisera laa mandar dom fernamdo de lima que he bom homem e ffidalguo homRado mas tem tamto cunhadio / com dom pedro que nam ousey acomete lo / e tambem senti eu dele que nam hera Rezam que ho ffizese / pelo qual / estou eu sem ter hum omem que laa posa mamdar tenho cuidado de mamdar laa fernam eanes de souto mayor capitam de cananor por ser omem muito de bem he caualeiro e deseJoso de seruir vosalteza e porem nam tenho aJmda niso tomado asemto mas o que me agora pareçe que nam tenho outro homem pera Iso mais sem sospeita /

(19) item e porque as cousas e solturas de dom pedro sam muito fora de Rezão asy por el Rey se queixar que alem do que lhe tem dado por sua vomtade lhe tem tomado comtrela mais de sasenta mil pardaos todolos officiaes se queixam que nenhum deles nam serue seu offiçio porque o capitam os serue todos com eles neles ffazerem nada / ora ho guazil tambem se queixa muito e he de maneira que ele nam he nada e diz que ho capitam he guazil ele nam he nenhũa cousa que o nam deixam ser / este omem eu o ffiz guazil por el Rey ho fez e depois me pidio que ho comffirmase como vosalteza laa tera visto polos papeis e cartas que lhe diso mandei / crea verdadeiramemte que le he mais pera jso que quamtos mouros ha em orumuz porque he mujto avisado

e mais noso amjguo que todos / e aJmda que posa omem sospeitar que lho ffaz ser a neçesydade temos sabido que nele nam ha Ruimdade de nenhũa mas que he muito neçesareo hao seruiço de vosalteza telo aly porque a casta de Rey xaraffo nam torne a usar de suas m... dom pedro sempre amda com ele as punhadas e se o gua... re quer ffazer hũ Requerimento mamda que se lhe nam dee ...guarde Justica em ne... cousa pelo qual eu acudo a yso ... sente o milhor que p...m pedro viraa e se se liurar tor ... saa embora o que cudo ... gumdo suas cousas sam craras / a vida e Real estado de vosalteza noso sennhor acresente per lomgos dias de vida a seu santo seruuiço de sam mateus a dez de dezembro de 537.

feitura de uosalteza que suas Reaes mãos beyja

Nuno da Cunha

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE HERCULANO — *Anais de D. João III* — Por Frei Luís de Sousa — Publicados por ...... — Lisboa, 1844.
BASÍLIO DE SÁ (Padre Dr.) — *Documentação para a História das Missões — Insulíndia* — Ed. da Agência Geral do Ultramar.
GASPAR CORREIA — *Lendas da Índia*. Ed. única.
JOÃO DE BARROS — *Ásia* — Edição da Agência Geral do Ultramar.
LUCIANO RIBEIRO — *O Primeiro Cerco de Diu* — Studia, Vol. I, 1958.

Notas & Comentários

1. Comissão Internacional de História Marítima

Do número 2 do *Bulletin de la Commission d'Histoire Maritime* extrai-se a seguinte notícia que historia a fundação desta Comissão, assim como desenvolve as suas actuais actividades:

NOTE RELATIVE A LA COMMISSION INTERNATIONALE D'HISTOIRE MARITIME

La Commission Internationale d'Histoire Maritime a été créée par une décision de l'Assemblée Générale du Comité International des Sciences Historiques prise à Upsal, le 29 août 1960, à l'occasion du XI^e Congrès International d'Histoire.

Les Statuts et l'organisation de la Commission ont été fixés au cours du V^e Colloque International d'Histoire Maritime réuni à Lisbonne du 14 au 16 septembre 1960.

L'origine de la Commission se trouve dans un voeu du X^e Congrès International des Sciences Historiques tenu à Rome en Septembre 1955; ce voeu préconisait la rénovation, sous une forme élargie, de l'ancienne Commission Internationale pour l'Histoire des Grandes Découvertes, dont la Deuxième Guerre Mondiale avait entrainé la disparition.

Depuis 1955, plusieurs initiatives avaient été prises et leur succès militait en faveur de la création de la Commission. Ces réalisations ont été: la mise en oeuvre de la révision du *Glossaire Nautique* de A. JAL, ouvrage plus que centenaire; la réunion à Paris de quatre colloques internationaux d'histoire maritime en 1956, 1957, 1958 et 1959, enfin à Lisbonne, en septembre 1960, d'un cinquième colloque particulièrement brillant.

Au lendemain de sa fondation, la Commission a des correspondants dans les divers continents: plusieurs sous-commissions nationales sont organisées ou en cours d'organisation. Deux groupes de travail sont déjà à la tâche: — l'un a pour objet la revision du *Glossaire Nautique* de JAL; — l'autre se propose la reprise de la Bibliographie de l'Histoire des

Découvertes sous la forme d'une *Bibliographie* de l'Histoire des Grandes Routes Océaniques.

Deux autres groupes sont en voie de constitution, ayant respectivement pour objet l'archéologie sous-marine et l'édition des principaux textes de l'Histoire du Droit et des Institutions maritimes.

D'autre part, des expériences en vue de l'utilisation des méthodes mécanographiques I.B.M. pour l'étude quantitative du trafic maritime ont été couronnées de succès.

La Commission projette, aussi l'établissement d'un *catalogue International des Musées,* collections et bibliothèques d'histoire maritime.

STATUTS

de la Commission Internationale d'Histoire Maritime
(adoptés au Ve Colloque International de Lisbonne — 14 septembre 1960)

1 — La Commission Internationale d'Histoire Maritime a pour objet d'établir des contacts et de faciliter la coordination des recherches entre les spécialistes de toutes les branches de l'histoire maritime. Continuatrice de l'ancienne Commission Internationale pour l'Histoire des Grandes Découvertes, elle inclut dans son programme de travail l'histoire de l'exploitation de l'outre-mer sous toutes ses formes.

2 — La Commission est organisée en «commission interne» du Comité International des Sciences Historiques; selon les dispositions définies par celui-ci à Rome le 2 septembre 1955 et à Lausanne le 19 juin 1956. Elle se recrute par cooptation. Son bureau est nommé pour cinq ans à l'occasion du congrès international quinquennal des Sciences Historiques. Le mandat de ses membres est renouvelable.

3 — Le Comité de la Commission est composé de son Bureau, de ses Conseillers et des représentants des sous-commissions nationales et des groupes de travail spécialisés.

4 — Les groupes de travail se constituent à l'intérieur de la Commission pour la réalisation de certaines tâches précises, telles que la révision du *Glossaire Nautique* de A. JAL, la reprise de la bibliographie de l'histoire des Grandes Routes Océaniques, la publication des principaux textes et actes de la pratique relatifs au droit de la mer, les recherches archéologiques sous-marines, l'établissement d'instruments de travail (liste des musées et collections maritimes...), etc....

5 — Des groupements, sociétés ou institutions exerçant une activité analogue à celle de la Commission peuvent être admises, par décision du Bureau, à s'associer à elle à titre d'affiliés ou de correspondants.

6 — La Commission organise des colloques internationaux avec le concours de sous-commissions nationales.

7 — Un bulletin de liaison est rédigé sous les soins du secrétariat de la Commission pour maintenir le contact entre les membres de la Commission, les informer et coordonner leurs travaux.

LISTE DES MEMBRES DU BUREAU
(octobre 1960)

Président d'Honneur:

M. Roberto Almagia, Professeur à l'Université de Rome.

Vice-Président d'Honneur:

M. Robert Ricard, Professeur à la Sorbonne.

Président:

M. Michel Mollat, Professeur à la Sorbonne — 1 rue Bausset, Paris XVe.

Vice-Présidents:

Mlle. Virginia Rau, Professeur à l'Université de Lisbonne — 75 Avenida da República, Lisbonne 1.

M. Charles Verlinden, Professeur à l'Université de Gand. Directeur de l'Academia Belgica, via Omero 8, Rome.

Assesseurs:

Mr. Georges P. B. Naish, Hon. Secretary of the Society for Nautical Research National, Maritime Museum, Greenwich SE. 10.

Dr. Silvio Zavala, Président de la Commission d'Histoire de l'Institut Panaméricain de Géographie et d'Histoire, Délégué permanent du Mexique à l'U.N.E.S.C.O., Paris.

Secrétaire Général:

M. Paul Adam, 17 rue Gabriel Péri, IGNY (S et O).

CORRESPONDANTS ET GROUPES NATIONAUX

Pour que la Commission Internationale d'Histoire Maritime joue son rôle d'intermédiaire entre les chercheurs des différents pays, il est nécessaire d'établir une liaison sous une forme ou sous une autre, soit

avec des correspondants, soit avec des sous-commissions nationales. Le mouvement est lancé dans cette direction. En voici les premiers résultats:

— *Allemagne:*

La liaison est établie avec la «Hansische Geschichtsverein» et plus particulièrement, à tithe de correspondants avec le:

Cdt HEINSIUS (Hambourg);
Prof. P. JOHANSEN (Univ. de Hambourg);
Prof. H. KELLENBENZ (Univ. de Cologne);
Prof. H. SPROEMBERG (Univ. de Berlin).

— *Belgique:*

M. Ch. VERLINDEN (au bureau), Professeur à l'Université de Gand et Directeur de l'Academia Belgica à Rome.

— *Brésil:*

Une sous-commission s'est constituée, formée de:

Prof. W. FERREIRA (Univ. de São-Paulo);
Prof. T. O. MARCONDEZ DE SOUSA (Univ. de São-Paulo);
Almirante A. MESIANO (Rio de Janeiro);
Secrétaire: Prof. Miriam ELLIS (São-Paulo);
Secrétaire-adjoint: Prof. J. R. do AMARAL LAPA (Marilia).

— *Danemark:*

Prof. Astrid FRIIS (Univ. de Copenhague).

— *Espagne:*

Notre correspondant, l'Amiral J. GUILLEM Y TATO, Secrétaire perpétuel de l'Académie Royale (Madrid), prépare la constitution d'une Commission nationale.

— *Etats-Unis:*

Une sous-commission s'est formée, constituée de:

Prof. Vernon D. TATE (Naval Academy, Annapolis);
Prof. F. C. LANE (John Hopkins University, Baltimore);
Prof. W. WHITEHILL (The Atheneum, Boston);
Dr. W. LELAND (Washington).

Notas & Comentários

— *France:*

Outre les liens formés avec l'*Académie de Marine*, le *Comité de Documentation Historique de la Marine*, qui avait largement participé à l'organisation des premiers Colloques d'Histoire Maritime (le premier a eu lieu à Paris, en 1956), a accepté de jouer le rôle de correspondant.

— *Grande Bretagne:*

M. G. P. B. NAISH, Secrétaire de la Nautical Research Society — Londres.
Prof. J. S. BROMLEY (Univ. de Southampton).
Des liens ont été noués pour la Révision du *Jal* avec la *Society for Nautical Research* et d'une façon générale avec le *National Maritime Museum* de Greenwich.

— *Grèce:*

Prof. C. Th. DIMARAS, Directeur de la Fond. Roy. de la Rech. Scientif. Hellénique.
L'Amiral D. PHOCAS, membre de l'Académie d'Athènes, a bien voulu prendre la présidence d'une commission chargée de la révision du vocabulaire maritime grec (en liaison avec la révision du *Jal*. Le travail est effectué sous la direction du Prof. DIMARAS, avec le concours de Mme. COUMARIANO (du Centre de Rech. Neo-Hell.) et du Cdt. ATHANASSIADIS (Prof. à l'École des Hautes Études Économiques et Commerciales).

— *Ile Maurice:*

Dr. A. TOUSSAINT, Directeur des Archives, Président de l'Association Historique Internationale de l'Océan Indien.

— *Italie:*

Prof. G. LUZZATTO (Univ. de Venise);
Prof. F. MELIS (Univ. de Pise);
Prof. A. TENENTI (Univ. de Florence).

Une liaison étroite a été assurée avec la *Fondation Cini*, notamment pour la préparation du 6e Colloque Intern. d'Hist. Maritime.

Par l'intermédiaire du Prof. M. GABRIELE, contact a été pris avec la Marine italienne, en vue de la constitution d'un Comité Italien.

— *Mexique:*

Dr. S. ZAVALA (au bureau), Délégué permanent du Mexique à l'U. N. E. S. C. O.

— *Norvège:*

Le Comité des Sciences Historiques a chargé le Dr. J. N. TONNESSEN (Glads vei 33, Grefsen, Oslo) de le représenter auprès de la Commission Internationale et de remplir les fonctions de correspondant.

— *Pays-Bas:*

Une sous-commission d'Histoire Maritime a été constituée:
Président: Dr. R. WEBER (Musée Postal Amsterdam);
Secrétaire: Mlle. A. M. P. MOLLEMA.

La sous-commission a donné naissance à une société qui groupe déjà plus de soixante membres.

— *Pologne:*

M. M. MALOWIST, Professeur à l'Université de Varsovie.
M. C. LEPSZY, Professeur à l'Université de Cracovie.

Une liaison est assurée par le «Biuletyn Nautologiczny» publié à Gdansk (Dr. D. R. DRAPELLA).

— *Portugal:*

Mlle. VIRGINIA RAU, Prof. à l'Université de Lisbonne et le Cdt. TEIXEIRA DA MOTA ont accepté de coordonner les efforts de différents organismes de recherche, conjointement avec le Dr. SILVA REGO (Centro de Estudos Históricos Ultramarinos), tant pour la révision du *Jal* que pour la Bibliographie de l'histoire des Grandes Routes Océaniques.

— *Suède:*

M. HILDEBRAND, Professeur à l'Université d'Upsal.

— *Turquie:*

M. Omar L. BARKAN, Professeur à l'Université d'Istamboul.

— *Yougoslavie:*

M. J. TADIC, Professeur à l'Université de Belgrade.

Tout cela ne tient évidemment compte que des groupes de travail, commissions ou instituts car dans de nombreux pays, des contacts individuels devraient prochainement se concrétiser par le minimum d'organisation nécessaire pour une collaboration fructueuse.

L'ASSOCIATION HISTORIQUE INTERNATIONALE DE L'OCÉAN INDIEN, qui, depuis 1960, groupe des historiens de tous les pays riverains de cet Océan, a demandé son affiliation à la Commission, en raison de ce qu'une partie notable de son activité correspond à notre programme. Cette association a pour président M. A. TOUSSAINT, Archiviste de l'île Maurice, et pour secrétaire général, M. A. SCHERER, Archiviste de La Réunion. M. M. TOUSSAINT et LOMBARD, animateurs de l'A. H. I. O. I., font partie de notre Comité.

LE VIe COLLOQUE INTERNATIONAL

Pour répondre à la double invitation de l'*Association Historique International de l'Océan Indien* et de la *Fondation Cini*, le Bureau de la Commission a décidé que le VIe Colloque International, en 1962, tiendrait deux sessions, avec un programme général commun. La première session aura lieu du 13 au 20 août, à Lourenço-Marques, conjointement avec le IIe Congrès de l'A. H. I. O. I., l'autre du 20 au 23 septembre à Venise.

A cette fin, une réunion d'entente s'est tenue à Paris, le 25 mai 1961, entre les représentants de la Commission, de l'A. H. I. O. I. et de la Fondation Cini. Pour la première, MM. M. MOLLAT, P. ADAM et J. S. BROMLEY; pour la deuxième, MM. LOMBARD et PEROTIN (France), Mlle. JURRIANSEE (Pays-Bas), M. D. THORNER (U. S. A.); pour la troisième, M. G. BOGNETTI, assisté de MM. R. ROMANO et A. TENENTI.

Le thème commun aux deux sessions sera l'étude des routes maritimes de l'Inde en Méditerranée et dans l'Océan Indien, depuis la fin du Monde Antique, en insistant sur les influences mutuelles de la vie maritime en ces deux mers, sous leurs divers aspects.

Des rapports d'ensemble et des communications particulières seront donnés par des spécialistes des divers problèmes étudiés. Une circulaire a fait connaître les programmes et les noms des historiens invités à présenter rapports et communications. D'ores et déjà, on peut préciser qu'à *Lourenço-Marquès,* le cadre du travail sera constitué par les quatre phases chronologiques suivantes: *a*) V^e-XII^e siècles; *b*) XIII^e-XVI^e siècles; *c)* XVII^e et XVIII^e siècles; *d)* XIX^e et XX^e siècles. A *Venise,* le travail s'attachera à l'étude de quelques problèmes, notamment: Venise à son apogée dans ses relations avec l'Océan Indien; Venise et la route de l'Océan Indien à l'époque de la crise des XV^e et XVI^e siècles; Influences mutuelles de la Méditerranée et de l'Océan Indien sur le plan des techniques de la navigation, sur le plan linguistique, sur le plan juridique; l'héritage de Venise...

2. Bibliografia da História das Grandes Vias de Comércio Oceânico

O Comité Internacional de Ciências Históricas publicou em tempos uma bibliografia da história das grandes viagens e dos grandes descobrimentos, relativa aos anos 1912-1931, dirigida por Eugénio Dêprez. No Congresso Internacional de Ciências Históricas, de Estocolmo, em 1960, ventilou-se a possibilidade de se actualizar a citada bibliografia. O Prof. C. Verlinden, da Bélgica, apresentou, a pedido, o seguinte plano que se pode adoptar, nas suas grandes linhas:

I — LES MONDES OCÉANIQUES AVANT LEUR INTEGRATION

1) *Océan Atlantique*

a) Préparation de l'expansion maritime européenne: la Méditerranée au Moyen-Age à partir des Croisades. L'éveil maritime de l'Europe Atlantique (jusqu'à la découverte de l'Amérique) par suite de connexions avec la Méditerranée;

b) L'expansion portugaise et espagnole dans l'Atlantique;

c) L'expansion anglaise, française, hollandaise, etc. dans l'Atlantique (Remarque: pour le *b*) et le *c*), il ne s'agirait dans cette partie que de l'âge des découvertes et du commerce colonial dans leurs rapports avec la fixation des routes du trafic maritime atlantique);

d) L'intercommunication des différentes zones coloniales (à l'intérieur d'un même empire colonial, entre empires).

Notas & Comentários

2) *Océan Indien*

a) L'expansion des divers mondes maritimes (musulman, malais, etc.) à partir de l'expansion musulmane dans l'ouest de l'Océan Indien;

b) L'intercommunication de ces divers mondes maritimes avant Vasco da Gama.

3) *Océan Pacifique*

a) L'expansion des divers mondes maritimes du Pacifique occidental et méridional à partir de l'expansion maritime chinoise;

b) L'intercommunication de ces divers mondes maritimes avant l'apparition des Portugais et des Espagnols dans le Pacifique occidental et méridional.

II — L'INTEGRATION DES MONDES OCÉANIQUES

1) *L'intercommunication entre l'Atlantique et l'Océan Indien*

a) Les Portugais dans l'Océan Indien;

b) Les Hollandais, Anglais, Français dans l'Océan Indien;

c) Les transformations de la navigation (Européenne et Asiatique) et du commerce dans l'Océan Indien à la suite de l'intercommunication, jusqu'à l'établissement de la prédominance anglaise.

2) *L'intercommunication entre l'Atlantique et le Pacifique*

a) Les Européens comme agents de cette intercommunication à partir de Magellan jusqu'à l'établissement des Anglais en Australie;

b) La navigation européenne dans le Pacifique: la fixation des itinéraires du commerce maritime à travers cet Océan et le long de ses côtes jusqu'à l'émancipation des colonies américaines;

c) Les transformations de la navigation (européenne, américaine, asiatique) à la suite de l'intercommunication pendant la même période.

3) *Intercommunication entre les Océans Indien et Pacifique*

a) L'action des Européens;

b) Les transformations à la suite de l'intercommunication.

III — LES GRANDES ROUTES DU COMMERCE OCÉANIQUE MONDIAL APRÈS INTÉGRATION DES MONDES OCÉANIQUES

1) *L'ère du navire à voile (partout)*

2) *L'ère du navire à vapeur (où c'est nécessaire pour expliquer les transformations des connaissances et moyens maritimes).*

3. Segundo Congresso da Associação Histórica Internacional do Oceano Índico

Como já atrás se referiu, de 13 a 20 de Agosto realiza-se em Lourenço Marques este anunciado congresso. A delegação portuguesa é constituída pelas seguintes personalidades: Prof. Dr.ª Virgínia Rau, da Faculdade de Letras de Lisboa, Prof. Com. Teixeira da Mota, da Escola Naval, Dr. Francisco de Paulo Mendes da Luz (presentemente cônsul-geral de Portugal em Elisabethville), Dr. Alberto Iria, director do Arquivo Histórico Ultramarino, Ten. Caetano Montez, director do Arquivo Histórico de Moçambique, e Prof. A. da Silva Rego, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

As comunicações, apresentadas pela delegação portuguesa, devem ser publicadas no próximo número desta revista.

Celebra-se, ao mesmo tempo, o sexto Colóquio Internacional da Comissão Internacional de História Marítima.

A organização encontra-se a cargo do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, cujo actual director, Prof. M. Gomes Guerreiro, tem envidado todos os esforços no sentido de assegurar pleno êxito a esta importante reunião internacional. O programa distribuído é o seguinte:

Lundi 13 août

Matin:

Rapport:

R. P. da SILVA REGO, Directeur du Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (Lisbonne):

«Les problèmes de l'histoire maritime de l'Océan Indien».

Après-midi:

Présentation des projets de Manuel d'Archivistique tropicale de Bibliographie de l'Histoire des Grandes Routes Océaniques.

Mardi 14 août

Matin: *Avant l'ère des Grandes Découvertes*

Rapports:

M. J. DORESSE, attaché au C. N. R. S., chargé de mission au près de S. M. l'Empereur d'Ethiopie, Addis-Abbéba:

«Les sources pour l'étude du commerce en Mer Rouge et dans la partie occidentale de l'Océan Indien, du Ier au VIe siècle».

Prof. M. LOMBARD, Directeur d'Études à l'École Pratique des Hautes Études (Paris):

«Les routes entre la Méditerranée et l'Océan Indien».

Comunications:

Prof. J. FAUBLEE (École Nationale des Langues Orientales — Paris) et Mme. M. URBAIN-FAUBLEE:

«Madagascar vu par les auteurs arabes avant le XIe siècle».

M. J. AUBIN, attaché au C. N. R. S. (Paris):

«Témoignages sur la navigation dans la Mer d'Arabie au XVe siècle».

Après-midi: *Problèmes nautiques*

Rapport:

Commandant TEIXEIRA DA MOTA, Centro de Estudos de Cartografia Antiga (Lisbonne):

«Aspects historiques de quelques problèmes de la navigation dans l'Océan Indien».

Communication:

M. P. NOUGAREDE, Directeur des Services Maritimes de la Compagnie Besse, Aden:

«Qualités nautiques des navires arabes».

Mercredi 15 août

Temps libre

Jeudi 16 août

Matin: *Problèmes de Documentation*

Rapport:

Dr. A. TOUSSAINT, Directeur des Services d'Archives de l'Ile Maurice, Président de l'A. H. I. O. I.:

«Rapport sur la Route des Iles».

Communications:

Dr. A. IRIA, Directeur de l'Arquivo Histórico Ultramarino (Lisbonne):

«Documents de l'Arquivo Histórico Ultramarino relatifs à la navigation dans l'Océan Indien».

Dr. C. MONTEZ, Directeur de l'Arquivo Histórico de Moçambique (Lourenço Marques):

«Documents de l'Arquivo Histórico Moçambique relatifs à la navigation dans l'Océan Indien».

Après-midi: *Navigations du XVI*e *siècle*

Comunications:

Prof. M. MOLLAT, président de la Commission Internationale d'Histoire Maritime (Sorbonne, Paris):

«Passages français dans l'Océan Indien au temps des frères Verazzoni».

Prof. L. BOURDON (Sorbonne, Paris):

*«Textes originaux de routiers portugais de l'Océan Indien du XVI*e *siècle, traduit par Linschoten».*

Prof. Dr.a V. RAU (Univ. de Lisbonne), vice-présidente de la Commission Internationale d'Histoire Maritime:

*«Un routier inédit de Vicente de Sintra: de Goa au Mozambique (fin du XVI*e *siècle)».*

Prof. H. KELLENBENZ (Univ. de Cologne):

«Le front hispano-portugais contre l'expansion hollandaise dans l'Inde et le rôle d'une agence de renseignements au service de marchands allemands vers 1600».

Vendredi 17 août

*Navigations des XVII*e *et XVIII*e *siècles*

Matin:

Rapport:

Dr. A. TOUSSAINT:

*«Rapport sur les routes de l'Océan Indien aux XVII*e *et XVIII*e *siècles».*

Communications:

Dr. H. J. De GRAAF (Pays-Bas):

«Le rôle du Pasisir Javanais (côte septentrionale de Java) dans les échanges entre l'Europe et les Moluques».

Dr. J. T. HARDYMAN (Imerimandroso, Madagascar):

«Outline of the Maritime History of the Augustine's Bay (Madagascar) 1500-1895».

Dr. MENDES DA LUZ (Lisbonne):

*«Eléments sur la navigation dans l'Océan Indien au XVII*e *siècle».*

Après-midi:

Communications:

M. le Cap. de Frégates H. LABROUSSE, commandant la Marine Française en Côte des Somalis (Djibouti), représentant de la Marine Française, délégué par le Ministre des Armées:

*«Les expéditions maritimes françaises en Océan Indien et en Mer Rouge au XVIII*e *siècle».*

Prof. C. R. BOXER:

«The Querimba islands in 1744».

Dr. J. T. HARDYMAN:

«The Madagascar Slave-Trade to the Americas (1632-1830)».

Dr. F. CASTELO-BRANCO (Lisbonne):

«The Slave Trade between Mozambique and the French Colonies in the Indian Océan».

M. J. VALETTE, Directeur du Service des Archives et de la Documentation de la République Malgache:

«Notes pour servir à l'histoire de l'Imerina en 1840».

Samedi 18 août

Matin:

Séance consacrée à l'Archivistique.

Après-midi:

Discussion des projets de Manuel d'Archivistique et de Bibliographie. Propositions diverses.

Dimanche 19 août

Excursion organisée par le Gouvernement du Mozambique

Lundi 20 août

Matin:

Réunion administrative de l'A. H. I. O. I.

Après-midi:

Clôture. Adoption des résolutions.

Revista de revistas

RANDLES, W. G. L. — Quelques modifications apportées par les grandes découvertes à la conception médiévale du Monde.
— *Revista da Faculdade de Letras*. Universidade de Lisboa. 1959. 3.ª série, n.º 3, pp. 66-88.

Depois de passar em revista as concepções medievais do mundo, quer analisando os mapas quer as descrições clássicas, o autor afirma que os descobrimentos portugueses modificaram estas concepções em dois pontos: condições do povoamento da terra e número de habitantes.

A partir destas duas novas certezas define as transformações das ideias religiosas e sociais.

MARQUES, A. H. de Oliveira — Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI.
— *Revista da Faculdade de Letras*. Universidade de Lisboa. 1960. 3.ª série, n.º 4, pp. 36-55.

O autor salienta as relações comerciais entre Portugal e a Alemanha e afirma que havia diferença de comércio entre a Alta Alemanha (Áustria, Baviera, Saxónia e Boémia) e a Baixa Alemanha (litoral norte desde a Frísia à Livónia). Aponta a grande importância que estas relações tiveram na expansão dos produtos ultramarinos e conclui afirmando que desta aproximação entre os dois países resultou uma influência cultural, política, religiosa e artística notáveis.

AMARAL, Ilídio — Descrição da Luanda oitocentista, vista através de uma planta do ano de 1755.
— *Garcia de Orta*. Lisboa. 1961. Vol. 9, n.º 3, pp. 409-420.

Descrição de Luanda em 1755 — as suas fortificações, casas, bairros, arruamentos e arredores — em comparação com a cidade actual. Breves apreciações sobre a sociedade de então.

DELGADO, Juan Alvares — El Episodio de Juan Machin en la Madera.
— *Das Artes e da História da Madeira.* Funchal. 1961. Vol. 6, n.º 1 (31), pp. 1-9.

O autor analisa a tradicional lenda de Machin, comenta a palavra etimològicamente, estuda a cronologia e as razões da viagem de Machin à Madeira; depois de afirmar que as ilhas foram primeiramente descobertas por genoveses, que a designação *Madeira* se deve aos marinheiros castelhanos, biscaínhos e andaluzes que ali abordaram com intuitos comerciais, conclui que Machin não era mais que o biscaínho Juan Machin de Arteaga, conquistador das ilhas da Gomera e Hierro (séc. XV).

GARCIA FIGUERAS, Tomás — Portugal y Jerez. Nota para sus relaciones en los siglos XV y XVI.
— *Garcia de Orta.* Lisboa. 1961. Vol. 9, n.º 2, pp. 179-186.

A conquista de Ceuta pelos Portugueses deu origem a um estreitamento de relações entre Portugal e Jerez em consequência do desejo que aquele tinha de possuir bases em Granada que lhe permitissem maior assistência ao Norte de Africa.

A correspondência entre D. Afonso V e os reis castelhanos permite avaliar a cooperação castelhana na empresa portuguesa.

Jerez forneceu os presídios de África de mantimentos e de reforços.

A arte portuguesa do período manuelino deixou rastos em Jerez, na igreja de S. Miguel e no claustro do convento de S. Domingos que foram construídos a expensas do monarca português, em consequência da amizade que o ligava a esta vila.

LEITE, António — Colonialismo. Assimilação ou Integração?
— *Brotéria.* Lisboa. 1961. Vol. 73, n.º 1, pp. 5-15.

Definindo a palavra «colonialismo», no conceito moderno, analisa em que medida este conceito se aplica à colonização portuguesa no passado e no presente.

LEITE, Serafim — António Rodrigues, primeiro Mestre-Escola de S. Paulo, segundo testemunho de Anchieta.
— *Brotéria.* Lisboa. 1961. Vol. 73, n.º 1, pp. 16-27.

Entre as escolas que os Portugueses, após a descoberta e a evangelização, criaram para os indígenas, destaca-se a de S. Paulo de Piratininga. Foi seu primeiro mestre António Rodrigues, cuja biografia é feita, como o atesta uma carta de Anchieta, de 1554.

MARQUES, A. H. de Oliveira — Gaspar Frutuoso e a colonização de Cabo Verde.
— *Garcia de Orta.* Lisboa. 1961. Vol. 9, n.º 1, pp. 27-29.

O autor comenta a obra de Gaspar Frutuoso, cita o capítulo 21, rico de informações para a história da colonização do século XV, e afirma que as principais actividades económicas de Cabo Verde seriam: produções agrícolas, criação de gado, actividades extractivas e industriais, e o comércio externo.

MOTA, A. Teixeira da — Cinco séculos de cartografia das ilhas de Cabo Verde.
— *Garcia de Orta.* Lisboa. 1961. Vol. 9, n.º 1, pp. 11-16.

Selecção de cartas geográficas desde 1468-1958 com notas explicativas e reproduções geográficas.

RODRIGUES FILHO, Noronha — Comunidade de Goa.
— *Boletim Geral do Ultramar.* Lisboa. 1961. Ano 37, n.ºs 436-437-438, pp. 161-192.

As comunidades de Goa, motivo de preocupação e de grande carinho das autoridades, têm origem remota, subsistindo sempre com papel preponderante na economia do Estado.

O autor refere-se à Europa antes da descoberta da Índia e à acção de D. Manuel. Descreve Goa, os seus primitivos habitantes, as suas leis e costumes. Aponta a influência muçulmana, a acção de Albuquerque, a administração e os melhoramentos introduzidos até aos nossos dias.

SAUVAGEOT, Serge — Navigation de Lisbonne à l'île São Tomé par un pilote portugais anonyme (vers 1545).
— *Garcia de Orta.* Lisboa. 1961. Vol. 9, n.º 1, pp. 123-138.

Tradução francesa do texto italiano, modernizado, do presente diário, cujo autor, segundo Sauvageot, é um português.

O texto, anotado por Th. Monod e R. Mauny, contém indicações muito curiosas sobre a viagem de Portugal a S. Tomé, mas principalmente sobre a própria ilha, seu clima, culturas, indústria da cana de açúcar, habitantes e comércio.

SERRAO, Joel — Na alvorada do Mundo Atlântico.
— *Das Artes e da História da Madeira*. Funchal. 1961. Vol. 6, n.º 1 (31), pp. 1-9.

Em palavras claras, Joel Serrão descreve os primórdios da colonização da ilha da Madeira de 1425 a 1470; sua exploração económica, a vida social e a colonização da ilha.

TENREIRO, Francisco — A floresta e a ocupação humana na ilha de São Tomé.
— *Garcia de Orta*. Lisboa. 1961. Vol. 9, n.º 4, pp. 649-656.

Descrição da fixação dos Portugueses na ilha de S. Tomé, que, a partir do século XV, a povoaram e exploraram.

O sistema português de colonização, afirma o autor, conferiu à ilha um «ar de família», síntese de povoamento original que, levando às ilhas desertas formas de ocupação gestadas no Mediterrâneo, não subestimou, no entanto, os transportes culturais das populações africanas.

E a terminar: «foi graças à transplantação de Portugal de uma organização agrária que prenuncia o capitalismo moderno que foi possível ao homem lutar eficazmente contra as florestas pujantes. O *engenho* de açúcar do século XVI permitiu o estabelecimento de núcleos de povoamento e a humanização profunda das paisagens».

LEITE, Serafim — Nota sobre a fundação da cidade de Fortaleza, capital do Ceará (Brasil).
— *Brotéria*. Lisboa. 1962. Vol. 74, n.º 5, pp. 542-545.

Contrariando a corrente jornalística de Fortaleza, o Padre Serafim Leite inclina-se para a origem portuguesa desta cidade sem, no entanto, esquecer a permanência, ali, de holandeses.

LEITE, Serafim — A vida sacramental e os seus reflexos sociais no Brasil do tempo de Nóbrega (1549-1570).
— *Brotéria*. Lisboa. 1962. Vol. 75, n.º 1, pp. 28-47.

Estudo sobre a forma como se processou o acesso do gentio brasílico à vida cristã, do comportamento deste dentro da sociedade e no exercício da vida sacramental.

Fórmulas do baptismo, confirmação, eucaristia, confissão e extrema-unção, usadas com estes convertidos, segundo a orientação de Nóbrega.

REGO, António da Silva — Geografia Missionária da Índia Portuguesa.
— *Estudos Ultramarinos*. Lisboa. 1962, n.º 1, pp. 27-39.

Descrição dos principais centros de cristianização da Índia, criados desde a chegada dos Portugueses e de S. Francisco Xavier. Apostolado de S. Francisco. Reacção da população à evangelização. Os vicariatos e paróquias de Goa; as instituições de caridade e beneficência.

RODRIGUES, José Honório — The influence of Africa on Brazil and of Brazil on Africa.
— *Journal of Africain History*. Cambridge University Press. 1962. Vol. II, n.º 1, pp. 49-67.

Estudo da influência da África no Brasil, em que se analisa o valor dos negros e escravos, as origens do negro brasileiro e a influência do negro nos costumes e economia.

Em segundo lugar, avalia-se a contribuição do Brasil na África começando-se por apontar as semelhanças entre um e outro continente, a flora brasileira em África e a acção dos Brasileiros. Por último, compara-se a colonização portuguesa em Moçâmedes e em Pernambuco.

SCHUTTE, Josef Franz — Vicissitudes do Arquivo do Japão enviado de Macau para Manila no ano de 1761.
— *Brotéria*. Lisboa. 1962. Vol. 74, n.º 62, pp. 187-193.

Em 1961, nesta mesma Revista (vol. 72, p. 88), o padre Schutte deu a notícia de ter encontrado o arquivo jesuítico do Japão.

Hoje, após aturadas investigações, explica quem retirou o Arquivo de Macau, quando e a quem foi enviado, e como entrou na posse dos arquivos espanhóis.

HEINRICHS, G. — L'Exploration du Sud-Katanga par Ivens et Capello (24 octubre 1884 - 30 mars 1885).
— *Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie*. Bruxelas. 1960. Ano 24, fasc. 1-2, Agosto, pp. 117-119.

G. Heinrichs sintetisa a contribuição de Capelo e Ivens para a elucidação dos problemas geográficos do Sul do Katanga nas explorações levadas a cabo em 1884-1885 e ainda no que diz respeito a dados de história natural (a meteorologia, a higrometria, etc.).

NÓBREGA, Apolónio — Chefes do Executivo Paraibano.
— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de de Janeiro. 1960. N.º 249 (Out.-Dez.), pp. 45-145.

Roteiro das individualidades que interferiram na administração da Paraíba.

A primeira parte interessa à História portuguesa, pois abrange o período colonial. Cada nome é acompanhado de breves dados biográficos.

REIS, Artur César Ferreira — Portugal no seu esforço de independência e a autonomia do Brasil.
— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1960. Vol. 249 (Out.-Dez.), pp. 32-44.

Apreciação das lutas mantidas por Portugal no seu esforço para adquirir e defender a independência e dos três períodos em que esse esforço de continuidade se fez sentir (1383-1580-1807).

Nestas três crises, a vitória deve-se à vontade soberana popular. Também a independência do Brasil se processou na linha tradicional portuguesa: vontade do povo constituindo-se à identidade mais forte — um príncipe feito imperador pela vontade do povo.

OLIVAIS, Manuel — A Donataria atribuída a Paulo Dias de Novais.
— *Mensário Administrativo*. Angola-Luanda. 1961. N.os 161-166 (Jan.-Junho), pp. 73-74.

O receio de que os estrangeiros tentassem fixar-se nalgum ponto da costa de Angola levou D. Sebastião a criar e a atribuir a Paulo Dias de Novais uma donataria em Angola com condições especiais, aconselhadas pela experiência colhida no Brasil.

São essas condições que o autor analisa, acabando por afirmar que o espírito que presidiu à sua concessão «redundou num alicerce da nossa posterior ocupação económica de Angola».

PAIVA, Agnello — Luís Lopes de Sequeira grande Cabo de Guerra do século XVI em terras de Angola, alta figura da epopeia militar portuguesa.
— *Mensário Administrativo*. Angola. Luanda. 1961. N.os 161-166 (Jan.-Junho), pp. 77-79.

Breve biografia de Luís de Sequeira e relato dos seus actos durante a restauração de Angola.

DEBIEN, G. — Les origines des esclaves des Antilles.
— *Bulletin de l'Institut Français d'Afrique Noire*. Dakar. Série B. 1961. T. 33, n.º 34 (Julho-Out.), pp. 363-387.

Baseado nos registos dos capitães negreiros, o autor faz a lista dos escravos levados para as Antilhas, a sua origem, nomes, idade e profissão.

O estudo circunscreve-se aos anos de 1760-1790 e interessa ao comércio da escravatura do Congo e Angola.

MOURA, Jacinto José do Nascimento — Guerras na Índia.
— *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa. 1961. Ano 37, n.º 434-435 (Agosto-Set.). pp. 183-209.

Indignado com a reedição do livro «Wars in Africa» da autoria de Clement Dowing que relata a presença de um almirante português, escravo da Companhia das Índias Orientais, por traição nas guerras entre a Companhia e o pirata Angria, em 1719, Jacinto Moura lembra que o livro não está escrito com isenção, considerando Clement Dowing «desprovido de sentimentos das conveniências e... do amor à verdade».

Descreve a lealdade dos Portugueses e a fidelidade de Portugal aos tratados, a entrega de Bombaim e as consequências que daí advieram para os Portugueses. Tendo em conta que nem sempre os actos guerreiros dos Ingleses foram honrosos, afirma que um autor britânico não pode comentar os actos dos outros, especialmente porque «não é com a divulgação de improvisados factos e com desonra a manchar a acção de um aliado que as alianças se fortalecem e as amizades se perpetuam».

HEINRICHS, G. — L'Exploration du Sud-Katanga par Ivens et Capello (24 octubre 1884 - 30 mars 1885).
— *Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie*. Bruxelas. 1960. Ano 24, fasc. 1-2, Agosto, pp. 117-119.

G. Heinrichs sintetisa a contribuição de Capelo e Ivens para a elucidação dos problemas geográficos do Sul do Katanga nas explorações levadas a cabo em 1884-1885 e ainda no que diz respeito a dados de história natural (a meteorologia, a higrometria, etc.).

NÓBREGA, Apolónio — Chefes do Executivo Paraibano.
— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de de Janeiro. 1960. N.º 249 (Out.-Dez.), pp. 45-145.

Roteiro das individualidades que interferiram na administração da Paraíba.

A primeira parte interessa à História portuguesa, pois abrange o período colonial. Cada nome é acompanhado de breves dados biográficos.

REIS, Artur César Ferreira — Portugal no seu esforço de independência e a autonomia do Brasil.
— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1960. Vol. 249 (Out.-Dez.), pp. 32-44.

Apreciação das lutas mantidas por Portugal no seu esforço para adquirir e defender a independência e dos três períodos em que esse esforço de continuidade se fez sentir (1383-1580-1807).

Nestas três crises, a vitória deve-se à vontade soberana popular. Também a independência do Brasil se processou na linha tradicional portuguesa: vontade do povo constituindo-se à identidade mais forte — um príncipe feito imperador pela vontade do povo.

OLIVAIS, Manuel — A Donataria atribuída a Paulo Dias de Novais.
— *Mensário Administrativo*. Angola-Luanda. 1961. N.ºs 161-166 (Jan.-Junho), pp. 73-74.

O receio de que os estrangeiros tentassem fixar-se nalgum ponto da costa de Angola levou D. Sebastião a criar e a atribuir a Paulo Dias de Novais uma donataria em Angola com condições especiais, aconselhadas pela experiência colhida no Brasil.

São essas condições que o autor analisa, acabando por afirmar que o espírito que presidiu à sua concessão «redundou num alicerce da nossa posterior ocupação económica de Angola».

PAIVA, Agnello — Luís Lopes de Sequeira grande Cabo de Guerra do século XVI em terras de Angola, alta figura da epopeia militar portuguesa.
— *Mensário Administrativo*. Angola. Luanda. 1961. N.ºs 161-166 (Jan.-Junho), pp. 77-79.

Breve biografia de Luís de Sequeira e relato dos seus actos durante a restauração de Angola.

DEBIEN, G. — Les origines des esclaves des Antilles.
— *Bulletin de l'Institut Français d'Afrique Noire*. Dakar. Série B. 1961. T. 33, n.º 34 (Julho-Out.), pp. 363-387.

Baseado nos registos dos capitães negreiros, o autor faz a lista dos escravos levados para as Antilhas, a sua origem, nomes, idade e profissão.

O estudo circunscreve-se aos anos de 1760-1790 e interessa ao comércio da escravatura do Congo e Angola.

MOURA, Jacinto José do Nascimento — Guerras na Índia.
— *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa. 1961. Ano 37, n.º 434-435 (Agosto-Set.). pp. 183-209.

Indignado com a reedição do livro «Wars in Africa» da autoria de Clement Dowing que relata a presença de um almirante português, escravo da Companhia das Índias Orientais, por traição nas guerras entre a Companhia e o pirata Angria, em 1719, Jacinto Moura lembra que o livro não está escrito com isenção, considerando Clement Dowing «desprovido de sentimentos das conveniências e... do amor à verdade».

Descreve a lealdade dos Portugueses e a fidelidade de Portugal aos tratados, a entrega de Bombaim e as consequências que daí advieram para os Portugueses. Tendo em conta que nem sempre os actos guerreiros dos Ingleses foram honrosos, afirma que um autor britânico não pode comentar os actos dos outros, especialmente porque «não é com a divulgação de improvisados factos e com desonra a manchar a acção de um aliado que as alianças se fortalecem e as amizades se perpetuam».

FERREIRA, Manuel — Subsídios para a Bibliografia de Timor.
— *Seara*. Boletim Eclesiástico da Diocese de Díli. Díli. 1961. Ano 13, n.º 5-6 (Set.-Dez.), pp. 273-278. 1962. Ano 14, n.º 1, (Jan.-Fev.), pp. 24-29.

Continuação da bibliografia anterior. Letras R-T.

TEIXEIRA, Manuel — Malaca Portuguesa.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. 1961. Ano e vol. 59, n.º 690, (Out), pp. 825-850.

No presente número, o autor refuta a afirmação do Dr. Milne no que diz respeito à diminuição da religião dos Portugueses católicos de Malaca, demonstrando, com estatísticas, ter havido uma progressão do catolicismo após as invasões holandesas.

Em breves apontamentos, faz referências à primeira Bíblia protestante em chinês e às dificuldades dos primeiros protestantes em Macau.

Efemérides Comemorativas de Macau e das relações com os povos cristãos.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. 1961. Ano e Vol. 59, n.º 690 (Out.), pp. 851-862. N.º 691 (Nov.), pp. 952-964.

Continuação do número anterior. Efemérides relativas ao mês de Maio.

ESPARTEIRO, António Marques — Actas do Conselho de Comandantes da Esquadra da Baía (1822-1823).
— *Boletim da Sociedade de Geografia*. Lisboa. 1961. Série 79 (Out.-Dez.), n.º 10-12, pp. 361-397.

O capitão Marques Esparteiro publica as actas do conselho de comandantes da esquadra da Baía, encontradas entre os papéis do Almirante Ernesto de Vasconcelos.

Antecede a sua publicação a narração da luta travada entre a marinha portuguesa, fundeada na Baía, e as forças brasileiras no período da independência.

TEIXEIRA, Manuel — Missões Portuguesas de Malaca e Singapura. Segunda parte — Singapura.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. 1961. Ano e Vol. 59,

n.º 691. (Nov.), pp. 939-951. N.º 692 (Dez.), pp. 1042-1951. 1962. Ano e Vol. 60, n.º 693 (Jan.), pp. 33-44. N.º 695 (Março), pp. 239-257.

Informação estatística sobre as Missões de Malaca e Singapura, do número de paroquianos das Missões Portuguesas e dos sacramentos ali ministrados.

PRIORI, António — Spiritual aspects and values of Namban art (1549-1693).
— *East and West*. Ismeo. Roma. 1961. Nova Série, Vol. 12, n.º 4 (Dez.), pp. 241-253.

No presente artigo, bem ilustrado, é apreciada a influência portuguesa, especialmente a acção missionária dos jesuítas, na arte japonesa.

BRÁSIO, António — A promoção sacerdotal do africano.
— *Portugal em Africa*. Lisboa. 1962. Vol. 19, n.º 109 (Jan.-Fev.), pp. 12-22.

O P.e António Brásio, notável investigador, neste artigo indigna-se com a falta de objectividade do estudo do Dr. Michel Robert (*Problèmes Juridiques et Spirituels du Clergé Africain*) e com a agitação que modernamente se tem feito, sobre a «promoção» do africano à dignidade sacerdotal e religiosa, como se se tratara da eclosão de um fenómeno novo na história missionária do continente africano».

Lamentando que em Portugal não se tivesse feito ainda, uma tentativa para aprofundar o assunto, demonstra o quanto são tendenciosos os juízos feitos sobre os missionários portugueses, acusando-os de se não preocuparem com a «promoção do indígena ao sacerdócio ou à vida religiosa».

Com exemplos arrancados a documentos prova que, desde as primeiras descobertas, houve muitos sacerdotes brancos e negros naturais de Africa.

CAMPOS, J. Moreira — O Estado da Índia na evolução da nacionalidade.
— *Anais do Clube Militar Naval*. Lisboa. 1962. N.º 1-3 (Jan.-Março), pp. 3-16.

Relação da acção militar, social e administrativa na Índia pelos Portugueses, desde a sua chegada até aos nossos dias.

LOBATO, Alexandre — Pequena História da Índia Portuguesa.
— *Ultramar*. Lisboa. 1962. N.º 7-8 (Jan.-Julho), pp. 11-40.

Breve história da chegada dos Portugueses à Índia, das primeiras relações, do regime económico estabelecido, das lutas pela defesa do território.

Descrição do esforço missionário e da vida cultural.

As relações com os ingleses.

A Índia portuguesa após a implantação da República.

A agressão a Goa.

REGO, A. da Silva — Goa — A Realenga.
— *Ultramar*. Lisboa. 1962. N.º 7-8 (Jan.-Julho), pp. 143-145.

Reprodução da carta régia de 1 de Março de 1518 pela qual D. Manuel I concede a categoria de «realenga» a Goa. Explicação dos antecedentes desta carta.

ROCHA, Leopoldo da — Um estudo das confrarias de Goa.
— *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*. Bastorá — Goa. 1962. Ano 21 (Janeiro), n.º 1, pp. 11-18.

Continuação da análise da controvérsia do «Jus visitandi» e da tentativa de reforma da administração das confrarias no século XVIII.

ESPARTEIRO, António Marques — Portugal no Daomé (1471-1961)
— *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa. 1962. Ano 38, n.º 439-440 (Jan.-Fev.), pp. 35-67.

Em 1471, João de Santarém e Pedro Escobar descobrem a costa de Benim onde se encontrava o reino de Daomé. No séc. XVII, D. Pedro II funda, ali, o forte de S. João Baptista de Ajudá. Em meados do mesmo século, os Ingleses, que praticavam em grande escala o comércio da escravatura, fixaram-se em Ajudá, logo seguidos dos Franceses.

A fortaleza portuguesa no séc. XIX deixa de ter qualquer actividade comercial, sendo o seu abandono quase completo. Mas, em 1833, o forte é reocupado pelos Portugueses, e, apesar da oposição que os Franceses levantam, permanece como relíquia da expansão civilizadora daqueles. Só em 1961, a presença de Portugal naquelas paragens finda em consequência do «imperialismo e neocolonialismo de duas grandes nações em luta feroz pelo domínio económico e ideológico do mundo».

TEIXEIRA, Manuel — A Missão Portuguesa no Sião.
— *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*. 1962. Ano e Vol. 60, n.º 694 (Fev.), pp. 124-137. N.º 695, pp. 221-238. N.º 696 (Abril), pp. 323-339.

Os primeiros missionários católicos que entraram no Sião foram os Dominicanos portugueses, embora se pretenda atribuir esta glória a um franciscano francês.

A história da Missão Portuguesa do Sião está por fazer e é no intuito de defender os missionários portugueses que o autor dá início a este trabalho transcrevendo o que sobre o Sião vários escritores disseram — Tomé Pires, Duarte Barbosa, Fernão Mendes Pinto, João de Barros, Damião de Góis.

Seguidamente, descreve como se deram os primeiros contactos com o Sião, quem foi o primeiro missionário, a acção dos Dominicanos, as tentativas de evangelização, a acção dos jesuítas, as relações políticas e comerciais.

VASCONCELOS, Frazão de — Leandro Roiz construtor naval micaelense dos séculos XVI a XVII.
— *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa. 1962. Ano 38, n.º 441 (Março), pp. 77-101.

Prosseguindo as suas investigações sobre construtores navais, o autor traça a biografia de Leandro Roiz, carpinteiro da Povoação e, em apenso, junta documentos que comprovam as suas informações sobre as construções navais dos Açores, as viagens das ilhas para Lisboa, e a presença de Leandro Roiz como construtor naval.

LOPES, Alberto — Ceuta. Origem histórica da Expansão Portuguesa.
— *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa. 1962. Ano 38, n.º 442 (Abril), pp. 43-103.

Na opinião do autor, Ceuta foi o «princípio de uma obra realizada pela vocação ecuménica dos portugueses. E, se não nasceu no espírito do Infante, caldeou nele a persistência, a fé inabalável, o sentido de univer-

salidade, a intuição de uma ciência náutica e de um mundo desconhecido a desvendar — prelúdio de uma renascença».

O estudo aborda os seguintes temas: A ideia de Ceuta. Os preparativos. A conquista. Portugal em Africa. «Estromentos e Regras de Astrologia». A arte de navegar. Cartografia.

Acompanha-o uma cronologia dos descobrimentos e uma bibliografia.

R. S. C.

Bibliografia

Portugal e o Brasil. Catálogo de livros portugueses e brasileiros e publicações estrangeiras sobre Portugal e o Brasil. Tomo II. (Bibliotheek der Rijksuniversiteit te Utrecht), Utrecht, 1962.

Já em devido tempo nos referimos ao aparecimento do tomo I deste Catálogo, em STVDIA, n.º 5, Jan. 1960, pág. 301. O tomo II, aparecido, segue os mesmos trâmites. Eis a sistematização adoptada: A — Obras Gerais; B — Colecções de manuscritos. Biblioteconomia. Bibliografia; C — Filosofia e Psicologia; D — Religião; E — História; F — Artes Plásticas; G — Música, teatro e cinema. Coreografia; H — Linguística; I — Literatura; J — Ciências Sociais; K — Ciências Jurídicas. Política; L — Educação e ensino. Jogos e desportos; M — Geografia. Viagens. Cartografia; N — Antropologia; O — Ciências naturais; P — Biologia; Q — Medicina; R — Veterinária. Agronomia. Viticultura; S — Assuntos variados.

Interessa-nos sobretudo a divisão E (História). Eis as suas subdivisões: I. Obras e temas gerais e ciências auxiliares; II. Europa: a) *Portugal:* 1 — Obras gerais; 2 — História antiga até ao ano de 1085; 3 — 1095-1415; 4 — 1415-1580; 5 — 1580-1640; 6 — 1640-1916; 8 *(sic)* — Problemas relativos à cultura portuguesa; 9 — História regional; 10 — Os Judeus. b) *Outros paises da Europa.* III. Províncias ultramarinas. Asia, Africa. IV. América; a) Obras gerais. b) O Brasil: 1 — Obras gerais; 3 *(sic)* — Período colonial; 4 — Período da independência; 5 — Problemas relativos à cultura brasileira; 6 — História regional. c) América do Norte.

Trata-se dum catálogo escrupulosamente organizado e que muito contribuirá para a expansão da cultura portuguesa.

S. R.

CARDOT, Vera — *Belles pages de l'histoire africaine.* Présence Africaine, Paris, 1961.

Trata-se dum livro destinado a relembrar a história africana, escrita por africanos. Percebe-se esta ânsia de reescrever o que está escrito.

«L'histoire de l'Afrique, lorsque des recherches auront été systématiquement entreprises, lorsqu'on aura traduit tous les manuscripts, dont certains sont en France et d'autres en Afrique, lorsqu'on aura recueilli toutes les traditions orales, des Africains l'écriront un jour.» (pág. 10).

O fim do A., porém, é modesto: «Plus modestement et sans prétendre à faire oeuvre d'historien, j'ai voulu écrire un récit, basé sur des sources historiques, de la vie des Empires soudanais qui ont englobé le Mali actuel dans sa totalité, une partie de la Guinée, du Sénégal et le Moyen-Niger, jusqu'aux environs de Niamey.» (Ibid.)

Não é, portanto, um livro de história pròpriamente dito. Não se indicam as fontes. O estilo é laudatório e agradável. Referem-se os contactos dos portugueses com os habitantes destas regiões, tais como se encontram nos livros conhecidos, repetindo-se até a má grafia dos nomes pessoais.

Não vale, pois, a pena examinar o livro em pormenor. Basta apontar sòmente os erros que se descortinam na cronologia e referentes apenas a Portugal: 1) O condado portucalense não foi constituído em 1097, mas dois ou três anos mais cedo; 2) O Cabo Bojador foi dobrado em 1434 e não em 1428; 3) O Golfo da Guiné foi atingido muito antes de 1456. Outras falhas se podiam notar ainda, mas de menos importância.

Compreende-se a necessidade que as novas nações africanas sentem de procurar o *seu* passado para lá do período europeu. Aos europeus compete o dever de as ajudar nesta pesquisa, fornecendo-lhes elementos sérios e dignos de confiança. E não se espere, desde já, completa imparcialidade na apreciação dos factos. As paixões fervem ainda. Demos tempo ao tempo, sem impaciência e sem despeito. A verdade acabará sempre por se impor.

S. R.

MARAIS, J. S. — *The fall of Kruger's Republic*. Oxford, Clarendon Press, 1961. XIV. 345 págs.

O A. é professor de história na universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, onde ocupa até o lugar de director do departamento de história. Trata-se, portanto, duma pessoa altamente colocada para se ocupar deste melindroso estudo de história moderna, em que se viu a Africa do Sul a combater contra a metrópole inglesa.

Eis a lista dos capítulos em que a obra se divide: I — Gold and Government in the Transvaal; II — The concessionaires; III — The prelude to the Jameson raid; IV — Joseph Chamberlain and the raid; V — The aftermath; VI — The crisis of April 1897; VII — Sir Alfred Milner; VIII — «The great day of reckoning»; IX — The beginning of the end;

X — The Bloemfontein conference; XI — British supremacy; XII — The ultimatums; XIII — Conclusion.

O livro lê-se com crescente interesse do primeiro ao último capítulo. Muito embora não apresente muitas novas fontes, o Prof. Marais soube concatenar os acontecimentos de maneira verdadeiramente magistral.

Desde que o oiro focou a atenção mundial sobre o Transvaal, uma personalidade se destaca imediatamente: a de Paulo Kruger, eleito presidente da república em 1883. Kruger é, na realidade, uma personalidade que tem sido examinada sob todos os ângulos: a sua religiosidade, a sua vontade férrea, o seu amor pela independência, a sua ingenuidade, etc., etc. Para o Prof. Marais o que mais o aproximava dos Boers era o facto de ele mesmo se sentir e proceder como verdadeiro boer: «But while Kruger stood out among his fellow Boers in character and ability, they recognized him as one of themselves. Therein lay his strength as compared with his predecessor Burgers. Foreigners inside and outside the republic also recognized him the Boer type. But those of them who could not see below the surface failed to recognize that Kruger, typical Boer though he appeared to be, was no ordinary specimen of the type». (Pág. 6).

Outra personalidade que atrai a atenção do leitor é a do principal conselheiro do presidente Kruger: o holandês Dr. W. J. Leyds. Inimigo declarado do imperialismo inglês, Leyds põe ao serviço da república transvaliana toda a sua habilidade e diplomacia. Apesar de tudo, Leyds não conseguiu impor-se não já ao amor, mas até à pura simpatia dos Boers.

Entre as várias concessões de que a república do Transvaal foi obrigada a lançar mão, a que mais interessa ao ponto de vista português é a do caminho de ferro a ligá-la com o mar. O ponto mais aproximado era Lourenço Marques, situada a 396 milhas de Joanesburgo. Durban e East London ficavam, respectivamente, a 481 e 666 milhas. O caminho de ferro português era o mais seguro ainda, sob o aspecto político, pois nada poderiam os Boers recear da presença portuguesa em Lourenço Marques. O mesmo já se não poderia dizer dos outros dois. O Natal (caminho de ferro de Durban) era nitidamente anglófilo, ao passo que o Cabo (caminho de ferro de East London) também não escondia as suas apreensões perante a afirmação de independência do Transvaal. Quem lucrou, no meio desta competição, foi o próprio Transvaal, pois em vez de um, ficou sendo servido por três caminhos de ferro.

O Prof. Marais estuda com bastante pormenor o famoso «Jameson raid», no qual os Boers frustraram as crescentes ambições de Cecil Rhodes. Nesta altura (1895-1896), já a província de Moçambique se encontrava liberta do pesadelo do Gungunhana. O fracasso do «raid» chamou Rhodes à realidade, e a política inglesa submeteu-se temporà-

riamente às novas circunstâncias. É que Rhodes tinha também os seus inimigos. Enquanto o sucesso o bafejasse, tudo corria bem. Logo que se tornou conhecido o resultado do «raid», não faltou quem o culpasse de tudo.

A situação de Moçambique, balançando-se entre as ambições da política imperial britânica e os desejos de independência do Transvaal, não era cómoda nem fácil. Portugal encontrava-se unido à Inglaterra por laços seculares. Por outro lado, os seus interesses, em Moçambique, confundiam-se por vezes com os do Transvaal. A guerra entre a Inglaterra e o Transvaal era certa. As tropas inglesas eram contínua e persistentemente reforçadas. Os Boers, pelo menos aparentemente, não mostravam receio algum e não faziam visíveis esforços para melhorar as relações diplomáticas com a potente Albion. O fracasso do «raid» de Jameson dera-lhes, possivelmente, uma falsa impressão quer da sua força real quer das possibilidades inglesas.

Em 1898, foi Kruger reeleito presidente da república. As suas ideias a respeito dos «uitlanders» continuaram a ser as mesmas, ou quase as mesmas. Os seus inimigos viram que nada havia a fazer. A Inglaterra não podia negociar com um homem assim.

E novamente as atenções da Inglaterra recaem sobre Lourenço Marques e Moçambique em geral. É então que se assina o acordo anglo-alemão (30 de Agosto de 1898) pelo qual as duas nações dividiriam entre si os empréstimos que Portugal viria certamente a pedir, mas com a garantia das suas possessões em Africa e em Timor. O governo português, todavia, soube evitar os escolhos que tal acordo prenunciava e conseguiu em Paris o dinheiro de que necessitava. Frustrava-se assim, mais uma vez, o desejo da Inglaterra de se apoderar de Lourenço Marques e de assim poder subjugar o Transvaal sem luta.

E, assim, pouco a pouco se foram criando condições favoráveis à guerra. Kruger não a receava. A Inglaterra também não. O resto impor-se-ia como inevitável conclusão.

O livro do Prof. Marais constitui uma preciosa contribuição para o estudo desta época tão movimentada e tão cheia de importantes acontecimentos na história da Africa do Sul. Estilo terso, imparcialidade manifesta, escrupuloso cuidado científico — eis as principais qualidades que ornam esta obra.

S. R.

ESPARTEIRO, António Marques — *Dicionário ilustrado de Marinha*. Clássica Editora, Lisboa, 1962.

O Alm. Marques Esparteiro é suficientemente conhecido nos meios de técnica e história navais para necessitar de apresentação. Os seus numerosos escritos têm-no imposto como um dos nossos melhores especialistas nestas matérias. É por isso que esta obra de fôlego, agora apresentada a público, não deve constituir surpresa. Está exactamente na linha daquilo que o Alm. Esparteiro habituou o público a exigir dele.

O *Dicionário ilustrado de Marinha* vem numa altura em que o interesse por estes assuntos de vocábulos marítimos está a tomar novo incremento. A Comissão Internacional de História Marítima está a preparar uma cuidadosa revisão do conhecido *Glossaire Nautique* de A. JAL. Este dicionário muito poderá contribuir para tal tarefa. Outra contribuição valiosa será constituída pelo próximo aparecimento do *Dicionário de termos náuticos antigos e modernos*, do Com. Humberto Leitão, a editar por este Centro de Estudos, de que ambos os ilustres marinheiros são prestimosos vogais.

As numerosas ilustrações que enriquecem o presente dicionário tornam-no verdadeiramente agradável. Os vocábulos são explicados com nitidez, precisão e brevidade.

O Alm. Marques Esparteiro presta, assim, à cultura nacional um verdadeiro serviço.

S. R.

Composto e impresso na
Tipografia SILVAS, LDA.
114, Rua D. Pedro V, 126
Telef. 32 31 21 — LISBOA

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

PORTUGAL

I — Sede do *Centro* — Calçada da Boa Hora, 30 (Palácio da Ega) Lisboa — Telefone 63.91.87

II — Sede da *Filmoteca Ultramarina Portuguesa* — Rua da Junqueira, 86 (Palácio Burnay) — Lisboa — Telefone 63.71.21

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

1 — *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* (Publicação quadrimestral). Vinte números publicados. Preço de cada número — 25$00.

2 — STVDIA (Revista semestral) — Preço de cada número — 60$00.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

1 — *Diogo Cão.* Por Damião Peres. — Agência-Geral do Ultramar — Lisboa, 1957.

2 — *Os Irmãos Corte-Real.* Por Francisco Fernandes Lopes. — Agência-Geral do Ultramar. — Lisboa, 1957.

3 — *João Rodrigues Cabrilho.* — Pelo Visconde de Lagoa. — Agência-Geral do Ultramar, 1957.

4 — *Pêro Escobar* — Por Frazão de Vasconcelos — Agência-Geral do Ultramar, 1957.

5 — *O Homem das 32 Perfeições,* Lendas do folclore indiano colhidas pelo P.e Francisco Garcia S. J. (século XVII). Anotadas por Joseph Wicki, S. J. — Preço 45$00.

6 — *L'Image du Sud-Est Africain dans la Littérature Européenne du XVIe siècle.* Par W. G. L. Randles. Preço 50$00.

7 — *A Expansão Portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530.* Vol. III. Por Alexandre Marques Lobato. Preço 60$00.

8 — *The Great Ship from Amacon.* By C. R. Boxer. Preço 60$00.

9 — *Les Navigations Médiévales sur les Côtes Sahariennes antérieures à la Découverte Portugaise (1434).* Par Raymond Mauny — Lisboa, 1960. Preço 40$00.

10 — *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça.* Por Charles R. Boxer e Carlos de Azevedo — Lisboa, 1960. Preço 40$00.

11 — *As Gavetas da Torre do Tombo I.* (Gav. I-II) — Lisboa, 1960. Preço 100$00.

12 — *Documentação Ultramarina Portuguesa I* (*Mus. Brit.*-Add. 28.461; Eg. 1646) — Lisboa, 1960. Preço 90$00.

13 — *D. António Barroso. Missionário — Cientista — Missiólogo.* Por António Brásio, C. S. Sp. — Preço 100$00.

14 — *O Centro de Estudos Históricos e as Comemorações Henriquinas.* Por Humberto Leitão, Ralph Delgado, C. R. Boxer, Francisco Leite de Faria, Georg Schurhammer e José Wicki. — Preço 50$00

15 — *As Gavetas da Torre do Tombo II.* (Gav. III-XII) — Lisboa, 1962. Preço 100$00.

16 — *Documentação Ultramarina Portuguesa II* (Bibl. Nac. Madrid: — Ms. 3015; Mus. Brit.: — Col. Egerton Ms. 1131) — Lisboa, 1962. Preço 90$00.

Pedidos à

LIVRARIA SÁ DA COSTA
Rua Garret, 100 — Lisboa